

Prospecto Definitivo da Primeira Distribuição Pública de Cotas Seniores

**R\$101.250.000,00**

Classificação de Risco - Standard & Poor's: brAAAF

CÓDIGO ISIN COTAS SENIORES: BRFRBCTF007; CÓDIGO ISIN COTAS SUBORDINADAS: BRFRBCTF015



Emissão, pelo **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO I**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.092.514/0001-26, (“**Fundo**”), de 101.250.000 cotas seniores (“**Cotas Seniores**”) para distribuição pública, com valor inicial de R\$1,00 por cota, perfazendo R\$101.250.000,00 (“**Oferta**”). Serão emitidas cotas subordinadas para subscrição privada pelo Paraná Banco S.A. (ou Partes Relacionadas ao Paraná Banco, conforme definido no Regulamento) de forma a atender à Razão Mínima (conforme definido abaixo) (“**Cotas Subordinadas**” e em conjunto com as Cotas Seniores, “**Cotas**”). As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, sendo este constituído sob a forma de condomínio fechado. Os direitos e demais características das Cotas estão dispostos no regulamento do Fundo (“**Regulamento**”). A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores será equivalente a 133,33% (“**Razão Mínima**”).

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM nº 400/03**”), a quantidade total das Cotas Seniores da Oferta inclui 11.250.000 cotas suplementares, destinadas exclusivamente a atender excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, cuja opção poderá ser exercida pela Instituição Líder.

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400/03, a quantidade total das Cotas Seniores da Oferta inclui 15.000.000 de cotas adicionais, cuja opção foi exercida pela Administradora em comum acordo com a Instituição Líder.

A emissão das Cotas e a Oferta foram deliberadas e aprovadas por J. Malucelli Corretora de Valores Ltda. (“**Administradora**”) em 27 de julho de 2006. O Fundo e a Oferta foram registrados na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) em 1º de agosto de 2006 sob o nº CVM/SRE/RFD/2006/032.

As Cotas Seniores serão registradas para (i) distribuição, no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas de Fundo, integrante da Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), e na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC); e (ii) negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), em seu mercado de balcão organizado - SOMAFIX e no SFF - Sistema de Fundos Fechados, administrado pela CETIP, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Cotas.

O Fundo foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada. O Regulamento do Fundo, conforme aditado, que integra este Prospecto como o Anexo I, foi registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 28 de agosto de 2006.

Somente investidores qualificados, conforme a definição do artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, podem adquirir Cotas.

**O Fundo poderá utilizar estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimentos. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Cotistas.**

**O investimento do fundo de investimento de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.**

**O Fundo não conta com garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.**

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para os itens e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 20 a 29.

**O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as cotas a serem distribuídas.**

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das Cotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu Administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.

Administradora

Instituições Intermediárias



Banco Votorantim



Cedente

Custodiante

Assessoria Jurídica

Agência Classificadora de Risco

Auditoria



PINHEIRO GUIMARÃES  
ADVOGADOS



A Instituição Líder é o Banco Votorantim S.A.

A data deste Prospecto Definitivo é 29 de agosto de 2006

# ÍNDICE

<b>Índice.....</b>	<b>1</b>
<b>Glossário .....</b>	<b>5</b>
<b>Identificação da Administradora, das Instituições Intermediárias, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos .....</b>	<b>10</b>
Administradora e Gestora .....	10
Instituições Intermediárias.....	10
Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira.....	10
Consultor Jurídico.....	10
<b>Sumário dos Termos e Condições do Fundo .....</b>	<b>11</b>
<b>Características Gerais do Fundo .....</b>	<b>15</b>
Fluxograma da Securitização.....	15
Objetivo do Fundo .....	16
Público Alvo .....	16
Inadequação da Oferta a Certos Investidores .....	16
Forma de Constituição .....	16
Prazo de Duração .....	16
<b>Procedimento da Oferta .....</b>	<b>17</b>
Início e Encerramento da Oferta .....	17
Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores .....	17
Demonstrativo do Custo da Oferta.....	17
<b>Objetivo de Investimento.....</b>	<b>18</b>
<b>Política de Investimento.....</b>	<b>19</b>
Carteira do Fundo .....	19
Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo .....	19
Demais Informações Sobre a Política de Investimento .....	19
<b>Fatores de Risco .....</b>	<b>20</b>
Riscos de Mercado.....	20
Riscos de Crédito.....	21
Riscos de Liquidez.....	23
Riscos Operacionais.....	25
Risco de Descontinuidade.....	27
Riscos do Cedente.....	27
Outros Riscos.....	28
<b>Gerenciamento de Riscos.....</b>	<b>30</b>
<b>Direitos Creditórios.....</b>	<b>31</b>
Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios .....	31
Características dos Direitos Creditórios.....	31
Convênios do Paraná Banco com os Órgãos Públicos Conveniados .....	32
Política de Concessão de Crédito.....	35
Cobrança dos Direitos Creditórios .....	35
Direitos Creditórios Inadimplidos, Recompra Facultativa e Aporte Adicional de Recursos para Fazer Frente a Despesas de Cobrança.....	36

<b>Informações sobre o Mercado de Crédito e as Operações de Crédito Consignado .....</b>	<b>38</b>
Aspectos Legais e Regulamentares do Empréstimo com Desconto em Folha .....	39
Decisões Judiciais sobre a Legalidade do Desconto em Folha .....	40
<b>Cotas.....</b>	<b>41</b>
Características Gerais .....	41
Emissão.....	42
Classes de Cotas .....	42
Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores .....	42
Cronograma Estimado das Etapas da Oferta.....	43
Manifestação de Aceitação à Oferta .....	43
Suspensão, Cancelamento e Prorrogação da Oferta .....	44
Devolução e Reembolso aos Investidores.....	44
Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta .....	44
<b>Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo.....</b>	<b>45</b>
<b>Amortização das Cotas .....</b>	<b>47</b>
Amortização das Cotas Seniores.....	47
Amortização das Cotas Subordinadas.....	48
Amortização Compulsória .....	48
<b>Reserva de Pagamento.....</b>	<b>49</b>
<b>Índice de Inadimplência dos Direitos Creditórios .....</b>	<b>50</b>
<b>Regras de Movimentação .....</b>	<b>51</b>
<b>Prestadores de Serviços .....</b>	<b>52</b>
Administradora e Gestora .....	52
Custodiante e Escriturador de Cotas .....	55
Fiel Depositário e Agente de Cobrança .....	58
Distribuidores .....	58
Auditores .....	59
Agência Classificadora de Risco.....	60
<b>Sumário dos Principais Contratos do Fundo.....</b>	<b>61</b>
Contrato de Custódia .....	61
Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios .....	62
Contrato de Distribuição.....	66
Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas .....	67
<b>Operações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse .....</b>	<b>68</b>
<b>Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe .....</b>	<b>69</b>
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo.....	69
Metodologia de Avaliação das Cotas de Cada Classe.....	70
<b>Assembléia Geral .....</b>	<b>71</b>
Competência, Direito de Voto e Quoruns .....	71
Procedimento de Convocação.....	72
Nomeação de Representante dos Cotistas.....	73
Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral .....	73
<b>Liquidação do Fundo .....</b>	<b>74</b>
Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo.....	74
Eventos de Liquidação Antecipada.....	76
Procedimentos de Liquidação Antecipada .....	77

<b>Informações Complementares .....</b>	<b>79</b>
Taxas.....	79
Despesas e Encargos do Fundo.....	79
Informações Obrigatórias e Periódicas .....	80
Correio Eletrônico .....	81
<b>Publicações .....</b>	<b>82</b>
<b>Regras de Tributação do Fundo e de seus Cotistas .....</b>	<b>83</b>
Tributação do Fundo.....	83
Tributação dos Cotistas.....	83
<b>Atendimento ao Cotista .....</b>	<b>86</b>
<b>Informações Relativas ao Cedente.....</b>	<b>87</b>
Histórico .....	87
Capital Social.....	87
Investimentos e Desinvestimentos de Capital.....	88
Operações Societárias .....	88
Acordo de Acionistas.....	89
Operações com Partes Relacionadas.....	89
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio .....	89
Administração e Conselho Fiscal.....	89
Recursos Humanos .....	90
Propriedades, Plantas e Equipamentos.....	92
Propriedade Intelectual .....	92
Canais de Comercialização .....	92
Produtos .....	93
Carteira de Produtos.....	93
Análise e Concessão de Crédito e Taxa de Inadimplência.....	94
Captação de Recursos .....	95
Contratos Relevantes .....	95
Valores Mobiliários .....	96
Fontes de Recursos .....	96
Informações Financeiras .....	97
Pendências Judiciais e Administrativas .....	98
Subsidiárias.....	98
Outras Informações.....	99
<b>Anexos do Prospecto .....</b>	<b>101</b>
<b>Anexo A - Regulamento do Fundo .....</b>	<b>103</b>
<b>Anexo B - Relatório de Classificação de Risco.....</b>	<b>189</b>
<b>Anexo C - Relatório da Deloitte relativo à Carteira de Direitos Creditórios do Paraná Banco .....</b>	<b>211</b>
<b>Anexo D - Demonstrações Financeiras do Paraná Banco Relativas aos Exercícios Sociais</b>	
Encerrados em 31 de Dezembro de 2003, 2004 e 2005 e ao Trimestre	
Encerrado em 31 de março de 2006.....	265
<b>Anexo E - Estatuto Social do Paraná Banco .....</b>	<b>335</b>
<b>Anexo F – Declarações da Administradora.....</b>	<b>351</b>
<b>Anexo G – Declaração da Instituição Líder .....</b>	<b>357</b>



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Glossário

Administradora	J. Malucelli Corretora de Valores Ltda., sociedade com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde de Nacar 1441, 1º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.621.457/0001-85, autorizada a funcionar pelo Banco Central e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, ou quem vier a lhe suceder.
Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng. Luís Carlos Berrini 1253, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.295.585/0002-20, ou quem vier a lhe suceder.
Agente de Cobrança	Paraná Banco, ou quem vier a lhe substituir na qualidade de agente de cobrança bancária dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, também responsável pela cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios inadimplidos.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM n.º 400/03.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM n.º 400/03.
Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios	A soma de todas as aquisições de direitos creditórios realizadas pelo Fundo até se perfazer o montante de R\$134.000.000,00.
Auditor do Fundo	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, empresa de auditoria com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra 127, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 62.484.951/0001-30, ou quem vier a lhe suceder, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais do Fundo, das contas do Fundo e da atuação da Administradora, nos termos do Regulamento.
Avaliador da Carteira	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, empresa de auditoria com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra 127, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 62.484.951/0001-30, ou quem vier a lhe suceder, responsável pela avaliação da carteira de Direitos Creditórios do Fundo.
Aviso de Desenquadramento	Correspondência a ser enviada pela Administradora ao Paraná Banco na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por dois dias úteis consecutivos, na forma do Anexo IV do Regulamento.
Banco ABC	Banco ABC Brasil S.A.

Banco Central	Banco Central do Brasil.
Banco Itaú	Banco Itaú S.A.
Banco Votorantim	Banco Votorantim S.A.
CBLC	Central Brasileira de Liquidação e Custódia.
Cedente	Cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, que será exclusivamente o Paraná Banco.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Conciliação dos Pagamentos	A conciliação entre os recursos recebidos dos Órgãos Públicos Conveniados e os valores a serem repassados ao Fundo em decorrência dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Fundo, o Custodiante e o Paraná Banco.
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição Pública de Cotas Seniores do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I", sob Regime de Melhores Esforços, e Consultoria de Constituição e Estruturação, celebrado entre o Fundo, o Paraná Banco e as Instituições Intermediárias.
Contrato de Empréstimo	Contratos celebrados pelo Cedente com Servidores Públicos, cujas parcelas sejam Direitos Creditórios.
Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios	Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, celebrado entre o Paraná Banco e o Fundo, com a interveniência do Custodiante, pelo qual serão cedidos ao Fundo os Direitos Creditórios.
Controle	Tem o significado estabelecido no artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, que inclui o controle indireto, e os termos Controladoras, Controladas e suas variações têm o mesmo significado.
Convênios	Convênios celebrados entre o Paraná Banco e os Órgãos Públicos Conveniados, tendo por objeto a realização de consignações dos proventos de Servidores Públicos para o pagamento de empréstimos e financiamentos.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central, conforme regulado pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme alterada.
Cotas	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e não são resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas. As Cotas são divididas em duas classes: Sênior e Subordinada.
Cotas Adicionais	Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400/03, 15.000.000 de cotas adicionais incluídas na quantidade total das Cotas Seniores da Oferta, cuja opção foi exercida pela Administradora em comum acordo com a Instituição Líder.
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

Cotas Seniores em Circulação	A totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que, eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes a qualquer das Partes Relacionadas, bem como aos respectivos diretores ou conselheiros do Cedente ou das partes Relacionadas, observadas as limitações impostas pela regulamentação vigente.
Cotas Subordinadas	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.
Cotas Suplementares	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, 11.250.000 cotas suplementares, destinadas exclusivamente a atender excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, incluídas na quantidade total das Cotas Seniores da Oferta, cuja opção foi exercida pela Instituição Líder.
Cotistas Dissidentes	Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da assembléia geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos da Natureza Financeira – CPMF.
Critérios de Elegibilidade	Os critérios a serem checados pelo Custodiante, definidos no item 11 do Regulamento e na seção "Direitos Creditórios - Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios" abaixo, que os Direitos Creditórios deverão atender a cada cessão ao Fundo.
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
Custodiante	Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ sob n.º 60.701.190/0001-04, ou quem vier a lhe suceder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de Cotas.
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, sempre no dia 15 de cada mês.
Data de Apuração	O 15º dia de cada mês.
Decreto n.º 4.961/04	Decreto n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004.
Deloitte	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Desconto em Folha	O pagamento dos Direitos Creditórios mediante desconto direto nas folhas de pagamento dos Servidores Públicos, conforme previsto nos respectivos Convênios.
Devedores	Servidores públicos municipais, estaduais e federais dos Órgãos Públicos Conveniados, devedores dos Empréstimos.
Direitos Creditórios	Direitos creditórios originários do segmento de empréstimos consignados a Servidores Públicos concedidos pelo Paraná Banco.
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata.
DOC	Documento de Ordem de Crédito - DOC.

Documentos Representativos dos Direitos Creditórios	(i) Contrato de Empréstimo impresso; (ii) autorização impressa do Servidor Público para Desconto em Folha; (iii) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de Servidor Público vinculado ao respectivo Órgão Público Conveniado e (iv) cópia de relatório físico, emitido pelo Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para o processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado), confirmando o respectivo Desconto em Folha, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condição de devedor do respectivo Servidor Público.
Emissão	Emissão de Cotas.
Empréstimos	Empréstimos concedidos pelo Paraná Banco a Servidores Públicos.
Eventos de Avaliação	Aqueles definidos no item 27.2 do Regulamento e na seção "Liquidação do Fundo - Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo" abaixo, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de direitos creditórios, bem como convocação imediata de assembléia geral de cotistas, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada.
Eventos de Liquidação Antecipada	Aqueles definidos no item 27.3 do Regulamento e na seção "Liquidação do Fundo - Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo" abaixo, cuja ocorrência enseja a convocação de assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de direitos creditórios.
Fator Multiplicador	109%.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I.
IGPM	Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
Instituição Líder	Banco Votorantim.
Instituições Intermediárias	O Banco Votorantim e o Banco ABC, contratadas para prestar os serviços de coordenação da Oferta, sendo que o Banco Votorantim é a Instituição Líder.
Instrução CVM n.º 356/01	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 409/2004	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados conforme definido pela regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF.
IR	Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
Lei n.º 10.892/04	Lei n.º 10.892, de 13 de julho de 2004.
Lei n.º 8.112/90	Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, conforme alterada.
Lei n.º 9.311/96	Lei n.º 9.311, de 24 de outubro de 1996, conforme alterada.
Oferta	A oferta pública das Cotas Seniores.

Órgãos Públicos Conveniados	Órgãos públicos federais, estaduais e municipais, listados no Anexo III do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e na seção "Direitos Creditórios - Convênios do Paraná Banco com os Órgãos Públicos Conveniados" abaixo, que celebraram Convênios com o Cedente para a realização de descontos em folha para pagamento dos Contratos de Empréstimo.
Outros Ativos	Títulos e ativos nos quais o Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido, elencados no item 10.4 do Regulamento.
Paraná Banco	Instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde de Nacar 1441, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 14.388.334/0001-99, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo e contratado nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e do Contrato de Custódia (i) como fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios; e (ii) como Agente de Cobrança.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas Controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente Controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas de tal pessoa jurídica; e/ou (iv) as sociedades sob Controle comum com tal pessoa jurídica.
Periódico	Jornal do Estado, da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, ou outro que vier a substituí-lo nos termos do item 26.2 do Regulamento.
Período de Apuração	Cada um dos períodos com início em uma determinada Data de Apuração e término na Data de Apuração subsequente.
PIS	Contribuição para o Programa de Integração Social.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento organizado pelas Instituições Intermediárias, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, juntamente com a Administradora, do Fator Multiplicador, o qual será aplicado sobre a Taxa DI para cálculo da efetiva remuneração das Cotas Seniores, na forma do Anexo V ao Regulamento.
Prospecto	O prospecto definitivo da Oferta.
Razão Mínima	Relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 133,33%.
Regulamento	Regulamento do Fundo, registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2006.
Reserva de Liquidez	Soma equivalente a, no mínimo, R\$1.000.000,00, que deverá ser mantida em Disponibilidade.
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores.
Servidores Públicos	Servidores públicos municipais, estaduais e federais dos Órgãos Públicos Conveniados, devedores dos Empréstimos.
Taxa DI	A taxa média diária dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "Extra-Grupo", calculada e divulgada diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis.
TED	Transferência Eletrônica Disponível - TED.
Termo de Cessão	Instrumento pelo qual se formaliza a cessão de Direitos Creditórios, descrevendo os Direitos Creditórios bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo constante do Anexo II ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

## **Identificação da Administradora, das Instituições Intermediárias, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos**

### **Administradora e Gestora**

J. Malucelli Corretora de Valores Ltda.  
Rua Visconde de Nacar 1441, Centro, Mezanino  
80410-201 Curitiba, PR  
At.: André Tadeu Paes  
Telefone: (41) 3028-9858  
Fac-símile: (41) 3028-9951  
Correio Eletrônico: [andretps@jmalucelli.com.br](mailto:andretps@jmalucelli.com.br)  
[edsonlk@jmalucelli.com.br](mailto:edsonlk@jmalucelli.com.br)  
[www.jmalucelli.com.br](http://www.jmalucelli.com.br)

### **Instituições Intermediárias**

Banco Votorantim S.A.  
Instituição Líder  
Av. Roque Petroni Junior 999, 16º andar  
04707-910 São Paulo, SP  
At.: Emilio Otranto Neto  
Telefone: (11) 5185-1651  
Fac-símile: (11) 5185-1921  
Correio Eletrônico: [emilio.otranto@bancovotorantim.com.br](mailto:emilio.otranto@bancovotorantim.com.br)  
[www.bancovotorantim.com.br](http://www.bancovotorantim.com.br)

Banco ABC Brasil S.A.  
Av. Pres. Juscelino Kubitschek 1400, 3º, 4º e 5º andares  
04543-000 São Paulo, SP  
At.: Sr. João Carlos Gonçalves da Silva  
Telefone: (11) 3170-2289  
Fac-símile: (11) 3170-2082  
Correio Eletrônico: [joao.silva@abcbrasil.com.br](mailto:joao.silva@abcbrasil.com.br)  
[www.abcbrasil.com.br](http://www.abcbrasil.com.br)

### **Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira**

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
Rua Pasteur, 463  
80250-080 Curitiba, PR  
At.: Sr. Cosme dos Santos  
Telefone: (41) 3312-1400  
Fac-símile: (41) 3312-1471  
Correio Eletrônico: [cossantos@deloitte.com.br](mailto:cossantos@deloitte.com.br)  
[www.deloitte.com.br](http://www.deloitte.com.br)

### **Consultor Jurídico**

Pinheiro Guimarães - Advogados  
Av. Paulista, 1842, 24º andar  
1310-923 São Paulo, SP  
At.: Sr. Francisco José Pinheiro Guimarães  
Telefone: (11) 4501-5000  
Fac-símile: (11) 4501-5025  
Correio Eletrônico: [fjpg@pinheiroguimaraes.com.br](mailto:fjpg@pinheiroguimaraes.com.br)  
[www.pinheiroguimaraes.com.br](http://www.pinheiroguimaraes.com.br)

## Sumário dos Termos e Condições do Fundo

Seguem abaixo os principais termos e condições do Fundo e da Oferta. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar decisão de investimento.

<b>Emissor:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I.
<b>Cedente dos Direitos Creditórios:</b>	Paraná Banco S.A.
<b>Administradora:</b>	J. Malucelli Corretora de Valores Ltda.
<b>Instituições Intermediárias:</b>	Banco Votorantim e Banco ABC.
<b>Custodiante:</b>	Banco Itaú S.A.
<b>Avaliador da Carteira e Auditor do Fundo:</b>	Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
<b>Agência Classificadora de Risco:</b>	Standard & Poor's.
<b>Agente de Cobrança:</b>	Paraná Banco.
<b>Forma de Constituição:</b>	<p>O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada, sendo também admitida a amortização compulsória das Cotas nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.</p> <p>Para os fins do "Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimentos", o Fundo é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios.</p>
<b>Prazo de Duração:</b>	O Fundo será liquidado no dia 15 do 36º mês, contado a partir da Data de Subscrição Inicial. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembléia geral de cotistas.
<b>Procedimento da Distribuição Pública:</b>	A oferta das Cotas Seniores será pública. As Cotas Seniores serão registradas para distribuição no MDC – Módulo de Distribuição de Cotas de Fundo, integrante da CETIP, e na CBLIC. A Oferta será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados. As Cotas Subordinadas serão destinadas exclusivamente ao Paraná Banco ou a Partes Relacionadas ao Paraná Banco.
<b>Prazo para Encerramento da Oferta:</b>	180 dias a contar de 1º de agosto de 2006, data do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, parágrafo 1º, e no artigo 20, parágrafo 1º, da Instrução CVM n.º 356/01.
<b>Quantidade Total de Cotas da Emissão:</b>	<p>Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade total das Cotas Seniores da Oferta inclui 11.250.000 Cotas Suplementares, destinadas exclusivamente a atender excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, cuja opção foi exercida pela Instituição Líder.</p> <p>Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade total das Cotas Seniores da Oferta inclui 15.000.000 de Cotas Adicionais, cuja opção foi exercida pela Administradora em comum acordo com a Instituição Líder.</p>



<b>Valor Inicial Unitário das Cotas:</b>	R\$1,00 cada, independentemente da classe, na Data de Subscrição Inicial.
<b>Valor Total da Emissão:</b>	R\$135.000.000,00 (considerando a emissão de Cotas Seniores, Cotas Seniores Suplementares, Cotas Seniores Adicionais e Cotas Subordinadas).
<b>Valor Mínimo de Aplicação:</b>	R\$25.000,00.
<b>Resgate:</b>	As Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada.
<b>Negociação das Cotas Seniores:</b>	As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX, e no Sistema de Fundos Fechados - SFF, administrado pela CETIP, observado que (i) os titulares de Cotas Seniores serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas respectivas Cotas Seniores e (ii) caberá exclusivamente às Instituições Intermediárias assegurar que os adquirentes das Cotas Seniores sejam Investidores Qualificados.
<b>Destinação dos Recursos:</b>	Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Cotas serão destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios.
<b>Classificação de Risco Preliminar das Cotas Seniores:</b>	brAAAf, da Standard & Poor's.
<b>Classes de Cotas:</b>	<p>As Cotas poderão ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas. Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto na seção "Assembléia Geral".</p> <p>As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.</p> <p>O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas estão previstos na seção "Distribuição de Rendimentos da Carteira do Fundo".</p> <p>As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização integral das Cotas Seniores, ou conforme descrito no Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate da totalidade das Cotas Seniores.</p>
<b>Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores:</b>	A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é de 133,33%.

**Valorização das Cotas e  
Distribuição dos Rendimentos  
da Carteira do Fundo:**

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento: (i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à aplicação do Fator Multiplicador sobre a Taxa DI, no respectivo período; e (ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas. A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro a Taxa DI, e consta da seção "Distribuição de Rendimentos da Carteira do Fundo".

A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Para maiores informações sobre a valorização das Cotas, vide seção "Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo".

**Amortizações:**

A partir do 13º mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 24 pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula especificada na seção "Amortização das Cotas". As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre nas Datas de Amortização de Cotas Seniores. As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas. As Cotas Subordinadas somente serão amortizadas ou resgatadas, total ou parcialmente, após a amortização total ou o resgate da totalidade das Cotas Seniores, na forma prevista no Regulamento.

Caso a relação mínima entre o patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores seja superior a 140%, a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Cotas Subordinadas, independente de realização de assembléia de cotistas, até que seja atingida a Razão Mínima (ou seja, até que a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores seja igual a 133,33%), e desde que (i) o Fundo esteja em dia com as amortizações das Cotas Seniores; (ii) a Reserva de Pagamento esteja devidamente atendida; e (iii) até a data de amortização das Cotas Subordinadas nos termos deste parágrafo, não se tenha verificado qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada.

A Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores, desde que previamente autorizada pela assembléia geral de cotistas, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima, e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios.

Para mais informações sobre a amortização das Cotas, vide seção "Amortização das Cotas".

**Quoruns das Assembléias Gerais de Cotistas do Fundo:**

Maioria das Cotas Seniores em Circulação: exceto se estabelecido quorum diferenciado no Regulamento, deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens "i": exame e aprovação das demonstrações financeiras; "x": transformação de Eventos de Avaliação em Eventos de Liquidação Antecipada; e "xi": decisão sobre se um Evento de Liquidação Antecipada deve acarretar na liquidação antecipada do Fundo, todos contidos no item 24.1 do Regulamento.

Cotistas que representem 75% das Cotas Seniores em Circulação: deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens "ii": alteração do regulamento, "iii": substituição da Administradora, "iv": contratação de gestor da carteira do Fundo, "v": eleição de representantes dos cotistas, "vi": alteração da taxa de Administração, "vii": fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do fundo, "ix": alteração do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, "xv": aprovação dos procedimentos de resgate de Cotas em Direitos Creditórios, nos termos permitidos no Regulamento, "xvi": substituição da Agência Classificadora de Risco e "xvii": substituição do Custodiante, do Agente de Cobrança ou do fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, todos contidos no item 24.1 do Regulamento, bem como alteração do item 24.2.3 do Regulamento.

Cotistas que representem 100% das Cotas Seniores em Circulação: deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens "viii", "xii", "xiii" e "xiv" do item 24.1, bem como alteração do item 24.2.4 do Regulamento.

Hipóteses em que os titulares de Cotas Subordinadas terão direito a voto: deliberações sobre as matérias indicadas no item 24.2.1 do Regulamento dependerão da aprovação dos titulares das Cotas Seniores, conforme quoruns estabelecidos no Regulamento, e dos titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas. As matérias do item 24.2.1 do Regulamento são as seguintes: (i) alteração da remuneração da Administradora; (ii) alteração da política de investimento; (iii) alteração dos Critérios de Elegibilidade; (iv) alteração da Razão Mínima; (v) novas distribuições de Cotas; (vi) alteração na forma de distribuição de rendimentos da carteira do Fundo; (vii) alteração dos cronogramas de amortização das Cotas, bem como aprovação da Amortização Compulsória; (viii) alteração da Reserva de Pagamento; (ix) alteração da metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas; (x) alteração das regras sobre despesas e encargos do Fundo; (xi) alteração dos direitos de voto ou quoruns do Regulamento; (xii) criação de novos Eventos de Avaliação ou novos Eventos de Liquidação Antecipada; (xiii) matérias descritas nos itens (iii), (vi), (vii), (xii) e (xiii) do item 24.1 do Regulamento e (xiv) alteração de vantagens ou criação de deveres para as Cotas Subordinadas.

Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

Tendo sido convocadas regularmente, nos termos da seção "Assembléia Geral - Procedimento de Convocação", as assembléias gerais de cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.

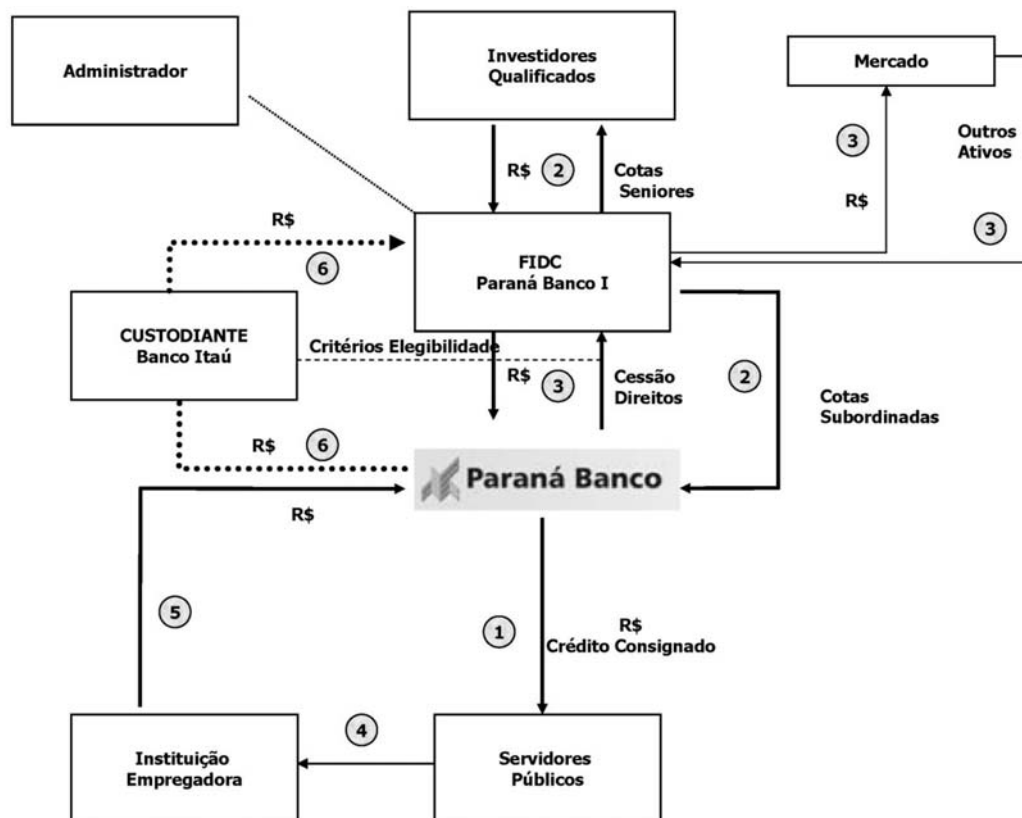
**Publicações:**

As publicações a cargo do Fundo serão realizadas, inicialmente, no jornal "Jornal do Estado", da cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

## Características Gerais do Fundo

### Fluxograma da Securitização

Segue, abaixo, o fluxograma da operação de securitização.



1. Paraná Banco concede Empréstimos a Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados constituindo os Direitos Creditórios;
2. o Fundo capta recursos através da emissão e subseqüente integralização de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas;
3. o Fundo adquire Direitos Creditórios do Paraná Banco após verificação pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade e, com o saldo dos recursos disponíveis, adquire outros ativos do mercado permitidos de acordo com o regulamento;
4. os Órgãos Públicos Conveniados efetuam, no respectivo mês, o Desconto em Folha dos valores referentes às parcelas dos Empréstimos vencidas no período;
5. os valores descontados são repassados ao Paraná Banco, na qualidade de Agente de Cobrança; e
6. o Paraná Banco efetua a Conciliação dos Pagamentos e repassa ao Fundo, por meio do Custodiante, os valores oriundos dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

## **Objetivo do Fundo**

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Empréstimos do Paraná Banco a Servidores Públicos, cujo pagamento é efetuado por meio de Desconto em Folha.

## **Público Alvo**

O Fundo é destinado preponderantemente a pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimento ou outras entidades de investimento coletivo, que, obrigatoriamente, se enquadrem na definição de Investidores Qualificados, conforme definidos na regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, que considera Investidores Qualificados:

- instituições financeiras;
- companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de Investidor Qualificado mediante termo próprio;
- fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

## **Inadequação da Oferta a Certos Investidores**

O investimento nas Cotas Subordinadas não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista não serem resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de instituição financeira. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco".

## **Forma de Constituição**

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada, sendo também admitida a amortização compulsória das Cotas nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.

## **Prazo de Duração**

O Fundo será liquidado no dia 15 do 36º mês, contado a partir da Data de Subscrição Inicial. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembléia geral de cotistas. Na hipótese do dia 15 referido acima não ser dia útil na praça em que estiver sediada a Administradora, a liquidação do Fundo ocorrerá no dia útil subsequente.

## Procedimento da Oferta

### Início e Encerramento da Oferta

A colocação e subscrição das Cotas Seniores somente terá início após (a) o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM; (b) a publicação do aviso ao mercado e do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores.

Frise-se que as Instituições Intermediárias poderão suspender a qualquer momento a oferta caso verifiquem qualquer incorreção, imprecisão ou omissão em qualquer das informações prestadas pelo Paraná Banco em qualquer documento da oferta, incluindo as informações relativas ao Paraná Banco, aos Direitos Creditórios e aos procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios.

### Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores devem contatar a Administradora ou as Instituições Intermediárias, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas Seniores que pretendem adquirir.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela respectiva Instituição Intermediária; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização de Cotas Seniores do Fundo pode ser efetuada por débito e crédito em conta mantida no Custodiante ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED. Na data de integralização, o cotista receberá sua via do boletim de subscrição relativo às Cotas Seniores subscritas e integralizadas.

As Cotas Seniores serão registradas para (i) distribuição, no MDC – Módulo de Distribuição de Cotas de Fundo, integrante da CETIP, e na CBLIC; e (ii) negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX e no SFF – Sistema de Fundos Fechado, administrado pela CETIP, observada a responsabilidade dos Intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Cotas do Fundo.

### Demonstrativo do Custo da Oferta

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores:

Descrição	Valor Total (R\$)	Percentual do Valor Total da Oferta	Valor por Quota Sênior (R\$)	Percentual do Valor por Quota Sênior
<b>Valor Total da Oferta</b>	<b>101.250.000,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,00</b>	<b>100,00%</b>
<b>Custo Total da Oferta</b>				
Comissões	806.250,00	0,8%	0,008	0,8%
Comissão de Coordenação e Estruturação	300.000,00	0,3%	0,003	0,3%
Comissão de Colocação	506.250,00	0,5%	0,005	0,5%
Taxa de Registro na CVM	82.870,00	0,08%	0,0008	0,08%
Despesas Estimadas				
Despesas com Advogados	50.000,00	0,05%	0,0005	0,05%
Despesas com Auditores	50.000,00	0,05%	0,0005	0,05%
Despesas com Road Show e Confecção de Prospectos	50.000,00	0,05%	0,0005	0,05%
Despesas com Publicidade	77.300,00	0,08%	0,0008	0,08%
<b>Valor Líquido</b>	<b>1.116.420,00</b>	<b>1,91%</b>	<b>0,02</b>	<b>1,91%</b>

## **Objetivo de Investimento**

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios.

Desde que os rendimentos da carteira do Fundo assim permitam, o Fundo terá como meta a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, diariamente, tendo como parâmetro a Taxa DI, sobre as quais será aplicado o Fator Multiplicador. Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A Administradora buscará fazer com que a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser classificada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

## **Política de Investimento**

### **Carteira do Fundo**

O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios originários do segmento de empréstimos do Paraná Banco a Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados, com descontos diretos nas folhas de pagamento. Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade especificados no item 11 do Regulamento e na seção "Direitos Creditórios - Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios".

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas na seção "Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo" abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 dias do início de suas atividades, no mínimo 50% e no máximo 100% de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios, observada a manutenção da Reserva de Liquidez e da Reserva de Pagamento.

### **Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo**

O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido, em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes títulos e ativos:

- títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- títulos de emissão do Banco Central; e
- créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

É expressamente vedada a aquisição pelo Fundo de ativos de renda variável, ou cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) a Reserva de Liquidez, que, conforme definido, tem o valor fixo de R\$1.000.000,00. Tal valor não será considerado para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

O Fundo poderá realizar operações compromissadas, desde que lastreadas nos títulos e ativos especificados acima.

### **Demais Informações Sobre a Política de Investimento**

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

É vedado ao Fundo realizar operações (i) de *day trade*; (ii) de renda variável; ou ainda (iii) em mercados de derivativos, exceto para operações com objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e desde que sejam realizadas em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e de futuros exclusivamente na modalidade "com garantia".

O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Administradora e/ou Partes Relacionadas atue(m) na condição de contraparte do Fundo.

A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos nesta seção.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados na seção "Fatores de Risco". O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento no Fundo.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora ou do FGC.



## **Fatores de Risco**

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos seus cotistas, hipóteses em que o Paraná Banco, a Administradora, o Custodiante, o Agente de Cobrança, as Instituições Intermediárias, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e para os Outros Ativos; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos cotistas do Fundo quando da amortização ou resgate de suas respectivas cotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos cotistas do Fundo não contam com a garantia do Paraná Banco, da Administradora, do Custodiante, do Agente de Cobrança, das Instituições Intermediárias, de quaisquer de suas Partes Relacionadas, ou do FGC. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento no Fundo.

### **Riscos de Mercado**

#### *Descasamento de Taxas - Direitos Creditórios*

Os Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo Fundo são adquiridos com base em taxa prefixada, determinada por meio de projeção da Taxa DI em vigor no dia útil anterior à cessão. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI efetiva, conforme previsto no item 18.3 do Regulamento. Portanto, se a Taxa DI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores, e o Fundo, o Paraná Banco, a Administradora, o Custodiante, as Instituições Intermediárias e quaisquer das respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas em decorrência desses eventos, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

#### *Descasamento de Taxas - Outros Ativos*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos especificados no item 10.4 do Regulamento, desde que pós-fixados. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior à Taxa DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI efetiva), e o Fundo, o Paraná Banco, a Administradora, o Custodiante, as Instituições Intermediárias e quaisquer das respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas em decorrência desses eventos, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

#### *Marcação a Mercado*

A determinação de preço dos ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Cotas.

### *Fatores Macroeconômicos Relevantes*

Fatores exógenos, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou ainda de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro União Federal, dos Estados e Municípios e, conseqüentemente, dos Órgãos Públicos Conveniados, poderão resultar em perda, pelos cotistas, do valor de principal de suas aplicações.

### *Risco de Derivativos*

A eventual contratação, pelo Fundo, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo Fundo e poderá afetar negativamente a sua rentabilidade. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e o Agente de Cobrança não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas do Fundo em razão da utilização de instrumentos derivativos.

### **Riscos de Crédito**

#### *Ausência de Garantia de Rentabilidade*

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, das Instituições Intermediárias, do Paraná Banco, de quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Administradora, o Custodiante, as Instituições Intermediárias, o Paraná Banco, ou quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas, prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

#### *Inadimplência do Pagamento dos Direitos Creditórios*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão seu pagamento realizado com recursos descontados das folhas de pagamento dos Devedores. A inadimplência em relação aos Direitos Creditórios decorre, portanto, da inoccorrência de tais descontos por parte dos Órgãos Públicos Conveniados, por exemplo, mas não exclusivamente, em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial, ou em razão de falecimento do Devedor, ou ainda, em razão do não pagamento dos proventos. Nestes casos, o Fundo deve negociar ou cobrar seu crédito diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetará o patrimônio e a rentabilidade do Fundo, e, por conseguinte, o investimento nas cotas.

#### *Inexistência de Obrigação de Recompra pelo Cedente*

Se o Cedente não recomprar os Direitos Creditórios inadimplidos, o Fundo terá de suportar parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que poderia comprometer a rentabilidade do Fundo ou levá-lo, até, à perda de patrimônio.

#### *Questionamento Judicial pelos Devedores*

Os Devedores podem eventualmente questionar judicialmente tanto (i) os Contratos de Empréstimo que originam os Direitos Creditórios (incluindo, eventualmente, a taxa de juros praticada); quanto (ii) a sistemática de pagamento por meio de Desconto em Folha. Em qualquer caso, é possível que o Fundo somente receba os valores relativos ao Direito Creditório questionado judicialmente uma vez concedida decisão judicial definitiva favorável.

O Poder Judiciário, incluindo o Superior Tribunal de Justiça, em alguns julgados relacionados a operações de empréstimo com desconto em folha de pagamento, manifestou entendimento contrário à legalidade do desconto de prestações de empréstimos diretamente em folha de pagamento. Em 8 de junho de 2005, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça reconheceu, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve, contudo, divergência com relação à fundamentação dos votos dos ministros, tendo dois deles sustentado que o desconto em folha de pagamento somente pode ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos (ressaltando, inclusive, que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos). Desse modo, a alegada nulidade de cláusula permitindo o desconto em folha de pagamento de funcionário poderá ser invocada em ação judicial, podendo o Poder Judiciário vir a permitir que o Devedor torne ineficaz sua prévia autorização de desconto em folha, fazendo com que seja necessária a cobrança do crédito pelos meios legais habituais.

A legitimidade ao recebimento do valor do crédito não é afetada por estas decisões, mas tão somente sua forma de liquidação. Caso os procedimentos de consignação em pagamento (desconto em folha) de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam efetivamente interrompidos em decorrência de medidas judiciais propostas pelos Devedores ou por terceiros em seu nome, tal evento afetará negativamente a solvência dos respectivos Direitos Creditórios. Na hipótese de atraso ou efetivo inadimplemento no pagamento dos referidos Direitos Creditórios pelos Devedores poderá ser necessária a adoção, pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, de uma nova sistemática de cobrança direta dos respectivos Direitos Creditórios, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos. Tal ocorrência afetará negativamente o valor do patrimônio líquido do Fundo.

#### *Inadimplência de Pagamento dos Outros Ativos*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada nos Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, obrigando o Fundo a suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das cotas.

#### *Não Pagamento de Proventos pelos Órgãos Públicos Conveniados*

Os Empréstimos são pagos por meio de Desconto em Folha realizado pelo respectivo Órgão Público Conveniado. Caso, por qualquer razão, o Órgão Público Conveniado atrase ou não pague os proventos do Devedor, o Fundo não receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto o Órgão Público Conveniado não voltar a pagar adequadamente os vencimentos dos Servidores Públicos, sua capacidade de pagamento também ficaria comprometida, o que poderia impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.

#### *Amortização Condicionada*

As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas cotas derivam da liquidação dos Direitos Creditórios, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Paraná Banco ou contra quaisquer Partes Relacionadas ao Paraná Banco quanto aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos, e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização, em moeda corrente nacional, de suas cotas.

#### *Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação*

O Cedente somente se responsabiliza pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Devedores ou do respectivo Órgão Público Conveniado.

Nem a Administradora, nem o Custodiante, as Instituições Intermediárias, ou quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas se responsabilizam, conforme o caso, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Devedores ou do respectivo Órgão Público Conveniado. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Devedores, dos Empréstimos contratados (i) por meio dos procedimentos definidos no Convênio ou, conforme o caso, (ii) diretamente pelos Devedores, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e pelos valores avençados. A responsabilidade do respectivo Órgão Público Conveniado em relação às operações referidas no Convênio restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos autorizados pelos titulares dos vencimentos e repasse, nos prazos definidos no Convênio, não cabendo ao respectivo Órgão Público Conveniado responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos.

#### *Ausência de Seguro de Vida dos Devedores*

Em caso de morte dos Devedores, os Órgãos Públicos Conveniados suspenderão os Descontos em Folha. Tendo em vista que não existe seguro para cobrir o risco de morte dos Devedores, o Fundo não fará jus ao recebimento de qualquer indenização securitária em tais eventos, sendo que os valores porventura devidos pelos Devedores que falecerem apenas poderão ser cobrados diretamente dos espólios dos respectivos Devedores. Se os espólios dos Devedores não tiverem patrimônio suficiente para cobrir os débitos, o Fundo sofrerá perdas.

#### *Inexistência de Rendimento Predeterminado*

O preço de integralização das Cotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização de suas respectivas cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, das Instituições Intermediárias, do Paraná Banco, ou de suas respectivas Partes Relacionadas de assegurar tal remuneração aos referidos cotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas respectivas cotas, devidamente atualizado nos termos do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

### **Riscos de Liquidez**

#### *Modalidade de Investimento Recente e Sofisticada*

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades. Tais peculiaridades podem eventualmente trazer consequências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.

#### *Falta de Liquidez dos Direitos Creditórios*

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item 27 do Regulamento. Ocorrendo a liquidação antecipada, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato dos Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, os cotistas terão suas cotas resgatadas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo. Em virtude da falta de liquidez dos Direitos Creditórios, não há garantias (i) de que

haverá mercado secundário líquido para os Direitos Creditórios, e (ii) de que, caso encontrem comprador, o preço praticado atenderá às expectativas dos cotistas. Por esta razão, existe a possibilidade dos investidores do Fundo (i) incorrerem em prejuízos em uma eventual negociação dos Direitos Creditórios recebidos na ocasião da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) precisarem levar os Direitos Creditórios até seu respectivo vencimento em decorrência da inexistência de mercado secundário para os mesmos.

#### *Falta de Liquidez dos Outros Ativos*

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas cotas.

#### *Fundo Fechado*

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação antecipada, não havendo por parte da Administradora, do Custodiante, das Instituições Intermediárias, do Paraná Banco, e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Cotas dos cotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Cotas, ou caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário, ou mesmo, na hipótese de não haver compradores, terem que levar as Cotas até seu respectivo vencimento.

#### *Insuficiência da Reserva de Liquidez*

O Fundo poderá não ter recursos para a constituição da Reserva de Liquidez, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento pelo Fundo de amortizações, resgates ou despesas. A não constituição ou o não atendimento da Reserva de Liquidez a qualquer tempo durante a vigência do Fundo é considerada um Evento de Avaliação.

#### *Insuficiência da Reserva de Pagamento*

O Fundo poderá não ter recursos para a constituição da Reserva de Pagamento, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça combinada com iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. É também possível que, não obstante a constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de amortizações programadas. Isso pode ocorrer, por exemplo, em caso de súbita elevação substancial da Taxa DI, o que faria com que houvesse um aumento do valor a ser amortizado aos titulares de Cotas Seniores. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores. O não atendimento da Reserva de Pagamento é considerado um Evento de Avaliação.

## **Riscos Operacionais**

### *Irregularidades nos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios*

Independentemente das constatações reportadas pelos trabalhos realizados pelo Custodiante, conforme previsto no item 8.3.1 do Regulamento, os documentos relativos aos Direitos Creditórios do Fundo podem eventualmente conter irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente, que poderão obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Isto pode trazer prejuízos para o Fundo em caso de inadimplência ou questionamento judicial relativo a tais Direitos Creditórios cujos documentos apresentem irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente.

### *Suspensão dos Proventos do Devedor*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo respectivo Órgão Público Conveniado dos vencimentos mensais dos Servidores Públicos a eles afetos, de acordo com as disposições do respectivo Convênio. Assim, tal desconto não será possível caso o Devedor tenha seus vencimentos suspensos em razão de, por exemplo, (i) exoneração; (ii) aposentadoria e (iii) perda ou suspensão da condição de Servidor Público. Igualmente, os pagamentos dos Direitos Creditórios poderão ser afetados se (i) o Devedor for obrigado a restituir aos Órgãos Públicos Conveniados valores pagos indevidamente por tais órgãos; e (ii) por força de decisão judicial, o Devedor for obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que os pagamentos devidos nesses casos têm preferência em relação ao Empréstimo para fins de desconto em folha. Ainda, a morte do Devedor interrompe o pagamento do respectivo provento e por consequência a consignação das parcelas devidas do Empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do Empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Fundo deve negociar ou cobrar diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento do Devedor). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo suportará os prejuízos daí advindos, o que afetará sua rentabilidade.

### *Irregularidade no Processamento do Desconto em Folha*

O Desconto em Folha das parcelas dos Empréstimos (incluindo sua respectiva averbação) e o repasse ao Agente de Cobrança são processados pelo respectivo Órgão Público Conveniado por meio de sistemas operacionais próprios ou de terceiros contratados por tais Órgãos Públicos Conveniados. O Agente de Cobrança, o Custodiante e a Administradora não têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração em tais sistemas, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados, poderá atrasar, suspender ou reduzir o desconto em folha dos Servidores Públicos, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorrer, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo serão afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados. Ademais, eventualmente, poderá ser necessária adoção de medida judicial para fazer com tais procedimentos e/ou seu sistema sejam corrigidos, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o Fundo, seu patrimônio será afetado negativamente.

### *Falhas ou Substituição do Agente de Cobrança*

A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Agente de Cobrança. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência, conforme descrito no Anexo III do Regulamento. Assim, qualquer falha de procedimento, pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária, ou ainda, de regimes similares do Agente de Cobrança poderá acarretar no recebimento a menor de recursos devidos pelos Devedores, ou no atraso ou na inocorrência de repasse dos recursos ao Fundo. Nestas hipóteses, poderá ser necessária a via judicial para se obter os recursos, e/ou a substituição do Agente de Cobrança, casos em que a o patrimônio e/ou a rentabilidade do Fundo poderão ser afetados de forma negativa.

#### *Atraso ou Falta do Repasse dos Recursos ao Fundo*

O Agente de Cobrança fará a cobrança e recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, devendo repassá-los ao Fundo após recebê-los dos Órgãos Públicos Conveniados e realizar a Conciliação dos Pagamentos. O repasse dos recursos ao Fundo poderá atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos do Agente de Cobrança ou dos sistemas utilizados pelos Órgãos Públicos Conveniados. Nesta hipótese, pode ser necessária a via judicial para se obter os recursos, caso em que a rentabilidade do Fundo seria reduzida. O Custodiante e a Administradora não poderão ser responsabilizados por conta destes atrasos ou faltas no repasse de recursos ao Fundo.

#### *Falha na Segregação dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo*

Enquanto o Agente de Cobrança for o Paraná Banco, o Paraná Banco será responsável pela segregação dos pagamentos provenientes dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo dos demais pagamentos recebidos em função de Direitos Creditórios que não tenham sido cedidos ao Fundo. Em caso de atrasos ou falhas nesta segregação, poderá ser necessária a via judicial para recuperação de tais valores.

#### *Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Paraná Banco*

O Paraná Banco foi contratado para a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, sendo que tais recursos serão repassados pelos Órgãos Públicos Conveniados ao Paraná Banco, que os transferirá ao Fundo após em até um dia útil contado da Conciliação dos Pagamentos. Esse repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões, atrasar ou deixar de ocorrer. Dentre elas, destaca-se a hipótese de intervenção do Paraná Banco, quando o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios ao Fundo poderá ser interrompido, e permanecer inexigível enquanto perdurar a intervenção (cujo prazo máximo é de um ano). Em caso de liquidação extrajudicial do Paraná Banco, na qualidade de Agente de Cobrança, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente por via de decisão judicial favorável ao Fundo serem recuperados. Qualquer uma dessas hipóteses pode afetar a rentabilidade do Fundo, ou até levar o Fundo a sofrer perdas patrimoniais.

#### *Rescisão dos Convênios com os Órgãos Públicos Conveniados*

O Desconto em Folha das parcelas dos Empréstimos é viabilizado pelos Convênios. Os Convênios podem ser rescindidos unilateralmente, a qualquer momento. Os Convênios podem ser rompidos ainda por outros motivos, como, por exemplo, alterações das normas autorizadoras das suas respectivas manutenções. Ademais, a própria sistemática de desconto em folha pode ser suspensa ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, os Convênios forem rompidos sem continuidade dos descontos em folha, ou a sistemática de desconto em folha for suspensa ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou demandar elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderá, eventualmente, levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixar de receber, definitiva ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios.

#### *Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios*

O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios por meio de análise dos relatórios eletrônicos enviados pelo Cedente. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios será realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

## **Risco de Descontinuidade**

### *Desenquadramento da Alocação Mínima*

O Fundo deve observar a Alocação Mínima. Entretanto, não há garantia de que o Paraná Banco conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente à exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória de Cotas Seniores.

### *Amortização Compulsória de Cotas Seniores*

As Cotas devem ser amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no item 19 do Regulamento. No entanto, há eventos que podem ensejar a Amortização Compulsória de cotas. Dessa forma, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados, não havendo inclusive qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão investimentos de risco e retorno similares na hipótese de eventual recebimento antecipado de recursos.

## **Riscos do Cedente**

### *Ausência de Direitos Creditórios que Atendam aos Critérios de Elegibilidade*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Empréstimos concedidos pelo Paraná Banco a Servidores Públicos, e devem necessariamente respeitar os Critérios de Elegibilidade, os requisitos dos itens 12.3 e 12.5 do Regulamento e os parâmetros da política de investimento descritos no item 10 do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais Empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade, os requisitos dos itens 12.3 e 12.5 do Regulamento e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo, conforme descrito no item 27 do Regulamento, ou ainda Amortização Compulsória. Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de empréstimo consignado também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade.

### *Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios*

A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios. Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso realizada em:

- fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passar ao estado de insolvência;
- fraude à execução, caso (i) quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (ii) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendam demanda judicial fundada em direito real; e
- fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.



### *Guarda da Documentação*

O Paraná Banco é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Paraná Banco tem a obrigação de permitir ao Custodiante e à Administradora livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos pelo Paraná Banco pode representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

### *Resilição ou Resolução do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios*

O Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios poderá ser resilido de pleno direito pelo Fundo, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa, exclusivamente nas hipóteses previstas na Cláusula 12 Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios. Além disso, o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios pode ser resolvido por conta da inexecução das obrigações por uma das partes. Nestes casos, O fundo está sujeito à liquidação antecipada, conforme descrito no item 27 do Regulamento.

### **Outros Riscos**

#### *Modificação da Legislação ou da Regulamentação Sobre os Direitos Creditórios*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto em folha realizado pelos Órgãos Públicos Conveniados. Tal sistemática é autorizada por leis federais, estaduais e/ou municipais, e é também submetida a regulamentação específica expedida pelos Órgãos Públicos Conveniados. Na hipótese de serem expedidas novas normas sobre a matéria, estabelecendo, por exemplo, novos parâmetros para a concessão de empréstimos (inclusive concernentes a limites para prazos e valores máximos), é possível que diminua ou deixe de ocorrer a concessão de empréstimos com características que atendam aos Critérios de Elegibilidade para cessão ao Fundo. Na falta de Direitos Creditórios elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.

#### *Concentração dos Investimentos do Fundo em Direitos Creditórios*

O Fundo poderá ter até 100% de seu patrimônio aplicado em Direitos Creditórios referentes exclusivamente a empréstimos consignados na renda mensal dos proventos de titularidade dos Servidores Públicos, observada a manutenção da Reserva de Liquidez e da Reserva de Pagamento. Nesse contexto, não será possível uma ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). Como a possibilidade de perda de patrimônio do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações em uma ou em poucas modalidades de investimento, caso, por qualquer motivo, os Órgãos Públicos Conveniados atrasem ou deixem de repassar parte ou a totalidade do montante devido ao Fundo, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

#### *Inexigibilidade de Direitos Creditórios*

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios decorrentes de Contratos de Empréstimo com Servidores Públicos. O Fundo poderá eventual e involuntariamente acabar adquirindo Direitos Creditórios relacionados a Empréstimos decorrentes de operações em que pessoas tenham agido fraudulentamente, identificando-se elas falsamente para obter Empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros (Servidores Públicos que não teriam conhecimento da celebração do Empréstimo), mas levantando em benefício próprio os recursos liberados pelo Paraná Banco. Ocorrida esta hipótese, o Fundo não poderá exigir o pagamento dos Empréstimos por parte dos Servidores Públicos lesados, restando-lhe somente exigir do Cedente a restituição do preço pago pelos créditos fraudulentos. A restituição devida pelo Cedente poderá demorar a ocorrer ou, ainda, o Cedente poderá não dispor de recursos para tanto. Em ambos os casos, haverá impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

### *Necessidade de Aprovação dos Titulares das Cotas Subordinadas para Determinados Assuntos*

O item 24.2.1 do Regulamento confere o direito de voto aos titulares de Cotas Subordinadas em determinadas matérias e estabelece a necessidade de aprovação dos mesmos em determinadas deliberações relevantes da assembléia geral de cotistas. Ademais, no item 24 do Regulamento são estabelecidos quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores para a aprovação de determinadas matérias pela assembléia geral de cotistas. Referido direito dos titulares das Cotas Subordinadas assim como a existência de quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores podem impedir a aprovação de matérias essenciais aos interesses dos titulares das Cotas Seniores, o que pode eventualmente afetar seus interesses negativamente.

### *Ausência de Notificação aos Devedores*

A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo não será notificada previamente aos Devedores, exceto nos casos em que o Paraná Banco deixar de exercer a função de Agente de Cobrança. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Devedores, a cessão dos Direitos Creditórios não será considerada eficaz em relação aos Devedores e, como consequência, os Direitos Creditórios relativos aos Devedores não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

### *Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios*

No caso de os Devedores inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Neste caso, além de o Fundo incorrer em maiores custos relacionados à cobrança dos Devedores inadimplentes, nada garante que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos. Nessa hipótese, a rentabilidade do Fundo será afetada negativamente.

### *Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Custodiante*

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

## **Gerenciamento de Riscos**

Os fundos de investimento geridos pela Administradora estão sujeitos aos controles de risco. A Administradora, ao realizar a gestão do Fundo, busca gerenciar os riscos a que o Fundo está exposto e a aderência da carteira aos padrões de conformidade. Para o controle do risco de mercado são utilizados o "VaR" (*Value at Risk*). O monitoramento do risco de crédito de instituições financeiras é realizado através de processo de análise de crédito dos emissores dos ativos e estabelecimento de limites de alocação para cada emissor, de acordo com a política de investimento do Fundo. Para atendimento aos resgates e outras exigibilidades do Fundo, é mantido adequado fluxo de vencimento dos ativos, bem como, percentual do patrimônio do Fundo aplicado em operações com liquidez diária (operações compromissadas).

Os métodos utilizados pela Administradora para gerenciar os riscos a que o Fundo se encontra sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

## **Direitos Creditórios**

### **Crítérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios**

Os Crítérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- os Direitos Creditórios devem ser decorrentes de Contratos de Empréstimo que não tenham parcelas vencidas e não pagas pelos respectivos Devedores;
- os Direitos Creditórios devem ser referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um Contrato de Empréstimo;
- nas Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios decorrentes de Contratos de Empréstimos celebrados entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados listados no Anexo III do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, os quais foram objeto de avaliação pelo Avaliador da Carteira;
- os Direitos Creditórios não poderão ter vencimento posterior à data de liquidação do Fundo;
- os Direitos Creditórios não poderão ter um grau de concentração por Órgão Público Conveniado superior a 10% do patrimônio líquido do Fundo na data de celebração dos Termos de Cessão; e
- os Direitos Creditórios não poderão ter um grau de concentração em relação aos seis maiores Órgãos Públicos Conveniados superior a 50% do patrimônio líquido do Fundo na data de celebração dos Termos de Cessão.

Sendo constatada, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Paraná Banco relativas aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser prontamente requeridos ao Paraná Banco esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de cinco dias úteis, sem prejuízo do evento ser caracterizado como um Evento de Avaliação.

### **Características dos Direitos Creditórios**

#### *Natureza*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Contratos de Empréstimos celebrados por escrito (que não tenham sido formalizados exclusivamente via telefone ou por meio eletrônico) entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados, que tenham atendido aos Crítérios de Elegibilidade.

Desde o advento da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os servidores civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo da União poderão autorizar desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos e financiamentos. A autorização da consignação em folha de pagamento de servidores públicos estaduais e municipais dá-se por meio de regulamentos internos e leis, ambos expedidos pelos respectivos órgãos estaduais e municipais. Para a efetiva consignação dos descontos na folha de pagamento mensal dos servidores públicos relativos aos empréstimos concedidos pela instituição financeira, são observados requisitos descritos em lei e na regulamentação aplicável.

### *Processo de Originação*

Inicialmente, os Servidores Públicos interessados em contrair empréstimo, munidos de documentos e/ou informações específicas, procuram correspondentes do Paraná Banco e estabelecem as características da operação. Os correspondentes consultam os respectivos Departamentos de Recursos Humanos dos Órgãos Públicos Conveniados ou, quando existente, o sistema eletrônico do Órgão na rede mundial de comunicação “internet”, para confirmar os dados fornecidos e a existência de margem consignável.

O Paraná Banco, então, envia arquivo eletrônico, analítico, solicitando autorização das operações e a retenção da margem. O arquivo é destinado ao Órgão Público Conveniado ou ao órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Servidores Públicos. O Órgão Público Conveniado ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado retorna arquivo analítico com as operações autorizadas, ratificando a margem e informando as não aprovadas.

Aprovada a operação, o Paraná Banco transfere os recursos do empréstimo para os Servidores Públicos, em regra por meio de Documento de Ordem de Crédito ou Transferência Eletrônica Disponível para a conta corrente dos Servidores Públicos. A liberação de recursos pode ser feita também por meio de Ordens de Pagamento através de bancos conveniados, hipótese em que o Devedor deve se dirigir a uma agência bancária para receber em espécie a quantia mutuada, após a sua devida identificação.

O desconto em folha das parcelas dos Empréstimos é viabilizado pelos Convênios, mediante consignação na folha de pagamento do Devedor, sendo o valor repassado ao Paraná Banco, juntamente com relação analítica dos descontos efetuados.

### *Documentos Representativos dos Direitos Creditórios*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de (a) Contrato de Empréstimo impresso; (b) autorização impressa do Servidor Público para Desconto em Folha; (c) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de Servidor Público vinculado ao respectivo Órgão Público Conveniado; e (d) cópia de relatório físico, emitido pelo Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado), confirmando o respectivo Desconto em Folha, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condição de devedor do respectivo Servidor Público.

### **Convênios do Paraná Banco com os Órgãos Públicos Conveniados**

A tabela a seguir demonstra todos os Convênios celebrados pelo Paraná Banco com os Órgãos Públicos Conveniados, datas de início e de vencimento, bem como a legislação específica para cada um deles.

<b>Convênio</b>	<b>Data de Início do Primeiro Convênio</b>	<b>Data de Vencimento do Convênio em Vigor</b>	<b>Legislação Específica</b>
Governo do Estado do Paraná	19.03.96	26.08.06	Decreto n.º 1.458, de 14 de dezembro de 1995 Resolução n.º 4.817, de 13 de março de 1996
Governo do Estado do Rio de Janeiro Convênio n.º 003/2004	31.01.00	01.07.07	Decreto n.º 25.547, de 30 de agosto de 1999 Resoluções SARE n.º 2821/99 e n.º 2903/01
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro Convênio n.º 150/2004	13.07.01	13.07.07	Resolução n.º 041, de 27 de abril de 2001.
Prefeitura Municipal de Curitiba	14.05.97	Indeterminado	Decreto n.º 1043/63.
Tribunal de Justiça do Paraná	13.11.96	20.04.07	Decreto Judiciário n.º 533, de 5 de dezembro de 2005.
Estado de Minas Gerais	11.08.99	01.07.06	Decretos n.º 43.723/2004, n.º 42.823/2002, n.º 43862/2004 Resolução n.º 51/99 Resolução SERHA n.º 098, de 12 de dezembro de 2000
Marinha do Brasil Convênio n.º 73001	04.10.04	13.02.07	Normas SGM-302.
Comando do Exército Brasileiro	01.07.05	01.07.10	Portaria n.º 371/05.
Contrato Credenciamento n.º 0040/2005 Estado de Goiás	21.06.01	15.09.06	Lei n.º 13.847, de 7 de junho de 2001

<b>Convênio</b>	<b>Data de Início do Primeiro Convênio</b>	<b>Data de Vencimento do Convênio em Vigor</b>	<b>Legislação Específica</b>
Comando da Aeronáutica Termo Cred. ° 028/DIRINT/SDEE/2004	10.11.04	10.11.09	Portarias n.º 398/GC6, de 17 de maio de 2002 e n.º 002/DIRINT de 16 de março de 2004.
Estado da Bahia Contrato n.º 05/2004	29.12.03	Indeterminada	Decreto n.º 4.408, de 21 de julho de 1995 Portaria n.º 928, de 29 de dezembro de 2003
Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro Convênio n.º 4246/2000	23.5.00	28.11.06	-
Tribunal de Contas do Rio de Janeiro	06.03.01	10.05.07	Decreto n.º 25547/99 e n.º 27232/00
Associação dos Funcionários da Prefeitura de São José dos Pinhais	21.07.98	19.12.08	-
Empresa Municipal de Vigilância do Rio de Janeiro Convênio n.º 150/2004	22.10.04	22.07.07	Lei n.º 207/80 Decreto Municipal n.º 3.221/81
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	01.06.05	01.12.07	Decreto 14.402, de 12 de abril de 2002
Estado do Maranhão	22.10.2002	01.03.07	Instrução Normativa n.º 001/2002 Decreto n.º 18.720, de 11 de junho de 2002 Decreto n.º 3.155/05
Prefeitura Municipal de Campina Grande Convênio n.º 13/2005	25.07.05	Indeterminada	
Prefeitura Municipal de Paranaguá Convênio n.º 28	22.04.05	22.04.10	Parecer Jurídico n.º 23/05
Polícia Militar de Minas Gerais	11.08.99	Indeterminada	Decretos n.º 43.862/2004; n.º 42.823/2002; n.º 43.723/2004 Resoluções SERHA n.º 51/99; n.º 098. Resolução n.º 3776-CG
Estado do Mato Grosso do Sul Convênio SEGES/MS n.º 050/2004	07.06.04	Indeterminada	Decreto n.º 11.464, de 31 de outubro de 2003
Prefeitura Municipal de Ponta Grossa	21.10.97	21.12.06	-
ASSUEL - Universidade Estadual de Londrina.	11.10.00	Indeterminada	-
Senado Federal Convênio n.º 0042/2005	03.11.05	03.11.07	Decretos n.º 3.297/1999; n.º 93.872/1986.
ASTRA – Associação dos Servidores do TRT da Paraíba	03.09.04	03.09.09	-
SANASA S.A.	08.06.04	08.06.06	Lei n.º 10.820/03 Decreto n.º 4.840/03 Lei Municipal n.º 11.630/03
Associação dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Maringá	16.12.02	15.12.07	-
Prefeitura Municipal de Londrina II	01.08.05	31.12.06	Decreto n.º 110/2005
Universidade de Ponta Grossa - SINTESPO	16.06.98	11.08.07	Lei n.º 13.740/2002
Tribunal de Justiça da Paraíba Convênio n.º 03/2004	13.07.04	13.7.09	-
Tribunal de Contas do Paraná Convênio n.º 01/2006	11.02.98	20.04.07	Lei Complementar n.º 113/05, artigo 122, I
Associação dos Funcionários do Porto de Paranaguá	02.09.96	Indeterminada	Ordem de Serviço n.º 144/96 Decreto n.º 7447/90
Prefeitura Municipal de João Pessoa Convênio n.º 004/05	27.07.05	31.12.08	Decreto n.º 5.344, de 13 de junho de 2005 Portaria n.º 424/05
Ministério Público da União	04.09.00	01.01.08	-
Prefeitura Municipal de Guaratuba	05.03.04	05.03.07	-
Prefeitura Municipal de Goiânia Convênio n.º 038/2004	28.09.01	27.09.07	Despacho n.º 767/04
Prefeitura Municipal de Martinhos	01.03.05	31.12.08	-
Prefeitura Municipal de São Paulo Termo de Convênio n.º 01/04	29.1.02	Indeterminada	Decreto n.º 44.629, de 17 de abril de 2004
Prefeitura do Município de Patos	04.3.05	04.03.10	-
Tribunal de Contas da União Convênio 35/2003	19.12.00	12.05.08	Decreto n.º 3.297. de 17 de dezembro de 1999; n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986. Portaria TCU n.º 52, de 14 de março de 2000. Portaria n.º 228, de 9 de outubro de 2000. Decreto n.º 4.708, de 16 de dezembro de 2004.
Estado de Mato Grosso Convênio 003/2006	14.10.02	05.10.09	

<b>Convênio</b>	<b>Data de Início do Primeiro Convênio</b>	<b>Data de Vencimento do Convênio em Vigor</b>	<b>Legislação Específica</b>
Prefeitura Municipal de Campo Grande Termo de Compromisso n.º 04/2001	07.05.01	14.03.08	Decreto n.º 7.318, de 17 de outubro de 1996. Lei Complementar n.º 7. de 30 de janeiro de 1996.
Prefeitura do Município de Guarapuava	06.10.97	05.01.09	-
Prefeitura Municipal de Campinas	12.01.04	12.01.06	Lei n.º 11.630, de 1º de agosto 2003.
Prefeitura Municipal de Colombo	13.09.05	13.09.10	-
Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Descoberto	21.09.05	21.09.10	Lei n.º 573/2003
Inativos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro	2000	27.2.07	Portaria n.º 01 de 5 de outubro de 2001
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	21.12.04	21.12.09	-
Departamento de Estradas de Rodagem do Governo do Estado da Paraíba Convênio n.º 02-PJ/06	30.01.06	30.01.11	Lei n.º 8666/93
Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá	25.04.03	25.04.08	-
Ativos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro	2000	27.02.07	Portaria n.º 01 de 5 de outubro de 2001
Prefeitura Municipal de Cascavel	20.01.98	01.09.08	-
Prefeitura Municipal de Palmeira	04.01.05	04.01.10	-
Assembléia Legislativa da Paraíba	29.09.05	29.09.10	-
Prefeitura Municipal de Londrina – Saúde II	11.02.98	31.12.06	Decreto n.º 110 de 2005
Assembléia Legislativa do Estado de Goiás	14.11.01	Indeterminada	Lei n.º 13847/01 IN n.º 01/01
Prefeitura Municipal de Irati	14.08.01	13.01.09	-
Prefeitura Municipal de Antonina	03.01.05	Indeterminada	-
Tribunal Regional do Trabalho –SC Convênio n.º 002/2004	30.05.00	16.03.09	Leis n.º 8666/93, n.º 9032/95, n.º 9648/98 e n.º 9854/99
Prefeitura Municipal de Araranguá	20.02.03	31.12.06	-
Tribunal de Justiça de Brasília Convênio n.º 003/06	30.03.06	30.03.11	P.A. n.º 16378/05
Prefeitura Municipal de Indaiatuba – ASPMI	15.08.03	15.08.08	-
I.P.M. Ribeirão Preto	30.03.04	30.03.07	Decreto n.º 027/04
Prefeitura Municipal de Uraí	31.03.04	31.03.09	-
Correios	08.07.04	08.07.06	Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003
USP – Universidade de São Paulo	27.10.05	27.10.06	Portaria n.º 3491, de 26 de maio de 2004 Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003 Decretos n.º 4840/2003 e 29598/1989
Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu	15.03.04	15.03.09	-
Prefeitura Municipal de Sarandi	26.11.03	09.12.08	-
Prefeitura Municipal de Itui	31.10.02	Indeterminada	Lei Municipal n.º 244/02 e n.º 316/02
Prefeitura Municipal de Colorado	03.01.05	03.01.10	-
Prefeitura Municipal de Nova Esperança	24.07.05	24.07.10	-
Superior Tribunal Militar Convênio n.º 3/2005	22.09.00	27.10.06	Provimento n.º 77
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	29.11.05	29.11.10	Decreto n.º 13423 de 01 de outubro de 2001
Prefeitura Municipal de Sertaneja	27.5.05	27.11.07	-
Prefeitura Municipal de Florianópolis Convênio n.º 02/2000	15.08.00	Indeterminada	Lei n.º 5445/98 Decretos n.º 317/00 e n.º 439/00
Prefeitura Municipal da Lapa	12.08.05	12.08.10	-
Prefeitura Municipal de Imbituva	07.07.05	07.07.09	-
Tribunal Regional do Trabalho do Paraná	08.05.00	31.07.08	-
Convênio n.º 11/2003			
Prefeitura Municipal de Jaguaraiava	06.05.05	06.05.09	-
Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais	18.08.05	Julho/2006 (Recadastramento anual)	Decretos n.º 43723/2004; n.º 43723/2004; n.º 42823/2002; n.º 43862/2004. Portaria n.º 094/2004 Lei n.º 15025/2004 Resoluções SERHA n.º 098 e n.º 51/99.
Prefeitura Municipal de Piraquara	29.08.05	29.08.06	-
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	15.12.99	Indeterminada	-

## **Política de Concessão de Crédito**

Os empréstimos a Servidores Públicos somente podem ser concedidos se (i) o Devedor não tiver seus vencimentos suspensos; e se (ii) as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto; assim, no ato na contratação do empréstimo, o Paraná Banco deve atestar a existência de documentos ou de informações que comprovem a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto.

## **Cobrança dos Direitos Creditórios**

A cobrança dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Paraná Banco ou por quem vier a lhe substituir na qualidade de agente de cobrança dos direitos creditórios do Fundo, contratado para efetuar a cobrança perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança são a seguir descritas:

- o Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento dos Devedores, processará mensalmente o desconto na folha de pagamento dos respectivos Devedores, dos valores referentes às parcelas dos empréstimos vencidas em cada período/mês;
- o Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento, e no prazo por ele estabelecido, envia ao Paraná Banco relatório analítico dos Devedores e respectivos valores que foram ou serão descontados em folha de pagamento;
- na data previamente informada pelo Órgão Público Conveniado, que, em geral, ocorre num dia do mês subsequente ao da competência da consignação em folha de pagamento, o Órgão Público Conveniado repassa o montante dos valores descontados dos Devedores para uma conta de controle de titularidade do Paraná Banco.
- ao receber os valores, o Paraná Banco confronta-os com o relatório analítico disponibilizado pelo Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações, no qual é informado quais Devedores terão as parcelas dos empréstimos descontadas de suas folhas de pagamento;
- havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Paraná Banco questiona o respectivo Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento;
- apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente;
- entre os valores não recebidos ficarão contratos de empréstimos considerados inadimplentes, que ocorrem, geralmente, nas hipóteses de óbito, ordem judicial que impossibilite o desconto, no todo ou em parte, casos de incorrência de tais descontos por parte Órgão Público Conveniado ou órgão contratado para processamento das consignações, em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial ou redução salarial ou perda de proventos, exoneração ou demissão do Devedor, pedido de licença ou afastamento temporário pelo Devedor, etc.; e
- após a finalização da conciliação e confirmação do recebimento de todos os registros e consignações que compõem o repasse financeiro efetuado pelo Órgão Público Conveniado, o Paraná Banco repassará ao Fundo no prazo de 1 (um) dia útil contado da conciliação efetuada pelo Paraná Banco, os valores decorrentes dos Direitos Creditórios cujo pagamento tenha sido conciliado e confirmado, na conta corrente n.º 55.117-1, agência n.º 2001, Banco Itaú S.A.



O procedimento adotado pelo Paraná Banco para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- se a causa da inadimplência é óbito do Devedor, busca-se cobrar diretamente do espólio;
- a cobrança dos Devedores inadimplentes será realizada pelo Cedente e/ou por prestadoras de serviços de cobrança contratadas pelo Cedente, de forma amigável e/ou judicial, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos dos Contratos de Empréstimo, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento. Em caso de cobrança judicial, o Fundo deverá outorgar procuração *ad judicia* em favor do Cedente e/ou de prestadores de serviços contratados pelo Cedente para tanto;
- para o acompanhamento da cobrança estabelecida na alínea acima, o Cedente deverá elaborar relatórios de cobrança e encaminhá-los à Administradora, mensalmente, a partir da data de assinatura do primeiro Termo de Cessão;
- nos termos do Contrato de Custódia e do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, o Cedente foi constituído fiel depositário de quaisquer valores por ele recebidos, a qualquer título, referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, até a efetiva transferência de tais valores ao Fundo; e
- desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, o Cedente poderá celebrar ou realizar, mediante autorização prévia da Administradora, qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos.

#### **Direitos Creditórios Inadimplidos, Recompra Facultativa e Aporte Adicional de Recursos para Fazer Frente a Despesas de Cobrança**

Os Direitos Creditórios não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança pelo Fundo, havendo sido contratado o Agente de Cobrança para prestar tais serviços.

O Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido, a partir de cinco dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor exigível do Direito Creditório inadimplido.

A cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios cedidos inadimplidos e não recomprados pelo Cedente na forma descrita acima será feita, às expensas exclusivas do Fundo, pelo Agente de Cobrança e/ou por prestadoras de serviços de cobrança contratados pelo Agente de Cobrança, amigável e/ou judicial, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos sob os Contratos de Empréstimo, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento. Em caso de cobrança judicial, o Fundo deverá outorgar procuração *ad judicia* em favor do Agente de Cobrança e/ou de prestadores de serviços contratados pelo Agente de Cobrança para tanto.

Sem prejuízo do disposto acima, o Agente de Cobrança somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos Creditórios inadimplidos junto aos respectivos Devedores, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Direito Creditório inadimplido, após o 10º dia corrido contado do vencimento do respectivo Direito Creditório.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos cotistas do Fundo, não estando o Agente de Cobrança, a Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos Creditórios e Outros Ativos.

O Agente de Cobrança, a Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou, nos termos deste parágrafo, diretamente pelos cotistas do Fundo.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos cotistas do Fundo em assembléia geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas cotas. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento ou na referida assembléia geral.

Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o parágrafo acima; e (ii) da assunção, pelos cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste item.

Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus Direitos Creditórios e dos Outros Ativos.

O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será responsável pela indicação de Direitos Creditórios ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado por sua Administradora, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 27.8 do Regulamento, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo no terceiro dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço, no mínimo, equivalente ao valor exigível dos Direitos Creditórios.

No ato de pagamento da recompra de Direitos Creditórios, o Fundo deverá transferir ao Cedente os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios que eventualmente tenha recebido.

Adicionalmente às hipóteses de recompra descritas acima e sem prejuízo do evento ser caracterizado como um Evento de Avaliação, na hipótese dos Descontos em Folha de determinado Convênio se tornarem definitivamente impossíveis, com a concorrência de culpa do Cedente, por tempo indeterminado, ou por prazo superior a um mês, o Cedente deverá, imediatamente, a critério da Administradora:

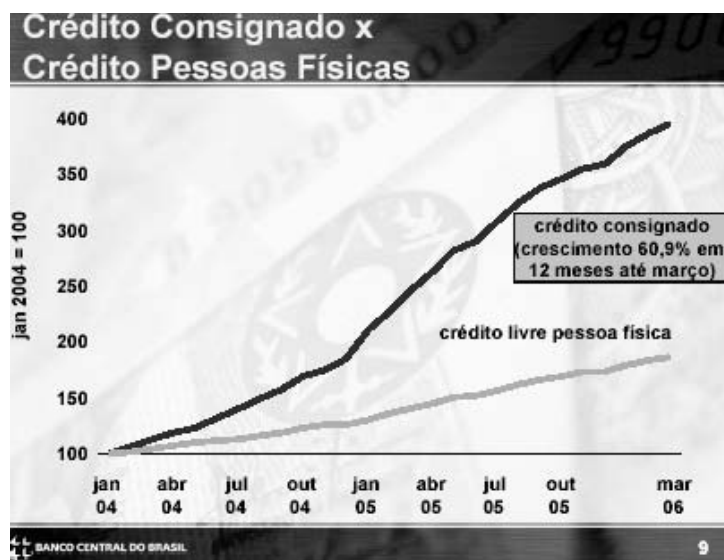
- recomprar a totalidade dos Direitos Creditórios cedidos e ainda não pagos pelos respectivos Devedores, observado que, (i) em se tratando de Direitos Creditórios vincendos, pelo Preço da Cessão, calculado de acordo com a fórmula especificada no Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios; e (ii) em se tratando de Direitos Creditórios vencidos, pelo valor pelo qual tais Direitos Creditórios sejam exigíveis; ou, alternativamente, a critério da Administradora,
- substituir a totalidade dos Direitos Creditórios cedidos e ainda não pagos pelos respectivos Devedores por outros Direitos Creditórios equivalentes no que se refere a prazo de vencimento e valor e que atendam aos Critérios de Elegibilidade e aos compromissos assumidos pelo Cedente nos termos da Cláusula 4.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

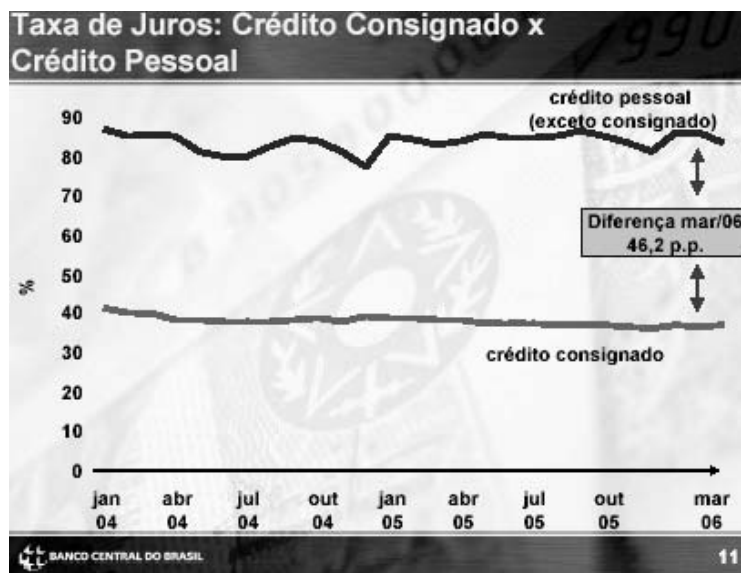
## Informações sobre o Mercado de Crédito e as Operações de Crédito Consignado

As operações de crédito do sistema financeiro, de acordo com dados do Banco Central, divulgados no "Relatório Anual 2005", atingiram R\$607 bilhões em dezembro de 2005, com aumento de 21,5% no ano. Em consequência, a participação do total de empréstimos no PIB atingiu 31,2%, ante 27% em dezembro de 2004. O comportamento do crédito em 2005 foi sustentado pelo desempenho favorável do segmento de recursos livres, impulsionado, principalmente, pela trajetória expansionista das operações contratadas com pessoas físicas, com ênfase na aquisição de bens duráveis e no crédito pessoal, o que traduziu a expressiva evolução dos empréstimos consignados em folha de pagamento. Ao mesmo tempo, a demanda das empresas foi sensibilizada pelo menor dinamismo da atividade econômica.

Em dezembro de 2005, verificou-se um crescimento de 84,3% nas operações consignadas em folha de pagamento, que atingiu R\$32,3 bilhões, passando a representar 45,7% da carteira de crédito pessoal, ante 35,5% em dezembro de 2004. Contribuiu de forma relevante para esta evolução a consolidação dos empréstimos a aposentados e pensionistas do INSS.

Os gráficos abaixo, divulgados pelo Banco Central, demonstram, respectivamente, a evolução do crédito consignado em relação ao crédito livre para pessoas físicas e a evolução da taxa de juros do crédito consignado em comparação com o crédito pessoal em geral (período de janeiro de 2004 a março de 2006):





### Aspectos Legais e Regulamentares do Empréstimo com Desconto em Folha

O parágrafo único do artigo 45 da Lei n.º 8.112/90, autoriza a consignação em folha de pagamento de servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo da União, desde que mediante autorização do referido servidor, a critério da administração, e na forma definida em regulamento.

A Lei n.º 8.112/90 é aplicável exclusivamente para servidores públicos do poder executivo da União. A autorização da consignação em folha de pagamento de servidores públicos estaduais e municipais dá-se por meio de regulamentos internos e leis expedidos pelos respectivos órgãos estaduais e municipais. De forma geral, tais regulamentações dispõem sobre (i) o limite do valor do desconto em folha de pagamento; e (ii) o cancelamento, pelo servidor, da autorização para desconto em folha de pagamento.

O desconto em folha de pagamento para servidores federais previsto no artigo 45 da lei acima referida é regulamentado pelo Decreto n.º 4.961/04. Neste decreto, o empréstimo com desconto em folha é definido como consignação facultativa.

Consignação facultativa é aquela incidente sobre a remuneração do devedor, mediante sua autorização prévia e formal, e desde que haja anuência da Administração Pública. Há também as consignações compulsórias, que, em sua maioria, não dependem de autorização prévia do servidor público, pois decorrem de lei ou de decisão judicial. Dentre elas, citam-se: (i) contribuição para a Previdência Social; (ii) pensão alimentícia judicial; (iii) imposto sobre rendimento do trabalho; (iv) mensalidade e contribuição em favor de entidades sindicais; e (v) contribuição para planos de saúde de entidade fechada de previdência.

A soma mensal das consignações facultativas não pode exceder 30% da remuneração do servidor federal, a ser contabilizada com a inclusão da parcela dos adicionais e vantagens recebidos no respectivo mês. O somatório das consignações compulsórias e facultativas não pode comprometer mais de 70% da remuneração do servidor federal.

Como as consignações compulsórias têm prioridade sobre as facultativas, caso referido limite de 70% venha a ser superado, parte das consignações facultativas é suspensa, de forma a proporcionar o devido reenquadramento.

A imposição de limites para o desconto em folha de pagamento pela legislação tem como finalidade impedir que o servidor federal comprometa a sua verba alimentar. Já a prioridade concedida às consignações compulsórias garante que parcela dos recursos oriundos da remuneração do servidor federal seja destinada para contribuições de primeira importância (previdência e sindicato, por exemplo), e para o devido cumprimento de decisões judiciais.

Ressalte-se que o Decreto n.º 4.961/04 permite que o servidor federal conceda autorização irrevogável para o desconto em sua remuneração das parcelas devidas em razão do empréstimo. Isso significa que, de acordo com a legislação pertinente, a autorização somente poderá ser cancelada com o expresse consentimento da instituição consignatária que é a concedente do empréstimo.

### **Decisões Judiciais sobre a Legalidade do Desconto em Folha**

O pagamento dos Direitos Creditórios por parte dos Servidores Públicos deve ser efetuado por meio de desconto em folha, nos termos da legislação aplicável especificamente para cada Servidor Público. Em agosto de 2004, a 3ª Turma do STJ considerou abusiva a cláusula que estabelece a irrevogabilidade da autorização para desconto em folha concedida por um servidor público do Estado do Rio Grande do Sul, sob a alegação de impenhorabilidade de salários e vencimentos (artigo 649, IV, do Código de Processo Civil).

Referida decisão, além de isolada, foi superada pelo entendimento da Segunda Seção do STJ no julgamento do Recurso Especial n.º 728.563, julgado em junho de 2005. A decisão proferida em relação a referido recurso pacificou o entendimento sobre a matéria e é atualmente seguida pelos ministros que compõem a Terceira e a Quarta Turma do STJ.

O Recurso Especial n.º 728.563 foi interposto pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Porto Alegre, em razão de decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que declarou serem ilegais os descontos em folha de pagamento de débitos relativos a empréstimo contraído por servidor público. Além disso, considerou descabidos os descontos por ser o salário verba de natureza alimentar.

Ao julgarem o Recurso Especial n.º 728.563, os ministros da Segunda Seção do STJ reconheceram, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve divergência, contudo, quanto à fundamentação dos votos dos ministros.

O Ministro Relator Aldir Passarinho Júnior afirmou em seu voto que o desconto em folha de pagamento consiste em mero exercício de livre disposição contratual das partes, não configurando, portanto, penhora de vencimentos. Outros quatro ministros compartilharam de tal entendimento.

A Ministra Nancy Andrigli e o Ministro Castro Filho também entenderam que o desconto em folha de pagamento não configura penhora de vencimentos. Contudo, só admitiram a possibilidade de o desconto em folha de pagamento ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos. Ressaltaram inclusive que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos. O argumento invocado por referidos ministros é de que os vencimentos têm natureza alimentar, devendo o servidor ter sobre eles livre fruição.

## **Cotas**

### **Características Gerais**

As Cotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da assembleia geral de cotistas. As Cotas serão divididas em Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

A emissão de Cotas obedecerá aos parâmetros e requisitos abaixo referidos.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas Seniores.

As Cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.

É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, sua adesão aos termos do Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, bem como de declaração atestando a condição de Investidor Qualificado, exceção feita aos casos de aquisição de Cotas Seniores no mercado secundário.

Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

As Cotas Seniores só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Cotas Seniores serão colocadas pelas Instituições Intermediárias, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por elas, integrantes do sistema de distribuição.

O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$25.000,00.

A integralização de Cotas pode ser efetuada por débito e crédito em conta mantida no Custodiante ou por TED. A amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente, DOC, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas pelo Cedente mediante a cessão de Direitos Creditórios. Nas cessões de Direitos Creditórios destinadas à integralização de Cotas Subordinadas, o Cedente, a Administradora e o Custodiante deverão observar as regras determinadas no Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, inclusive no que se refere aos Critérios de Elegibilidade, aos compromissos assumidos pelo Cedente nos termos dos itens 12.3 e 12.5 do Regulamento e ao Preço da Cessão dos Direitos Creditórios (conforme definido na Cláusula 2.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios).

Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado na seção "Liquidação do Fundo". Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, os resgates em Direitos Creditórios serão realizados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao valor líquido resgatado.

As Cotas Seniores deverão ser negociadas exclusivamente em pregão das bolsas de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, cabendo às Instituições Intermediárias assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas. As Cotas Subordinadas não poderão ser negociadas.

O prazo para efetivação de resgate das Cotas é o dia 15 do 36º mês, contado a partir do mês em que se verificar a Data de Subscrição Inicial.

## **Emissão**

Serão emitidas cotas com valor de R\$1,00 cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe. Fica a critério da Administradora a quantidade de cotas objeto da Emissão, desde que observados:

- o limite máximo de 101.250.000 Cotas Seniores, que já inclui as Cotas Seniores Suplementares e as Cotas Seniores Adicionais; e
- a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, calculados *pro-forma*, considerando a Emissão, deve respeitar, na Data de Subscrição Inicial, a Razão Mínima.

As Cotas objeto da Emissão serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Administradora. Na subscrição de Cotas da Emissão que ocorrer em dia diferente da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

A Emissão se encerrará no prazo máximo de 180 dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, §1º, e artigo 20, §1º, da Instrução CVM n.º 356/01.

A integralização das Cotas Seniores somente será exigível após a integralização das Cotas Subordinadas.

## **Classes de Cotas**

As Cotas poderão ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas. Todas as Cotas de mesma classe terão iguais remunerações, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto na seção "Assembleia Geral".

As Cotas Seniores, conforme definido, são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

As Cotas Subordinadas, conforme definido, são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização integral das Cotas Seniores, ou conforme descrito no item 19.2 do Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate da totalidade das Cotas Seniores.

A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas estão previstas, respectivamente, nas seções "Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo" e "Amortização das Cotas".

## **Razão Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o Valor das Cotas Seniores**

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, ou Razão Mínima, conforme definido, será equivalente a 133,33%. Essa relação deve ser apurada todo dia útil, e informada aos cotistas periodicamente, por meio do Periódico.

Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por dois dias úteis consecutivos, o Cedente dos Direitos Creditórios será imediatamente informado de tal fato pela Administradora, por meio de Aviso de Desenquadramento. O Cedente deverá responder ao Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o primeiro dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irretratável e irrevogável a prontamente subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para o reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.

Na hipótese de o Cedente desejar subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) novas Cotas Subordinadas, a Administradora poderá deliberar pela emissão de tais cotas sem necessidade de autorização de quaisquer cotistas do Fundo ou de realização de assembléia geral. Nesse caso, o processo de subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas deverá ser concluído dentro de até cinco dias contados da data do envio do Aviso de Desenquadramento.

Na hipótese de o Cedente não responder tempestivamente ao Aviso de Desenquadramento à Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) novas Cotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores, nos termos do item 19.3 do Regulamento e, ainda, se a Razão Mínima for inobservada por cinco dias úteis consecutivos, não tendo o Cedente respondido tempestivamente ao Aviso de Desenquadramento, ou, ainda, se não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, a Administradora deverá convocar assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo.

### Cronograma Estimado das Etapas da Oferta

A Oferta seguirá o cronograma estimado abaixo:

Evento	Data Prevista*
Protocolo do pedido de registro na CVM	1.8.06
Publicação do aviso ao mercado	2.8.06
Disponibilização do Prospecto Preliminar	2.8.06
Início das apresentações a potenciais investidores	8.8.06
Encerramento das apresentações a potenciais investidores	20.8.06
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	25.8.06
Publicação do Anúncio de Início	29.8.06
Disponibilização do Prospecto Definitivo	29.8.06
Liquidação da Emissão	29.8.06
Publicação do Anúncio de Encerramento	30.8.06

(\*) As datas referidas acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, antecipações e atrasos.

### Manifestação de Aceitação à Oferta

Os investidores terão a partir da data de publicação do Anúncio de Início para manifestar às Instituições Intermediárias, sua aceitação à subscrição das Cotas Seniores.

Tendo em vista que a Oferta será realizada em regime de melhores esforços, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM n.º 400/03, o investidor poderá, no ato da aceitação à Oferta, condicionar sua adesão a que haja Oferta:

- da totalidade das Cotas Seniores objeto da Oferta (excluídas as Cotas Seniores Suplementares e as Cotas Seniores Adicionais), sendo que, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, o preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ("CPMF"), no prazo de três dias úteis contados da data em que tenha sido verificada o não implemento da condição; ou
- de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas Seniores originalmente objeto da Oferta (excluídas as Cotas Seniores Suplementares e as Cotas Seniores Adicionais), podendo o investidor, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Cotas Seniores por ele subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Cotas Seniores efetivamente distribuídas e a quantidade de Cotas Seniores originalmente objeto da Oferta (excluídas as Cotas Seniores Suplementares e as Cotas Seniores Adicionais), presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade das Cotas Seniores por ele subscritas, sendo que, se o investidor tiver indicado tal proporção, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, o preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de três dias úteis contados da data em que tenha sido verificada o não implemento da condição.



### **Suspensão, Cancelamento e Prorrogação da Oferta**

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM n.º 400/03; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM n.º 400/03, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão a qualquer das Instituições Intermediárias (i) até as 16 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, o preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da respectiva revogação; e

Caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM n.º 400/03; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM n.º 400/03; ou (c) este Contrato seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e as Instituições Intermediárias comunicarão aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, o preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da comunicação do cancelamento da Oferta.

### **Devolução e Reembolso aos Investidores**

Terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas subscritas, acrescidos da respectiva remuneração desde a data de subscrição até a data da efetiva restituição, (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão. A restituição referida acima será feita na sede da Administradora; ou, conforme o caso, através de instituição financeira contratada para este fim. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até cinco dias úteis contados da publicação do aviso de que trata o parágrafo anterior.

### **Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta**

A Administradora poderá solicitar modificação ou revogação da Oferta perante a CVM na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta.

É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Cotistas ou para renúncia à condição da Oferta estabelecida pela Administradora. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, conforme informado acima.

Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, através de correspondência protocolada na sede da Administradora, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de sua manutenção na hipótese de silêncio.

Na hipótese do Cotista manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida à aceitação da oferta, acrescidos da respectiva remuneração incidente desde a data de subscrição até a data da efetiva restituição.

A modificação da oferta deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início e as Instituições Intermediárias deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da Emissão.

## Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo

As Cotas, independentemente da classe, terão seu valor calculado todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- após o pagamento e o provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à aplicação do Fator Multiplicador sobre a Taxa DI, no respectivo período; e
- após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$Re = (VCse \times FatorDI), \text{ onde:}$$

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculado com seis casas decimais sem arredondamento;

VCse = valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com seis casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = Taxa DI com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com oito casas decimais, com arredondamento;

$$Fator DI = (TDI \times FM), \text{ onde:}$$

TDI = Taxa DI, expressa ao dia, divulgada pela CETIP; e

FM = Fator Multiplicador, na forma percentual, definido no Regulamento.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Cotas, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das Cotas, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data, e os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos cotistas, deverá convocar assembléia geral de cotistas para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da assembléia geral de cotistas.

O Fator Multiplicador, que será aplicado sobre a Taxa DI para cálculo da efetiva remuneração das Cotas Seniores (de acordo com a fórmula acima), foi definido em Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pela Instituição Líder, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos.

A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem. Recomenda-se a leitura atenta da seção "Fatores de Risco" deste Prospecto.

## Amortização das Cotas

O disposto nesta seção não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

### Amortização das Cotas Seniores

A partir do 13º mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 24 pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT = \left( \frac{1}{36 - (M - 1)} \right) * VCse, \text{ onde:}$$

$PMT$  é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir do 13º mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial;

$M$  é o número do mês (após a Data de Subscrição Inicial) em que a amortização será feita, sendo que  $M$  variará entre 13 (primeira amortização) e 36 (última amortização); e

$VCse$  é o valor unitário da Cota Sênior na Data de Amortização de Cotas Seniores "n", calculado na forma do item 18 do Regulamento e da seção "Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo".

As amortizações das Cotas Seniores ocorrerão, mensalmente, sempre no dia 15 de cada mês. Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido (" $A_{PRINCIPAL}$ ") acrescida do respectivo rendimento (" $A_{JUROS}$ ") para cada cota, conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{Vsubs - \left( \sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}} + \sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}} \right)}{[36 - (M - 1)]}, \text{ onde:}$$

$Vsubs$  é o valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}}$  é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

$\sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}}$  é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

$M$  é o número do mês, conforme definido acima;

$$A_{JUROS_n} = PMT - A_{PRINCIPAL_n}$$

$PMT$  é o valor de amortização calculado conforme fórmula indicada acima.

Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com feriado nacional, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não cabendo aos cotistas qualquer acréscimo.

As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembléia geral de cotistas, observado o Regulamento confere direto de voto também aos cotistas titulares de Cotas Subordinadas na aprovação de referida matéria.

### **Amortização das Cotas Subordinadas**

As Cotas Subordinadas somente serão resgatadas ou amortizadas, total ou parcialmente, após a amortização total ou o resgate da totalidade das Cotas Seniores, na forma prevista no Regulamento.

Caso a relação mínima entre o patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores seja superior a 140% (cento e quarenta por cento), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Cotas Subordinadas, independente de realização de assembleia de cotistas, até que seja atingida a Razão Mínima (ou seja, até que a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores seja igual a 133,33%, e desde que (i) o Fundo esteja em dia com as amortizações das Cotas Seniores; (ii) a Reserva de Liquidez e a Reserva de Pagamento estejam devidamente atendidas; e (iii) até a data de amortização das Cotas Subordinadas nos termos deste parágrafo, não se tenha verificado qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da assembleia geral de cotistas, observado que os cotistas titulares de Cotas Subordinadas também terão direito a voto na aprovação de referida matéria.

### **Amortização Compulsória**

Desde que previamente autorizada por assembleia geral de cotistas convocada especialmente para deliberar sobre a realização de Amortização Compulsória, a Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios.

Na hipótese de a assembleia geral decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos parágrafos anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida na seção "Amortização das Cotas Seniores" acima, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo. Esse valor será referente à amortização do valor principal do investimento, não sendo computado como remuneração.

Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas Cotas.

Os procedimentos descritos acima não constituem promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

## **Reserva de Pagamento**

A Administradora deverá constituir Reserva de Pagamento das amortizações das Cotas Seniores, adicionalmente à Reserva de Liquidez. Para tanto, deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- a partir de 60 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 31 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluía a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez; e
- a partir de 30 dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluía a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto acima, a Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento, sem prejuízo da configuração do evento como um Evento de Avaliação, se for o caso.

Quando da implementação dos procedimentos definidos acima, a Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida no Regulamento.

Os procedimentos descritos acima não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

## **Índice de Inadimplência dos Direitos Creditórios**

Mensalmente, em cada Data de Apuração, a Administradora calculará, para cada Período de Apuração:

- (i) a relação entre (a) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no respectivo Período de Apuração, e que estejam inadimplentes há mais de 30 dias corridos e (b) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vencimento no respectivo Período de Apuração;
- (ii) a relação entre (a) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no respectivo Período de Apuração, e que estejam inadimplentes há mais de 90 dias corridos e (b) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vencimento no respectivo Período de Apuração; e
- (iii) a relação entre (a) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no respectivo Período de Apuração, e que estejam inadimplentes há mais de 180 dias corridos e (b) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vencimento no respectivo Período de Apuração.

Durante a sua vigência, o Fundo deverá manter os seguintes índices de inadimplência:

- o índice calculado de acordo com os termos do item (i) acima não deve ser igual ou superior a 18% para determinado Período de Apuração e a média móvel dos três últimos Períodos de Apuração não deve ser igual ou superior a 15%;
- o índice calculado de acordo com os termos do item (ii) acima não deve ser igual ou superior a 8% para determinado Período de Apuração e a média móvel dos três últimos Períodos de Apuração não deve ser igual ou superior a 6%; e
- o índice calculado de acordo com os termos do item (iii) acima não deve ser igual ou superior a 5% para determinado Período de Apuração e a média móvel dos três últimos Períodos de Apuração não deve ser igual ou superior a 4%.

Caso a Administradora constate a inobservância dos índices indicados no parágrafo anterior, tal evento será considerado um Evento de Avaliação e serão observados os procedimentos previstos na seção "Liquidação do Fundo - Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo".

## **Regras de Movimentação**

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00. Além disso, somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Cotas.

As Cotas Seniores deverão ser negociadas exclusivamente em pregão das bolsas de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, cabendo às Instituições Intermediárias assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das cotas. As Cotas Subordinadas não poderão ser negociadas.

A integralização das Cotas pode ser efetuada por débito e crédito em conta mantida no Custodiante ou por TED. A amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente, DOC, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

Admite-se o resgate de Cotas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado na seção "Liquidação do Fundo - Procedimentos de Liquidação Antecipada". Durante a vigência da CPMF, os resgates em Direitos Creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos, em valor correspondente ao valor líquido resgatado.

O prazo para efetivação de resgate das Cotas será no dia 15 do 36º mês, contado a partir do mês em que se verificar a Data de Subscrição Inicial. Se o resgate for efetivado em dia não útil na praça em que estiver sediada a Administradora, os valores correspondentes serão pagos ao(s) cotista(s) no primeiro dia útil seguinte em que houver expediente bancário.



## **Prestadores de Serviços**

### **Administradora e Gestora**

#### *Histórico e Atividades*

A Administradora é uma instituição validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

A Administradora foi constituída em 29 de fevereiro de 1968, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como principal atividade a compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros.

O capital social da Administradora, na data deste Prospecto, era equivalente a R\$1.400.000,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 14.000.000 cotas.

O Cedente é titular de 99,99% do capital social total da J. Malucelli Corretora de Valores Ltda.

#### *Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Administradora*

A Administradora, observadas as limitações aqui estabelecidas, no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Administradora, dentre outras previstas no Regulamento:

- celebrar os documentos do Fundo por ordem e conta do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, Agência Classificadora de Risco das Cotas Seniores e Auditor do Fundo encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo e da atuação da Administradora e Avaliador da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo;
- monitorar a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Paraná Banco e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e do Contrato de Custódia;
- registrar, antes do protocolo do pedido de registro do Fundo na CVM, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o Regulamento e seus anexos, bem como futuras versões do Regulamento e de seus anexos, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná;
- manter atualizados e em perfeita ordem: a documentação relativa às operações do Fundo; o registro dos cotistas; o livro de atas de assembléias gerais; o livro de presença de cotistas; este Prospecto; os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, §§ 3º e 4º, da Instrução CVM n.º 356/01; o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e os relatórios do Auditor do Fundo e do Avaliador da Carteira;
- receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- entregar ao cotista, mediante recibo, gratuitamente, exemplar do Regulamento e disponibilizar o prospecto e os relatórios preparados pelo Auditor do Fundo e pela Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo, bem como cientificá-lo (a) do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações; e (b) da taxa de administração cobrada;
- providenciar a adesão dos cotistas do Fundo ao Regulamento na mesma data de subscrição de Cotas;

- divulgar, com a periodicidade prevista no item 25.5 do Regulamento, no Periódico, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, nos termos do item 16.3 do Regulamento, e a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores pela Agência Classificadora de Risco;
- divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento, em especial as discriminadas no item 25 do Regulamento;
- custear as despesas de propaganda do Fundo;
- fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, conforme disposto na Instrução CVM n.º 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) de cotas de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública;
- informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, no prazo máximo de três dias úteis contados da sua ciência de tal fato;
- no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária, ou ainda, de regimes similares, do Agente de Cobrança, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra instituição;
- informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco: a substituição da Administradora, do Custodiante, do Auditor do Fundo ou do Avaliador da Carteira; a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação Antecipada; e a celebração de aditamentos ao Regulamento e ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios;
- disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras trimestrais do Fundo à Agência Classificadora de Risco; e
- calcular, todo o dia útil, a relação mínima entre o patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores e os limites, índices e parâmetros referidos no Regulamento.

A divulgação das informações previstas no quinto item acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do diretor responsável designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.

O diretor responsável designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01 deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos cotistas, bem como submetido anualmente ao Auditor do Fundo, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.

É vedado à Administradora:

- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

- utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

As vedações acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas Controladoras da Administradora, das sociedades por elas Controladas e de coligadas ou outras sociedades sob Controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- aplicar recursos diretamente no exterior;
- adquirir cotas do próprio Fundo;
- pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vender Cotas a prestação;
- vender Cotas Seniores ao Cedente e a sociedades Controladoras ou Controladas pelo Cedente, bem como coligadas ou outras sociedades sob o Controle comum do Cedente
- prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no item 8 do Regulamento;
- obter ou conceder empréstimos;
- alugar, emprestar ou empenhar os Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e
- criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e/ou os Outros Ativos.

#### *Remuneração da Administradora*

A Administradora terá direito a receber a remuneração descrita na seção "Informações Complementares - Taxas".

#### *Substituição da Administradora*

Os titulares das Cotas Seniores em Circulação, reunidos em assembléia geral, poderão solicitar a substituição da Administradora. Para tanto, os titulares de Cotas Seniores em Circulação deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida assembléia geral, documento contendo as razões e os motivos da solicitação e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, três instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais documentos da Oferta.

A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento enviada com antecedência mínima de 10 dias corridos a cada cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembleia geral a se realizar em até 30 dias corridos, contados da data da respectiva convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01 e do item 24 do Regulamento.

A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 15 dias contados da data de realização da assembleia geral convocada para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, ou por prazo inferior caso (i) assim seja deliberado pelos cotistas do Fundo por meio de assembleia, e (ii) a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora, na forma da regulamentação aplicável, e comprometa-se a desempenhar suas funções de acordo com os termos e as condições do Regulamento.

Caso a nova Administradora nomeada conforme os procedimentos acima não substitua a Administradora dentro do prazo de 15 dias contados da data da realização da assembleia geral que deliberou a substituição, a Administradora procederá à liquidação do Fundo até o 20º dia corrido contado da data de realização da referida assembleia geral.

Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a assembleia geral, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de Administradora habilitada para substituir a Administradora, o Fundo será liquidado no prazo máximo de 15 dias.

Nas hipóteses de substituição da Administradora e/ou de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 dias úteis contados da realização da assembleia geral que deliberar pela sua substituição ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no item 9.3 do Regulamento, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo, ou que quaisquer pessoas acima referidas tenham tido acesso na execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

#### *Contratação de Terceiros*

A Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor ou sócio-gerente designado, contratar os serviços abaixo, às expensas do Fundo:

- consultoria especializada, objetivando a análise dos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo;
- gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01; e
- custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo.

#### **Custodiante e Escriturador de Cotas**

##### *Introdução*

O Banco Itaú presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$920 bilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da ANBID (dados de junho de 2005).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

### *Histórico*

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há 6 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais faz parte da Área de Mercado de Capitais do Banco Itaú e é voltada à prestação de serviços de *back-office* das mais diversas modalidades. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$920 bilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Além disso, controla mais de 4.860 mil indivíduos/empresas entre acionistas, debenturistas e quotistas e detêm aproximadamente 90% do mercado de custódia local de ADRs – American Depositary Receipts. Na prestação de serviços relacionados às operações com direitos creditórios (*servicer*), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$4 bilhões em ativos.

### *Colaboradores e política de recursos humanos*

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais conta atualmente com mais de 500 funcionários dedicados integralmente à atividade de custódia e controladoria, não incluindo analistas e programadores de sistemas nem tampouco empresas fornecedoras de softwares utilizados na prestação dos serviços.

### *Tecnologia e sistemas*

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional ("CTO"), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

### *Sistemas de back-up*

O Custodiante utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em *softwares* empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery online*, utilizando duplicidade de hardware e software e replicação *online* de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de *hardware* e *software* dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de back-up como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

### *Políticas de compliance e controles internos*

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais possui uma gerência de *compliance* própria que também está subordinada à estrutura do *compliance* corporativo do Custodiante (para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas), bem como as normas aplicáveis definidas pelo Bacen.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

### *Responsabilidades*

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- realizar a liquidação financeira dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo de acordo com os termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e os respectivos Termos de Cessão
- fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e dos documentos representativos dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- diligenciar para que sejam mantidos pelo Cedente, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para a Administradora, auditores independentes, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.
- prestar serviços de custódia dos Outros Ativos; e
- fazer auditoria periódica trimestral e por amostragem para a verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios sob a guarda da Cedente, nos termos do parágrafo abaixo.

Em decorrência da nomeação do Cedente como fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, da expressiva diversificação de Devedores e significativo volume de créditos cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, após a ocorrência de cada cessão, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios por amostragem, comunicando o resultado dessa verificação à Administradora, à Agência Classificadora de Risco do Fundo e ao Avaliador da Carteira.

Ao realizar a verificação referida no parágrafo acima, o Custodiante deverá analisar, com relação à documentação examinada de acordo com os procedimentos de auditoria por amostragem realizados, a existência de contrato físico celebrado por escrito entre o Paraná Banco e o respectivo Servidor Público, relativo à contratação do Empréstimo, bem como de autorização por escrito para o Desconto em Folha.

#### *Substituição*

O Fundo e/ou a Administradora podem, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela assembléia geral de cotistas.

#### **Fiel Depositário e Agente de Cobrança**

O Paraná Banco foi contratado (i) como fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como Agente de Cobrança de tais Direitos Creditórios.

A descrição dos procedimentos de cobrança a serem adotados pelo Paraná Banco consta da seção "Direitos Creditórios - Cobrança dos Direitos Creditórios".

#### *Substituição*

O Fundo e/ou a Administradora podem, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços atribuídos ao Agente de Cobrança, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela assembléia geral de cotistas.

#### **Distribuidores**

As Cotas serão colocadas pelo Banco Votorantim e pelo Banco ABC, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por eles, integrantes do sistema de distribuição.

O Banco Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão de Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM Ltda. O sucesso inicial da Votorantim DTVM Ltda., que chegou a ser a segunda maior distribuidora de títulos e valores mobiliários do país em 1990, motivou sua transformação em banco múltiplo, autorizada pelo Banco Central em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Além dos serviços de banco comercial e de banco de investimento, prestados diretamente a grandes clientes de elevado conceito e posição nas respectivas áreas de atuação, o Banco Votorantim atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio de suas subsidiárias financeiras, na gestão de fundos de investimento por meio da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e como corretora de valores mobiliários por meio da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. O Banco Votorantim tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e filiais nas cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Nassau (Bahamas).

Desde 1996 até a data deste prospecto, o Banco Votorantim participou como instituição líder, instituição subcontratada ou participante especial na colocação de aproximadamente R\$16,25 bilhões em debêntures; R\$7,7 bilhões em *commercial papers*; R\$1,6 bilhão em ações, R\$2,1 bilhões em cotas de FIDC e R\$ 14,4 milhões em CRIs, no mercado local.

O Banco ABC é um banco múltiplo habilitado a operar nas carteiras comercial, de investimentos, financeira, crédito imobiliário e câmbio no mercado financeiro brasileiro pelo Banco Central. O Banco ABC é controlado pelo Arab Banking Corporation – ABC (84%), banco internacional, com sede em Bahrain, com ações negociadas em bolsas de valores, e presença própria ou através de subsidiárias, em 34 países. O restante do capital social do Banco ABC é detido por seus executivos (16%).

Além dos investimentos na área financeira, os acionistas do Banco ABC controlam um conjunto de empresas no Brasil e no exterior que se dedica à atividade de comércio internacional. O Banco ABC tem atuado de maneira destacada em operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado ao final do ano de 2005 a 4º colocação no *ranking* de origemação e distribuição em valor de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, segundo dados divulgados pela ANBID, considerado o período base compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2005.

## **Auditores**

Foi contratada a Deloitte para prestar os serviços de Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira.

A Deloitte é uma das maiores empresas do mundo na prestação de serviços profissionais de auditoria, consultoria tributária, consultoria em gestão de riscos empresariais, *corporate finance*, consultoria empresarial, *outsourcing*, consultoria em capital humano e consultoria atuarial. Fundada em 1845, possui mais de 700 escritórios em quase 150 países, contando com cerca de 135.000 profissionais.

No Brasil, onde atua desde 1911, é uma das líderes de mercado e seus mais de 2.700 profissionais são reconhecidos pela integridade, competência e habilidade em transformar seus conhecimentos em soluções empresariais para seus clientes. A Deloitte opera em todo o País, contando com escritórios em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Joinville, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

O Auditor será responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais do Fundo, das contas do Fundo e da atuação da Administradora, nos termos do Regulamento.

O Avaliador da Carteira realizará, como contratado da Administradora, às expensas do Cedente, anualmente, a aplicação de procedimentos específicos, a partir de informações provenientes dos sistemas utilizados pelos Órgãos Públicos Conveniados para o processamento dos Descontos em Folha, com o objetivo de verificar, por amostragem, a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Paraná Banco relativas aos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios: (i) existência de autorização impressa de cada Servidor Público para Desconto em Folha; (ii) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de Servidor Público vinculado ao respectivo Órgão Público Conveniado e (iii) arquivo eletrônico emitido pelo Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido Órgão Público Conveniado), confirmando o respectivo Desconto em Folha, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condição do Devedor de Servidor Público.

Sendo constatada, pela Administradora, qualquer inexatidão das informações fornecidas pelo Paraná Banco relativas aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser prontamente requeridos ao Paraná Banco esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de cinco dias úteis, sem prejuízo de eventual aplicação da caracterização de um Evento de Avaliação caso sejam constatadas pelo Avaliador da Carteira inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Paraná Banco com relação a cinco por cento ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação.



### **Agência Classificadora de Risco**

Foi contratada como agência classificadora de risco das Cotas Seniores a Standard & Poor`s, divisão da McGraw Hill Interamericana do Brasil Ltda.

A Agência Classificadora de Risco será responsável por atribuir a classificação de risco do Fundo, atualizando-a, no mínimo, a cada três meses. A Agência Classificadora de Risco é uma divisão da The McGraw-Hill companies (NYSE:MHP), é a maior provedora mundial de *ratings*, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações. Com mais de 6.300 funcionários localizados em 21 países e mercados, a Agência Classificadora de Risco é parte essencial da infra-estrutura financeira mundial e tem desempenhado um papel de liderança por mais de 140 anos na provisão de *benchmarks* independentes para que investidores em todo o mundo possam tomar decisões financeiras e de investimento com mais confiança. A Agência Classificadora de Risco tem um longo histórico na criação de *benchmarks* para o setor financeiro, sendo a primeira a atribuir *ratings* a financiamentos securitizados; transações com títulos garantidas por seguro; cartas de crédito; solidez financeira de seguradoras não americanas; *holdings* bancárias; e empresas de garantias financeiras.

Fundada em 1888, a The McGraw-Hill Companies é uma provedora global de serviços de informações que atendem às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como: Standard & Poor's, Business Week e McGraw-Hill Education. A corporação tem mais de 290 escritórios em 37 países. Suas vendas atingiram US\$6 bilhões em 2005.

## **Sumário dos Principais Contratos do Fundo**

### **Contrato de Custódia**

O Contrato de Custódia a ser celebrado entre a Administradora, o Custodiante e o Paraná Banco, terá por objeto a prestação, pelo Custodiante à Administradora, dos serviços de (i) custódia de valores mobiliários e ativos financeiros relativos ao Fundo; (ii) controladoria do Fundo; e (iii) escrituração das Cotas.

Ao realizar os serviços de custódia e controladoria dos ativos do Fundo, o Custodiante deverá, sem prejuízo das responsabilidades previstas na Instrução CVM n.º 356/01:

- receber e analisar os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- realizar a liquidação financeira dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo de acordo com os termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e os respectivos Termos de Cessão;
- fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e dos documentos representativos dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- diligenciar para que sejam mantidos pelo Cedente, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para a Administradora, Auditor do Fundo, Avaliador da Carteira, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos;
- prestar serviços de custódia dos Outros Ativos; e
- fazer auditoria periódica trimestral e por amostragem para a verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios sob a guarda da Cedente.

Ao realizar os serviços, o Custodiante observará o que segue:

- os registros das Contas Correntes e da Conta de Depósito indicarão de modo separado e, na medida do possível, segregado, os ativos e recursos financeiros pertencentes ao Fundo;
- os ativos e recursos do Fundo deverão estar sempre segregados dos valores mobiliários e recursos financeiros pertencentes ao próprio Custodiante ou a outros clientes dele;
- o Custodiante enviará diretamente à Administradora, por meio eletrônico, arquivos e relatórios discriminando os ativos mantidos em cada Conta de Custódia e os recursos movimentados em cada Conta Corrente; e
- o Custodiante fará o cálculo da precificação dos ativos de acordo com a metodologia e as fontes de informação estabelecidas no Manual de Precificação de Ativos (conforme definido no Contrato de Custódia).

O Paraná Banco, na qualidade de fiel depositário, responsabiliza-se pela guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios em nome e por conta do Custodiante e se compromete a entregá-la ao Custodiante quando assim solicitado, em até cinco dias úteis após a solicitação, sob as penas da lei, especialmente a prevista nos artigos 652 do Código Civil Brasileiro e 904, parágrafo único do Código de Processo Civil.

Por fim, o Contrato de Custódia torna-se eficaz na data de sua assinatura, permanecendo em vigor até a liquidação do Fundo, podendo ser denunciado por qualquer das partes mediante aviso escrito com antecedência de 60 dias.

### **Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios**

Por meio do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre o Cedente e o Fundo, tendo o Custodiante, como interveniente, o Cedente cederá e transferirá os Direitos Creditórios ao Fundo, ao longo do prazo de duração do Fundo, incluindo seus acessórios, todos os instrumentos que o representam, respectivos anexos e garantias constituídas.

O preço de cessão dos Direitos Creditórios será calculado de acordo com a fórmula especificada na Cláusula 2.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

Para efetivação de cada cessão de Direitos Creditórios, deverá ser observado o seguinte procedimento pelas partes do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e pelo Custodiante:

- até as 11 h, o Cedente enviará ao Custodiante arquivo eletrônico contendo informações sobre os Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo; o envio do arquivo eletrônico ao Custodiante (Lista de Direitos Creditórios), com cópia para a Administradora, caracterizará oferta, irrevogável e irretroatável, de cessão dos Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo;
- até as 11 h do dia do recebimento da Lista de Direitos Creditórios, a Administradora informará ao Custodiante, mediante preenchimento de boletagem eletrônica de aquisição de direitos creditórios disponível no site [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), o volume de recursos do Fundo disponíveis para aquisição de Direitos Creditórios (se houver recursos disponíveis) e o preço de cessão dos Direitos Creditórios; e
- até as 15 h do dia do recebimento do arquivo eletrônico, o Custodiante verificará quais Direitos Creditórios atendem aos Critérios de Elegibilidade e deixará à disposição do Cedente e da Administradora, em meio eletrônico, relatório contendo a relação dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, individualmente identificados, e seu respectivo preço de cessão (Relatório do Custodiante).

A aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo está sujeita aos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, e somente ocorrerá se houver recursos suficientes no Fundo para tanto.

A cessão de Direitos Creditórios será formalizada por meio da assinatura, pelo Cedente e pelo Fundo, representado pela Administradora, de instrumento que descreva os Direitos Creditórios, bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo constante do Anexo II do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios (Termo de Cessão).

Uma vez assinado o Termo de Cessão, o Fundo pagará ao Cedente o preço da cessão dos Direitos Creditórios, de acordo com a contraprestação e com o cálculo do preço de cessão.

Os montantes referentes à contraprestação pelos Direitos Creditórios cedidos serão pagos ao Cedente em moeda corrente nacional e creditados em conta corrente de sua titularidade (i) no próprio dia útil do recebimento, pela Administradora, (a) de autorização de pagamento enviada pelo Custodiante por meio de correio eletrônico; (b) da via original, devidamente assinada pelo Cedente, do Termo de Cessão respectivo, desde que tal recebimento ocorra até às 16h; ou (ii) no primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela Administradora, (a) de autorização de pagamento enviada pelo Custodiante por meio de correio eletrônico, e (b) da via original, devidamente assinada pelo Cedente, do Termo de Cessão respectivo, desde que tal recebimento ocorra após às 16h.

O Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido pelo respectivo Devedor, a partir de cinco dias corridos contados da data de vencimento do Direito Creditório inadimplido, pelo valor exigível do crédito inadimplido, nos termos da seção "Direitos Creditórios – Direitos Creditórios Inadimplidos, Recompra Facultativa e Aporte Adicional de Recursos para Fazer Frente a Despesas de Cobrança".

O Cedente somente cederá ao Fundo Direitos Creditórios:

- que sejam de titularidade do Paraná Banco, decorrentes de Contratos de Empréstimos celebrados por escrito entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados;
- decorrentes de Contratos de Empréstimos que já tenham pelo menos uma parcela vencida e devidamente adimplida pelos respectivos Devedores;
- que estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza quando de sua cessão ao Fundo;
- que sejam líquidos, certos e estejam corretamente formalizados por meio dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios quando de sua cessão ao Fundo, não sendo admitidos Direitos Creditórios formalizados exclusivamente via telefone ou por meios eletrônicos;
- que sejam exigíveis dos respectivos Servidores Públicos nas respectivas datas de vencimento;
- que, na data de celebração do respectivo Termo de Cessão, não tenham sido objeto de qualquer contestação judicial ou extrajudicial, por meio de um Cartório de Registro de Títulos e Documentos, contra o Cedente, por parte dos respectivos Devedores e/ou das pessoas responsáveis pelo Desconto em Folha junto aos Órgãos Públicos Conveniados; e
- que, na data de celebração do respectivo Termo de Cessão, atendam aos Critérios de Elegibilidade.

Caso, a qualquer tempo, venha a se constatar que qualquer dos Direitos Creditórios cedidos não preenche os requisitos especificados acima, a cessão de tal Crédito será resolvida, devendo o Cedente prontamente pagar ao Fundo o Preço da Cessão respectivo, sem prejuízo de eventual indenização ao Fundo por perdas e danos devidamente comprovados.

O Cedente obriga-se a não ceder ao Fundo quaisquer Direitos Creditórios caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar.

O Cedente será responsável:

- pela existência dos Direitos Creditórios, nos termos do artigo 295 do Código Civil;
- pelo pagamento do Crédito no caso de exceções apresentadas pelos respectivos Devedores dos Direitos Creditórios contra o Cedente; e
- por eventuais prejuízos causados ao Fundo em virtude da liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios, caso em que, a responsabilidade se limitará à diferença positiva entre o valor a receber da parcela liquidada antecipadamente (trazido a valor presente pela taxa da cessão dos Direitos Creditórios, conforme o caso) e a quantia paga na liquidação antecipada.

Por meio do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, o Cedente se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das Cotas Seniores a:

- não tomar a iniciativa de alterar os convênios celebrados com os Órgãos Públicos Conveniados e informar imediatamente à Administradora (a) qualquer comunicação, notificação e/ou solicitação recebida dos Órgãos Públicos Conveniados referentes aos Descontos em Folha e/ou ao cumprimento ou descumprimento de obrigações pelo Cedente; (b) qualquer inadimplemento de sua parte aos termos de tais convênios; e (c) qualquer alteração em tais convênios por iniciativa dos Órgãos Públicos Conveniados referente aos processos de averbações, descontos e/ou repasses desempenhados por estes;

- cumprir seus deveres legais e contratuais que sejam requisitos para a vigência dos convênios com os Órgãos Públicos Conveniados, de forma a garantir a continuidade dos Descontos em Folha que permitirão os recebimentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- não realizar, sem autorização prévia por escrito da Administradora, qualquer ato ou procedimento com o intuito de alterar a atual sistemática de recebimento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou fazer com que os Órgãos Públicos Conveniados creditem valores relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo em contas (correntes, gráficas ou de controle) diversas das atualmente indicadas nos respectivos convênios ou em outros documentos já enviados e recebidos pelos Órgãos Públicos Conveniados na data da celebração deste Contrato (incluindo, por exemplo, o encerramento ou bloqueio, a qualquer título, das referidas contas correntes);
- não pedir ou autorizar o cancelamento do Desconto em Folha relativo aos Contratos de Empréstimo cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, exceto na hipótese de liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios, caso em que será responsável por eventuais prejuízos causados ao Fundo, nos termos já expostos; e
- tomar todas as providências necessárias para assegurar que os recursos oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios não sejam ou permaneçam retidos pelos Órgãos Públicos Conveniados, em nenhuma circunstância, dando sempre ciência à Administradora de tais providências.

Caso, a qualquer tempo, o Cedente deseje incluir novos órgãos públicos no rol dos Órgãos Públicos Conveniados do Anexo III do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, o Cedente deverá obter a concordância prévia da Administradora e da Agência Classificadora de Risco para a inclusão, que deverá ser formalizada por meio de aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

Para os efeitos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e do Regulamento são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- modificação do Controle do Paraná Banco;
- rescisão, suspensão e/ou cancelamento, por qualquer motivo, dos convênios celebrados com os Órgãos Públicos Conveniados ou das autorizações específicas permitindo o Desconto em Folha, desde que o Cedente não proceda, no prazo de 10 dias, (i) à recompra e/ou à substituição de todos os Direitos Creditórios cedidos atingidos por referida rescisão, suspensão e/ou cancelamento, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios; e (ii) à inclusão, mediante aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, de novos Órgãos Públicos Conveniados que sejam considerados satisfatórios pela Administradora e pela Agência Classificadora de Risco do Fundo (ou que não afetem a avaliação de risco do Fundo);
- verificação de falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- comprovação de que o Paraná Banco tenha oferecido ao Fundo direitos creditórios em desacordo com os compromissos assumidos no item 4.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios;

- criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- inadimplemento, pelo Paraná Banco ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou declaração do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das pessoas acima referidas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto quando existir medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- apresentação para protesto ou protestos de títulos emitidos pelo Paraná Banco ou sacados contra o Paraná Banco, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- deixar o Paraná Banco de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central e do CMN;
- ajuizamento contra o Paraná Banco, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00;
- ocorrência de arresto ou de penhora de bens do Paraná Banco, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$10.000.000,00, considerados individualmente ou em conjunto;
- ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios de titularidade do Paraná Banco; ou
- descumprimento pelo Paraná Banco de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Resilição, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de cinco dias úteis contado do envio, pela Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Revisão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Administradora convocará imediatamente uma assembléia geral, a qual decidirá, se tal evento deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo.

Ainda pelo Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, são considerados Eventos de Resilição quaisquer das seguintes ocorrências:

- praticar qualquer ato que acarrete ou possa resultar na concessão de abatimento, de desconto, de alteração de data de vencimento e dos termos, condições e procedimentos de pagamento relativos aos Contratos de Empréstimo cujos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, sem a prévia e expressa autorização da Administradora, ressalvada a hipótese da Cláusula 4.7.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que trata da liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios solicitada pelo respectivo Devedor;

- ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada;
- caso os titulares das Cotas Seniores decidam que qualquer Evento de Avaliação, constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo; ou
- caso não existam mais Cotas Seniores em circulação.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição, o Fundo poderá resilir o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios de pleno direito, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa, devendo ser observados os procedimentos definidos no item 27.3 e seguintes do Regulamento (procedimentos de convocação e realização de assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo).

A parte inadimplente se obriga a indenizar integral e imediatamente a parte prejudicada, bem como seus administradores e prepostos por qualquer prejuízo que estes venham a sofrer em decorrência do descumprimento, pela parte inadimplente, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação oriunda do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

Por fim, o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo necessário ao cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes, regendo a partir da referida data todas as cessões de Direitos Creditórios a serem celebradas entre as partes.

### **Contrato de Distribuição**

Pelo Contrato de Distribuição, as Instituições Intermediárias foram contratadas para prestação dos serviços de estruturação e coordenação em regime de melhores esforços da oferta pública das Cotas Seniores do Fundo e a Instituição Líder foi contratada como líder da distribuição, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03.

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, as Instituições Intermediárias obrigaram-se a envidar os melhores esforços para colocar as Cotas Seniores, no valor de até R\$101.250.000,00, incluindo as Cotas Seniores Suplementares e as Cotas Seniores Adicionais.

A colocação pública das Cotas Seniores objeto da Oferta deverá ser realizada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no art. 8º, §1º e 20, §1º, da Instrução CVM n.º 356/01.

Se, até o final do prazo indicado acima, as Cotas Seniores não tiverem sido totalmente colocadas, as Instituições Intermediárias não se responsabilizarão pelo saldo não colocado, obrigando-se a Administradora a cancelar o saldo não colocado.

O Contrato de Distribuição poderá ser resolvido, por qualquer uma das partes, sem quaisquer obrigações ou ônus adicionais, salvo o ressarcimento pelo Paraná Banco das despesas até então incorridas pelas Instituições Intermediárias, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (i) indeferimento pela CVM do registro do Fundo ou imposição de exigências de tal ordem que dificultem ou tornem impossível o referido registro;
- (ii) ocorrência de eventos de natureza política, econômica ou financeira, em qualquer país, que possam causar influência no mercado de capitais brasileiro, imprevisíveis ou inevitáveis e que tornem desaconselhável a qualquer das partes o cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato;

- (iii) ocorrência de modificações de normas legais ou regulamentares relativas ao mercado de capitais nacional que venham a, por qualquer forma, alterar as condições de mercado, tornando desaconselhável ou inviável a realização da Oferta;
- (iv) incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre a operação de que trata o presente Contrato, ou aumento das alíquotas ou valores dos tributos já incidentes na data do presente Contrato, que tornem desaconselhável ou inviável a realização da Oferta;
- (v) modificações regulatórias nos critérios de composição da carteira dos potenciais investidores do Fundo que venham a, por qualquer forma, alterar a disponibilidade de recursos de tais investidores para a aquisição de Cotas Seniores;
- (vi) ocorrência de casos fortuitos ou eventos de força maior que tornem inviável ou desaconselhável a Oferta;
- (vii) ocorrência de alteração material adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais do Paraná Banco; e
- (viii) decretação da falência, liquidação ou intervenção, judicial ou extrajudicial, ou apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer uma das partes.

#### **Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas**

O Fundo celebrou com o Cedente o Contrato de Promessa de Subscrição, pelo qual o Cedente obrigou-se a subscrever e integralizar o montante de Cotas Subordinadas de emissão do Fundo que, a critério da Administradora, seja necessário para a manutenção da Razão Mínima.

O Contrato de Promessa de Subscrição poderá ser resilido de pleno direito pelo Fundo, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa, exclusivamente nas seguintes hipóteses: (i) resilição do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios; (ii) ocorrência de qualquer evento de liquidação antecipada, previsto no item 27.3 do Regulamento; (iii) caso os titulares das Cotas Seniores decidam que qualquer Evento de Avaliação, conforme definido no item 27.2 do Regulamento, constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo; ou (iv) caso não existam mais Cotas Seniores em circulação.



## Operações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse

O Paraná Banco, cedente dos Direitos Creditórios e Agente de Cobrança, o braço financeiro do Grupo J. Malucelli, foi fundado em 1979 como Paraná Financeira, alcançando a condição de banco comercial em 1989.

A Administradora, por sua vez, também é parte integrante do Grupo J. Malucelli, responsável pela atividade de corretagem de valores mobiliários, controlada diretamente pelo Paraná Banco, que detém 99,99% do seu capital social.

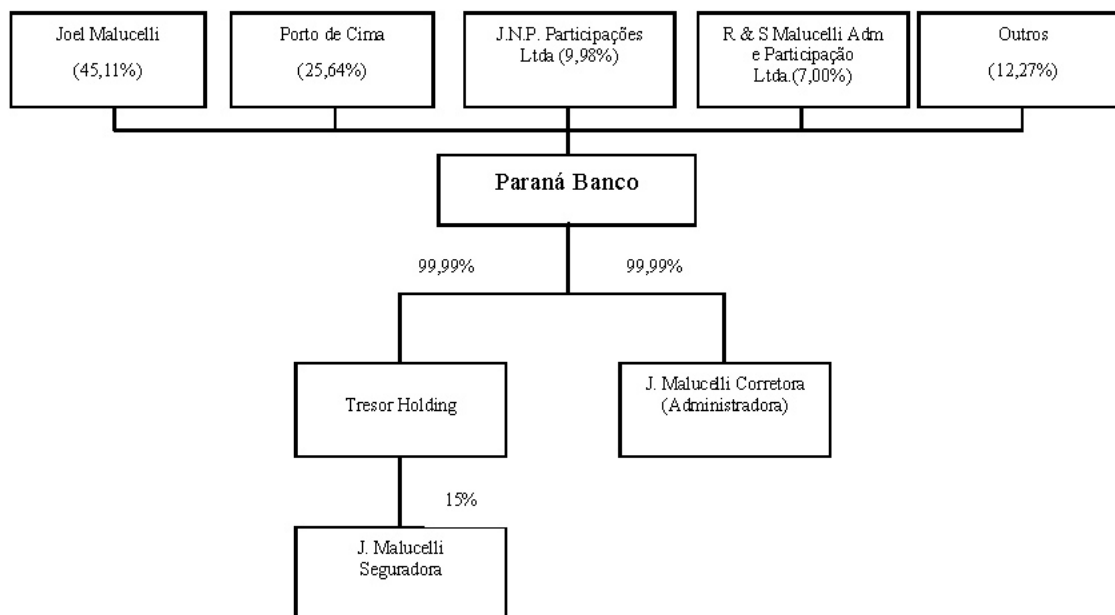
Assim, o Paraná Banco, incluindo o grupo de controle indireto da Administradora, encontra-se em posição de eleger a maioria dos administradores da Administradora e de determinar a realização da maioria dos atos que requerem a aprovação dos acionistas. Os interesses do Paraná Banco, na qualidade, simultaneamente, de controlador da Administradora e de cedente dos Direitos Creditórios, podem conflitar com os interesses dos cotistas do Fundo.

O Banco Votorantim tem relações comerciais com o Paraná Banco desde 2005. A principal modalidade de operações é compra de créditos de empréstimos consignados com coobrigação.

Além da presente Oferta, o relacionamento do Banco ABC com o Paraná Banco decorre de operações de aquisição de créditos consignados com coobrigação do Paraná Banco. O Banco ABC Brasil pode vir a firmar outras operações bancárias e de mercado de capitais com o Paraná Banco.

O Custodiante não realizou, até esta data, quaisquer operações com o Paraná Banco.

Segue, abaixo, organograma do Grupo J. Malucelli.



## **Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe**

### **Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo**

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), e de acordo com a metodologia utilizada pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia.

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
- o Fundo é fechado;
- a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Qualificados; e
- todos os cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordaram com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado. São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central.

#### **Metodologia de Avaliação das Cotas de Cada Classe**

As cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme os itens anteriores, pelo número de Cotas Seniores; ou
- o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo V do Regulamento.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

## **Assembléia Geral**

### **Competência, Direito de Voto e Quoruns**

É da competência da assembléia geral de cotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora, em até quatro meses contados do encerramento do exercício social;
- (ii) alterar o disposto no Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas no item 24 do Regulamento que acarretam a alteração do Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (iv) deliberar sobre a contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- (v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos cotistas;
- (vi) deliberar sobre a alteração da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens (x) e (xi) abaixo;
- (ix) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios;
- (x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- (xi) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (xii) elevar e/ou diminuir o Fator Multiplicador da remuneração das Cotas Seniores;
- (xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 dias consecutivos ou por imposição legal;
- (xiv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos de cobrança de Direitos Creditórios inadimplidos referidos na item 13 do Regulamento, na forma ali estabelecida;
- (xv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- (xvi) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco; e
- (xvii) deliberar e homologar a substituição do Auditor do Fundo, do Custodiante, do Agente de Cobrança e fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e do Avaliador da Carteira.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos itens (i), (x) e (xi) acima dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação, exceto se estabelecido quorum diferenciado nos itens abaixo.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos itens (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (ix), (xv), (xvi) e (xvii) acima, bem como a alteração do item 24.2.3 do Regulamento, que versa sobre tais quoruns, dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 75% das Cotas Seniores em Circulação.

Deliberações sobre as matérias indicadas nos itens (viii), (xii), (xiii) e (xiv) acima, bem como a alteração do item 24.2.4 do Regulamento, que versa sobre tais quoruns, dependerão de aprovação em assembléia geral de cotistas que representem 100% das Cotas Seniores em Circulação.

Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa no Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.

Além da aprovação de titulares das Cotas Seniores conforme os quoruns de deliberação estabelecidos acima, estarão necessariamente sujeitas à aprovação de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas em assembléia geral de cotistas as deliberações que se refiram a:

- (i) alteração do item 7 do Regulamento, que versa sobre a remuneração da Administradora;
- (ii) alteração do item 10 do Regulamento, que versa sobre a política de investimentos do Fundo, ou qualquer outra alteração que afete tal política, inclusive alteração da Alocação Mínima;
- (iii) alteração do item 11 do Regulamento, que versa sobre os Critérios de Elegibilidade;
- (iv) alteração da Razão Mínima;
- (v) novas distribuições de Cotas Seniores;
- (vi) alteração do item 18 do Regulamento, que versa sobre distribuição de rendimento da carteira do Fundo, ou qualquer alteração destinada a modificar a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- (vii) alteração do cronograma de amortização das Cotas Seniores e das regras de amortização das Subordinadas, bem como aprovação da Amortização Compulsória;
- (viii) alteração do item 20 do Regulamento, que versa sobre Reserva de Pagamento, ou qualquer outra alteração do Regulamento que modifique as características da Reserva de Pagamento;
- (ix) alteração do item 22 do Regulamento, que versa sobre metodologia de avaliação dos ativos do fundo e das cotas de cada classe;
- (x) alteração do item 23 do Regulamento, que versa sobre despesas e encargos do fundo, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo;
- (xi) alteração deste item 24 do Regulamento, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quorum;
- (xii) criação de novos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo;
- (xiii) assuntos descritos nos itens (iii), (vi), (vii), (xii) e (xiii) do item 24.1 do Regulamento; e
- (xiv) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres para as Cotas Subordinadas.

### **Procedimento de Convocação**

A convocação de assembléia geral de cotistas será feita pela Administradora, por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista.

As cartas de convocação ou o anúncio publicado no Periódico indicarão dia, hora e local em que será realizada a assembléia geral de cotistas e os assuntos a serem tratados.

A convocação da assembléia geral de cotistas deverá ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de envio da carta ou da data de publicação do primeiro anúncio de convocação.

Não se realizando a assembléia geral de cotistas, será novamente providenciada a expedição aos cotistas de carta com aviso de recebimento ou será publicado novo anúncio de convocação no Periódico, com antecedência mínima de cinco dias. Admite-se que a segunda convocação da assembléia geral de cotistas seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a assembléia geral de cotistas a que comparecerem todos os cotistas.

Salvo motivo de força maior, a assembléia geral de cotistas será realizada na sede da Administradora. Quando a assembléia geral de cotistas não for realizada na sede da Administradora, as comunicações enviadas aos cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Administradora.

Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral de cotistas poderá reunir-se por convocação da Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Administradora de cotistas que representem, no mínimo, 5% do total das cotas emitidas.

Tendo sido convocadas regularmente, as assembléias gerais de cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.

### **Nomeação de Representante dos Cotistas**

A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- seja cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- não seja titular de Cotas Subordinadas;
- não exerça cargo ou função na Administradora, ou em Partes Relacionadas à mesma;
- não exerça cargo de administração ou seja empregado do Cedente ou de Partes Relacionadas ao mesmo.

Os representantes dos cotistas eventualmente nomeados nos termos desta seção não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

### **Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembléia Geral**

As decisões da assembléia geral de cotistas devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização.

As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos no Regulamento, bem como, se for o caso, observado o procedimento descrito no item 24.2.1 do Regulamento (caso de direito de voto dos titulares de Cotas Subordinadas), serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, quer tenham comparecido à assembléia geral de cotistas, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da assembléia geral de cotistas em casos de mudança das normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser dada ciência aos cotistas da referida alteração no prazo de até 30 dias, contados da data do protocolo da alteração do Regulamento junto à CVM.

## **Liquidação do Fundo**

O Fundo será liquidado, ordinariamente, no dia 15 do 36º mês, contado a partir do mês em que se verificar a Data de Subscrição Inicial. Em tal caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 22.4.1 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de cotas respectiva.

### **Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo**

#### *Eventos de Avaliação*

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Administradora não o faça no prazo de cinco dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o faça no prazo de cinco dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- inobservância pelo Cedente e/ou pelo Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente e/ou o Agente de Cobrança não o faça no prazo de cinco dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- resilição do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;
- não divulgação pela Agência Classificadora de Risco da atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 dias;
- renúncia do Custodiante, sem sua imediata substituição;
- ser a Taxa DI maior ou igual a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- modificação do Controle acionário do Paraná Banco;
- rescisão, suspensão e/ou cancelamento, por qualquer motivo, dos Convênios celebrados com os Órgãos Públicos Conveniados ou das autorizações específicas permitindo o Desconto em Folha, desde que o Cedente não proceda, no prazo de 10 dias, (i) à recompra e/ou à substituição de todos os Direitos Creditórios cedidos atingidos por referida rescisão, suspensão e/ou cancelamento, nos termos do item 4.4.2 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios; e (ii) à inclusão, mediante aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, de novos Órgãos Públicos Conveniados no rol ali constante que sejam considerados satisfatórios pela Administradora e pela Agência Classificadora de Risco do Fundo (ou que não afetem a avaliação de risco do Fundo);

- verificação de falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 9.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- comprovação de que o Paraná Banco tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com os critérios definidos no item 12.3 do Regulamento;
- criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- inadimplemento pelo Paraná Banco, ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou declaração do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das pessoas acima referidas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto quando existir medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- apresentação para protesto ou protesto de títulos emitidos pelo Paraná Banco ou sacados contra o Paraná Banco, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- deixar o Paraná Banco de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central e do CMN;
- ajuizamento contra o Paraná Banco, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00;
- ocorrência de arresto ou de penhora de bens do Paraná Banco, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$10.000.000,00, considerados individualmente ou em conjunto;
- ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos direitos creditórios de titularidade do Paraná Banco; ou
- descumprimento pelo Paraná Banco de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Regulamento e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Avaliação, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de cinco dias úteis contado do envio, pela Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, constituindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Avaliação;
- não constituição da Reserva de Pagamento nos termos do Regulamento ou caso os limites estabelecidos no item 20.1 do Regulamento para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de cinco dias úteis consecutivos e/ou 10 dias alternados em um período de 30 dias consecutivos;
- não constituição e/ou não atendimento, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, da Reserva de Liquidez;
- constarem do relatório de verificação referido no item 8.5 do Regulamento inexistências ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Paraná Banco com relação a 5% ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação;



- inobservância, em qualquer Data de Apuração, dos índices de inadimplência previstos no item 21.2 do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Administradora convocará imediatamente uma assembléia geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o item 24 do Regulamento, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo.

Caso a assembléia geral de que trata o parágrafo anterior delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, a Administradora convocará assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na assembléia geral.

### **Eventos de Liquidação Antecipada**

Será convocada assembléia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- inobservância, por cinco dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso o Cedente não responda tempestivamente o Aviso de Desenquadramento à Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não subscrever novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 16.5.2 do Regulamento, observado que, nas hipóteses em que estiver pendente de realização a assembléia de cotistas convocada nos termos do item 19.3 do Regulamento, o disposto neste item não será aplicável;
- impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham os Critérios de Elegibilidade;
- pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação (i) ao Cedente; e/ou (ii) ao Agente de Cobrança; e/ou (iii) à Administradora; e/ou (iv) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- não pagamento dos valores de amortização das Cotas Seniores nas datas previstas no Regulamento;
- rescisão ou rescisão do Contrato de Custódia sem a conseqüente substituição por nova instituição prestadora desse serviço;
- se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação Antecipada;
- na hipótese de a assembléia geral não chegar a acordo quanto à substituição da Taxa DI (item 24.1 (xiii) do Regulamento), na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 dias corridos ou, ainda, no caso de extinção da Taxa DI por imposição legal;
- rescisão ou rescisão do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios ou ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição (que, conforme definidos na Cláusula 12 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, correspondem a eventos que autorizam o Fundo a resilir o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios a seu exclusivo critério e sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa); e
- não substituição da Administradora em caso de renúncia ou destituição, nos termos do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, a Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

Na hipótese (i) de não instalação da assembléia geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos cotistas da liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de a assembléia geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será facultado aos Cotistas Dissidentes o direito de resgatar antecipadamente suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembléia geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter suas cotas resgatadas em, no máximo, 15 dias contados da data da assembléia geral. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do item 22.4.1 do Regulamento.

### **Procedimentos de Liquidação Antecipada**

Caso a assembléia geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- a Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos para o Fundo, e todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das cotas;
- as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

Com o intuito de racionalizar o processo de resgate de cotas descrito no parágrafo anterior, a Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$500.000,00, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o resgate integral das Cotas Seniores.

Caso no último dia útil do prazo para resgate antecipado a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de cotas detido por cada cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos no item 27 do Regulamento.

De acordo com o disposto no item 16 do Regulamento, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores.

Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto no item 27.8 do Regulamento, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, no terceiro dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor exigível dos Direitos Creditórios.

Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o parágrafo anterior, a assembléia geral de cotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas ainda em circulação.

Na hipótese de a assembléia geral de cotistas referida no parágrafo anterior não chegar a acordo quanto aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes, não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores, serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observado o que dispõe o Regulamento ou o que for deliberado na assembléia geral.

## **Informações Complementares**

### **Taxas**

Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração anual equivalente a 0,1% do patrimônio líquido do Fundo

A taxa de administração será paga mensalmente à Administradora, por período vencido, até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês que a taxa se referir ou, ainda, antecipadamente, por ocasião do resgate de Cotas (nas hipóteses admitidas no Regulamento).

A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 24 do Regulamento, a serem debitadas ao Fundo pela Administradora.

Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

### **Despesas e Encargos do Fundo**

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista no item "Taxas" acima:

- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos cotistas;
- honorários e despesas do Auditor do Fundo encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de cotistas;
- taxas de custódia de ativos do Fundo;
- a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;
- despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco.
- despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas; e
- a revisão anual da carteira do Fundo, a ser realizada pelo Avaliador da carteira no termos do item 8.5 do regulamento.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

## **Informações Obrigatórias e Periódicas**

A Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas abaixo descritas, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 dias da data da primeira integralização de Cotas, as seguintes informações:

- número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
- a data da primeira integralização de Cotas.

A Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de cotas.

A Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado. Tais demonstrativos devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

A Administradora deve divulgar, trimestralmente, no Periódico, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão Mínima, e o último relatório da(s) Agência Classificadora de Risco contratada(s) pelo Fundo.

A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do diretor designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.

A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, inclusive à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo, se for o caso.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Cotas ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os cotistas na sede e agência(s) da Administradora e nas instituições que coloquem Cotas.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor do Fundo e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria. O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Administradora deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 3º dia útil após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- saldo das aplicações;
- valor do patrimônio líquido;
- valor das cotas de cada classe e quantidade de cotas de cada classe em circulação;
- valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês relativamente a cada classe de cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e resgatados;
- comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado; e
- posições mantidas em mercados de derivativos.

No prazo máximo de 10 dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- alteração de Regulamento;
- substituição da Administradora;
- incorporação;
- fusão;
- cisão; e
- liquidação.

### **Correio Eletrônico**

Considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Administradora e os cotistas.

## **Publicações**

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal "Jornal do Estado", da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de assembléia geral e alteração do Regulamento, alterar o Periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os cotistas sobre essa alteração.

## Regras de Tributação do Fundo e de seus Cotistas

### Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica própria. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como, o IR, a CSLL, o PIS e a COFINS.

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

O IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

### Tributação dos Cotistas

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de diversos tributos, dentre os quais destacam-se, em especial, o imposto de renda (em geral, retido na fonte), o IOF e a CPMF.

#### IR

Por ser o Fundo um condomínio fechado, o IR poderá incidir (i) quando da amortização das cotas; (ii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo; e (iii) em caso de alienação de cotas a terceiros.

#### *Amortização e/ou Resgate de Cotas*

Ocorrendo a amortização e/ou resgate de cotas, incidirá IR, a ser retido pelo Fundo, sobre os valores que excederem o respectivo custo de aquisição das cotas. Para os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2005, as alíquotas serão regressivas de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento.

O prazo médio da carteira do Fundo é determinado com base no prazo de vencimento dos títulos e valores mobiliários que a compõem, ressaltando-se que os Direitos Creditórios não são considerados para tal cálculo.

Os prazos dos investimentos, por sua vez, são considerados a partir da data da aplicação pelo cotista.

Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do IR obedecerá a seguinte tabela:

<u>Alíquota</u>	<u>Prazo do Investimento</u>
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do IR será determinada da seguinte forma:

<u>Alíquota</u>	<u>Prazo do Investimento</u>
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.



### *Alienação de Cotas a Terceiros*

Na hipótese de alienação de Cotas em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao imposto de renda, à alíquota de 15%. Neste caso, o imposto de renda será apurado e pago pelo próprio cotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cômputo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do imposto de renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica sujeita ao regime do SIMPLES ou isenta de imposto de renda, o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar Cotas em bolsa de valores, haverá a incidência de IR retido na fonte à alíquota de 0,005%, calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do IR retido na fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$1,00), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediária que receber a ordem de alienação do cotista do Fundo.

O valor do IR retido na fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do imposto de renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de IR retido na fonte; e (iv) compensado com o IR devido sobre o ganho de capital na alienação das cotas.

### *IOF*

Operações que tenham por objeto a aquisição, cessão, resgate, repactuação de títulos e valores mobiliários, bem como o pagamento de suas liquidações estão sujeitas ao IOF, na forma prevista no Decreto n.º 4.494, de 3 de dezembro de 2002.

Atualmente, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate e/ou amortização das cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate e/ou amortização, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Como o Fundo é um condomínio fechado, suas cotas apenas serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Contudo, a alíquota do IOF pode ser majorada a qualquer momento, por meio de ato do poder executivo, até a alíquota máxima de 1,5% ao dia.

Adicionalmente, o IOF incide sobre a entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou sua colocação à disposição do interessado, em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição deste. Embora a alíquota do IOF atualmente em vigor para quase todas as operações de câmbio seja zero, o poder executivo está autorizado a aumentar a alíquota, a qualquer tempo, para até 25%. No entanto, qualquer aumento na alíquota será aplicável apenas às operações realizadas após o aumento.

### *CPMF*

A CPMF incide sobre determinadas movimentações ou transmissões de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, que representem circulação escritural ou física de moeda.

A Lei n.º 9.311/96, em seu artigo 16, determina que todas as aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável somente podem ser efetuadas em moeda, por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular da aplicação ou cheque de sua emissão. Os resgates de cotas de fundos de investimento deverão ser pagos exclusivamente ao beneficiário mediante cheque cruzado, intransferível ou creditado em conta corrente de depósito do investidor.

Nessa mesma linha, o parágrafo único do artigo 12 da Instrução Normativa n.º 173, de 11 julho de 2002, editada pela Secretaria da Receita Federal, prevê expressamente que, durante a vigência da CPMF, a emissão e resgate de cotas de fundos de investimento somente serão efetuados em moeda, não se admitindo a utilização de valores mobiliários ou qualquer outro meio de pagamento.

A Lei n.º 10.892/04 determinou a criação de conta corrente de depósito para investimento (chamada "conta investimento"), aberta e utilizada exclusivamente para realização de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável de qualquer natureza, exceto para as hipóteses do artigo 85, incisos II e III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Os lançamentos a débito na conta investimento, quando destinados à realização de aplicações financeiras, estão sujeitos à alíquota zero da CPMF.

Todavia, o ingresso de recursos novos na Conta Investimento, assim como a retirada de recursos de tal conta (neste caso, quando não destinados à realização de aplicações financeiras), será realizado exclusivamente por (i) lançamento a débito ou a crédito, conforme o caso, na conta corrente de depósito do titular, (ii) cheque cruzado e intransferível, ou (iii) outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, nos termos dos parágrafos 11 e 12 do artigo 8º da Lei n.º 9.311/96, com alterações introduzidas pela Lei n.º 10.892/04.

Os lançamentos a débito na conta corrente de depósito do titular continuam sujeitos à incidência de CPMF à alíquota de 0,38%.

## **Atendimento ao Cotista**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a distribuição de suas cotas poderão ser obtidas junto à Administradora ou junto às Instituições Intermediárias, em suas respectivas sedes e agências. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Administradora, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde de Nacar 1.441, 1º andar.

## Informações Relativas ao Cedente

### Histórico

O Grupo J. Malucelli, fundado em 1966 pelo empresário paranense Joel Malucelli, é um conglomerado formado por 30 empresas que atuam em segmentos econômicos diversificados, desde construção pesada, passando pelo setor financeiro, de energia, esportes, turismo, comunicação, seguros, previdência, agropecuário, entre outros. Com mais de 2.000 funcionários, o Grupo J. Malucelli está entre os quatro maiores do Estado do Paraná, os 50 maiores da região sul e os 200 maiores do país, segundo dados do periódico balanço anual editado pelo jornal "Gazeta Mercantil".

As operações do Grupo J. Malucelli cobrem a maior parte do território nacional, o que exige constante atualização de conhecimentos e tecnologias, além de um know-how gerencial mais especializado.

Com um modelo de gestão eficiente, enxuto e voltado para resultados, o Grupo J. Malucelli incorpora continuamente novos e rentáveis negócios, promove o aporte de tecnologias emergentes e identifica no mercado e atrai para si talentos humanos alinhados com seus desafios e metas de crescimento.

O Paraná Banco, braço financeiro do Grupo J. Malucelli, foi fundado em 1979 como Paraná Financeira. Após 10 anos, obteve a aprovação do Banco Central para atuar como banco múltiplo, nas carteiras de crédito, financiamento, investimento e carteira comercial. O objeto social do Paraná Banco é a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, crédito, financiamento e investimento) e a administração de cartões de crédito nacional e internacional, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Pioneiro no Brasil na modalidade de crédito consignado em folha de pagamento, formalizado por meio de convênios firmados com a União, Estados, Municípios, Tribunais, empresas privadas e com o INSS, o Paraná Banco atua em todo território nacional. Atualmente com 30 milhões de potenciais clientes, mantém 400.000 contratos ativos nesta modalidade, com um crescimento constante de 30% ao ano na carteira.

O Paraná Banco é uma instituição sólida, ágil e eficiente que prima pela transparência e pela aderência a valores éticos consistentes. Considerada pela revista "IstoÉ Dinheiro", edição de setembro de 2005, como o melhor banco brasileiro em gestão financeira, o Paraná Banco tem apresentado consideráveis índices de rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

O Paraná Banco utiliza modernas ferramentas para compor o seu *funding*, além da tradicional captação de recursos via certificados de depósitos bancários (CDBs), tais como: emissão de notes no mercado internacional; estruturação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios; e operações coordenadas, estruturadas e custodiadas por parceiros de renome internacional.

### Capital Social

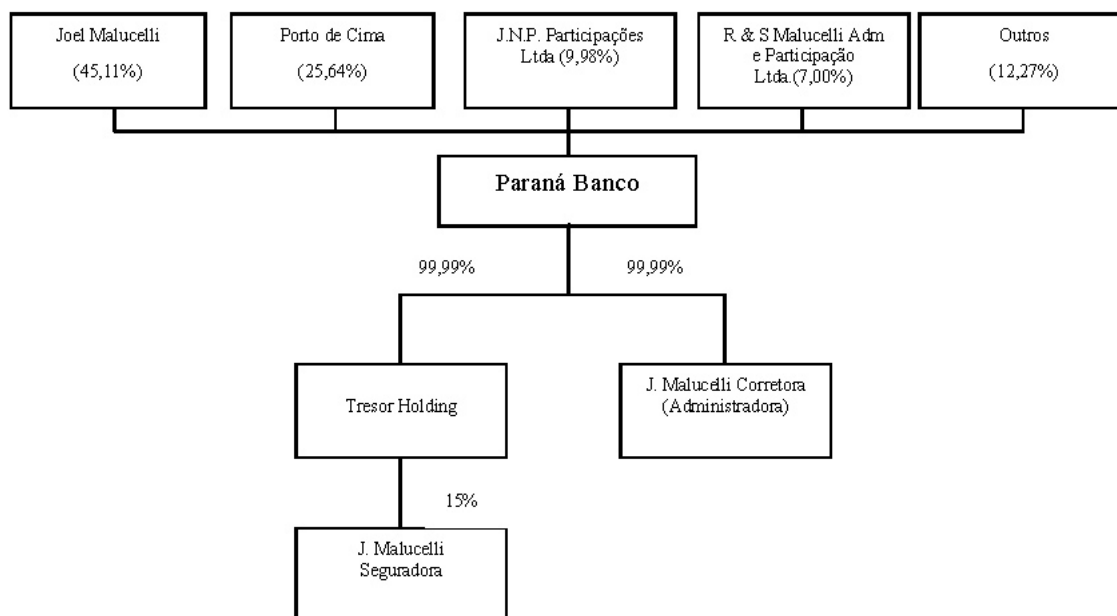
O capital social do Cedente, em 30 de junho de 2006, era de R\$100 milhões, totalmente subscrito e integralizado e dividido em 100.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Não existem ações em tesouraria

A tabela abaixo reflete as principais posições acionárias em 30 de junho de 2006:

Acionista	Ações Ordinárias	%
Porto de Cima Administração, Participação e Serviços S.A.	25.638.800	25,6388
Joel Malucelli	45.108.400	45,1084
Waldermar Malucelli	920.000	0,9200
J.N.P. Participações S.A.	9.980.000	9,9800
Alexandre Malucelli	4.100.800	4,1084
Márcia Mello Malucelli	1.812.700	1,8127
Celso Jacomet	1.816.200	1,8162
Ernesto Scarante Sobrinho	904.600	0,9046
Juarez José Malucelli	904.600	0,9046
Mariana Mello Malucelli	604.200	0,6042
Ricardo Mello Malucelli	604.200	0,6042
Marco Mello Malucelli	604.200	0,6042
R & S Malucelli Administração e Participação Ltda.	7.001.300	7,0013
Total	100.000.000	100,0000

Em 28 de abril de 2006, mediante assembléia geral ordinária, foi deliberado aumento do capital social do Cedente, o qual passou de R\$50.000.000,00, dividido em 50.000.000 de ações ordinárias, para R\$100.000.000,00 dividido em 100.000.000 de ações ordinárias. No entanto, não houve alteração na participação acionário dos acionistas acima, apenas aumento na quantidade de ações.

O organograma abaixo reflete as posições acionárias do conglomerado financeiro do Grupo J Malucelli em 30 de junho de 2006:



Não houve operações de reestruturação ocorrida no Grupo J. Malucelli nos últimos três exercícios sociais.

### Investimentos e Desinvestimentos de Capital

Além do investimento na Administradora e na Tresor Holding, o Cedente não realizou ou está realizando investimentos ou desinvestimento de capital nos últimos três exercícios sociais.

### Operações Societárias

Em 30 de dezembro de 2004 o acionista até então majoritário (Porto de Cima Administração, Participação e Serviços S.A., que detinha cerca de 89,10% das ações de emissão do Cedente), transferiu ações às pessoas físicas que participavam indiretamente no Cedente, as quais, desde então, detêm participações diretas.

## Acordo de Acionistas

Não há acordos de acionistas do Cedente.

## Operações com Partes Relacionadas

Descrição	Obrigações (R\$ mil)	Receitas (R\$ mil)	Despesas (R\$ mil)
Depósitos à Vista	294	-	-
Depósitos à Prazo	83.893	-	6.569
Depósitos Interfinanceiros	1.158	-	169
Aluguel	-	53	-

## Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

De acordo com o estatuto social do Cedente, é assegurado aos seus acionistas um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76. A tabela abaixo indica os valores pagos pelo Cedente a título de juros sobre o capital próprio nos últimos cinco anos:

Relativo ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de	Dividendos (R\$ mil)	% Lucro Líquido	Juros Sobre Capital Próprio (R\$ mil)	% Lucro Líquido
2001	502	4,63	2.017	18,59
2002	1.217	9,45	2.998	23,28
2003	582	3,04	4.415	23,05
2004	2.854	11,19	5.275	20,68
2005	21.500	27,04	7.150	8,99

## Administração e Conselho Fiscal

O Cedente é administrado por uma diretoria, e possui um conselho fiscal de funcionamento não permanente.

### Diretoria

A diretoria pode ser formada por dois a dez membros, sendo um diretor presidente e um a nove diretores sem designação, todos eleitos pela assembléia geral ordinária para prazos de gestão de dois anos. A tabela a seguir apresenta os diretores e seus respectivos cargos:

Nome	Cargo	Data da Eleição
Joel Malucelli	Diretor Presidente	28.4.06
André Luiz Malucelli	Diretor	28.4.06
Cristiano Malucelli	Diretor	28.4.06
Waldemar Malucelli	Diretor	28.4.06
Luis Cesar Miara	Diretor	28.4.06

Segue, abaixo, resumo das experiências profissionais e formação acadêmica de cada diretor:

*Joel Malucelli*, 61 anos, é diretor do Cedente desde 21 de junho de 1979. Formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná.

*André Luiz Malucelli*, 40 anos, é diretor do Cedente desde 11 de junho de 1991. Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Paraná.

*Cristiano Malucelli* 33 anos, é diretor do Cedente desde 25 de novembro de 2005. Formou-se em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

*Waldemar Malucelli*, 67 anos, é diretor do Cedente desde 24 de agosto de 1982. Formou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná.

*Luis Cesar Miara* 53 anos, é diretor do Cedente desde 3 de abril de 2006. Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná.

Os diretores possuem ações do Cedente conforme descrito na seção "Capital Social" acima. Existe relação familiar entre os diretores na medida em que Cristiano Malucelli é filho de Joel Malucelli e Waldemar Malucelli é primo de Joel Malucelli.

#### *Conselho Fiscal*

A Emissora tem um conselho fiscal de funcionamento não permanente, podendo ser composto por três membros efetivos, com igual número de suplentes. Os membros do conselho fiscal devem ser pessoas naturais residentes e domiciliadas no Brasil, nos termos dos dispositivos legais aplicáveis.

O conselho fiscal será instalado, a qualquer momento, por deliberação da assembléia geral do Cedente, que deverá eleger seus membros e fixar-lhes sua remuneração, sendo que deverá funcionar até a assembléia geral ordinária seguinte à sua instalação.

#### *Remuneração*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, os diretores receberam R\$367.090,71 a título de remuneração global

#### *Planos de Opção de Compra de Ações*

Não há planos de opção de compra de ações.

#### **Recursos Humanos**

Em 30 de junho de 2006, o Cedente possuía uma força de trabalho de 175 pessoas, sendo três menores aprendizes e 72 estagiários.

Os funcionários do Cedente são filiados ao Sindicato dos Bancários e Financieiros de Curitiba. O Cedente, por sua vez, é representado pelo Sindicato dos Bancos do Estado do Paraná. O Cedente mantém um bom nível de relacionamento com os Sindicatos acima citados. Os Acordos Coletivos de Trabalho do Cedente têm vigência de um ano e estabelecem garantias aos funcionários, como, por exemplo, gratificação para os empregados que exerçam as funções de caixa e tesoureiro.

Em 30 de junho de 2006, o Cedente contava com aproximadamente seis empresas terceirizadas, as quais prestavam serviços de consultoria, tecnologia, informática e outros, perfazendo um total de 34 empregados terceirizados.

#### *Política de Benefícios*

Segue abaixo a descrição dos principais benefícios concedidos aos empregados do Cedente.

#### *Auxílio Refeição e Auxílio Alimentação*

O auxílio refeição visa suprir as necessidades alimentares do empregado e de seus familiares. Cada empregado recebe, mensalmente, 22 tickets alimentação, cada um de R\$13,42, perfazendo o montante total de R\$295,24. O auxílio alimentação é concedido, no valor mensal de R\$230,00, a todos os empregados, inclusive no gozo de férias e até o limite de 180 dias de afastamento.

### *Vale Transporte*

O vale transporte é destinado aos empregados para utilização em transporte coletivo no deslocamento da residência ao trabalho e vice-versa. Permite ao empregado gastar apenas o equivalente a 4% do seu salário básico com transporte, sendo o excedente pago pelo Cedente.

### *Complementação de Auxílio Doença Previdenciário e Auxílio Doença Acidentário*

Em caso de concessão de auxílio-doença previdenciário ou auxílio-doença acidentário pela Previdência Social, é assegurado ao empregado do Cedente complementação salarial em valor equivalente à diferença entre a importância recebida do INSS e o somatório das verbas fixas por ele recebidas.

### *Plano de Assistência Médica*

O Cedente oferece plano de saúde com as mesmas características para todos os seus funcionários, que conta com atendimento médico-hospitalar e internação em enfermaria.

### *Plano de Previdência Privada*

O Cedente concede aos seus empregados o benefício da complementação previdenciária e aposentadoria. O empregado e o Cedente contribuem para o referido benefício, conforme estatuto e regulamento do Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada. A contribuição efetuada pelos empregados pode ser realizada em três modalidades.

A primeira modalidade consiste na dedução mensal em folha de pagamento do funcionário e o respectivo depósito em sua conta individual. Essa contribuição é calculada sobre o valor do salário do funcionário, sendo que até 10 URPs, o percentual de contribuição varia de 3% a 4%, e acima de 10 URPs, o percentual de contribuição varia de 10% a 15%. URP é a Unidade de Referência Padrão, cujo valor em 1º de janeiro de 2006 era de R\$272,00.

Na segunda modalidade de contribuição, o funcionário pode efetuar, voluntariamente, uma contribuição adicional que corresponderá a um valor de sua livre escolha, com o objetivo de majorar o valor do benefício.

A terceira modalidade consiste na realização de transferência de contribuições pelo funcionário para o plano de previdência, provenientes de outros planos de previdência complementar privada.

O plano de previdência oferece como benefícios: (i) aposentadoria normal; (ii) aposentadoria antecipada; (iii) aposentadoria diferida; (iv) aposentadoria por invalidez; (v) pensão por morte do participante; e (vi) abono anual do 13º salário.

### *Participação nos Lucros*

O Cedente compartilha seus resultados com seus funcionários através de seu Programa de Participação nos Resultados (PPR). Esse programa tem como objetivo reconhecer o desempenho de seus funcionários e sua contribuição para os resultados do Cedente. A participação nos lucros abrange todos os cargos do Cedente e seu pagamento acompanha os valores praticados pelo mercado. Não há planos de opção de compra de ações a funcionários do Cedente.



## Propriedades, Plantas e Equipamentos

### *Imóveis*

O Cedente é proprietário do imóvel localizado na Rua Visconde de Nacar 1441, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. O Cedente realizou contrato de locação do 3º e 4º andares do referido imóvel para a J. Malucelli Seguradora S.A., em 22 de setembro de 2005.

### *Principais Ativos*

Os ativos imobilizados relevantes do Cedente encontram-se descritos na tabela abaixo, conforme dados de 30 de junho de 2006.

Descrição	R\$ mil
Terrenos	652
Edificações	1.215
Instalações	200
Móveis e utensílios	945
Equip. telefonia	58
Equip. proc. dados	1.026
Sistemas de segurança	29

## Propriedade Intelectual

O Cedente é detentor da marca "Paraná Banco". Ademais, oito marcas encontram-se em processos de registro, solicitados pelo Cedente, perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, dentre as quais citam-se: "Emprestrev Paraná"; "Emprestserv"; "Flexfolha"; "Pam"; "Paraná Asset Management"; "Telesaque Paraná Banco"; e "Emprestfolha".

## Canais de Comercialização

O Cedente opera através de 400 correspondentes bancários em todo o Brasil, com foco principal no crédito consignado.

Buscando maior eficiência e qualidade dos serviços prestados pelos correspondentes bancários, o Cedente editou, em 12 de abril de 2006, um Manual de Procedimentos para Credenciamento e Contratação de Correspondentes. Referido manual tem como objetivo descrever o fluxo operacional do processo de credenciamento e cadastramento de correspondentes bancários, bem como definir a documentação comprobatória a ser obtida junto ao potencial correspondente, além de outras observações e orientações correlatas.

A contratação do correspondente é formalizada por meio de Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário. Todos os contratos de correspondentes devem ter, como objeto, a prestação de serviços de intermediação para a concessão de crédito pessoal a clientes com desconto em folha de pagamento, bem como a distribuição de outros produtos que façam ou venham a fazer parte da carteira de produtos financeiros do Cedente, englobando atividades, tais como: (i) prospecção de novos clientes; (ii) esclarecimentos ao cliente das condições da operação, de forma a atender os preceitos de transparência e conhecimento inerentes à relação comercial; (iii) recolhimento e checagem de toda a documentação necessária para a formalização do contrato com o cliente; (iv) preenchimento do cadastro e solicitação de empréstimo nos formulários fornecidos pelo Cedente; (v) regularização do processo de averbação junto ao órgão consignante; (vi) abono da assinatura do cliente; (vii) remessa tempestiva do contrato firmado pelo cliente, com a respectiva certidão de margem consignada; (viii) preenchimento dos dados da proposta no sistema *web* ou sistema que o venha a substituir; e (ix) controle de todas as operações efetuadas por seu intermédio, principalmente no que tange à possibilidade da consignação junto ao órgão consignante e a realização regular dos descontos.

Não há qualquer vínculo empregatício ou relação societária entre o Cedente e os correspondentes.

## Produtos

O Cedente opera através de centenas de correspondentes bancários em todo o Brasil, com foco principal no crédito com desconto em folha, o que representa 98% de suas operações e é responsável por 84% das receitas da instituição. Os parceiros do Cedente, nesta modalidade de operação de crédito, são os governos estaduais e municipais, órgãos públicos e privados, com convênios para desconto em folha em 20 estados, 150 prefeituras, INSS, Tribunais de Justiça, Tribunais de Contas, Câmaras e Assembléias, Senado Federal, Forças Armadas, Correios, Infraero, Ministério Público Federal, Justiça Federal, etc.

O montante de empréstimos liberados cresceu 87%, passando de R\$274 milhões em 2004 para R\$512 milhões em 2005. Para o ano de 2006, o orçamento contempla um crescimento de 30% nesse montante.

Em 2005, foram abertos 200 novos convênios junto a Estados, prefeituras e outras entidades públicas e privadas, totalizando um público potencial de 30 milhões de pessoas. Nesse contexto, merecem destaque os convênios firmados junto as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica).

O sucesso das operações de crédito consignado permite que o Cedente esteja presente em praticamente todo território nacional, buscando atender aproximadamente de oito milhões de pensionistas e aposentados do INSS, 2,5 milhões de servidores estaduais e municipais e 150.000 de órgãos do poder judiciário.

Visando modernizar suas operações de crédito consignado, o Cedente lançou o "Cartão Paraná Banco Mastercard Electronic", destinado a servidores públicos e privados, que permite ter um percentual do saldo devedor do cartão descontado em folha de pagamento. Produto inédito no Brasil, está sendo distribuído junto ao INSS, aos funcionários municipais Porto Alegre, Rio de Janeiro e dos Estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, entre outros.

O Certificado de Depósito Bancário Paraná Banco é o principal investimento ofertado a grandes clientes institucionais e, por meio de sua coligada, Paraná Banco Asset Management, disponibiliza uma gama de Fundos de Investimento, de renda fixa e variável, com uma gestão bastante competente e atualizada das demandas do mercado. O Cedente disponibiliza a seus investidores, por meio do site [www.paranabanco.com.br](http://www.paranabanco.com.br), as classificações de risco da Standard & Poor's, da Austin Consultoria e da LF Rating, com nota técnica auferida entre BBB- e A-, atestados dada a combinação rentabilidade, eficiência e baixa inadimplência.

Em 30 de junho de 2006, o Cedente possuía 600.000 clientes cadastrados, 400.000 contratos ativos, uma carteira de R\$520 milhões em operações de crédito e depósitos a prazo no valor de R\$380 milhões.

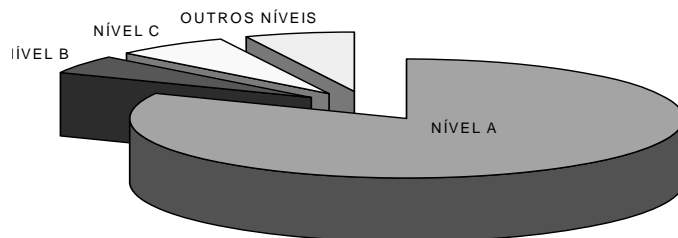
## Carteira de Produtos

A tabela abaixo apresenta a participação dos principais produtos na carteira do Cedente nos períodos indicados:

Participação dos Principais Produtos na Carteira de Produtos do Cedente						
Tipo de Produtos	2003		2004		2005	
	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil
Empréstimo	1,30	2.162	0,21	501	0,32	1.253
Conta Garantida	0,71	1.189	0,05	116	0,36	1.446
Outros Financiamentos	0,00	0	0,00	0	0,28	1.090
Crédito Pessoal	97,99	162.968	99,74	237.225	99,04	392.435
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>166.319</b>	<b>100,00</b>	<b>237.842</b>	<b>100,00</b>	<b>396.224</b>

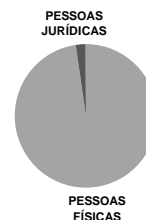
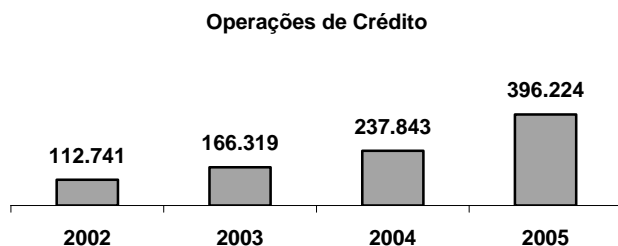
## Análise e Concessão de Crédito e Taxa de Inadimplência

A política de crédito prioriza a liquidez e a qualidade dos negócios, com permanente supervisão das operações contratadas. A qualidade da carteira pode ser aferida pela classificação das operações, conforme parâmetros fornecidos pelo Banco Central. No encerramento de 2005, aproximadamente 82% dos contratos se encontravam estabelecidos no nível de risco "A", ou seja, operações em curso normal e que apresentam um risco praticamente nulo.

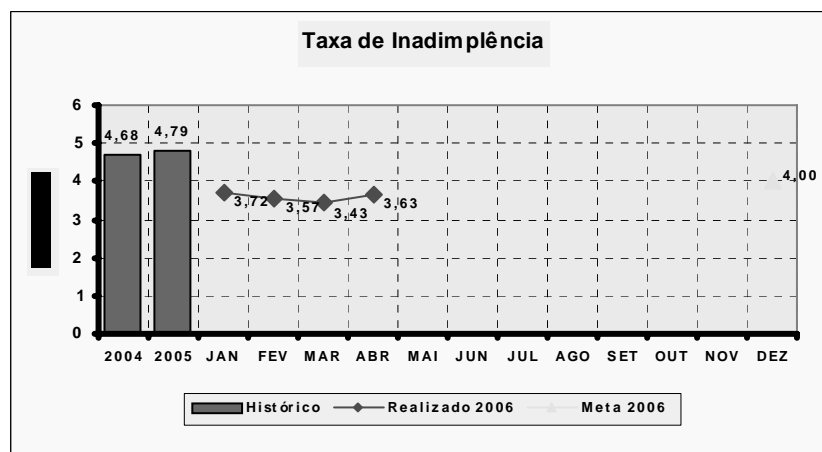


As operações de crédito vêm apresentando um crescimento acentuado e progressivo. A carteira encerrou 2005 com um crescimento de 66% em relação ao ano anterior, culminando, no último triênio, na evolução nominal de 138%.

As operações de crédito, descontando as provisões para perdas, encerraram 2005 representando 71,40% dos ativos totais do Cedente. O risco é reduzido em função da excelente pulverização dos contratos. A modalidade de empréstimo ao servidor público corresponde a aproximadamente 98% do total dessas operações.



O gráfico abaixo demonstra a evolução da taxa de inadimplência da carteira de crédito consignado:



Nota: TI = taxa de inadimplência em percentual; SC = saldo da carteira de empréstimos; IN = soma dos valores das prestações com atraso de mais de 60 dias; TI = IN/SC x 100

### Captação de Recursos

Em 2005 e 2006, o Cedente captou US\$24 milhões no mercado internacional, visando diversificar as origens de *funding* e alongar os prazos de captação. Para evitar descasamento de moedas, contratou operações de *hedge* de 100% desse total.

Em 2004 foram cedidos créditos no valor de R\$37 milhões. Em 2005 essas cessões atingiram R\$204 milhões. Até junho de 2006 foram cedidos R\$ 129 milhões. As cessões têm sido utilizadas como mais uma alternativa para atender as necessidades de *funding* do Cedente.

A carteira de depósitos a prazo cresceu 32% no ano, acumulando em dezembro um total de R\$285 milhões. Atualmente, os depósitos a prazo totalizam R\$380 milhões.

O Cedente mantém acordo operacional com o Banco Bradesco S.A., com valor global de até R\$500 milhões, para cessão de créditos de empréstimos feitos para aposentados e pensionistas do INSS. Além disso, tem acordo com diversas instituições financeiras para cessão de créditos de outros convênios.

### Contratos Relevantes

A tabela a seguir demonstra os contratos de cessão de crédito firmados pelo Cedente.

Data da Cessão	Cessionário	Valor da Cessão de Crédito (R\$ milhões)
23.2.05	Banco Bradesco S.A.	17,5
15.8.05	Banco Fibra S.A.	9,9
10.6.05	Banco Fibra S.A.	10,0
24.6.05	Banco ABC Brasil S.A.	9,9
28.2.05	Banco ABC Brasil S.A.	7,9
28.6.05	Banco Votorantim S.A.	8,2
23.5.05	Financeira Alfa S.A.	8,0
27.4.05	Financeira Alfa S.A.	10,0
21.12.05	Financeira Alfa S.A.	10,7
23.2.06	Financeira Alfa S.A.	9,9
9.3.06	Banco Unibanco S.A.	10,7
20.3.06	Banco Unibanco S.A.	20,0
6.2.06	Banco Unibanco S.A.	12,1
19.4.06	Banco Votorantim S.A.	14,1
11.5.06	Unibanco S/A	15,1
30.5.06	Banco Alfa S/A	15,1
19.6.06	Banco Votorantim S/A	17,9
30.6.06	Banco ABC	14,0
Total:		221,0

## Valores Mobiliários

### Captação de Recursos no Mercado Externo

O Cedente realizou cinco emissões de títulos no mercado externo no valor principal total de US\$28 milhões, conforme quadro abaixo:

Data	Emissor	Operação	Agente de Pagamento	Valor Principal (US\$ milhões)	Vencimento	Juros (% a.a)
26.10.05	Cedente	<i>Fixed Rate Notes</i> no mercado Europeu	CITCO Bank Nederland NV	9,5	5.2.07	8,0
20.5.05	Cedente	Notas Promissórias	Queluz Finanace LLP	3,5	1.8.06	7,5
1.10.04	Cedente	<i>Fixed Rate Notes</i> no mercado Europeu	Queluz Finanace LLP	3,0	10.5.06	7,0
15.12.05	Cedente	<i>Fixed Rate Notes</i> no mercado Europeu	CITCO Bank Nederland NV	6,0	22.6.07	8,0
23.05.06	Cedente	<i>Fixed Rated Notes</i> no mercado europeu	CITCO Bank Nederland NV	5,0	19.11.07	8,0

### Ofertas Públicas de Aquisição de Ações

Não houve ofertas públicas de aquisição de ações do Cedente efetuada por terceiros ou pelo próprio Cedente no último exercício social ou no atual exercício social.

### Ofertas Públicas de Distribuição

Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários no mercado brasileiro ou participou de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de sua emissão realizada por terceiros nos últimos dois exercícios sociais ou no exercício social atual.

## Fontes de Recursos

As tabelas abaixo mostram as fontes de recursos consolidadas por tipo, valor e percentual da carteira em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, e nos primeiros trimestres de 2006.

	31.12.03		31.12.04		31.12.05	
	<u>R\$ mil</u>	<u>% do Portifólio</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>% do Portifólio</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>% do Portifólio</u>
Depósitos interfinanceiros	5.558	3,56	9.909	3,84	17.817	4,75
Captações Mercado Aberto	0	0,00	0	0,00	19.402	5,17
Emissões no Exterior	0	0,00	32.082	12,43	52.684	14,04
Depósitos a prazo	150.644	96,44	216.084	83,73	285.284	76,04
Total	156.202	100,00	258.075	100,00	375.187	100,00
Passivo total	<u>229.954</u>	<u>67,93</u>	<u>352.893</u>	<u>73,13</u>	<u>535.085</u>	<u>70,12</u>

	31.3.06		30.6.06	
	<u>R\$ mil</u>	<u>% do Portifólio</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>% do Portifólio</u>
Depósitos interfinanceiros	24.744	6,13	33.303	7,88
Captações Mercado Aberto	17.059	4,22	21.282	5,04
Emissões no Exterior	50.344	12,47	54.791	12,97
Depósitos a prazo	311.644	77,18	313.050	74,11
Total	403.791	100,00	422.426	100,00
Passivo total	<u>554.343</u>	<u>72,84</u>	<u>589.180</u>	<u>71,70</u>

## Informações Financeiras

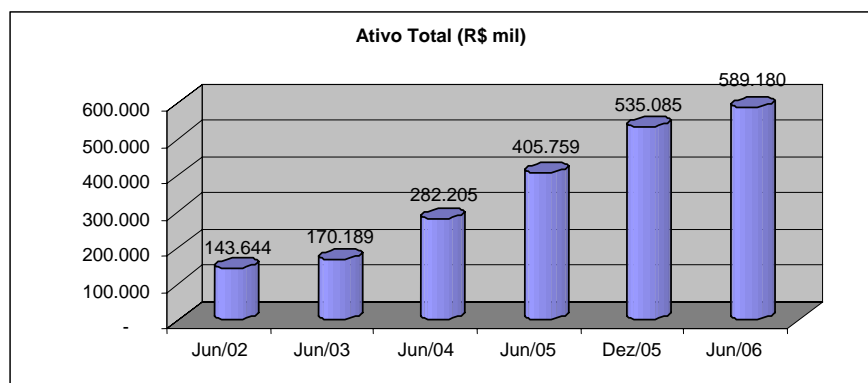
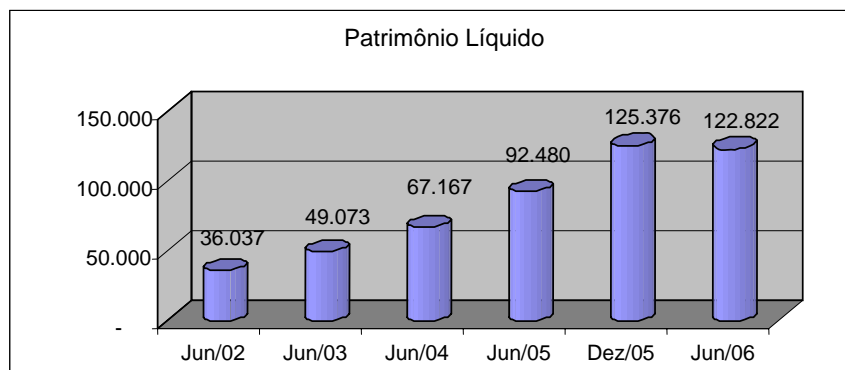
### Balanço Patrimonial

Seguem abaixo informações sobre o balanço patrimonial do Cedente em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, e nos primeiro semestre de 2006, e as respectivas variações:

Ativo							
R\$ mil	31.12.03	31.12.04	31.12.05	30.6.06	Var. % 03/04	Var. % 04/05	Var. % 05/06
Circulante e Realizável	203.752	318.655	472.689	546.215	56,39	48,33	(15,55)
Permanente	26.203	34.238	62.396	42.965	30,66	82,24	(31,14)
Investimentos	25.611	33.667	59.869	40.416	35,80	77,82	(32,49)
Imobilizado de Uso	441	445	534	2.431	0,9	20,00	355,24
Diferido	151	126	126	118	(16,55)	0	(6,3)
Total	<u>229.955</u>	<u>352.893</u>	<u>535.085</u>	<u>589.179</u>	<u>53,46</u>	<u>51,62</u>	<u>10,10</u>

Passivo							
R\$ mil	31.12.03	31.12.04	31.12.05	30.6.06	Var. % 03/04	Var. % 04/05	Var. % 05/06
Circulante e Exigível	174.947	278.295	409.709	466.359	59,07	47,22	21,88
Patrimônio Líquido	55.008	74.598	125.376	122.821	35,61	68,06	(2,03)
Total	<u>229.955</u>	<u>352.893</u>	<u>535.085</u>	<u>589.180</u>	<u>53,46</u>	<u>51,62</u>	<u>10,10</u>

Os gráficos abaixo demonstram, respectivamente, a evolução do patrimônio líquido e do ativo total desde junho de 2002 até junho de 2006:



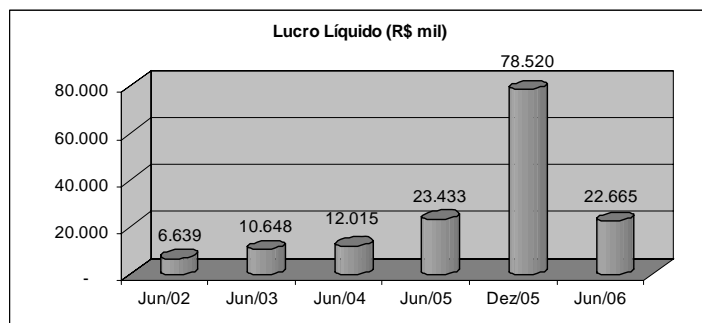
## Demonstração de Resultados

Seguem abaixo informações sobre a demonstração de resultados do Cedente relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e ao período encerrado em 30 de junho de 2006, levando em consideração o crescimento no valor da rubrica (análise horizontal).

R\$ mil	31.12.03	31.12.04	31.12.05	30.6.05	30.6.06	Var. % 03/04	Var.% 04/05	Var. % 05/06
Receitas de Intermediação Financeira	71.656	98.042	160.240	83.774	106.208	36,8	63,4	26,8
Despesas de Intermediação Financeira	(37.081)	(42.233)	(65.904)	(27.918)	(40.612)	13,9	56,1	45,4
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	34.575	55.809	94.336	55.856	65.596	61,4	69,0	17,4
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(12.565)	(23.540)	(49.869)	(21.664)	(32.432)	87,4	111,9	49,7
Resultado Operacional	22.010	32.269	44.467	34.192	33.164	46,6	37,8	(3)
Resultado Não Operacional	-	(1)	45.288	(1)	53	-	-	-
Resultado antes Tributação sobre Lucro	22.010	32.268	89.755	34.191	33.217	46,6	178,2	(2,8)
Provisão para IR e CSLL	(2.622)	(6.492)	9.868	(10.612)	(10.386)	147,6	(252,0)	(2,1)
Participações no lucro	(234)	(268)	(367)	(146)	(166)	14,5	36,9	13,7
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	<u>19.154</u>	<u>25.508</u>	<u>79.520</u>	<u>23.433</u>	<u>22.665</u>	<u>33,1</u>	<u>211,8</u>	<u>(2,3)</u>

Não houve eventos relevantes subsequentes à divulgação das informações de 30 de junho de 2006.

O gráfico abaixo demonstra a evolução do lucro líquido desde junho de 2002 até junho de 2006:



## Pendências Judiciais e Administrativas

Em 30 de junho de 2006, o Cedente era parte em dois processos judiciais de natureza fiscal no valor aproximado total de R\$2 milhões, já julgados a favor do Paraná Banco em primeira instância. Com base na análise dos consultores do Cedente, não foram constituídas provisões para referidos processos. O Cedente é parte em alguns processos judiciais de natureza cível e trabalhista, com montante não significativo.

## Subsidiárias

### J. Malucelli Corretora de Valores Ltda.

A J. Malucelli Corretora de Valores Ltda. foi constituída em 29 de fevereiro de 1968, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como principal atividade a compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros.

O capital social da Administradora, em 30 de junho de 2006, era equivalente a R\$2,3 milhões, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23 milhões de cotas.

Em 30 de junho de 2006 o Cedente era titular de 99,99% do capital social total da J. Malucelli Corretora de Valores Ltda.

*Tresor Holding S.A.*

O capital social da Tresor Holding S.A., subsidiária integral do Cedente, em 30 de junho de 2006, era equivalente a R\$30,5 milhões, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 39.911 ações.

*J Malucelli Seguradora S.A.*

O capital social da J Malucelli Seguradora S.A., em 30 de junho de 2006, era equivalente a R\$8,427 milhões, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 8,427.600 ações, sendo que 85% das ações pertencem ao Fundo ADVENT International, transferência que foi autorizada pela SUSEP em agosto de 2005, quando o Cedente deixou de ser o acionista controlador. O capital social remanescente é detido pelo Cedente.

**Outras Informações**

Qualquer informação ou esclarecimentos sobre o Cedente e a Emissão podem ser obtidas junto à Administradora ou às Instituições Intermediárias.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXOS**

---

- ANEXO A** – Regulamento do Fundo
- ANEXO B** – Relatório de Classificação de Risco
- ANEXO C** – Relatório da Deloitte relativo à Carteira de Direitos Creditórios do Paraná Banco
- ANEXO D** – Demonstrações Financeiras do Paraná Banco Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2003, 2004 e 2005 e ao Trimestre Encerrado em 31 de março de 2006
- ANEXO E** – Estatuto Social do Paraná Banco
- ANEXO F** – Declarações da Administradora
- ANEXO G** – Declaração da Instituição Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ANEXO A**

Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO  
DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO I**

CNPJ nº 08.092.514/0001-26

J. MAUCIELLI CORRÊTORA DE VALORES LTDA, sociedade com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde de Nacar 1441, Centro, 1ª andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 16.621.457/0001-85, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, na qualidade de administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I ("Administradora"), cujo Regulamento foi registrado no 2º Cartório do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba em: 31 de julho de 2006, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 08.092.514/0001-26 ("Fundo" e "Regulamento");

CONSIDERANDO que:

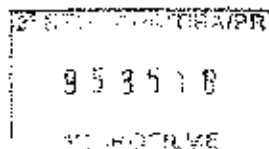
- (A) em 23 de agosto de 2006, a Bovespa -- Bolsa de Valores de São Paulo solicitou à Administradora ajustes no Regulamento;
- (B) em 25 de agosto de 2006 realizou-se o procedimento de *bookbuilding*, organizado pela Instituição Líder, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03, por meio do qual foi definido o Fator Multiplicador, o qual será aplicado sobre a Taxa DI para cálculo da efetiva remuneração dos Cotas Seniores; e
- (C) o Fundo, até a presente data, não teve quaisquer de suas respectivas Cotas subscritas e/ou integralizadas, de forma que ainda não conta com a participação de quaisquer condôminos, razão pela qual a alteração do Regulamento não requer a realização de uma assembleia geral de cotistas;

(Termos com iniciais minúsculas utilizados neste "Instrumento Particular de Primeira Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I" ("Instrumento") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento.)

RESOLVE:

- I. Alterar a definição de "Fator Multiplicador" do item 1 do Regulamento, para constar o percentual definido no procedimento de *bookbuilding* e, em consequência desta alteração, ajustar a redação do item 18.3.1 do Regulamento, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Fator Multiplicador": 109% (cento e nove por cento)."

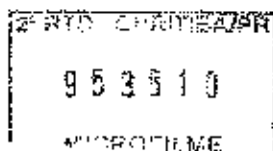


"18.3.1. O Fator Multiplicador, o qual será aplicado sobre a Taxa DI para cálculo da efetiva remuneração das Cotas Seniores (na forma do Anexo V e este Regulamento), foi definido em procedimento de *bookbuilding*, organizado pela Instituição Lider, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos."

2. Alterar o item 11.1 do Regulamento, para incluir novo Critério de Elegibilidade e, em decorrência desta alteração, ajustar a definição de "Avaliador da Carteira" do item I do Regulamento, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"11.1. Os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- (i) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- (ii) os Direitos Creditórios devem ser decorrentes de Contratos de Empréstimo que não tenham parcelas vencidas e não pagas pelos respectivos Devedores;
- (iii) os Direitos Creditórios devem ser referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um Contrato de Empréstimo;
- (iv) nas Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios decorrentes de Contratos de Empréstimos celebrados entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados listados no Anexo III do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, os quais foram objeto de avaliação pelo Avaliador da Carteira;
- (v) os Direitos Creditórios não poderão ter vencimento posterior à data de liquidação do Fundo (item 5.1 abaixo);
- (vi) os Direitos Creditórios não poderão ter um grau de concentração por Órgão Público Conveniado superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo na data de celebração dos Termos de Cessão; e
- (vii) os Direitos Creditórios não poderão ter um grau de concentração em relação aos 6 (seis) maiores Órgãos Públicos Conveniados superior a 50% (cinquenta por cento)

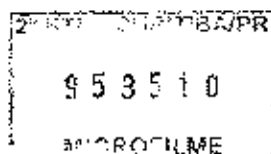


do patrimônio líquido do Fundo na data de celebração dos Termos de Cassão."

"Avaliador da Carteira": Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., empresa de auditoria com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra 127, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 62.484.951/0001-30, ou quem vier a lhe suceder, responsável por avaliar a carteira de Direitos Creditórios do Fundo prevista nos itens 8.5 e 11.1(iv) abaixo."

3. Alterar o item 7.1.1 do Regulamento e o item 9.3 do Anexo I ao Regulamento, para que periodicidade de pagamento da taxa de administração passe de anual e mensal, que passará a vigorar com as seguintes redações:
  - 7.1.1. A taxa de administração será paga mensalmente à Administradora, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês que a taxa se referir ou, ainda, antecipadamente, por ocasião do resgate de Cotas (nas hipóteses admitidas neste Regulamento).
  - 9.3. Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração anual equivalente a 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, apurada e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês que a taxa se referir ou, ainda, antecipadamente, por ocasião do resgate de Cotas (nas hipóteses admitidas no Regulamento).
4. Alterar o item 10.4.5 do Regulamento, da seção "Política de Investimento", para que conste que as operações em mercados de derivativos só possam ser realizadas na modalidade "com garantia", que passa a vigorar com a seguinte redação:
  - 10.4.5. É vedado ao Fundo realizar operações (i) de *day trade*, (ii) de renda variável ou amida (iii) em mercados de derivativos, exceto para operações com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e desde que sejam realizadas em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e de futuros exclusivamente na modalidade "com garantia".
5. Alterar o item 15.3.2 do Regulamento, para que conste dispensa expressa de assinatura do termo de adesão ao Regulamento no caso de aquisição de Cotas Seniores no mercado secundário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"15.3.2. É indispensável, por ocasião do ingresso do cotista no Fundo, sua adesão aos termos do presente Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento (Anexo I), bem como de declaração atestando a condição de





Investidor Qualificado, exceção feita aos casos de aquisição de Cotas Seniores no mercado secundário."

6. Alterar os itens 16.5.2, 16.5.3 e 16.5.4 do Regulamento, para que conste expressamente a possibilidade de subscrição de Cotas Subordinadas por Partes Relacionadas ao Cliente, nos termos admitidos pela regulamentação vigente, que passam a vigorar com as seguintes redações:

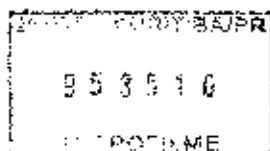
"16.5.2. O Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da seu recebimento, informando por escrito se deseja ou não, a seu exclusivo critério, integralizar novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irrevogável e irrevogável a prontamente subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para recomposição da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional

16.5.3. Na hipótese de o Cedente desejar subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) novas Cotas Subordinadas, a Administradora poderá deliberar pela emissão de tais cotas sem necessidade de autorização de quaisquer cotistas do Fundo ou de realização de assembleia geral. Nesse caso, o processo de subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas deverá ser concluído dentro de até 5 (cinco) dias contados da data do envio do Aviso de Desenquadramento.

16.5.4. Na hipótese de o Cedente deixar de responder tempestivamente o Aviso de Desenquadramento à Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 16.5.2 acima, será observado o disposto nos itens 19.3 abaixo e 27.3(i) abaixo, conforme o caso."

7. Alterar as regras relativas à Amortização Compulsória para incluir a necessidade de aprovação prévia pela assembleia geral de cotistas e, em consequência desta alteração, alterar os itens 19.3, 24.2.1(viii) e 27.3(i) do Regulamento, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"19.3. Desde que previamente autorizada por assembleia geral de cotistas convocada especialmente para deliberar sobre a realização de Amortização Compulsória, a Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo



(i) à Razão Mínima, e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios estabelecida no item 10.2 acima,

19.3.1. Na hipótese de a assembleia geral decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no item 19.1 acima, mas sim pelo valor necessário ao enquadramento do Fundo, conforme previsto no item 19.3 acima. Esse valor será referente à amortização do valor principal do investimento, não sendo computado como remuneração.

19.3.2. Qualquer Amortização Compulsória afetará a todos os cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional as suas respectivas cotas."

"24.2.1. Além da aprovação de titulares das Cotas Seniores conforme os quorums de deliberação estabelecidos neste item, estarão necessariamente sujeitas à aprovação de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas em assembleia geral de cotistas as deliberações que se refiram a:

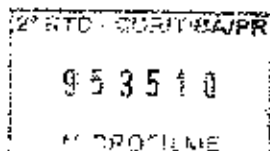
(...)

(vii) alteração do cronograma de amortização das Cotas Seniores e das regras de amortização das Cotas Subordinadas previstos, respectivamente, nos itens 19.1 e 19.2, bem como aprovar a Amortização Compulsória nos termos do item 19.3 acima; (...)"

"27.3. Será convocada assembleia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, quais sejam:

(i) inobservância, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso o Cedente não responda tempestivamente o Aviso de Desenquadramento à Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não subscrever novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 16.5.2, observado que, nas hipóteses em que estiver pendente de realização a assembleia de cotistas convocada nos termos do item 19.3 abaixo, o disposto neste inciso não será aplicável; (...)"

8. Alterar as regras referentes à convocação da assembleia geral para excluir a convocação por meio eletrônico, excluir regra específica para convocação dos titulares de Cotas Seniores adquiridas no mercado secundário e incluir a possibilidade de convocação por meio de publicação no Periódico e, em



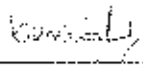
consequência destas alterações, o item 24.6 do Regulamento passa a vigorar com a seguinte redação:

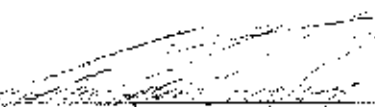
- "24.6. A convocação da assembleia geral de cotistas será feita pela Administradora, por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista.
- 24.6.1. As cartas de convocação ou o anúncio publicado no Periódico indicaráo dia, hora e local em que será realizada a assembleia geral de cotistas e os assuntos a serem tratados.
- 24.6.2. A convocação da assembleia geral de cotistas deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de envio da carta ou da data da publicação do primeiro anúncio de convocação.
- 24.6.3. Não se realizando a assembleia geral de cotistas, será novamente providenciada a expedição aos cotistas de carta com aviso de recebimento ou será publicado novo anúncio de convocação no periódico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
- 24.6.4. Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da assembleia geral de cotistas seja providenciada juntamente com a primeira convocação."
9. Em consequência das alterações promovidas por meio deste Instrumento, resolve a Administradora consolidar o Regulamento do Fundo, cujo inteiro teor passa a integrar o presente para todos os fins.

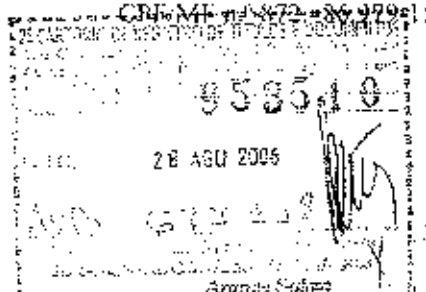
Este instrumento particular, com o regulamento do Fundo e seus anexos, deverá ser registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

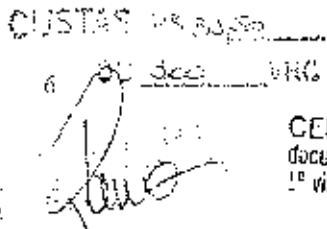
Curitiba, 25 de agosto de 2006.

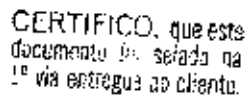
J. MALUCELLI CORRETORA DE VALORES LTDA.

  
Cristiano Malucelli  
Diretor  
CPF/MF nº 8.872.886.979-5

  
André Tadeu Paes de Souza  
Diretor  
CPF/MF nº 903.945.687-49

  
28 AGO 2006  
9585,10

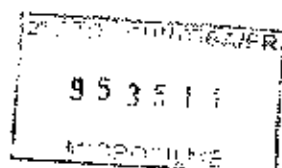
  
CUSTAS 18,000000

  
CERTIFICO, que este documento foi selado na 1ª via entregue ao cliente.

ANEXO  
REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANA BANCA S.A.

ÍNDICE

1	Definições .....	8
2	Objeto .....	13
3	Forma de Constituição .....	14
4	Publição Ativa .....	14
5	Prazo .....	14
6	Administradora .....	14
7	Remuneração da Administradora .....	15
8	Contratação de Vereadores .....	16
9	Substituição da Administradora .....	22
10	Política de Investimento .....	23
11	Créditos de Elegibilidade .....	26
12	Descrição dos Direitos Creditórios .....	32
13	Direitos Creditórios Inadimplidos, Resgate Facultativo e Aperto Adicional de Recursos para Fazer Frente e Despesas de Cobrança .....	27
14	Fatores de Risco .....	29
15	Cotas do Fundo .....	44
16	Classes de Cotas .....	46
17	Da Negociação das Cotas Semiores .....	47
18	Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo .....	48
19	Aperfeiçoamento das Cotas .....	48
20	Reserva de Pagamento .....	50
21	Índices de Inadimplência dos Direitos Creditórios .....	51
22	Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo e das Cotas de Cada Classe .....	54
23	Despesas e Encargos do Fundo .....	54
24	Assembleia Geral .....	57
25	Informações Obrigatórias e Periódicas .....	60
26	Publicações .....	63
27	Liquidação do Fundo e Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada .....	63
28	Foro .....	70



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO I

O "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I", disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente regulamento ("Regulamento"), conforme o disposto abaixo.

1. DEFINIÇÕES

- 1.1. Os termos iniciais com letra maiúscula utilizados neste Regulamento terão o significado que lhes é atribuído a seguir, no singular ou no plural:

"Administradora": J. Mutuelli Corretora de Valores Ltda., sociedade com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde de Nacar 1441, Centro, 1º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 76.621.457/0001-85, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, ou quem vier a lhe suceder.

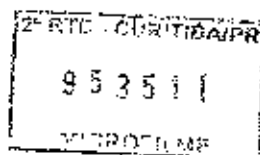
"Agência Classificadora de Risco": Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Intermarciana do Brasil Ltda., agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eng. Luís Carlos Berrini 1233, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.295.585/0002-20, ou quem vier a lhe suceder.

"Agente de Cobrança": Paraná Banco, ou quem vier a lhe substituir na qualidade de agente de cobrança bancária dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, também responsável pela cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios inadimplidos.

"Alocação Mínima": percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, nos termos do item 10.2 abaixo.

"Amortização Compulsória": amortização compulsória e antecipada das Contas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) a Razão Mínima e/ou (ii) a Alocação Mínima.

"Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios": a soma de todas as aquisições de direitos creditórios realizadas pelo Fundo (i) até se perfazer o montante de



R\$134.000.000,00 (cento e trinta e quatro milhões de reais), caso a Emissão de Cotas Seniores inclua lote adicional e lote suplementar ou (ii) até se perfazer o montante correspondente a 153,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do valor das Cotas Seniores efetivamente colocadas, subtraído o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), caso a Emissão de Cotas Seniores não inclua lote adicional e/ou lote suplementar.

**"Auditor do Fundo":** Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., empresa de auditoria com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra 127, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 62.484.951/0001-30, ou quem vier a lhe suceder, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais do Fundo, das contas do Fundo e da atuação da Administradora, nos termos desse Regulamento.

**"Avaliador da Carteira":** Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., empresa de auditoria com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra 127, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 62.484.951/0001-30, ou quem vier a lhe suceder, responsável por avaliar a carteira de Direitos Creditórios de Fundo prevista nos itens 8.5 e 11.1 (iv) abaixo.

**"Aviso de Desenquadramento":** correspondência a ser enviada pela Administradora ao Paraná Banco na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, na forma do Anexo IV do Regulamento.

**"Cedente":** cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo, que será exclusivamente o Paraná Banco.

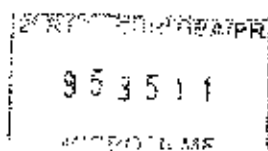
**"CMN":** Conselho Monetário Nacional.

**"Conciliação dos Pagamentos":** a conciliação entre os recursos recebidos dos Órgãos Públicos Conveniados e os valores a serem repassados ao Fundo em decorrência dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

**"Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios":** Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre o Paraná Banco e o Fundo, com a intervenção do Custodiante, através do qual serão cedidos ao Fundo os Direitos Creditórios.

**"Contrato de Custódia":** Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre o Fundo, o Custodiante e o Paraná Banco.

**"Contrato de Distribuição":** Contrato de Distribuição Pública de Cotas Seniores do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I", sob Regime de Melhores Esforços, e Consultoria de Construção e



Estruturação, celebrado entre o Fundo, o Paraná Banco e as Instituições Intermediárias.

"Contratos de Empréstimo": contratos celebrados pelo Cedente com Servidores Públicos, cujas parcelas sejam Direitos Creditórios.

"Controle": tem o significado estabelecido no artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, que inclui o controle indireto, e os termos "Controladras" "Controladas" e suas variações têm o mesmo significado.

"Convênios": convênios celebrados entre o Paraná Banco e os Órgãos Públicos Conveniados, tendo por objeto a realização de consignações dos proventos de Servidores Públicos para o pagamento de empréstimos e financiamentos.

"COSIF": Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil, conforme regulado pela Resolução n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, expedida pelo Conselho Monetário Nacional, e alterações posteriores.

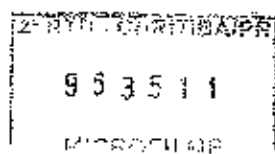
"Cotas": correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e não são resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da assembleia geral de cotistas. As cotas do Fundo são divididas em duas classes: Sênior e Subordinada.

"Cotas Seniores": aquelas que não se subordinam às demais para efeito da amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

"Cotas Seniores em Circulação": a totalidade das Cotas Seniores emitidas, excetuadas as Cotas Seniores que, eventualmente, por qualquer motivo, se encontrem em tesouraria, ou que sejam pertencentes a qualquer das Partes Relacionadas, bem como aos respectivos diretores ou conselheiros do Cedente ou das partes Relacionadas, observadas as limitações impostas pelas regulamentação vigente.

"Cotas Subordinadas": aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.

"Cotistas Dissidentes": os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da assembleia geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembleia geral.



10

4



"Crêterios de Elegibilidade": os critérios a serem exigidos pelo Custodiante, definidos no item II abaixo, que os Direitos Creditórios deverão atender a cada cessão do Fundo.

"Custodiante": Banco Itaú S.A., institui o financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egy dio de Souza Aranha 100, Torre Itaúsa, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.  60.701.190/0001-04, ou quem vier a lhe suceder.

"CVM": Comissão de Valores Mobiliários.

"Data de Apurac o": o 15.  (décimo quinto) dia de cada mês.

"Data de Subscri o Inicial": data da primeira subscri o e integraliza o de Cotas.

"Datas de Amortiza o de Cotas S niores": datas das amortiza es programadas das Cotas S niores, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês.

"Desconto em Folha": o pagamento dos Direitos Creditórios mediante desconto direto nas folhas de pagamento dos Servidores Públicos, conforme previsto nos respectivos Convênios.

"Devedores": servidores públicos municipais, estaduais e federais dos  rg os Públicos Conveniados, devedores dos Empréstimos.

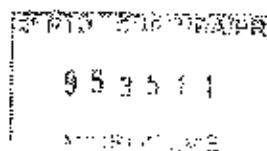
"Direitos Creditórios": Direitos creditórios originários do segmento de empréstimos a Servidores Públicos concedidos pelo Paraná Banco.

"Disponibilidades": compreenderão (i) caixa; (ii) depósitos bancários   vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplica es de liquidez imediata.

"Documentos Representativos dos Direitos Creditórios": (a) Contrato de Empréstimo impresso; (b) autoriza o impressa do Servidor Público para Desconto em Folha; (c) cópia de documentos de identifica o do Devedor e que comprovem a sua condi o de Servidor Público vinculado ao respectivo  rg o Público Conveniado; e (d) cópia de relatório físico, emitido pelo  rg o Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido  rg o Público Conveniado), confirmando o respectivo Desconto em Folha, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condi o de devida do respectivo Servidor Público.

"Emissão": emissão de Cotas.

"Empréstimos": empréstimos concedidos pelo Paraná Banco a Servidores Públicos.



11

*[Handwritten signature]*

14

*[Handwritten signature]*

"Eventos de Avaliação": aqueles definidos no item 27.2 abaixo, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, bem como convocação imediata de assembleia geral de cotistas, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada.

"Eventos de Liquidação Antecipada": aqueles definidos no item 27.3 abaixo, cuja ocorrência enseja a convocação de assembleia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas e a interrupção da aquisição de direitos creditórios.

"Fator Multiplicador": 109% (cento e nove por cento).

"FGC": Fundo Garantidor de Créditos.

"Fundo": Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I.

"IGPM": Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

"Instituições Intermediárias": Banco Votorantim S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior 999, 16º andar, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 59.558.111/0001-03, e Banco ABC Brasil S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Juscelino Kubitschek 1400, 3º, 4º e 5º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 28.195.667/0001-06, contratadas para prestar os serviços de coordenação da distribuição pública das Cotas.

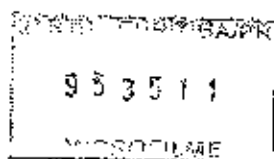
"Instrução CVM n.º 356/01": Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.

"Investidores Qualificados": investidores qualificados conforme definido pela regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004.

"Órgãos Públicos Conveniados": órgãos públicos federais, estaduais e municipais, listados no Anexo III do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que celebraram Convênios com o Cedente para a realização de descontos em folha para pagamento dos Contratos de Empréstimo.

"Outros Ativos": títulos e ativos nos quais o Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido, elencados no item 10.4 abaixo.

"Paraná Banco": instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde de Nacar 1441, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 14.388.334/0001-99, cedente



dos Direitos Creditórios ao Fundo e contratado nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e do Contrato de Custódia (i) como fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios; e (ii) como Agente de Cobrança.

**"Partes Relacionadas"**: em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas Controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente Controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades controladas de tal pessoa jurídica; e/ou (iv) as sociedades sob Controle comum com tal pessoa jurídica.

**"Período"**: Jornal do Estado, da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, ou outro que vier a substituí-lo nos termos do item 26.2 abaixo.

**"Período de Apuração"**: cada um dos períodos com início em uma determinada Data de Apuração e término na Data de Apuração subsequente.

**"Razão Mínima"**: relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento).

**"Regulamento"**: regulamento do Fundo.

**"Reserva de Liquidez"**: soma, equivalente a, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), que deverá ser mantida em Disponibilidades.

**"Reserva de Pagamento"**: reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores.

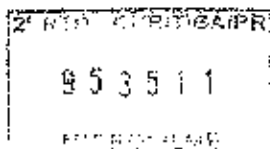
**"Servidores Públicos"**: servidores públicos municipais, estaduais e federais dos Órgãos Públicos Conveniados, devedores dos Empréstimos.

**"Taxa DI"**: taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interbancários de um dia, extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

**"Termo de Cessão"**: instrumento pelo qual se formaliza a cessão de Direitos Creditórios, descrevendo os Direitos Creditórios bem como os termos e condições a que se subordina sua aquisição, substancialmente conforme o modelo constante do Anexo II ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

## 2. OBJETO

- 2.1. O Fundo tem por objeto a captação de recursos no mercado de capitais doméstico para aquisição dos Direitos Creditórios, nos termos da política de investimento descrita no item 16 abaixo.



13

3. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

- 3.1. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração previsto no item 5.1 abaixo, ou em virtude de sua liquidação antecipada, nos termos do item 27.3 abaixo. É admitida a amortização das cotas do Fundo, conforme disposto no presente Regulamento ou por decisão da assembleia geral de cotistas.

4. PÚBLICO ALVO

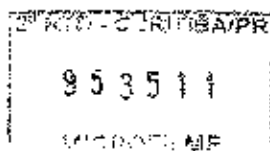
- 4.1. O Fundo é destinado preponderantemente a pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimento ou outras entidades de investimento coletivo, que, obrigatoriamente, se enquadrem na definição de Investidores Qualificados.

5. PRAZO

- 5.1. O Fundo será liquidado no dia 15 (quinze) do 36º (trigésimo sexto) mês, contado a partir do mês em que se verificar a Data de Subscrição Inicial. O Fundo pode também ser liquidado por deliberação da assembleia geral de cotistas.
- 5.2. Na hipótese de o dia 15 (quinze) referido no item anterior não ser dia útil na praça em que estiver sediada a Administradora, a liquidação do Fundo ocorrerá no dia útil imediatamente seguinte.

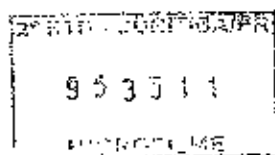
6. ADMINISTRADORA

- 6.1. O Fundo é administrado pela Administradora, que, observadas as limitações estabelecidas no presente item, neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integram a carteira do Fundo.
- 6.2. Incluem-se entre as obrigações da Administradora, dentre outras previstas neste Regulamento:
- (i) celebrar os documentos do Fundo por ordem e conta do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, Agência Classificadora de Risco das Cotas Seniores, Auditor do Fundo encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do



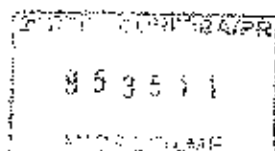
Fundo e da atuação da Administradora e Avaliador da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo;

- (ii) monitorar a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Paraná Banco e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e do Contrato de Custódia;
- (iii) registrar, antes do protocolo do pedido de registro do Fundo na CVM, as despesas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como futuras versões do Regulamento e de seu(s) anexo(s), no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná;
- (iv) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - (b) o registro dos cotistas;
  - (c) o livro de atas de assembleias gerais;
  - (d) o livro de presença de cotistas;
  - (e) o prospecto do Fundo;
  - (f) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, §§ 3º e 4º, da Instrução CVM nº 356/01;
  - (g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - (h) os relatórios do Auditor do Fundo e do Avaliador da Carteira;
- (v) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- (vi) entregar ao cotista, mediante recibo, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e disponibilizar o prospecto e os relatórios preparados pelo Auditor do Fundo e pela Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo, bem como cientificá-lo (a) do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações; e (b) da taxa de administração cobrada;
- (vii) providenciar a adesão dos cotistas do Fundo ao Regulamento na mesma data de subscrição de Cotas do Fundo, nos termos do Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento constante do Anexo I;
- (viii) divulgar, com a periodicidade prevista no item 25.5 abaixo, no Periódico, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas do Fundo, o valor de patrimônio



líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores e a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores pela Agência Classificadora de Risco;

- (ix) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, em especial as discriminadas no item 25 abaixo;
- (x) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (xi) fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (xii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, conforme disposto na Instrução CVM n.º 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (xiii) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) de cotas de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública;
- (xiv) informar os cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das cotas do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da sua ciência de tal fato;
- (xv) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária, ou ainda, de regimes similares, do Agente de Cobrança (conforme item 8.4 abaixo), requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra instituição;
- (xvi) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco:
  - (i) a substituição da Administradora, do Custodiante, do Auditor do Fundo ou do Avaliador da Carteira;
  - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação (conforme item 27.2 abaixo) ou de Evento de Liquidação Antecipada (conforme item 27.3 abaixo); e



(iii) a celebração de adiantamentos ao Regulamento e ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios;

(xvii) disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras trimestrais do Fundo à Agência Classificadora de Risco; e

(xviii) calcular, todo o dia útil, a Razão Mínima e os limites, índices e parâmetros referidos neste Regulamento.

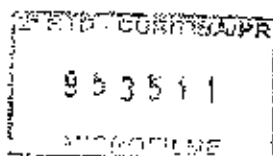
6.2.1 A divulgação das informações previstas no item 6.2(xviii) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do diretor responsável designado, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.

6.2.2. O diretor responsável designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01 deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos cotistas, bem como submetido anualmente ao Auditor do Fundo, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.

6.3. É vedado à Administradora, em nome próprio:

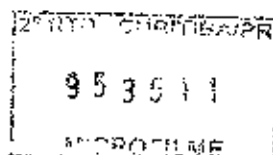
- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas do Fundo.

6.3.1. As vedações de que trata o item 6.3 acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas Controladoras da Administradora, das sociedades por elas Controladas e de coligadas ou outras sociedades sob Controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.



é.4. É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (iii) aplicar recursos diretamente ao exterior;
- (iv) adquirir cotas do próprio Fundo;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- (vi) vender cotas do Fundo a prestação;
- (vii) vender Cotas Seniores do Fundo ao Cedente e a sociedades Controladoras ou Controladas pelo Cedente, bem como coligadas ou outras sociedades sob o Controle comum do Cedente;
- (viii) prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no item 8 abaixo;
- (xi) obter ou conceder empréstimos;
- (xii) alugar, emprestar ou empenhar os Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (xiii) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e/ou os Outros Ativos.



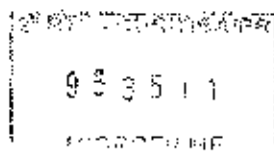


## 7 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

- 7.1. Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração anual equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do patrimônio líquido do Fundo.
- 7.1.1. A taxa de administração será paga mensalmente à Administradora, por período vencido, até o 5º (cinco) dia útil do mês subsequente ao mês que a taxa se referir ou, ainda, antecipadamente, por ocasião do resgate de Cotas (nas hipóteses admitidas neste Regulamento).
- 7.2. A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 23 abaixo, a serem debitadas ao Fundo pela Administradora.
- 7.3. Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

## 8. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

- 8.1. A Administradora poderá, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, contratar os serviços abaixo, às expensas do Fundo:
- (i) consultoria especializada, objetivando a análise dos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo;
  - (ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução CVM nº 356/01;
  - (iii) custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo.
- 8.2. Auditor do Fundo. A Administradora deverá, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, contratar, às expensas do Fundo, o Auditor do Fundo, que será responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais do Fundo, das contas do Fundo e da atuação da Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 8.3. Custodiante. O Custodiante, sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos do Contrato de Custódia, será responsável pelas seguintes atividades:
- (i) receber e analisar os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
  - (ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;



19

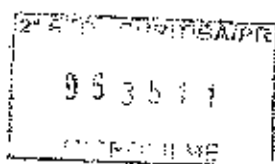
4

- (iii) realizar a liquidação financeira dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo de acordo com os termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e os respectivos Termos de Cessão;
- (iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e dos documentos representativos dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (v) diligenciar para que sejam mantidos pelo Cedente, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para a Administradora, auditores independentes, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- (vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos;
- (vii) prestar serviços de custódia dos Outros Ativos; e
- (viii) fazer auditoria periódica trimestral e por amostragem para a verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios sob a guarda da Cedente, nos termos do item 8.3.1 abaixo.

8.3.1. Em decorrência da nomeação do Cedente como fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, da expressiva diversificação de Devedores e significativo volume de créditos cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios por amostragem, comunicando o resultado dessa verificação à Administradora, à Agência Classificadora de Risco do Fundo e ao Avaliador da Carteira.

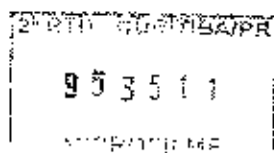
8.3.2. Ao realizar a verificação referida no item 8.3.1 acima, o Custodiante deverá analisar, com relação à documentação examinada de acordo com os procedimentos de auditoria por amostragem realizados, a existência de contrato físico celebrado por escrito entre o Paraná Banco e o respectivo Servidor Público relativo à contratação do Empréstimo, bem como de autorização por escrito para o Desconto em Folha.

8.3.3. Independentemente da nomeação do Cedente como depositário fiel dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, o Custodiante, conforme previsto no Contrato de Custódia, poderá realizar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, verificação, junto ao Cedente, da existência e formalização dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e o cumprimento com relação à guarda e organização dos referidos documentos.



20

- 8.4. Fiel Depositário e Agente de Cobrança. O Paraná Banco foi contratado pelo Fundo, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e do Contrato de Custódia (i) como fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como Agente de Cobrança de tais Direitos Creditórios, conforme descrito no Anexo III deste Regulamento.
- 8.4.1. A contratação do Paraná Banco, conforme descrita no item 8.4 acima, não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, e do artigo 16 da Instrução n.º 89, de 8 de novembro de 1988, da CVM.
- 8.4.2. O Custodiante não será responsável pela indicação de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ao protesto ou pela inserção de nome de Devedores de tais Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança, tomar todas as medidas inerentes a cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo inadimplentes, conforme descrito no Anexo III deste Regulamento.
- 8.5. Avaliador da Carteira. O Avaliador da Carteira realizará, como contratado da Administradora, às expensas do Fundo, anualmente, a aplicação de procedimentos específicos, a partir de informações provenientes dos sistemas utilizados pelos Órgãos Públicos Conveniados para o processamento dos Descontos em Folha, com o objetivo de verificar, por amostragem, a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Paraná Banco relativas aos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios: (i) existência de autorização impressa de cada Servidor Público para Desconto em Folha; (ii) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem a sua condição de Servidor Público vinculado ao respectivo Órgão Público Conveniado; e (iii) arquivo eletrônico emitido pelo Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos do referido Órgão Público Conveniado), confirmando o respectivo Desconto em Folha, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condição do Devedor de Servidor Público.
- 8.5.1. Sendo constatada, pela Administradora, qualquer inexactidão das informações fornecidas pelo Paraná Banco relativas aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser prontamente requeridos ao Paraná Banco esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo de eventual aplicação do disposto no item 27.2(xxiv) abaixo.
- 8.6. Substituição. O Fundo e/ou a Administradora, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, podem, a qualquer tempo, contratar outras instituições para

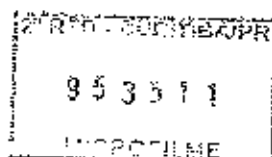


21

prestação dos serviços referidos nos itens 8.2, 8.3, 8.4 e 8.5 acima, agindo sempre no interesse dos cotistas do Fundo, e desde que aprovado pela assembleia geral de cotistas nos termos do item 24.1 abaixo.

#### 9. SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

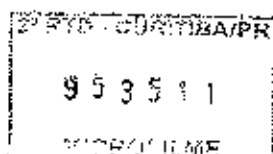
- 9.1. Nos termos do item 24.1(ii) abaixo, os titulares das Cotas Seriores em Circulação, reunidos em assembleia geral, poderão solicitar a substituição da Administradora. Para tanto, os titulares de Cotas Seriores em Circulação deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida assembleia geral, documento contendo as razões e os motivos da solicitação e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, deste Regulamento e dos demais documentos da presente operação.
- 9.2. A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento, enviada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos a cada cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembleia geral a se realizar em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da respectiva convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01 e do item 24 abaixo.
- 9.3. A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de realização da assembleia geral referida no item 9.2 acima, ou por prazo inferior caso (i) assim seja deliberado pelos cotistas do Fundo nos termos do item 24 abaixo, e (ii) a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora, na forma da regulamentação aplicável, e comprometa-se a desempenhar suas funções de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.
- 9.3.1. Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 9.3 acima não substitua a Administradora dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data da realização da assembleia geral referida no item 9.2 acima, a Administradora procederá à liquidação do Fundo até o 20º (vigésimo) dia corrido contado da data de realização da referida assembleia geral.
- 9.4. Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a assembleia geral de que trata o item 9.2 acima, por qualquer motivo, não deliberar sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Administradora, o Fundo será liquidado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.



9.5. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da realização da assembleia geral que deliberar pela sua substituição ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no item 9.3 acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo, ou que quaisquer pessoas acima referidas tenham tido acesso na execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

#### 10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

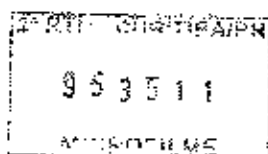
- 10.1. O Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios.
- 10.2. O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, a Alocação Mínima, que, conforme definido, corresponde a no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios.
- 10.3. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade.
- 10.4. O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido em moeda corrente nacional ou em Outros Ativos, quais sejam:
- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
  - (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
  - (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.
- 10.4.1. É expressamente vedada a aquisição pelo Fundo de ativos de renda variável, ou cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).
- 10.4.2. O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) a Reserva de Liquidez, que, conforme definido, tem o valor fixo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). Tal valor não será considerado para fins de apuração da Reserva de Pagamento (conforme item 20 abaixo).
- 10.4.3. O Fundo poderá realizar operações comprometidas desde que lastreadas nos títulos e ativos especificados no item 10.4 acima.



- 10.4.4. Os Direitos Creditórios e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.
- 10.4.5. É vedado ao Fundo realizar operações (i) de *day-trade*; (ii) de renda variável; ou ainda (iii) em mercados de derivativos, exceto para operações com o objetivo de proteger posições deidas à vista, até o limite dessas, e desde que sejam realizadas em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e de futuros exclusivamente na modalidade "com garantia".
- 10.4.6. O Fundo pode eventualmente realizar operações nas quais a Administradora e/ou Partes Relacionadas aos mesmos atuem) na condição de contraparte do Fundo.
- 10.4.7. A composição da carteira do Fundo não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos neste item 10.
- 10.4.8. O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade do seu patrimônio. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão sujeitos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no item 14 abaixo. O investidor, antes de adquirir cotas de Fundo, deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento no Fundo.
- 10.4.9. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora ou do FGC.

## 11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

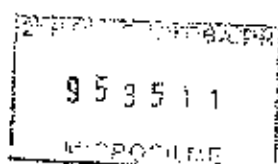
- 11.1. Os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:
- (i) os Direitos Creditórios devem ser referentes a Devedores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
  - (ii) os Direitos Creditórios devem ser decorrentes de Contratos de Empréstimo que não tenham parcelas vencidas e não pagas pelos respectivos Devedores;



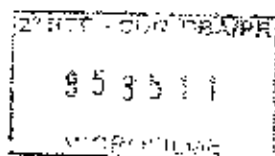
- (iii) os Direitos Creditórios devem ser referentes a uma ou mais parcelas mensais e consecutivas de um Contrato de Empréstimo;
  - (iv) nas Aquisições Iniciais de Direitos Creditórios, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios decorrentes de Contratos de Empréstimos celebrados entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados listados no Anexo III do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, os quais foram objeto de avaliação pelo Avaliador da Carteira;
  - (v) os Direitos Creditórios não poderão ter vencimento posterior à data de liquidação do Fundo (item 5.1 acima);
  - (vi) os Direitos Creditórios não poderão ter um grau de concentração por Órgão Público Conveniado superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo na data de celebração dos Termos de Cessão; e
  - (vii) os Direitos Creditórios não poderão ter um grau de concentração em relação aos 6 (seis) maiores Órgãos Públicos Conveniados superior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo na data de celebração dos Termos de Cessão.
- 11.1.1 Sendo constatada, pela Administradora e ou pelo Custodiante, qualquer inexistência das informações fornecidas pelo Paraná Banco relativas aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverão ser prontamente requeridos ao Paraná Banco esclarecimentos a respeito, e serão apresentadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo do evento ser caracterizado como um Evento de Avaliação.

## 12. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 12.1. Nos termos do inciso (x) do artigo 24 da Instrução CVM n.º 356/01, e não consubstanciando Critérios de Elegibilidade, são descritas e apresentadas características inerentes aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, divididas da seguinte forma:
- (i) no Anexo II deste Regulamento, descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios, da natureza dos Direitos Creditórios, dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, bem como da política de concessão de crédito adotada pelo Paraná Banco; e
  - (ii) no Anexo III deste Regulamento, os mecanismos e procedimentos adotados para cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive inadimplentes.



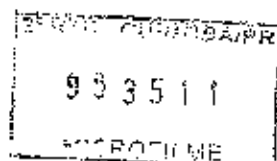
- 12.2. Todas as informações constantes dos Anexos II e III são de exclusiva responsabilidade do Cedente.
- 12.3. Por meio do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, o Cedente se obriga a ceder ao Fundo somente Direitos Creditórios (i) que sejam de titularidade do Paraná Banco, decorrentes de Contratos de Empréstimos celebrados por escrito entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados; (ii) decorrentes de Contratos de Empréstimos que já tenham pelo menos uma parcela vencida e devidamente adimplida pelos respectivos Devedores; (iii) que estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza quando de sua cessão ao Fundo; (iv) que sejam líquidos, certos e estejam corretamente formalizados por meio dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios quando de sua cessão ao Fundo, não sendo admitidos Direitos Creditórios formalizados exclusivamente via telefone ou por meios eletrônicos; (v) que sejam exigíveis dos respectivos Servidores Públicos nas respectivas datas de vencimento; (vi) que, na data de celebração do respectivo Termo de Cessão, não tenham sido objeto de qualquer contestação judicial ou extrajudicial, por meio de um Cartório de Registro de Títulos e Documentos, contra o Cedente, por parte dos respectivos Devedores e/ou das pessoas responsáveis pelo Desconto em Folha junto aos Órgãos Públicos Conveniados e (vii) que, na data de celebração do respectivo Termo de Cessão, atendam aos Critérios de Elegibilidade.
- 12.3.1. A obrigação do Cedente constante do item 12.3 acima não exime o Custodiante de sua responsabilidade de validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade.
- 12.4. Caso, a qualquer tempo, venha a se constatar que qualquer dos Direitos Creditórios cedidos não preenche os requisitos especificados no item 12.3 acima, a cessão de tal Crédito será resolvida, devendo o Cedente prontamente pagar ao Fundo o Preço da Cessão respectivo, calculado conforme a Cláusula 2.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, sem prejuízo de eventual indenização ao Fundo por perdas e danos devidamente comprovados.
- 12.5. Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios o Cedente se obrigou, ainda, (i) a não ceder ao Fundo quaisquer Direitos Creditórios caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar; (ii) pela existência dos Direitos Creditórios, nos termos do artigo 295 do Código Civil; (iii) pelo pagamento do Crédito no caso de exceções apresentadas pelos respectivos Devedores dos Direitos Creditórios contra o Cedente; e (iv) por eventuais prejuízos causados ao Fundo em virtude da liquidação antecipada de quaisquer dos Direitos Creditórios, caso em que, a





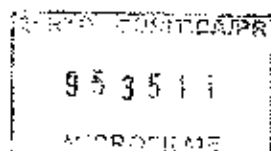
responsabilidade se limitará à diferença positiva entre o valor a receber da parcela liquidada antecipadamente (fixado a valor presente pela taxa de cessão dos Direitos Creditórios, conforme o caso) e a quantia paga na liquidação antecipada.

- 12.6. O Administrador e o Custodiante não respondem pela solvência, origemação, liquidez ou certeza dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
- 12.7. Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, os Devedores dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo não serão notificados da cessão dos Direitos Creditórios, exceto na hipótese do Cedente deixar de ser o Agente de Cobrança. Ainda de acordo com o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, na hipótese do Cedente deixar de ser o Agente de Cobrança, o Fundo deverá notificar os Órgãos Públicos Conveniados sobre a cessão dos Direitos Creditórios realizada pelo Cedente, para que sejam adotadas as providências necessárias para a continuidade dos repasses dos Direitos Creditórios ao novo agente de cobrança dos Direitos Creditórios. O Cedente obriga-se a colaborar para a realização de tal notificação e a tomar toda e qualquer providência necessária para tanto.
- 12.8. O Cedente poderá incluir novos órgãos públicos no rol dos Órgãos Públicos Conveniados do Anexo III ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, mediante aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, desde que tais órgãos públicos sejam considerados satisfatórios pela Administradora e pela Agência Classificadora de Risco (ou que não afetem a classificação do Risco do Fundo, sendo necessária a consulta à Agência Classificadora de Risco a este respeito).
13. DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS, RECOMPRA FACULTATIVA E APORTES ADICIONAIS DE RECURSOS PARA FAZER FRENTE A DESPESAS DE COBRANÇA
- 13.1. Os Direitos Creditórios não pagos quando de seu vencimento serão objeto de cobrança pelo Fundo, havendo sido contratado o Agente de Cobrança para prestar tais serviços.
- 13.2. O Cedente dos Direitos Creditórios terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito Creditório inadimplido, a partir de 5 (cinco) dias corridos contados da data de vencimento do título, pelo valor exigível do Direito Creditório inadimplido.
- 13.3. A cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios cedidos inadimplidos e não recomprados pelo Cedente na forma descrita no item 13.2 acima será feita, às expensas exclusivas do Fundo, pelo Agente de Cobrança e/ou por prestadoras de serviços de cobrança contratados pelo Agente de Cobrança, amigável e/ou judicial, sempre com o objetivo de receber a



integralidade dos valores devidos sob os Contratos de Empréstimo, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, observados os prazos e procedimentos descritos neste Regulamento. Em caso de cobrança judicial, o Fundo deverá outorgar procuração *ad judicia* em favor do Agente de Cobrança e/ou de prestadores de serviços contratados pelo Agente de Cobrança para tanto.

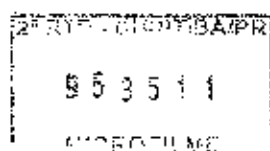
- 13.3.1. Sem prejuízo do disposto na item 13.3 acima, o Agente de Cobrança somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos Creditórios inadimplidos junto aos respectivos Devedores, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Direito Creditório inadimplido, após o 10º (décimo) dia corrido contado do vencimento do respectivo Direito Creditório.
- 13.3.2. Para o acompanhamento da cobrança estabelecida no item 13.3 acima, o Agente de Cobrança deverá elaborar relatórios de cobrança e encaminhá-los à Administradora mensalmente.
- 13.4. Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos serão de inteira responsabilidade do Fundo ou, nos termos deste item, dos cotistas do Fundo, não estando o Agente de Cobrança, a Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos Creditórios e Outros Ativos.
- 13.4.1. O Agente de Cobrança, a Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou do Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou, nos termos deste item, diretamente pelos cotistas do Fundo.
- 13.4.2. As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite de seu patrimônio líquido. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos cotistas do Fundo em assembleia geral convocada especialmente para este fim e, se for o caso, será aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de novas cotas. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das cotas serão reembolsados por meio de resgate ou amortização, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento ou na referida assembleia geral.



- 13.4.3. Na hipótese de necessidade de aporte adicional de recursos, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item 13.4.2 acima; e (ii) da assunção, pelos cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, o Agente de Cobrança e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo ou por qualquer dos cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os cotistas não apresentem os recursos suficientes para tanto na forma deste item.
- 13.4.4. Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus Direitos Creditórios e dos Outros Ativos.
- 13.5. O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será responsável pela indicação de Direitos Creditórios ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pela apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado por sua Administradora, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

#### 14. FATORES DE RISCO

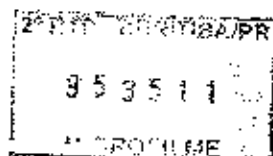
- 14.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos seus cotistas, hipóteses em que o Paraná Banco, a Administradora, o Custodiante, o Agente de Cobrança, as Instituições Intermediárias, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e para os Outros Ativos; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos cotistas do Fundo quando da amortização ou resgate de suas respectivas cotas, nos termos deste Regulamento.
- 14.2. As aplicações dos cotistas do Fundo não contam com a garantia do Paraná Banco, da Administradora, do Custodiante, do Agente de Cobrança, das



Instituições Intermediárias, de quaisquer de suas Partes Relacionadas, ou do FOC. O investidor, antes de adquirir cotas do Fundo, deve ter cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelas consequências do seu investimento no Fundo.

#### 14.3 Riscos de Mercado

- (i) Descasamento de Taxas – Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo Fundo são adquiridos com base em taxa prefixada, determinada por meio de projeção da Taxa DI em vigor no dia útil anterior à cessão. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI efetiva, conforme previsto no item 12.3 acima. Portanto, se a Taxa DI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores, e o Fundo, o Paraná Banco, a Administradora, o Custodiante, as Instituições Intermediárias e quaisquer das respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas em decorrência desses eventos, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações.
- (ii) Descasamento de Taxas - Outros Ativos. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em quaisquer dos Outros Ativos especificados no item 10.4 acima, desde que pós-fixados. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior à Taxa DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI efetiva), e o Fundo, o Paraná Banco, a Administradora, o Custodiante, as Instituições Intermediárias e quaisquer das respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas em decorrência desses eventos, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações.
- (iii) Marcação a Mercado. A determinação de preço dos ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos

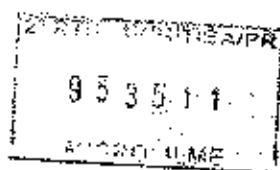


valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das cotas do Fundo.

- (iv) Fatores Macroeconômicos Relevantes. Fatores exógenos, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou ainda de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro da União Federal, dos Estados e Municípios e, conseqüentemente, dos Órgãos Públicos Conveniados, poderão resultar em perda, pelos cotistas, do valor do principal de suas aplicações.
- (v) Risco de Derivativos. A eventual contratação, pelo Fundo, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo Fundo e poderá afetar negativamente a sua rentabilidade. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e o Agente de Cebração não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas do Fundo em razão da utilização de instrumentos derivativos.

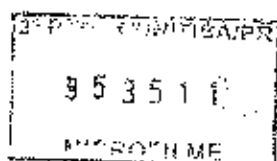
#### 14.4. Riscos de Crédito

- (i) Ausência de Garantia de Rentabilidade. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, das Instituições Intermediárias, do Paraná Banco, de quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas, ou do FGC. Igualmente, nem o Fundo nem a Administradora, o Custodiante, as Instituições Intermediárias, o Paraná Banco, ou quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas, prometem ou assegurarão aos cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em cotas do Fundo. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.
- (ii) Inadimplência do Pagamento dos Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão seu pagamento realizado com recursos descautados das folhas de pagamentos dos Devedores. A inadimplência em relação aos Direitos Creditórios decorre, portanto, da incorrência de tais descontos por parte dos Órgãos Públicos Conveniados, por exemplo, mas não exclusivamente, em razão de ausência de margem decorrente da economia para



pagamento de pensão judicial, ou em razão do falecimento do Devedor, ou, ainda, em razão do não pagamento dos proventos. Nestes casos, o Fundo deve negociar ou cobrar seu crédito diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo deverá suportar os prejuízos daí advindos, o que afetará o patrimônio e a rentabilidade do Fundo e, por conseguinte, o investimento nas cotas.

- (iii) Inexistência de Obrigação de Recompra pelo Cedente. Se o Cedente não recomprar os Direitos Creditórios inadimplentes nos termos do item 13.2 acima, o Fundo terá de suportar parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que poderia comprometer a rentabilidade do Fundo ou levá-lo, até, à perda de patrimônio.
- (iv) Questionamento Judicial pelos Devedores. Os Devedores podem eventualmente questionar judicialmente tanto (i) os contratos de Empréstimo que originam os Direitos Creditórios (incluindo, eventualmente, a taxa de juros praticada); quanto (ii) a sistemática de pagamento por meio de desconto em folha. Em qualquer caso, é possível que o Fundo somente receba os valores relativos ao Direito Creditório questionado judicialmente uma vez concedida decisão judicial definitiva favorável. O Poder Judiciário, incluindo o Superior Tribunal de Justiça, em alguns julgados relacionados a operações de empréstimo com desconto em folha de pagamento, manifestou entendimento contrário à legalidade do desconto de prestações de empréstimos diretamente em folha de pagamento. Em 8 de junho de 2005, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça reconheceu, por unanimidade, a legalidade do empréstimo com desconto em folha de pagamento. Houve, contudo, divergência com relação à fundamentação dos votos dos ministros, sendo dois deles sustentado que o desconto em folha de pagamento somente pode ser mantido contra a vontade do mutuário caso a mutuante seja instituição de crédito sem fins lucrativos (ressaltando, inclusive, que a solução da questão seria diversa caso a mutuante fosse instituição financeira com fins lucrativos). Desse modo, a alegada nulidade de cláusula permitindo o desconto em folha de pagamento de funcionário poderá ser invocada em ação judicial, podendo o Poder Judiciário vir a permitir que o Devedor torne ineficaz sua prévia autorização de desconto em folha, fazendo com que seja necessária a cobrança do crédito pelos meios legais habituais. A legitimidade ao recebimento do valor do crédito não é afetada por estas decisões, mas tão somente sua forma de liquidação. Caso os procedimentos de consignação em



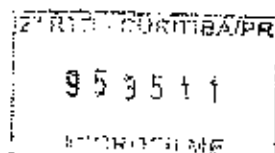
32  
*[Handwritten signature]*

34

*[Handwritten signature]*

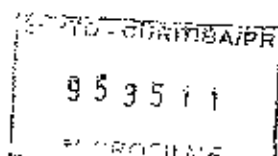
pagamento (desconto em folha) de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sejam efetivamente interrompidos em decorrência de medidas judiciais propostas pelos Devedores ou por terceiros em seu nome, tal evento afetará negativamente a solvência dos respectivos Direitos Creditórios. Na hipótese de atraso ou efetivo inadimplemento no pagamento dos referidos Direitos Creditórios pelos Devedores poderá ser necessária a adoção, pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, de uma nova sistemática de cobrança direta dos respectivos Direitos Creditórios, a qual poderá ser ineficiente ou apresentar elevados custos. Tal ocorrência afetará negativamente o valor do patrimônio líquido do Fundo.

- (v) Inadimplência de Pagamento dos Outros Ativos. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada nos Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, obrigando o Fundo a suportar tais prejuízos, o que afetará negativamente a rentabilidade das cotas.
- (vi) Não Pagamento de Proventos pelos Órgãos Públicos Conveniados. Os Empréstimos são pagos por meio de Desconto em Folha realizado pelo respectivo Órgão Público Conveniado. Caso, por qualquer razão, o respectivo Órgão Público Conveniado atrase ou não pague os proventos do Devedor, o Fundo não receberá os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios. Além disso, enquanto o Órgão Público Conveniado não voltar a pagar adequadamente os vencimentos dos Servidores Públicos, sua capacidade de pagamento também ficará comprometida, o que poderá impactar negativamente o patrimônio e a rentabilidade do Fundo.
- (vii) Amortização Condicionada. As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas cotas derivam da liquidação dos Direitos Creditórios, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Paraná Banco ou contra quaisquer Partes Relacionadas ao Paraná Banco quanto aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização, em moeda corrente nacional, de suas cotas.
- (viii) Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação. O Cedente somente se responsabiliza pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou



pela solvência dos Devedores ou do respectivo Órgão Público Conveniando. Nem a Administradora, nem o Custodiante, as Instituições Intermediárias, ou quaisquer de suas respectivas Partes Relacionadas se responsabilizam, conforme o caso, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Devedores ou do respectivo Órgão Público Conveniando. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Devedores, dos Empréstimos contratados (a) por meio dos procedimentos definidos nos Convênios ou, conforme o caso, (b) diretamente pelos Devedores, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e pelos valores avençados. A responsabilidade do respectivo Órgão Público Conveniando em relação às operações referidas no Convênio restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos autorizados pelos titulares dos vencimentos e repasse, nos prazos definidos no Convênio, não cabendo ao respectivo Órgão Público Conveniando responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos.

- (ix) Ausência de Seguro de Vida dos Devedores. Em caso de morte dos Devedores, os Órgãos Públicos Conveniados suspenderão os Descontos em Folha. Tendo em vista que não existe seguro para cobrir o risco de morte dos Devedores, o Fundo não fará jus ao recebimento de qualquer indenização securitária em tais eventos, sendo que os valores porventura devidos pelos Devedores que falecerem apenas poderão ser cobrados diretamente dos espólios dos respectivos Devedores. Se os espólios dos Devedores não tiverem patrimônio suficiente para cobrir os débitos, o Fundo sofrerá perdas.
- (x) Inexistência de Rendimento Predeterminado. O preço de integralização das Cotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização de suas respectivas cotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Custodiante, das Instituições Intermediárias, do Paraná Banco, ou de suas respectivas Partes Relacionadas de assegurar tal remuneração aos referidos cotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma

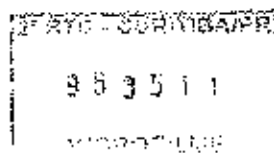




remuneração superior ao valor de suas respectivas cotas, devidamente atualizado nos termos do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

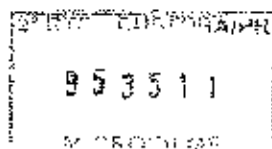
#### 14.5. Riscos de Liquidez

- (i) Modicidade do investimento recente e sofisticado. O Fundo se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades. Tais peculiaridades podem eventualmente trazer consequências negativas ao patrimônio do Fundo, ou podem tornar o investimento ilíquido. A necessidade de avaliação criteriosa por parte do investidor é decorrente igualmente da sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização, tal como a concretizada por meio do Fundo.
- (ii) Falta de Liquidez dos Direitos Creditórios. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, conforme o disposto no item 27 abaixo. Ocorrendo a liquidação antecipada, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos cotistas (por exemplo, pelo fato dos Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, os cotistas terão suas cotas resgatadas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo. Em virtude da falta de liquidez dos Direitos Creditórios, não há garantias (i) de que haverá mercado secundário líquido para os Direitos Creditórios, e (ii) de que, caso encontrem comprador, o preço praticado atenderá às expectativas dos cotistas. Por esta razão, existe a possibilidade dos investidores do Fundo (i) incorrerem em prejuízos em uma eventual negociação dos Direitos Creditórios recebidos na ocasião da liquidação antecipada do Fundo, ou (ii) precisarem levar os Direitos Creditórios até seu respectivo vencimento em decorrência da inexistência de mercado secundário para os mesmos.
- (iii) Falta de Liquidez dos Outros Ativos. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em Outros Ativos. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a cotistas, afetando a liquidez esperada de suas cotas.
- (iv) Fundo Fechado. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação



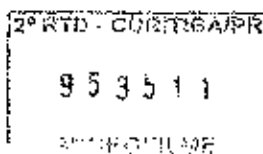
antecipada, não havendo por parte da Administradora, do Custodiante, das Instituições Intermediárias, do Parana Banco, e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Cotas dos cotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Cotas, ou caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário, ou mesmo, na hipótese de não haver compradores, terem que levar as Cotas até seu respectivo vencimento.

- (v) Insuficiência da Reserva de Liquidez. O Fundo poderá não ter recursos para a constituição da Reserva de Liquidez, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça combinada com liquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento pelo Fundo de amortizações, resgates ou despesas. A não constituição ou o não atendimento da Reserva de Liquidez, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, é considerada um Evento de Avaliação nos termos do item 27.2(xviii) abaixo.
- (vi) Insuficiência da Reserva de Pagamento. O Fundo poderá não ter recursos para a constituição da Reserva de Pagamento, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça combinada com liquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. É também possível que, não obstante a constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de amortizações programadas. Isso pode ocorrer, por exemplo, em caso de súbita elevação substancial da Taxa DI, o que levaria a que houvesse um aumento do valor a ser amortizado aos titulares de Cotas Seniores. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores. O não atendimento da Reserva de Pagamento é considerado um Evento de Avaliação nos termos previstos no item 27.2(xxi) abaixo.



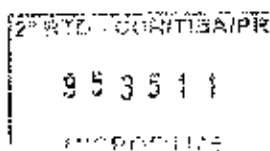
#### 14.6. Riscos Operacionais

- (i) Irregularidades nos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios. Independentemente das constatações reportadas pelos trabalhos realizados pelo Custodiante, conforme previsto no item 8.3.1 acima, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios do Fundo podem eventualmente conter irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente, que poderão obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Isto pode trazer prejuízos para o Fundo em caso de inadimplência ou questionamento judicial relativo a tais Direitos Creditórios cujos documentos apresentem irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente.
- (ii) Suspensão dos Proventos do Devedor. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo respectivo Órgão Público Conveniado dos vencimentos mensais dos Servidores Públicos a eles afetos, de acordo com as disposições do respectivo Convênio. Assim, tal desconto não será possível caso o Devedor tenha seus vencimentos suspensos em razão de, por exemplo, (i) exonerção, (ii) aposentadoria e (iii) perda ou suspensão da condição de Servidor Público. Igualmente, os pagamentos dos Direitos Creditórios poderão ser afetados se (i) o Devedor for obrigado a restituir aos Órgãos Públicos Conveniados valores pagos indevidamente por tais órgãos; e (ii) por força de decisão judicial, o Devedor for obrigado a pagar pensão alimentícia, uma vez que os pagamentos devidos nesses casos têm preferência em relação ao Empréstimo para fins de desconto em folha. Ainda, a morte do Devedor interrompe o pagamento do respectivo provento e por consequência a consignação das parcelas devidas do Empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do Empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo *de cujus*, que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Fundo deve negociar ou cobrar diretamente do Devedor, ou de seu espólio (no caso de falecimento do Devedor). Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, e não havendo coobrigação do Cedente, o Fundo suportará os prejuízos daí advindos, o que afetará sua rentabilidade.
- (iii) Irregularidade no Processamento do Desconto em Folha. O Desconto em Folha das parcelas dos Empréstimos (incluindo sua respectiva averbação) e o repasse ao Agente de Cobrança são processados pelo respectivo Órgão Público Conveniado por meio de sistemas operacionais próprios ou de terceiros contratados por tais Órgãos Públicos Conveniados. O Agente de Cobrança, o Custodiante e a



Administradora não têm controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração em tais sistemas, bem como eventual corrupção da integridade de seu banco de dados, poderá atrasar, suspender ou reduzir o desconto em folha dos Servidores Públicos, ou seu repasse ao Fundo. Se isso ocorrer, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo serão afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados. Ademais, eventualmente, poderá ser necessária adoção de medida judicial para fazer com tais procedimentos e/ou seu sistema sejam corrigidos, e enquanto não adotadas as correções e ressarcido o fundo, seu patrimônio será afetado negativamente.

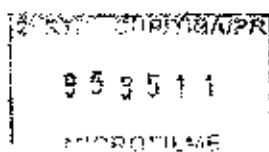
- (iv) Faltas ou Substituição do Agente de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Agente de Cobrança. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência, conforme descrito no Anexo III a este Regulamento. Assim, qualquer falha de procedimento, pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária, ou ainda, de regimes similares do Agente de Cobrança poderá acarretar no recebimento a menor de recursos devidos pelos Devedores, ou no atraso ou na inoportunidade de repasse dos recursos ao Fundo. Nestas hipóteses, poderá ser necessária a via judicial para se obter os recursos, e/ou a substituição do Agente de Cobrança, casos em que a o patrimônio e/ou a rentabilidade do Fundo poderão ser afetados de forma negativa.
- (v) Atraso ou Falta do Repasse dos Recursos ao Fundo. O Agente de Cobrança fará a cobrança e recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, devendo repassá-los ao Fundo após recebê-los dos Órgãos Públicos Conveniados e realizar a Conciliação dos Pagamentos. O repasse dos recursos ao Fundo poderá atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais internos do Agente de Cobrança ou dos sistemas utilizados pelos Órgãos Públicos Conveniados. Nesta hipótese, pode ser necessária a via judicial para se obter os recursos, caso em que a rentabilidade do Fundo seria reduzida. O Custodiante e a Administradora não poderão ser responsabilizados por conta destes atrasos ou faltas no repasse de recursos ao Fundo.
- (vi) Falha na Segregação dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo. Enquanto o Agente de Cobrança for o Paraná Banco, o Paraná Banco será responsável pela segregação dos pagamentos provenientes dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo dos demais pagamentos



38

recebidos em função de Direitos Creditórios que não tenham sido cedidos ao Fundo. Em caso de atrasos ou falhas nesta segregação, poderá ser necessária a via judicial para recuperação de tais valores.

- (vii) Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Paraná Banco. O Paraná Banco foi contratado para a cobrança e o recebimento dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, sendo que tais recursos serão repassados pelos Órgãos Públicos Conveniados ao Paraná Banco, que os transferirá ao Fundo em até 1 (um) dia útil contado da Conciliação dos Pagamentos. Esse repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões, atrasar ou deixar de ocorrer. Dentre elas, destaca-se a hipótese de intervenção do Paraná Banco, quando o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios ao Fundo poderá ser interrompido, e permanecer inexigível enquanto perdurar a intervenção (cujo prazo máximo é de 1 (um) ano). Em caso de liquidação extrajudicial do Paraná Banco, na qualidade de Agente de Cobrança, há possibilidade de os recursos aqui depositados serem bloqueados, e somente por via de decisão judicial favorável ao Fundo serem recuperados. Qualquer uma dessas hipóteses pode afetar a rentabilidade do Fundo, ou até levar o Fundo a sofrer perdas patrimoniais.
- (viii) Rescisão dos Convênios com os Órgãos Públicos Conveniados. O desconto em folha das parcelas dos Empréstimos é viabilizado pelos Convênios. Os Convênios podem ser rescindidos unilateralmente, a qualquer momento. Os Convênios podem ser rompidos ainda por outros motivos, como por exemplo alterações das normas autorizadoras das suas respectivas mantuições. Ademais, a própria sistemática de desconto em folha pode ser suspensa ou proibida em virtude de lei ou eventual decisão judicial. Se, por qualquer motivo, os Convênios forem rompidos sem continuidade dos descontos em folha, ou a sistemática de desconto em folha for suspensa ou proibida, haverá necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou demandar elevados custos de operação. A nova sistemática de cobrança poderá, eventualmente, levar a perdas patrimoniais do Fundo, na medida em que este deixar de receber, definitivamente ou apenas provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios.
- (ix) Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios. O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios por meio da análise dos relatórios eletrônicos enviados pelo Cedente. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Representativos



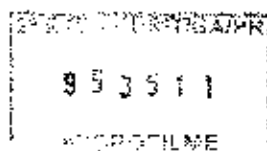
dos Direitos Creditórios será realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

#### 14.7. Risco de Descontinuidade

- (i) Desenquadramento da Alocação Mínima. O Fundo deve observar a Alocação Mínima. Entretanto, não há garantia de que o Paraná Banco conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente à exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória de Cotas Seniores.
- (ii) Amortização Compulsória de Cotas Seniores. As cotas do Fundo devem ser amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no item 19 abaixo. No entanto, há eventos que podem ensejar a Amortização Compulsória de cotas. Dessa forma, há a possibilidade de os titulares de cotas do Fundo receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados, não havendo inclusive qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão investimentos de risco e retorno similares na hipótese de eventual recebimento antecipado de recursos.

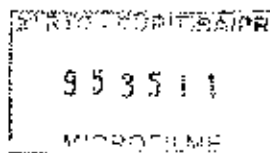
#### 14.8. Riscos do Cedente

- (i) Ausência de Direitos Creditórios que Atendam aos Critérios de Elegibilidade. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Empréstimos concedidos pelo Paraná Banco a Servidores Públicos, e devem necessariamente respeitar os Critérios de Elegibilidade, os requisitos estabelecidos nos itens 12.3 e 12.5 acima e os parâmetros da política de investimento descritos no item 10 acima. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais Empréstimos; ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade, os requisitos estabelecidos nos itens 12.3 e 12.5 acima e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação antecipada do Fundo, conforme descrito no item 27 abaixo, ou ainda Amortização Compulsória. Ressalte-se que alterações da política



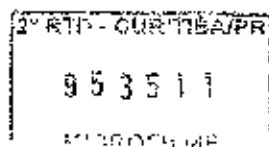
econômica do governo e aumento da concorrência no setor de empréstimo consignado também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade.

- (ii) Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios. Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso realizada em:
- (a) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passar ao estado de insolvência;
  - (b) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendam demanda judicial fundada em direito real; e
  - (c) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal.
- (iii) Guarda da Documentação. O Paraná Banco é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Paraná Banco tem a obrigação de permitir ao Custodiante e à Administradora livre acesso a referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos pelo Paraná Banco pode representar dificuldade adicional à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
- (iv) Resilição ou resolução do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios. O Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios poderá ser resiliado de pleno direito pelo Fundo, a seu exclusivo critério, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa, exclusivamente nas hipóteses previstas na Cláusula 12 Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios. Além disso, o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios pode ser resolvido por conta da inexecução das obrigações por uma das partes. Nestes casos, o fundo está sujeito à liquidação antecipada, conforme descrito no item 27 abaixo.



#### 14.9. Outros Riscos

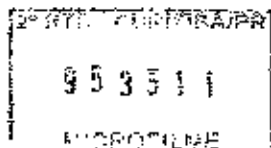
- (i) Modificação da Legislação ou da Regulamentação sobre os Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão como forma de pagamento o desconto em folha realizado pelos Órgãos Públicos Conveniados. Tal sistemática é autorizada por leis federais, estaduais e/ou municipais, e é também submetida a regulamentação específica expedida pelos Órgãos Públicos Conveniados. Na hipótese de serem expedidas novas normas sobre a matéria, estabelecendo, por exemplo, novos parâmetros para a concessão de empréstimos (inclusive concernentes a limites para prazos e valores máximos), é possível que diminua ou deixe de ocorrer a concessão de empréstimos com características que atendam aos Critérios de Elegibilidade para cessão ao Fundo. Na falta de Direitos Creditórios elegíveis, pode ocorrer inclusive a liquidação antecipada do Fundo.
- (ii) Concentração dos investimentos do Fundo em Direitos Creditórios. O Fundo poderá ter até 100% (cem por cento) de seu patrimônio aplicado em Direitos Creditórios referentes exclusivamente a empréstimos consignados na renda mensal dos proventos de titularidade dos Servidores Públicos, observada a manutenção da Reserva de Liquidez e da Reserva de Pagamento. Nesse contexto, não será possível uma ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). Como a possibilidade de perda de patrimônio do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações em uma ou em poucas modalidades de investimento, caso, por qualquer motivo, os Órgãos Públicos Conveniados arcassem ou deixem de repassar parte ou a totalidade do montante devido ao Fundo, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.
- (iii) Inelegibilidade de Direitos Creditórios. O Fundo adquirirá Direitos Creditórios decorrentes de Contratos de Empréstimo com Servidores Públicos. O Fundo poderá eventual e involuntariamente acabar adquirindo Direitos Creditórios relacionados a Empréstimos decorrentes de operações em que pessoas tenham agido fraudulentamente, identificando-se elas falsamente para obter Empréstimo em nome e sob a responsabilidade de terceiros (Servidores Públicos que não teriam conhecimento da celebração do Empréstimo), mas levantando em benefício próprio os recursos liberados pelo Paraná Baniem. Ocorrida esta hipótese, o Fundo não poderá exigir o pagamento dos Empréstimos por parte dos Servidores





Públicas lesadas, restando-lhe somente exigir do Cedente a restituição do preço pago pelos créditos fraudulentos. A restituição devida pelo Cedente poderá demorar a ocorrer ou, ainda, o Cedente poderá não dispor de recursos para tanto. Em ambos os casos, haverá impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade do Fundo.

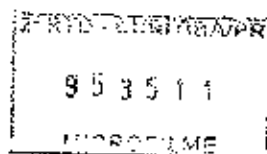
- (iv) Necessidade de Aprovação dos Titulares das Cotas Subordinadas para Determinados Assuntos. O item 24.2.1 abaixo confere o direito de voto aos titulares de Cotas Subordinadas em determinadas matérias e estabelece a necessidade de aprovação dos mesmos em determinadas deliberações relevantes da assembleia geral de cotistas. Ademais, no item 24 abaixo são estabelecidos quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores para a aprovação de determinadas matérias pela assembleia geral de cotistas. Referido direito dos titulares das Cotas Subordinadas assim como a existência de quoruns qualificados de aprovação por titulares de Cotas Seniores podem impedir a aprovação de matérias essenciais aos interesses dos titulares das Cotas Seniores, o que pode eventualmente afetar seus interesses negativamente.
- (v) Ausência de Notificação aos Devedores. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo não será notificada previamente aos Devedores, exceto nos casos em que o Paraná Banco deixar de exercer a função de Agente de Cobrança. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Devedores, a cessão dos Direitos Creditórios não será considerada eficaz em relação aos Devedores e, como consequência, os Direitos Creditórios relativos aos Devedores não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.
- (vi) Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios. No caso de os Devedores inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Neste caso, além de o Fundo incorrer em maiores custos relacionados à cobrança dos Devedores inadimplentes, nada garante que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos. Nessa hipótese, a rentabilidade do Fundo será afetada negativamente.
- (vii) Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Custodiante. O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem



recuperados para o Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

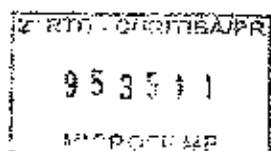
#### 15 COTAS DO FUNDO

- 15.1. As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto no presente Regulamento ou por decisão da assembleia geral de cotistas. As Cotas do Fundo serão divididas em classes, conforme descrito no item 16 abaixo.
- 15.2. Na Emissão de Cotas do Fundo, as Cotas terão valor de R\$1,00 (um real) cada na Data de Subscrição Inicial, independentemente da classe. Fica a critério da Administradora a quantidade de Cotas objeto da Emissão, desde que observados:
- (i) o limite máximo de 101.250.000 (cento e um milhões e duzentos e cinquenta mil) Cotas Seniores, incluindo lote suplementar e lote adicional; e
  - (ii) a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, calculados pro-forma considerando a Emissão deve respeitar, na data de Subscrição Inicial, a Razão Mínima.
- 15.2.1. As Cotas objeto da Emissão serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Administradora. Na subscrição de Cotas da Emissão que ocorrer em dia diferente da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.
- 15.2.2. Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas Seniores do Fundo.
- 15.2.3. Observada a necessidade de manutenção da Razão Mínima, a integralização das Cotas Seniores somente será exigível após a integralização das Cotas Subordinadas.
- 15.3. As Cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.
- 15.3.1. A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do cotista.
- 15.3.2. É indispensável, por ocasião do ingresso do cotista no Fundo, sua adesão aos termos do presente Regulamento, através da assinatura do respectivo Termo



de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento (Anexo I), bem como de declaração atestando a condição de Investidor Qualificado, exceção feita aos casos de aquisição de Cotas Seniores no mercado secundário.

- 15.3.3. Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.
- 15.4. As Cotas Seniores do Fundo só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Cotas Seniores do Fundo serão colocadas pelas Instituições Intermediárias, nas condições estabelecidas no Contrato de Distribuição, bem como por outras instituições eventualmente contratadas por elas, integrantes do sistema de distribuição.
- 15.5. O valor mínimo da aplicação no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 15.6. Somente poderão adquirir as Cotas do Fundo os investidores que se enquadram no público-alvo definido no item 4 acima.
- 15.7. A integralização de Cotas do Fundo pode ser efetuada por débito e crédito em conta mantida no Custodiante ou por Transferência Eletrônica Disponível - TED. A amortização e o resgate de Cotas do Fundo (na forma admitida neste Regulamento) podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, Transferência Eletrônica Disponível - TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.
- 15.7.1. As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas pelo Cedente mediante a cessão de Direitos Creditórios. Nas cessões de Direitos Creditórios destinadas à integralização de Cotas Subordinadas, o Cedente, a Administradora e o Custodiante deverão observar as regras determinadas no Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, inclusive no que se refere aos Critérios de Elegibilidade, aos compromissos assumidos pelo Cedente nos termos dos itens 12.3 e 12.5 acima e ao Preço da Cessão dos Direitos Creditórios (conforme definido na Cláusula 2.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios).
- 15.7.2. Admite-se o resgate de Cotas do Fundo em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no item 27.8 abaixo.
- 15.7.3. Para fins do disposto no item anterior, durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, os resgates em Direitos Creditórios serão efetivados por meio de qualquer mecanismo de transferência de

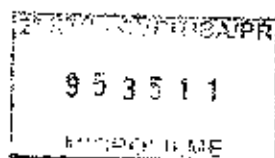


recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo cotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao valor líquido resgatado.

- 15.8. As Cotas Seniores do Fundo deverão ser negociadas exclusivamente em pregão das bolsas de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, cabendo às Instituições Intermediárias assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores. As Cotas Subordinadas não poderão ser negociadas.
- 15.9. O prazo para efetivação do resgate das Cotas do Fundo será o do item 5.1 acima.

#### 16. CLASSES DE COTAS

- 16.1. O Fundo pode emitir Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas.
- 16.2. Todas as Cotas de mesma classe terão iguais remunerações, despesas e prazos, bem como direitos de voto, observado o disposto no item 24 abaixo.
- 16.3. As Cotas Seniores, conforme definido, são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. O critério para distribuição dos rendimentos e a amortização para as Cotas Seniores estão previstos respectivamente nos itens 18 e 19 abaixo.
- 16.4. As Cotas Subordinadas, conforme definição, são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização integral das Cotas Seniores, ou conforme descrito no presente Regulamento, inclusive no item 19.2 abaixo. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate da totalidade das Cotas Seniores. A distribuição dos rendimentos e a possibilidade de amortização para as Cotas Subordinadas estão previstas respectivamente nos itens 18 e 19 abaixo.
- 16.5. Razão Mínima, conforme definido, é relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, que será equivalente a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento). Essa relação deve ser apurada todo dia útil, e informada aos cotistas periodicamente, nos termos do item 25.5 abaixo.
- 16.5.1. Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima por 2 (dois) dias úteis consecutivos, o Cedente dos Direitos Creditórios será imediatamente informado de tal fato pela Administradora por meio de Aviso de Desenquadramento, na forma do Anexo IV deste Regulamento.

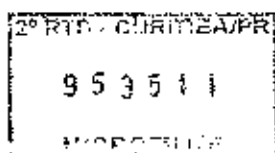


40

- 16.5.3. O Cedente deverá responder o Aviso de Desengateamento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja ou não, a seu exclusivo critério, integralizar novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irrevogável e irreversível a prontamente subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reconquistamento da Razão Mínima, integralizando-as em moeda corrente nacional.
- 16.5.3. Na hipótese de o Cedente desejar subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) novas Cotas Subordinadas, a Administradora poderá deliberar pela emissão de tais cotas sem necessidade de autorização de quaisquer cotistas do Fundo ou de realização de assembleia geral. Nesse caso, o processo de subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas deverá ser concluído dentro de a 5 (cinco) dias contados da data do envio do Aviso de Desengateamento.
- 16.5.4. Na hipótese de o Cedente deixar de responder tempestivamente o Aviso de Desengateamento à Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não desejar subscrever (ou fazer com que Partes Relacionadas ao Paraná Banco subscrevam) novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 16.5.2 acima, será observado o disposto nos itens 19.3 abaixo e 27.3(i) abaixo, conforme o caso.

## 17. DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS SENIORES

- 17.1. As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA e em seu mercado de balcão organizado - SOMAFIX, e no Sistema de Fundos Fechados - SFF, administrado pela CETIP, observado que (i) os titulares de Cotas Seniores serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas respectivas Cotas Seniores e (ii) caberá exclusivamente às Instituições Intermediárias assegurar que os adquirentes das Cotas Seniores sejam Investidores Qualificados.
- 17.2. Na hipótese de negociação de cotas do Fundo, a transferência de titularidade ocorrerá concomitantemente à efetiva liquidação da operação.



47

*[Handwritten signature]*

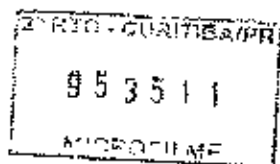
*[Handwritten signature]*

18. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

- 18.1. As cotas do Fundo, independentemente da classe, terão seu valor calculado todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no dia útil seguinte a Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.
- 18.2. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:
- (i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à remuneração na forma do item 18.3.1 abaixo (e calculada conforme o Anexo V deste Regulamento), no respectivo período; e
  - (ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporada proporcionalmente às Cotas Subordinadas.
- 18.3. A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, tem como parâmetro a Taxa DI, e consta do Anexo V deste Regulamento.
- 18.3.1. O Fator Multiplicador, o qual será aplicado sobre a Taxa DI para cálculo da efetiva remuneração das Cotas Seniores (na forma do Anexo V a este Regulamento), foi definido em procedimento de *bookbuilding*, organizado pela Instituição Líder, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos.
- 18.4. O presente item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

19. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

- 19.1. A partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorre a Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas em 24 (vinte e quatro) pagamentos mensais e sucessivos, que ocorrerão de acordo com a fórmula abaixo.



$$PMT = \left( \frac{1}{36 \cdot (M - 1)} \right) \cdot 1 \text{ U\$}$$

onde:

PMT é o valor de amortização de cada Cota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorre a Data de Subscrição Inicial;

M é o número do mês (após a Data de Subscrição Inicial) em que a amortização será realizada, sendo que M variará entre 13 (primeira amortização) e 36 (última amortização); e

1 U\\$ é o valor unitário da Cota Sênior na Data de Amortização de Cotas Seniores "n", calculado na forma do item 18 acima.

- 19.1.1. As amortizações das Cotas Seniores, a que se refere o item 19.1 acima, ocorrerão, mensalmente, sempre nas Datas de Amortização de Cotas Seniores. Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido ("PRINCIPAL") acrescida do respectivo rendimento ("AJUROS") para cada cota, conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{\text{mensal}} = \frac{V_{\text{subs}} \cdot \left( \sum_{i=0}^{M-1} A_{\text{COMPULSÓRIA}} - \sum_{i=0}^{M-1} A_{\text{PRINCIPAL}} \right)}{36 \cdot (M - 1)}$$

onde:

V<sub>subs</sub> – valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$\sum_{i=0}^{M-1} A_{\text{COMPULSÓRIA}}$  é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n".

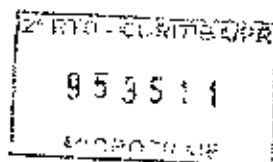
$\sum_{i=0}^{M-1} A_{\text{PRINCIPAL}}$  é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n".

M é o número do mês, conforme definido no item 19.1 acima;

$$A_{\text{mensal}} = PMT - A_{\text{PRINCIPAL}}$$

PMT é o valor de amortização calculado conforme o item 19.1 acima.

- 19.1.2. Na hipótese de qualquer das Datas de Amortização de Cotas Seniores coincidir com feriado nacional, o pagamento respectivo ocorrerá no primeiro



*[Handwritten signature]*

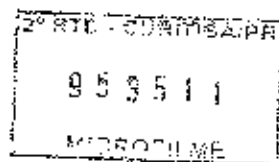
*[Handwritten signature]*

dia útil subsequente durante o qual haja expediente bancário, não cabendo ao(s) cotista(s) qualquer acréscimo.

- 19.1.3. As Cotas Seniores também poderão ser amortizadas por decisão da assembleia geral de cotistas, observado o disposto no item 24.2.1 abaixo.
- 19.2. Caso a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores seja superior a 140% (cento e quarenta por cento), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Cotas Subordinadas, independente de realização de assembleia de cotistas, até que seja atingida a Razão Mínima (ou seja, até que a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e as Cotas Seniores seja igual a 133.33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento), e desde que (i) o Fundo esteja em dia com as amortizações das Cotas Seniores; (ii) a Reserva de Liquidez e a Reserva de Pagamento estejam devidamente atendidas; e (iii) até a data de amortização das Cotas Subordinadas nos termos deste item, não se tenha verificado qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada.
- 19.3. Desde que previamente autorizada por assembleia geral de cotistas convocada especialmente para deliberar sobre a realização de Amortização Compulsória, a Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) a Razão Mínima, e/ou (ii) a Alocação Mínima em Direitos Creditórios estabelecida no item 10.2 acima.
- 19.3.1. Na hipótese de a assembleia geral decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no item 19.1 acima, mas sim pelo valor necessário ao enquadramento do Fundo, conforme previsto no item 19.3 acima. Esse valor será referente à amortização do valor principal do investimento, não sendo computado como remuneração.
- 19.3.2. Qualquer Amortização Compulsória afetará a todas as cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional às suas respectivas cotas.
- 19.4. O previsto neste item 19 não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de cotas existentes. Portanto, as cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

## 20. RESERVA DE PAGAMENTO

- 20.1. A Administradora deverá constituir Reserva de Pagamento para as amortizações das Cotas Seniores, adicionalmente à Reserva de Liquidez





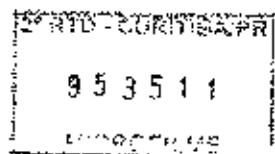
(item 10.4.2 acima). Para tanto, a Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- (i) a partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 31 (trinta e um) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (liquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez; e
- (ii) a partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data de efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (liquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

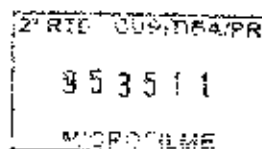
- 20.2. Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.
- 20.3. Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto neste item, a Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento, sem prejuízo do disposto no item 27.2(xxii) abaixo, se for o caso.
- 20.4. Quando da implementação dos procedimentos definidos neste item, a Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujos dados de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.
- 20.5. Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

## 21. ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

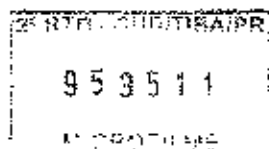
- 21.1. Mensalmente, em cada Data de Apuração, a Administradora calculará, para cada Período de Apuração:



- (i) a relação entre (i) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no respectivo Período de Apuração, e que estejam inadimplentes há mais de 30 (trinta) dias corridos e (ii) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vencimento no respectivo Período de Apuração;
  - (ii) a relação entre (i) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no respectivo Período de Apuração, e que estejam inadimplentes há mais de 90 (noventa) dias corridos e (ii) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vencimento no respectivo Período de Apuração; e
  - (iii) a relação entre (i) os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no respectivo Período de Apuração, e que estejam inadimplentes há mais de 180 (cento e oitenta) dias corridos e (ii) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo com vencimento no respectivo Período de Apuração.
- 21.1.1. Para os fins do disposto neste item, "Data de Apuração" significa o 15º (décimo quinto) dia de cada mês e "Período de Apuração" corresponde a cada um dos períodos com início em uma determinada Data de Apuração e término na Data de Apuração subsequente.
- 21.2. Durante a sua vigência, o Fundo deverá manter os seguintes índices de inadimplência,
- (i) o índice calculado de acordo com os termos do item 21.1(i) acima não deve ser igual ou superior a 18% (dezoito por cento) para determinado Período de Apuração e a média móvel dos 3 (três) últimos Períodos de Apuração não deve ser igual ou superior a 15% (quinze por cento);
  - (ii) o índice calculado de acordo com os termos do item 21.1(ii) acima não deve ser igual ou superior a 8% (oito por cento) para determinado Período de Apuração e a média móvel dos 3 (três) últimos Períodos de Apuração não deve ser igual ou superior a 6% (seis por cento); e
  - (iii) o índice calculado de acordo com os termos do item 21.1(iii) acima não deve ser igual ou superior a 5% (cinco por cento) para determinado Período de Apuração e a média móvel dos 3 (três) últimos Períodos de Apuração não deve ser igual ou superior a 4% (quatro por cento).
- 21.3. Caso a Administradora constata a inobservância dos índices indicados no item 21.2 acima, tal evento será considerado um Evento de Avaliação e serão observados os procedimentos previstos nos itens 27.2.1 abaixo e seguintes.



22. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE
- 22.1. Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.
- 22.1.1. Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de mercado e margem), e de acordo com a metodologia utilizada pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia.
- 22.1.2. O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.
- 22.2. Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- 22.2.1. A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:
- (i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo;
  - (ii) ser o Fundo fechado;
  - (iii) a intenção de se manterem os direitos creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
  - (iv) ser o Fundo destinado exclusivamente a Investidores Qualificados; e
  - (v) terem todos os cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordado com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.
- 22.2.2. Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios



integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 22.1.2 acima.

22.2.3. São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- (i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- (ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

22.3. As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas com a observância das regras e dos procedimentos definidas no COSIF.

22.4. As cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

22.4.1. O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

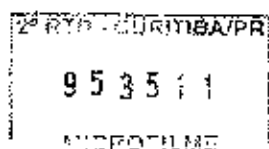
- (i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme os itens anteriores, pelo número de Cotas Seniores; ou
- (ii) o valor apurado conforme a fórmula de cálculo descrita no Anexo V deste Regulamento.

22.4.2. O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

## 23. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

23.1. Constaem despesas e encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista no item 7 acima:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaíam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos cotistas;

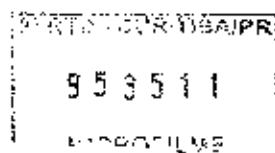


54

- (iv) honorários e despesas do Auditor do Fundo encaregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
  - (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
  - (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
  - (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização da assembleia geral de cotistas;
  - (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
  - (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de bolsa organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das cotas do Fundo nesses mercados;
  - (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco;
  - (xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas; e
  - (xii) a revisão anual da carteira do Fundo, a ser realizada pelo Avaliador da Carteira no termos do item 8.5 acima.
- 23.2. Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

## 24. ASSEMBLEIA GERAL

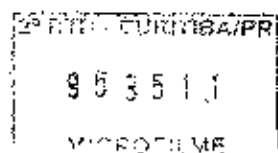
- 24.1. Observado o disposto no item 24.2 abaixo, é da competência da assembleia geral de cotistas do Fundo:
- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (ii) alterar o disposto neste Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas neste item 24 que acarretam a alteração deste Regulamento;
  - (iii) deliberar sobre a substituição da Administradora nos termos do item 9 acima;



*[Handwritten signature]*

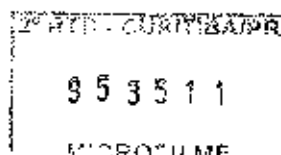
*[Handwritten signature]*

- (iv) deliberar sobre a contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- (v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos cotistas, nomeado(s) conforme o item 24.4 abaixo;
- (vi) deliberar sobre a alteração da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, ressalvadas as hipóteses dos itens (x) e (xi) abaixo;
- (ix) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios;
- (x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- (xi) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (xii) elevar ou diminuir o Fator Multiplicador da remuneração das Cotas Seniores;
- (xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou por imposição legal;
- (xiv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos de cobrança de Direitos Creditórios inadimplentes referidos no item 13 acima, na forma ali estabelecida;
- (xv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, de acordo com o disposto no item 27.8 abaixo;
- (xvi) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco; e
- (xvii) deliberar e homologar a substituição do Auditor do Fundo, do Custodiante, do Agente de Cobrança e fiel depositário dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e do Avaliador da Carteira, nos termos do item 8.6 acima.

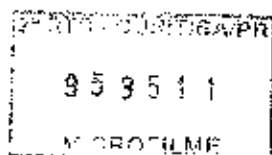


- 24.2. Os titulares de Cotas Subordinadas somente terão direito a voto nas matérias indicadas no item 24.2.1 abaixo.
- 24.2.1. Além da aprovação de titulares das Cotas Seniores conforme os quorums de deliberação estabelecidos neste item, estarão necessariamente sujeitas à aprovação de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas em assembléia geral de cotistas as deliberações que se refiram a:
- (i) alteração do item 7 acima, que versa sobre a remuneração da Administradora;
  - (ii) alteração do item 10 acima, que versa sobre a política de investimentos do Fundo, ou qualquer outra alteração que afete tal política, inclusive alteração da Alocação Mínima;
  - (iii) alteração do item 11 acima e da Cláusula 3.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que versam sobre os Critérios de Elegibilidade;
  - (iv) alteração da Razão Mínima;
  - (v) novas distribuições de Cotas Seniores do Fundo;
  - (vi) alteração do item 18 acima, que versa sobre distribuição de rendimento da carteira do Fundo, ou qualquer alteração destinada a modificar a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ou o Anexo V;
  - (vii) alteração do cronograma de amortização das Cotas Seniores e das regras de amortização das Cotas Subordinadas previstos, respectivamente, nos itens 19.1 e 19.2 acima, bem como aprovar a Amortização Compulsória nos termos do item 19.3 acima;
  - (viii) alteração dos itens 10.4.2 e/ou 20 acima, que versam, respectivamente, sobre a Reserva de Liquidez e Reserva de Pagamento, ou qualquer outra alteração deste Regulamento que modifique as características da Reserva de Liquidez e/ou Reserva de Pagamento;
  - (ix) alteração do item 21 acima, que versa sobre metodologia de avaliação dos ativos do fundo e das cotas de cada classe;
  - (x) alteração do item 23 acima, que versa sobre despesas e encargos do fundo, bem como criação ou aumento de despesas e encargos ordinários do Fundo;
  - (xi) alteração deste item 24, inclusive no que concerne a direito de voto de cada classe e alterações de quorum;
  - (xii) criação de novos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo;

57

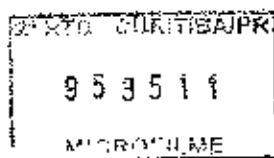


- (xiii) assuntos descritos nos itens (iii), (vi), (vii), (xii) e (xiii) do item 24.1 acima, e
- (xiv) alteração de vantagens ou criação de obrigações e deveres para as Cotas Subordinadas.
- 24.2.2. Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (x) e (xi) do item 24.1 acima, dependerão de aprovação em assembleia geral de cotistas que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação, exceto se estabelecido quorum diferenciado nos itens abaixo.
- 24.2.3. Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (ix), (xv), (xvi) e (xvii) do item 24.1 acima, bem como a alteração do presente item, dependerão de aprovação em assembleia geral de cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em Circulação.
- 24.2.4. Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii), (xii), (xiii) e (xiv) do item 24.1 acima, bem como a alteração deste item, dependerão de aprovação em assembleia geral de cotistas que representem 100% (cem por cento) das Cotas Seniores em Circulação.
- 24.2.5. Todas as demais deliberações para as quais não haja previsão expressa neste Regulamento dependerão da aprovação da maioria das Cotas Seniores em Circulação.
- 24.3. A assembleia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.
- 24.4. Somente pode exercer as funções de representante dos cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:
- (i) seja cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
  - (ii) não seja titular de Cotas Subordinadas;
  - (iii) não exerça cargo ou função na Administradora, ou em Partes Relacionadas à mesma; e
  - (iv) não exerça cargo de administração ou ser empregado do Cedente ou de Partes Relacionadas ao mesmo.
- 24.4.1. Os representantes dos cotistas eventualmente nomeados nos termos deste item 24.4 não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.





- 24.5. Este Regulamento poderá ser alterado independentemente da deliberação da assembleia geral de cotistas em casos de mudança das normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser dada ciência aos cotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento junto à CVM.
- 24.6. A convocação de assembleia geral de cotistas será feita pela Administradora, por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista.
- 24.6.1. As cartas de convocação ou o anúncio publicado no Periódico indicarão dia, hora e local em que será realizada a assembleia geral de cotistas e os assuntos a serem tratados.
- 24.6.2. A convocação da assembleia geral de cotistas deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de envio da carta ou da data da publicação do primeiro anúncio de convocação.
- 24.6.3. Não se realizando a assembleia geral de cotistas, será novamente providenciada a expedição aos cotistas de carta com aviso de recebimento ou será publicado novo anúncio de convocação no periódico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
- 24.6.4. Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da assembleia geral de cotistas seja providenciada juntamente com a primeira convocação.
- 24.7. Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a assembleia geral de cotistas a que comparecerem todos os cotistas.
- 24.8. Salvo motivo de força maior, a assembleia geral de cotistas será realizada na sede da Administradora. Quando a assembleia geral de cotistas não for realizada na sede da Administradora, as comunicações enviadas aos cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Administradora.
- 24.9. Além da reunião anual de prestação de contas, a assembleia geral de cotistas poderá reunir-se por convocação da Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Administradora de cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.
- 24.10. As assembleias gerais de cotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista.
- 24.11. Somente podem votar nas assembleias gerais os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de

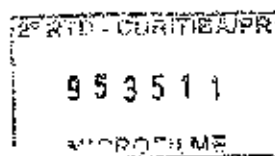


em ano. A presidência das assembleias gerais de cotistas caberá à Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por maioria dos cotistas presentes.

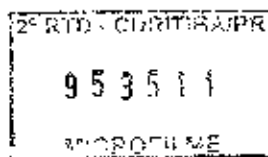
- 24.12. Será sempre assegurada a participação da Administradora em qualquer assembleia geral de cotistas.
- 24.13. Não terão direito a voto na assembleia geral de cotistas a Administradora e seus empregados.
- 24.14. As decisões da assembleia geral de cotistas devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.
- 24.15. As deliberações tomadas pelos cotistas, observados os quorums de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, bem como, se for o caso, observado o procedimento descrito no item 24.2.1 acima, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Cotas Seniores quanto os titulares das Cotas Subordinadas, que tenham comparecido à assembleia geral de cotistas, e nela hajam se abstido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, que não tenham comparecido.

25. INFORMAÇÕES OBRIGATORIAS E PERIÓDICAS

- 25.1. A Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes deste item, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.
- 25.2. A Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da primeira integralização de cotas do Fundo, as seguintes informações:
- (i) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
  - (ii) a data da primeira integralização de cotas do Fundo.
- 25.3. A Administradora deverá informar à CVM a data do encerramento de cada distribuição de cotas.
- 25.4. A Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.

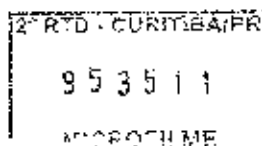


- 25.4.1. Os demonstrativos referidos no item anterior deverão ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.
- 25.5. A Administradora deve divulgar, trimestralmente, no Periódico, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem cotas do Fundo, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, e o último relatório da(s) Agência Classificadora de Risco contratada(s) pelo Fundo.
- 25.5.1. A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do diretor designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.
- 25.6. A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, inclusive à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à permanência no Fundo, se for o caso.
- 25.6.1. Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das cotas do Fundo ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira.
- 25.6.2. A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no Periódico e mantida disponível para os cotistas na sede e agência(s) da Administradora e nas instituições que coloquem cotas do Fundo.
- 25.7. A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:
- (i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
  - (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
  - (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e dos Outros Ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.
- 25.8. As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor do Fundo e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM.



Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

- 25.8.1. O Fundo terá escrituração contábil própria.
- 25.8.2. O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano.
- 25.8.3. A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
- (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
  - (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.
- 25.9. A Administradora deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 3º (terceiro) dia útil após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:
- (i) saldo das aplicações;
  - (ii) valor do patrimônio líquido;
  - (iii) valor das cotas de cada classe e quantidade de cotas de cada classe em circulação;
  - (iv) valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês relativamente a cada classe de cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e resgatados;
  - (v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado; e
  - (vi) posições mantidas em mercados de derivativos.
- 25.10. No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:
- (i) alteração de Regulamento;
  - (ii) substituição da Administradora;
  - (iii) incorporação;
  - (iv) fusão;



- (v) cisão; e
- (vi) liquidação.

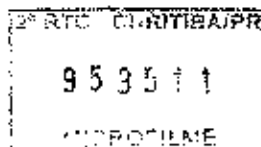
25.11. Considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Administradora e os cotistas do Fundo.

## 26. PUBLICAÇÕES

- 26.1. Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas inicialmente no Periódico.
- 26.2. A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de assembleia geral e alteração do presente Regulamento, alterar o Periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente aos cotistas sobre essa alteração.

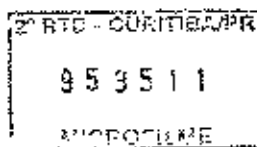
## 27. LIQUIDACÃO DO FUNDO E EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDACÃO ANTECIPADA

- 27.1. O Fundo será liquidado, ordinariamente, no dia 15 (quinze) do 36º (trigésimo sexto) mês, contado a partir do mês em que se verificar a Data de Subscrição Inicial. Em tal caso, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 22.4.1 acima, em vigor na própria data de liquidação. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de cotas respectiva.
- 27.2. Eventos de Avaliação, conforme definidos, são quaisquer das seguintes ocorrências:
  - (i) rebaixamento da classificação de risco inicial das Cotas Seniores, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
  - (ii) inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Administradora não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
  - (iii) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o



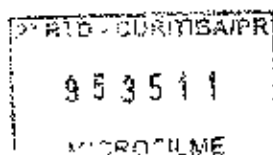
Custodiante não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;

- (iv) inobservância pelo Cedente e/ou pelo Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e neste Regulamento com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Administradora ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente e/ou Agente de Cobrança não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (v) amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- (vi) rescisão do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;
- (vii) não divulgação pela Agência Classificadora de Risco da atualização trimestral da classificação de risco referente as Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- (viii) renúncia do Custodiante, sem sua imediata substituição;
- (ix) ser a Taxa DI maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) em Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- (x) modificação do Controle do Paraná Banco;
- (xi) rescisão, suspensão e/ou cancelamento, por qualquer motivo, dos Convênios celebrados com os Órgãos Públicos Conveniados ou das autorizações específicas permitindo o Desconto em Folha, desde que o Cedente não proceda, no prazo de 10 (dez) dias, (i) à recompra e/ou à substituição de todos os Direitos Creditórios cedidos atingidos por referida rescisão, suspensão e/ou cancelamento, nos termos da Cláusula 4.4.2 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios; e (ii) à inclusão, mediante aditamento ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, de novos órgãos públicos no rol do Anexo III daquele Contrato que sejam considerados satisfatórios pela Administradora e pela Agência Classificadora de Risco do Fundo (ou que não afetem a classificação de risco do Fundo, sendo necessária a consulta à Agência Classificadora de Risco a este respeito);
- (xii) verificação de falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente no item 10.1 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, que possa comprometer negativamente



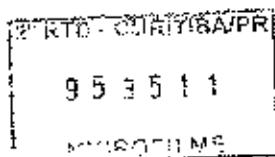
a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;

- (xiii) comprovação de que o Paraná Banco tenha oferecido ao Fundo direitos creditórios em desacordo com os critérios definidos no item 12.3 acima;
- (xiv) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- (xv) inadimplimento, pelo Paraná Banco, ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou declaração do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das pessoas acima referidas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto quando existir medida judicial adequada para anulação ou suspensão de seus efeitos;
- (xvi) apresentação para protesto ou protesto de títulos emitidos pelo Paraná Banco ou sacados contra o Paraná Banco, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou suspensão de seus efeitos;
- (xvii) deixar o Paraná Banco de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;
- (xviii) ajuizamento contra o Paraná Banco, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xix) ocorrência de arresto ou de penhora de bens do Paraná Banco, de suas controladoras ou controladas, de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- (xx) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos direitos creditórios de titularidade do Paraná Banco, ou
- (xxi) descumprimento pelo Paraná Banco de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Regulamento e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um evento de



Avaliação, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do envio, pela Administradora, da notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento; a possibilidade de regularização ou justificativa aqui prevista não se aplica a descumprimento de obrigações pecuniárias, consumindo sua ocorrência automaticamente um Evento de Avaliação;

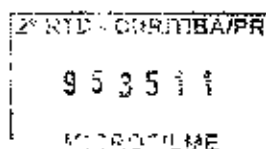
- (xxii) não constituição da Reserva de Pagamento nos termos deste Regulamento ou caso os limites estabelecidos no item 20.1 acima para Reserva de Pagamento não sejam atendidos pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis consecutivos e/ou 10 (dez) dias alternados em um período de 30 (trinta) dias consecutivos;
  - (xxiii) não constituição e/ou não atendimento, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, da Reserva de Liquidez;
  - (xxiv) constarem do relatório de verificação referido no item 8.5 acima inexistências ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Paraná Banco com relação a 5% (cinco por cento) ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo desde a última verificação; e
  - (xxv) inobservância, em qualquer Data de Apuração, dos índices de inadimplência previstos no item 21.2 acima.
- 27.2.1. Sem prejuízo do disposto no item 27.2.2 abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Administradora convocará imediatamente uma assembléia geral, a qual decidirá, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o item 24 acima, se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo.
- 27.2.2. Caso a assembléia geral de que trata o item acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, a Administradora observará os procedimentos de que tratam os itens 27.3 abaixo e seguintes.
- 27.2.3. Caso o Evento de Avaliação não dê causa à liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos cotistas na assembléia geral de que trata o item 27.2.1 acima.





27.3. Será convocada assembleia geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, quais sejam:

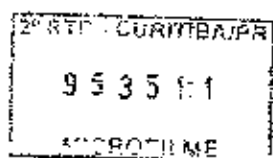
- (i) inobservância, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso o Cedente não responda tempestivamente o Aviso de Desempenhamento à Administradora, ou ainda na hipótese de o Cedente não subscrever novas Cotas Subordinadas na forma especificada no item 16.5.2 acima, observado que, nas hipóteses em que estiver pendente de realização a assembleia de cotistas convocada nos termos do item 19.3 acima, o disposto neste inciso não será aplicável;
- (ii) impossibilidade de aquisição de Direitos Creditórios que preencham os Critérios de Elegibilidade;
- (iii) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Cobrança; e/ou (c) à Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- (iv) não pagamento dos valores de amortização das Cotas Seniores nas datas previstas neste Regulamento;
- (v) rescisão ou rescisão do Contrato de Custódia sem a consequente substituição por nova instituição prestadora desse serviço;
- (vi) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação Antecipada;
- (vii) na hipótese de a assembleia geral não chegar a acordo quanto à substituição da Taxa DI (item 24.1(viii) acima), na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos ou, ainda, no caso da extinção da Taxa DI por imposição legal;
- (viii) rescisão do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios ou ocorrência de qualquer dos Eventos de Rescisão (que, conforme definidos na Cláusula 12 do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, correspondem a eventos que autorizam o Fundo a rescindir o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios a seu exclusivo critério e sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificativa); e
- (ix) não substituição da Administradora em caso de renúncia ou destituição, nos termos dos itens 9.2, 9.3.1 e 9.4 acima.



67  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

- 27.4. Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, a Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.
- 27.5. Na hipótese (i) de não instalação da assembleia geral por falta de quórum, ou (ii) de aprovação pelos cotistas da liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.
- 27.6. Na hipótese de a assembleia geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será facultado aos Cotistas Dissidentes o direito de resgatar antecipadamente suas cotas, conforme regras a serem definidas na assembleia geral. Em qualquer hipótese, os Cotistas Dissidentes deverão ter suas cotas resgatadas em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data da assembleia geral. O resgate dos Cotistas Dissidentes será pelo valor da Cota Sênior do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do item 22.4.1 acima.
- 27.7. Caso a assembleia geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as cotas do Fundo serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:
- (i) a Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos para o Fundo, e todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das cotas;
  - (ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma pro rata e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
  - (iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente e nos Direitos Creditórios inadimplidos do patrimônio do Fundo.
- 27.7.1. Com o intuito de racionalizar o processo de resgate de cotas descrito no item anterior, a Administradora poderá postergar pagamentos aos cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o resgate integral das Cotas Seniores.
- 27.8. Caso no último dia útil do prazo para resgate antecipado a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em

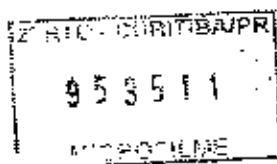


68

4

circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

- 27.8.1. Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de cotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de cotas devido por cada cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste item 27.
- 27.8.2. De acordo com o disposto no item 16 acima, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas, sendo que as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Cotas Seniores, observado o disposto neste item 27.
- 27.8.3. Antes da implementação de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos Creditórios aos cotistas do Fundo, de acordo com o disposto neste item 27.8, o Cedente terá a faculdade de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, no 3º (terceiro) dia útil imediatamente anterior ao término do prazo para resgate antecipado, por preço no mínimo equivalente ao valor exigível dos Direitos Creditórios.
- 27.8.4. Na hipótese de o Cedente decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a assembleia geral de cotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das cotas do Fundo ainda em circulação.
- 27.8.5. Na hipótese de a assembleia geral de cotistas referida no item anterior não chegar a acordo quanto aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores devida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes, não entregues ao condomínio dos titulares de Cotas Seniores, serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.
- 27.8.6. A Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, (i) para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, e (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da



69  
*[Handwritten signature]*

W

*[Handwritten signature]*

Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

27.8.7. Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no item 27.8.6 acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

27.8.8. O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios e dos respectivos documentos comprobatórios pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias (contado da notificação referida no item 27.8.6 acima), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Administradora e ao Custodiante, hora e local para que a ele seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e respectivos documentos comprobatórios. Expirado este prazo, a Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

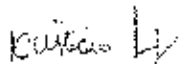
27.9. A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observado o que dispõe este Regulamento ou o que for deliberado na assembleia geral.

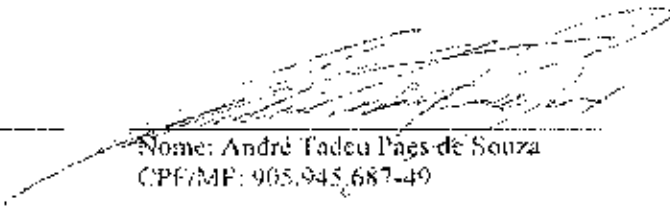
## 28. FORO

28.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Curitiba, 25 de Agosto de 2006.

J. MALUCELLI CORRETORA DE VALORES LTDA.

  
Nome: Cristiano Malucelli  
Cargo: 872.486.979-15

  
Nome: André Tadeu Pags de Souza  
CPF/MF: 905.945.687-49

RECEBIMOS DE VOSSES O VALOR DE R\$ 953511,00  
em 28 AGO 2006  
Assinado digitalmente por [Assinado Digitalmente]  
Assinado Digitalmente

CUSTAS R\$ 300,00  
em 300 VRC

70  


CERTIFICO, que este documento é, sendo na 1ª via original de Curitiba.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO I**

**ANEXO I**

**TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E ADESSÃO AO REGULAMENTO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO I**

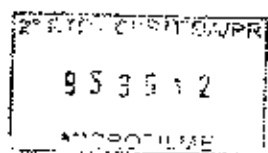
1 - Nome do Cliente:			2 - CNPJ/CPF:	
3 - Banco:	4 - Agência n.º:	5 - Conta n.º:	6 - Data:	
7 - Valor:		8 - E-mail:		

9 - Estou(amos) ciente(s) de que:

9.1 - O objetivo do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I ("Fundo"), administrado pela J. Malucelli Corretora de Valores Ltda., com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde de Nacar 1441, Centro, 1ª andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.621.457/0001-85, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários ("Administradora"), é proporcionar a captação de recursos no mercado de capitais doméstica para aquisição dos Direitos Creditórios, nos termos da política de investimento descrita no item 10 do regulamento do Fundo ("Regulamento").

9.2 - A Administradora empreenderá seus melhores esforços na seleção dos ativos do Fundo para a composição da carteira do Fundo, e utilizará mecanismos de gestão de riscos, que monitoram, mas não anulam, estes riscos. Apesar disso, não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento do Fundo descrita no Regulamento, a Administradora não se responsabilizará por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do fundo, conforme descritos no Regulamento. O cofista, portanto, se expõe ao risco de perda, total ou parcial, do capital investido, existindo ainda a possibilidade de realização de aportes adicionais de recursos, conforme disposto no Regulamento.

9.3 - Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração anual equivalente a 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, apurada e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês que a taxa se referir ou, ainda, antecipadamente, por ocasião do resgate de Cotas (nas hipóteses admitidas no Regulamento).



9.4 - O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o "Jornal do Estado", com circulação na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná;

9.5 - Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e no Contrato de Cessão.

9.6 - Declaro(amos), ainda, para todos os fins e efeitos:

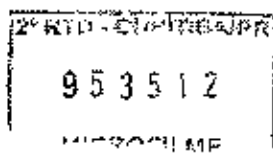
- (i) ter recebido, lido e entendido o Regulamento e os prospectos do Fundo, e ter tomado ciência da política de investimento e dos riscos dela decorrentes, dos critérios de avaliação dos ativos e de todos os demais termos e condições relativos ao Fundo;
- (ii) aderir, neste ato, ao inteiro teor de Regulamento, sobre o qual não tenho(amos) qualquer dúvida, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, a composição da carteira do Fundo e a taxa de administração devida à Administradora, bem como com os riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no item 1.4 do Regulamento e no prospecto do Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido;
- (iii) ser Investidor(os) Qualificado(s), conforme legislação vigente, atestando, conforme o caso, a condição de Investidor(es) Qualificado(s) mediante termo próprio; e
- (iv) concordar com a intenção de que os direitos creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento.

9.7 - As Cotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por Investidores Qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

9.8 - Por fim, informamos que comunicações a mínimos enviadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas para o e-mail informado no item 8 acima.

Curitiba, [•] de [•] de 200[•].

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO(S) COTISTA(S)



2

4

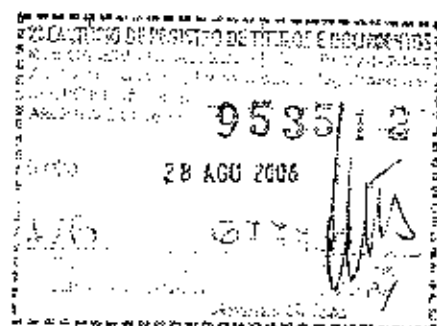
TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E ADESAO AO REGULAMENTO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO I (CONT.)

A instituição responsável pela distribuição das Cotas do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO I declara que verificou a condição de Investidor Qualificado e, se pessoa jurídica, os poderes para assinatura deste termo de investidor.

ASSINATURA DA INSTITUIÇÃO

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:



CERTIFICO, que este  
documento foi selado na  
1ª via entregue ao cliente.

CUSTAS DE A.S. \_\_\_\_\_  
OU 300,00 IRC

Two handwritten signatures in black ink, one above the other, located at the bottom right of the page.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO I

ANEXO II

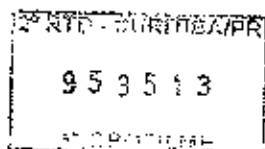
DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS, CONTRATOS OU OUTROS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DO CRÉDITO, BEM COMO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADEQUADA PELO PARANÁ BANCO I:

1. Natureza. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de contratos de Empréstimos celebrados por escrito (que não tenham sido formalizados exclusivamente via telefone ou por meio eletrônico) entre o Paraná Banco e Servidores Públicos dos Órgãos Públicos Conveniados, que tenham atendido aos Critérios de Elegibilidade.

1.1 Desde o advento da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os servidores civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo da União poderão amizar desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos e financiamentos. A autorização da consignação em folha de pagamento de servidores públicos estaduais e municipais dá-se por meio de regulamentos internos e leis, ambos expedidos pelos respectivos órgãos estaduais e municipais. Para a efetiva consignação dos descontos na folha de pagamento mensal dos servidores públicos relativos aos empréstimos concedidos pela instituição financeira, são observados requisitos descritos em lei e na regulamentação aplicável.

2. Processo de Origem. Inicialmente, os Servidores Públicos interessados em contrair empréstimo, munidos de documentos e/ou informações específicas, procuram correspondentes do Paraná Banco e estabelecem as características da operação. Os correspondentes consultam os respectivos Departamentos de Recursos Humanos dos Órgãos Públicos Conveniados ou, quando existente, o sistema eletrônico do Órgão na rede mundial de comunicação "internet", para confirmar os dados fornecidos e a existência de margem consignável.

2.1 O Paraná Banco, então, envia arquivo eletrônico, analítico, solicitando autorização das operações e a retenção da margem. O arquivo é destinado ao Órgão Público Conveniado ou ao órgão contratado para processamento dos pagamentos do referido Órgão Público Conveniado, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Servidores Públicos. O Órgão Público Conveniado ou órgão contratado para processamento dos pagamentos do referido Órgão Público Conveniado retorna arquivo analítico com as operações autorizadas, ratificando a margem e informando as não aprovadas.



2.2 Aprovada a operação, o Paraná Banco transfere os recursos do empréstimo para os Servidores Públicos, em regra por meio de Documento de Ordem de Crédito ou Transferência Eletrônica Disponível para a conta corrente dos Servidores Públicos. A liberação de recursos pode ser feita também por meio de Ordens de Pagamento através de bancos conveniados, hipótese em que o Devedor deve se dirigir a uma agência bancária para receber em espécie a quantia mutuada, após a sua devida identificação.

2.3 O desconto em folha das parcelas dos Empréstimos é viabilizado pelos Convênios, mediante consignação na folha de pagamento do Devedor, sendo o valor repassado ao Paraná Banco, juntamente com relação analítica dos descontos efetuados.

3. Documentos Representativos dos Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio de (a) Contrato de Empréstimo impresso; (b) autorização impressa do Servidor Público para Desconto em Folha; (c) cópia de documentos de identificação do Devedor e que comprovem (1) a sua condição de Servidor Público vinculado ao respectivo Órgão Público Conveniado, bem como (2) a existência de margem consignável, através de autorização impressa e; (d) cópia de relatório físico, emitido pelo Órgão Público Conveniado (ou órgão contratado para processamento dos pagamentos do referido Órgão Público Conveniado), confirmando o respectivo Desconto em Folha, determinadas características do Contrato de Empréstimo respectivo, bem como a condição do Devedor de Servidor Público.

4. Política de Concessão de Crédito. Os empréstimos a Servidores Públicos somente podem ser concedidos se (i) o Devedor não tiver seus vencimentos suspensos; e se (ii) as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto; assim, no ato na contratação do empréstimo, o Paraná Banco deve atestar a existência de documentos ou de informações que comprovem a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto.

CERTIFICO, que este  
documento foi selado na  
1ª na entrega ao cliente.

ESTADO DO PARANÁ - SECRETARIA DE ESTADO DO TRIBUTÁRIO  
RUA CRUZEIRO, 100 - JARDIM BOTÂNICO - CURITIBA - PR - 81250-000  
FONE: (41) 324-1000 FAX: (41) 324-1001  
E-MAIL: tributo@paraná.gov.br  
ALICATORIA - 953513  
28 AGO 2006  
LUB  
672

CUSTAS R\$ 30,50  
OU 300 VRC

2

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

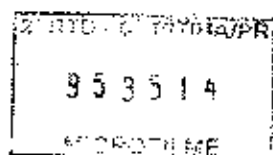
REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO

ANEXO III

DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES:

i. A cobrança dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feita pelo Paraná Banco ou por quem vier a lhe substituir na qualidade de agente de cobrança dos direitos creditórios do Fundo, contratado para efetua-la perante os Devedores e repassar os valores ao Fundo. As etapas da cobrança são a seguir descritas:

- (i) o Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento dos Devedores, processará mensalmente o desconto na folha de pagamento dos respectivos Devedores, dos valores referentes às parcelas dos empréstimos vencidas em cada período/mês;
- (ii) o Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento, e no prazo por ele estabelecido, envia ao Paraná Banco relatório analítico dos Devedores e respectivos valores que foram ou serão descontados em folha de pagamento;
- (iii) na data previamente informada pelo Órgão Público Conveniado, que, em geral, ocorre um dia de mês subsequente ao da competência da consignação em folha de pagamento, o Órgão Público Conveniado repassa o montante dos valores descontados dos Devedores para uma conta de controle de titularidade do Paraná Banco;
- (iv) ao receber os valores, o Paraná Banco confronta-os com o relatório analítico disponibilizado pelo Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações, no qual é informado quais Devedores terão as parcelas dos empréstimos descontadas de suas folhas de pagamento;
- (v) havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Paraná Banco questiona o respectivo Órgão Público Conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento;
- (vi) apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente;
- (vii) entre os valores não recebidos ficarão contratos de empréstimos considerados inadimplentes, que ocorram, geralmente, nas hipóteses de óbito, ordem

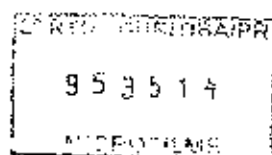


judicial que impossibilite o desconto, no todo ou em parte, casos de incorrência de tais descontos por parte Órgão Público Conveniado ou órgão contratado para processamento das consignações, em razão de ausência de margem decorrente de desconto para pagamento de pensão judicial ou redução salarial ou perda de proventos, exoneração ou demissão do Devedor, pedido de licença ou afastamento temporário pelo Devedor, etc.; e

- (viii) após a finalização da conciliação e confirmação do recebimento de todos os registros e consignações que compõem o repasse financeiro efetuado pelo Órgão Público Conveniado, o Paraná Banco repassará ao Fundo no prazo de : (um) dia útil contado da conciliação efetuada pelo Paraná Banco, os valores decorrentes dos Direitos Creditórios cujo pagamento tenha sido conciliado e confirmado, na conta corrente n.º 55.117-1, agência n.º 2001, Banco Itaú S.A.

2. O procedimento adotado pelo Paraná Banco para cobrança dos Devedores inadimplentes é o descrito a seguir, sendo as eventuais despesas de cobrança suportadas pelo Fundo:

- (i) se a causa da inadimplência é óbito do Devedor, busca-se cobrar diretamente do espólio;
- (ii) a cobrança dos Devedores inadimplentes será realizada pelo Cedente e ou por prestadoras de serviços de cobrança contratadas pelo Cedente, de forma amigável e ou judicial, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos dos Contratos de Empréstimo, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, observados os prazos e procedimentos descritos no Regulamento. Em caso de cobrança judicial, o Fundo deverá outorgar procuração ad judicia em favor do Cedente e/ou de prestadores de serviços contratados pelo Cedente para tanto;
- (iii) para o acompanhamento da cobrança estabelecida na alínea acima, o Cedente deverá elaborar relatórios de cobrança e encaminhá-los à Administradora, mensalmente, a partir da data de assinatura do primeiro Termo de Cessão;
- (iv) nos termos do Contrato de Custódia e do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, o Cedente foi constituído fiel depositário de quaisquer valores por ele recebidos, a qualquer título, referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, até a efetiva transferência de tais valores ao Fundo; e
- (v) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, o Cedente poderá celebrar ou realizar, mediante autorização prévia da Administradora, qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos.



REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO I

ANEXO IV

MODELO DE AVISO DE DESENQUADRAMENTO

Ao  
Paraná Banco S.A.  
Rua Visconde de Nacar 1441, Centro  
80410-201 Curitiba, PR  
At.: Luis Cesar Miana

Aviso de Desenquadramento

A [\*] ("Administradora"), na qualidade de instituição administradora do "Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Paraná Banco I" ("Fundo"), vem notificar o Paraná Banco S.A. ("Paraná Banco") a respeito do desenquadramento, por 2 (dois) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima (conforme definida no regulamento do Fundo), verificação em [datas de desenquadramento].

O Paraná Banco deverá responder este Aviso de Desenquadramento, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Cotas Subordinadas, deverá se comprometer de modo irrevogável e irrevogável a prontamente subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão Mínima, integralizando-as à vista, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo.

Na hipótese de o Paraná Banco não responder tempestivamente este Aviso de Desenquadramento na forma do parágrafo anterior, ou ainda na hipótese de o Paraná Banco não desejar subscrever novas Cotas Subordinadas, será observado o disposto no item 27.3(i) do regulamento do Fundo.

Curitiba, [\*] de [\*] de 200[\*].

[Administradora]

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
2007 FOLIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CURITIBA, 28 AGO 2006  
953515  
AVO...  
[Assinatura]

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CUSTAS R\$ 22,50  
OU 30% VRC  
[Assinatura]  
CERTIFICADO que este documento foi enviado na 1ª via entregue ao cliente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PARANÁ BANCO I

ANEXO V

FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR A SER DISTRIBUÍDO  
PARA AS COTAS SÊNIOR

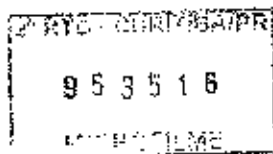
Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Sênior será correspondente ao Fator Multiplicador aplicado sobre a Taxa DI, incidentes sobre o valor da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, a partir da data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

A. Define-se:

- (i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
  - (a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e
  - (b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, emendando-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

B. O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$R_c = (VCS \times FatorDI)$$





onde:

Re = valor apurado a ser distribuído a cada Cota Sênior no final de cada Período de Capitalização, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VCse = valor da Cota Sênior calculado nos termos do item 18 do Regulamento, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = Taxa DI com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de encerramento exclusiva, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator DI} = (TDI \times FM)$$

onde:

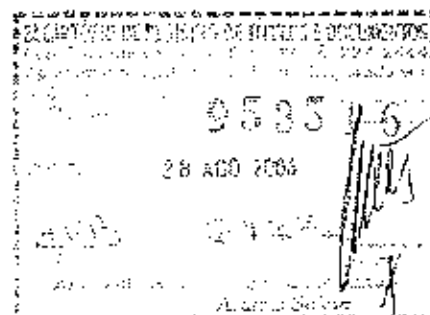
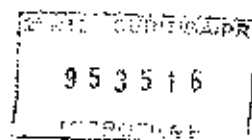
TDI = Taxa DI, expressa ao dia, divulgada pela CETIP; e

FM = Fator Multiplicador, na forma percentual, definido no Regulamento;

C. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

D. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, quando da distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data de cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelas titulares das Cotas Sêniors, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

E. Na ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos, ou ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos cotistas, deverá convocar assembleia geral de cotistas para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstos no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da assembleia geral de cotistas. Na hipótese de a assembleia geral não chegar a acordo quanto à substituição da Taxa DI, será configurado um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do item 27.3(vii) do Regulamento.



CERTIFICO, que este documento foi selado na 1ª via entregue ao cliente.

DIETES R\$ 3,30  
Ou 3,30 VRG

## **ANEXO B**

---

### Relatório de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 1º de agosto de 2006

**Brasil—Relatório Preliminar de Emissão**

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I**

Analistas de Crédito: Pedro Gazoni, São Paulo (55) 11 5501-8648, [pedro\\_gazoni@standardandpoors.com](mailto:pedro_gazoni@standardandpoors.com); Juan De Molleín, Nova York (1) 212-438-2536, [Juan\\_demollein@standardandpoors.com](mailto:Juan_demollein@standardandpoors.com)

<b>Perfil</b>
Data prevista para o início do Fundo: Agosto de 2006
<b>Direitos creditórios:</b> Empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos.
<b>Administrador do Fundo:</b> J. Malucelli, Corretora de Valores Ltda.
<b>Originador dos direitos creditórios:</b> Paraná Banco S.A.
<b>Custodiante:</b> Banco Itau S.A.
<b>Estruturadores:</b> Banco Votorantim S.A. e Banco ABC Brasil S.A.
<b>Proteção de Crédito:</b> Proporcionada pela subordinação de cotas júniores (pelo mínimo de 25%) e pelo spread excedente (equivalente a 90% da Taxa DI Over)

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 1º de agosto de 2006. O rating atribuído é preliminar. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 1º de agosto de 2006			
Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ milhões)	Vencimento Final Legal**
Cotas Seniores	brAAAf	Até R\$ 75 (75%)	3 anos (36 meses) após a emissão
Cotas Subordinadas	Não classificadas	Até R\$ 25 (25% de nível mínimo)	3 anos (36 meses) após a emissão

\* Os ratings atribuídos a cada classe de cotas são preliminares e estão sujeitos a mudanças a qualquer momento. \*\* Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

**Fundamentos**

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAAf', em sua Escala Nacional Brasil, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I (FIDC Paraná Banco I). Os ativos subjacentes do FIDC Paraná Banco I são: empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos, originados pelo Paraná Banco S.A., caixa e outros investimentos específicos aprovados pela Standard & Poor's.

Os empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento possuem características especiais que mantêm suas taxas de pré-pagamento e inadimplência em níveis relativamente baixos. Os fatores que contribuem para a boa performance dessas carteiras de empréstimos são o fato de os pagamentos dos empréstimos serem deduzidos diretamente do salário do devedor, a estabilidade de emprego dos servidores públicos e o fato de as entidades públicas serem menos afetadas por condições adversas de mercado.

O FIDC Paraná Banco I será um condomínio fechado, com prazo de duração de três anos. O administrador do Fundo poderá incluir recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos e aprovados pela Standard & Poor's.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Instrução 356, que criou a estrutura legal e administrativa dos *Fundos de Investimento em Direitos Creditórios* (FIDC), cuja estrutura financeira e administrativa é a de um fundo de investimentos do tipo aberto ou fechado.

Entretanto, um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas (*Structured Finance*) e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC podem incorporar carteiras de crédito combinadas – que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, bem como títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento e, com base no desempenho e nas características do fundo, pode decidir alienar suas cotas a qualquer momento. Apesar desse fato, a Standard & Poor's considerou várias premissas de estresse ao testar o fluxo de caixa dos ativos subjacentes do FIDC Paraná Banco I.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAF' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCF' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo fundo.

O rating 'brAAAF' atribuído ao FIDC Paraná Banco I na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, expressa a qualidade geral de crédito do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brAAAF' atribuído ao Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem uma proteção extremamente forte contra perdas advindas de inadimplência.

O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes, a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (nível mínimo de 25%), o *spread* excedente, definido como a diferença entre a remuneração dos ativos subjacentes do Fundo e a remuneração das cotas seniores, (em 90% da Taxa DI Over) e a adequação dos mecanismos de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*), baseado em diferentes cenários de estresse.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

## Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

### Pontos Fortes

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A forte qualidade de crédito da carteira do originador;
- A robusta proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas (nível mínimo de 25%), *spread* excedente (em 90% do CDI);
- A sólida experiência do Banco Itaú S.A., como o custodiante;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas.

### Fragilidades e Fatores Atenuantes

A principal fragilidade observada na análise de crédito da estrutura é que a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes poderá variar durante a vida do Fundo, em razão da natureza rotativa da estrutura. Esse risco é atenuado por critérios de elegibilidade dos empréstimos bem definidos, que reduzem o risco de deterioração de qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes.

Outra fragilidade é o fato de o originador ter a função de agente de recebimento dos recursos devidos ao Fundo. Para cobrir esse risco de fungibilidade entre os recursos do Paraná Banco e do Fundo, a estrutura conta com uma conta reserva no montante de R\$ 1 milhão, que será instituída no momento inicial da transação.

## Descrição do FIDC Paraná Banco I

### Características Gerais

O FIDC Paraná Banco I será um condomínio fechado, com vencimento final de três anos. A emissão pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo algumas empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O Fundo, durante sua vida, fará compras rotativas de direitos creditórios originados pelo Paraná Banco por meio de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos.

Segue abaixo uma descrição da estrutura do Fundo em sua data de emissão.

### Mecanismo de Pagamento das Cotas

O Fundo emitirá cotas seniores e subordinadas, denominadas em reais. Essas cotas terão o direito de receber, se houver, rendimentos decorrentes do pagamento de empréstimos pessoais com consignação em folha denominados na mesma moeda, e/ou outros instrumentos de renda fixa, investimentos financeiros de curto prazo e dinheiro integrantes da carteira do Fundo. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa gerado por financiamentos e outros investimentos. O originador deterá as cotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard & Poor's.

### Componente do Rendimento

Contrariamente ao que acontece com instrumentos de dívida, um fundo não promete a seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou de juros em qualquer data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. Conseqüentemente, o Fundo buscará oferecer uma remuneração alvo para os cotistas seniores equivalente a até 110% da Taxa DI Over, o que será definido no processo de *bookbuilding*. As cotas subordinadas não terão uma remuneração alvo específica, porém se beneficiarão de todo o fluxo disponível no Fundo, após este ter alcançado a remuneração alvo das cotas seniores.

**Componente do Valor de Face**

As cotas seniores serão amortizadas em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais após um período de carência de 12 (doze) meses contados a partir da data de emissão.

Com a função de garantir que o Fundo tenha ativos com a liquidez necessária para cumprir as amortizações e/ou resgate das cotas seniores nas datas previstas no regulamento, o administrador do Fundo deverá manter em caixa, com 60 dias de antecedência, caixa ou ativos de alta liquidez, no montante equivalente a 50% da próxima amortização prevista e a 100% da próxima amortização prevista com 30 dias de antecedência.

As cotas subordinadas apenas serão amortizadas se o nível de subordinação for maior do que 28,57% até que a relação entre o valor das cotas subordinadas e o patrimônio líquido do Fundo volte ao nível mínimo de 25%, e desde que as amortizações das cotas seniores estejam ocorrendo regularmente; as reservas de liquidez e de pagamento estejam devidamente atendidas; e que, até a data da amortização das cotas subordinadas, não se tenha verificado qualquer evento de avaliação ou evento de liquidação antecipada.

**Fluxo de Recursos do FIDC Paraná Banco I**

As entidades efetuam o pagamento a seus funcionários e retêm o montante devido por meio dos contratos de empréstimo com consignação em folha de pagamento. As quantias são, então, transferidas para o Paraná Banco. O Paraná Banco, por sua vez, tem até um dia útil para repassar os recursos ao Fundo. Os montantes são reconciliados e os pagamentos são feitos por meio de transferências para a conta do Fundo no Banco Itaú S.A. (custodiante). Assim que os recursos são transferidos para a conta do Fundo, o custodiante calcula as provisões de perdas, checa os níveis de subordinação e os informa ao administrador do Fundo (J. Malucelli Corretora de Valores Ltda.) que, em nome do Fundo, realiza a formação das reservas, efetua as amortizações, se necessário, e compra novos direitos creditórios do Paraná Banco (originador).

**Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade do FIDC Paraná Banco I**

As principais condições de cessão e critérios de elegibilidade que os recebíveis precisam satisfazer são:

- Devem ser provenientes de contratos de empréstimos pessoais a servidores dos órgãos públicos listados no Anexo III do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, originados pelo Paraná Banco a taxas prefixadas;
- Não podem ser provenientes de devedores que, no momento da cessão, tenham outros direitos creditórios vencidos e não pagos;
- Não podem ter vencimento posterior à data de liquidação do Fundo;
- O pagamento deve ser efetuado por meio de consignação em folha de pagamento devidamente autorizada;
- Os empréstimos a funcionários de um mesmo Consignante não poderão representar mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo na data da celebração da cessão;
- Os empréstimos a funcionários dos seis maiores consignantes não poderão representar mais de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo na data da celebração da cessão;

## Riscos Relevantes de Estruturas de Empréstimos Pessoais com Consignação em Folha de Pagamento

Os ratings de operações estruturadas baseiam-se, principalmente, na qualidade de crédito de ativos isolados ou de carteiras de ativos, sem se considerar a qualidade de crédito do originador ou do tomador de recursos. As operações estruturadas procuram isolar as operações das entidades, tais como vendedores de recebíveis que possuem ratings baixos ou que não possuem rating. O pior cenário assume a falência de cada participante da operação que não seja uma entidade garantida em caso de falência da controladora, cujo rating seja mais baixo que o da operação.

Esta seção descreve a metodologia para a análise dos riscos creditícios de uma operação com empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento que constitui a carteira subjacente de direitos creditórios do FIDC Paraná Banco I. O principal risco associado à maior parte dos ativos é o risco de inadimplência e *default* do devedor. A fungibilidade de caixa é outra preocupação em todos os financiamentos garantidos por ativos. Além disso, neste caso, uma vez que cada pagamento de empréstimo é descontado automaticamente dos salários dos funcionários ou benefício dos aposentados e pensionistas, o risco de inadimplência é razoavelmente diminuído. Custos de manutenção e aspectos relacionados à prestação do serviço também são motivos de preocupação e serão analisados nesta seção.

Principais Riscos de Operações de Empréstimos Pessoais com Consignação em Folha de Pagamento			
Tipo de Risco	Explicação Resumida	Aplica-se à Operação	Forma de Atenuação para as Cotas Seniores
(1) Default do devedor	Desempenho histórico de inadimplência e provisões para falta de pagamento.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(2) Diluição	Redução não-caixa do saldo do valor de um recebível.	Não	N/A
(3) Custos de manutenção da carteira	Custos previstos que serão incorridos durante o período de amortização.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(4) Fungibilidade	Os recebimentos poderiam ser fungíveis aos de outros recebíveis/empréstimos do originador.	Sim	O risco de fungibilidade é limitado, pois o Paraná Banco precisa transferir os recursos pertencentes ao FIDC Paraná Banco I no prazo máximo de um dia útil após seu recebimento. Para cobrir esse risco de fungibilidade entre os recursos do Paraná Banco e do Fundo, a estrutura conta com uma conta reserva, que será instituída no momento inicial da transação, e será igual a R\$ 1 milhão.
(5) Aspectos relacionados com a administração	O originador dos direitos creditórios poderia ser o administrador da carteira de ativos.	Sim	Apesar de a J. Malucelli Corretora de Valores Ltda. ser a administradora do Fundo e estar ligada ao originador dos ativos por meio de seus controladores, os cotistas do Fundo podem substituí-la a qualquer momento mediante decisão em assembleia.
N/A – Não se aplica.			

Os itens abaixo referem-se às respectivas seções contidas na tabela.

### (1) Risco de Default do Devedor (Cliente)



Normalmente, o histórico de inadimplência e o comportamento de baixas são os melhores indicadores da qualidade de crédito da carteira. A maioria das instituições financeiras e dos bancos brasileiros mantém empréstimos ou recebíveis inadimplentes por prazos muito maiores do que entidades similares em países de mercados não emergentes, antes de baixá-los. Isso pode ser considerado positivo, uma vez que as contas são trabalhadas até que sejam exauridas todas as oportunidades de recebimento. Entretanto, se as políticas de baixa são discricionárias e estão sujeitas à manipulação, torna-se difícil determinar o valor dos empréstimos vencidos. Por esse motivo, os critérios para empréstimos pessoais garantidos concentram-se na análise das inadimplências em estado adiantado, como indicadores da qualidade de crédito.

#### *(2) Risco de Diluição*

A expressão diluição é usada de modo geral para se referir a qualquer redução não-caixa no valor de um recebível, que não seja decorrente de inadimplemento ou baixa. Devoluções de produtos, descontos em dinheiro, dotações para publicidade, descontos por quantidade, programas de fidelidade e disputas de preço constituem exemplos de diluição. Além disso, a diluição engloba itens que talvez não sejam considerados como um ajuste no curso normal dos negócios, mas que, mesmo assim, constituem uma possibilidade de compensação futura. Para continuar competitivas, as empresas devem conceder créditos diluentes. O nível de diluição é determinado por fatores, tais como a prática do setor e a complexidade do produto. No caso do FIDC Paraná Banco I, o risco de diluição não constitui uma preocupação, em função da natureza de seus ativos.

#### *(3) Custos de Manutenção da Carteira*

Em uma operação típica com empréstimo pessoal garantido, é necessário que se crie uma reserva para cobrir juros e custos, tais como os de serviço e fiduciários, que serão incorridos durante o prazo de amortização. Em consequência do fato de os empréstimos pessoais serem ativos que rendem juros, a Standard & Poor's deverá se sentir confortável com o nível de rendimento do *spread* observado entre ativos subjacentes e as cotas seniores.

#### *(4) Fungibilidade*

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis do Paraná Banco. Nesse caso, o risco de fungibilidade é limitado, pois o Paraná Banco precisa transferir os recursos pertencentes ao FIDC Paraná Banco I no prazo máximo de um dia útil após seu recebimento. Adicionalmente, será instituída, no momento inicial da transação, uma conta reserva com montante igual a R\$ 1 milhão para atenuar esse risco.

#### *(5) Aspectos Relacionados à Administração*

No caso do FIDC Paraná Banco I, apesar de a J. Malucelli Corretora de Valores Ltda. ser a administradora do Fundo e estar ligada ao originador dos ativos por meio de seus controladores, os cotistas do Fundo podem substituí-la a qualquer momento mediante decisão em assembléia.

## **Análise de Crédito dos ativos subjacentes**

### **Análise de Sensibilidade**

Com relação às operações estruturadas, a Standard & Poor's realiza, durante o período de duração da transação, uma análise profunda do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para se determinar o rating 'brAAAF', a Standard & Poor's submeteu os fluxos de caixa a vários cenários de estresse, considerando como caso base o nível de inadimplência máximo do *pool* selecionado e estabelecendo-o como um *proxy* de inadimplência de crédito. Após analisar o comportamento do *pool* selecionado, o nível de inadimplência máximo foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, o qual foi determinado pelo cenário construído para o rating almejado. Para determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, essa porcentagem foi então submetida a outros testes de estresse, utilizando-se variáveis diferentes, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

### **Severidade da Perda**

Uma vez que a informação do *pool* selecionado foi analisada, o *proxy* de severidade estabelecido para as perdas de crédito foi o das informações de inadimplemento superiores a 180 dias. Esse índice foi então testado, aplicando-se o fator de perda de crédito para refletir o cenário do rating 'brAAAF'. Conseqüentemente, o fluxo de caixa resultante foi também testado, utilizando-se um índice de severidade de perda de crédito igual a 25%, de acordo com diversos cenários. Abaixo listamos dois dos principais cenários:

	Cenário 1	Cenário 2
Perdas de crédito	25%	25%
Período das perdas de crédito	Mês 1 até 12: 100%	Mês 1 até 6: 50%, mês 24 até 36: 50%
Rentabilidade das cotas seniores	110% do DI	110% do DI

### **Inadimplência**

O pior cenário de inadimplência histórica foi assumido depois de analisados os *pools* estático e dinâmico do originador dos ativos subjacentes. O histórico de recebimentos do *pool* estático foi também analisado, o que possibilitou a avaliação do efeito real da inadimplência como um *proxy* para as perdas de crédito no *pool* selecionado.

### **Pré-pagamento**

A taxa de pré-pagamento assumida foi próxima de 0 (zero), de acordo com o comportamento presente nas informações históricas e com as características do mecanismo de recebimento. Como as parcelas de pagamento dos empréstimos são diretamente deduzidas da folha de pagamento dos servidores, há muito pouco incentivo para o pré-pagamento nessa forma de financiamento.

### **Reforço da Qualidade de Crédito**

Para cobrir os riscos relacionados às carteiras de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento, relativos especificamente ao ambiente de fundos de investimentos em direitos creditórios no Brasil, deverá ser estruturado um reforço da qualidade de crédito para o FIDC no nível da categoria de rating 'brAAAF'. O reforço de crédito permitirá o suporte de crédito das cotas seniores do FIDC e será realizado na forma de subordinação estrutural mínima de 25% e de *spread* excedente, de 90% do CDI.

### **Risco Cambial**

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

### **Eventos de Avaliação do FIDC Paraná Banco I**

Qualquer dos seguintes eventos será considerado um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Rebaixamento da classificação de risco atribuída inicialmente pela agência de classificação de risco
- A inobservância de seus deveres e obrigações por parte do Administrador e/ou do Custodiante e/ou Cedente e/ou Agente de Cobrança do Fundo;
- O aumento da taxa DI de mais de 130% em um dia útil;
- Não constituição das reservas de pagamento e/ou de liquidez;
- Modificação do controle do Paraná Banco;
- Caso qualquer dos seguintes gatilhos de desempenho sejam acionados:
  - Se a relação entre direitos creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no período de apuração e que estejam inadimplentes há mais de 30 (trinta) dias corridos, e o total de direitos creditórios cedidos ao Fundo, com vencimento no respectivo período de apuração, for igual ou superior a 18% em um determinado período de apuração, ou se a média móvel de três meses for igual ou maior que 15%;
  - Se a relação entre direitos creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no período de apuração e que estejam inadimplentes há mais de 90 (noventa) dias corridos, e o total de direitos creditórios cedidos ao Fundo, com vencimento no respectivo período de apuração, for igual ou superior a 8% em um determinado período de apuração, ou se a média móvel de três meses for igual ou maior que 6%;
  - Se a relação entre direitos creditórios cedidos ao Fundo, vencidos e não pagos no período de apuração e que estejam inadimplentes há mais de 180 (cento e oitenta) dias corridos, e o total de direitos creditórios cedidos ao Fundo, com vencimento no respectivo período de apuração, for igual ou superior a 5% em um determinado período de apuração, ou se a média móvel de três meses for igual ou maior que 4%.

### **Eventos de Liquidação do FIDC Paraná Banco I**

No caso de ocorrência de qualquer dos seguintes eventos, será considerado um evento de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Fundo: (1) a informar os cotistas; (2) a interromper a compra de direitos creditórios; (3) a iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo e (4) a convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- Desenquadramento do nível de subordinação por 5 (cinco) dias úteis consecutivos;
- Impossibilidade de aquisição de direitos creditórios que se adequem aos critérios de elegibilidade;
- Pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Cobrança; e/ou (c) à Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- Não pagamento dos valores de amortização das Cotas Seniores nas datas previstas neste Regulamento;
- Deliberação de um Evento de Avaliação que constitua um Evento de Liquidação Antecipada.

### Visão Geral do Paraná Banco

O Paraná Banco (*ratings* em moeda local e em moeda estrangeira: 'B/Estável/B'; *ratings* na escala nacional Brasil: 'brBBB-/Estável/-'), é uma instituição de pequeno porte, de nicho, posicionando-se como o 67º do Brasil, com um volume de ativos que somava R\$ 535 milhões (US\$228 milhões) em dezembro de 2005 – o que equivale a menos de 1% dos ativos bancários totais do País. O nicho de mercado do banco é a modalidade de empréstimos com desconto em folha de pagamento, a qual responde por cerca de 97% de suas operações de crédito, principalmente aqueles concedidos a servidores públicos. O banco é parte relevante de um grande grupo empresarial (J. Malucelli), o qual atua em diferentes setores e se concentra na Região Sul do Brasil. Não atribuímos *ratings* a nenhuma empresa do Grupo J. Malucelli, e os *ratings* do banco não incorporam um potencial suporte por parte de seus acionistas.

O banco enfrenta as pressões competitivas advindas tanto dos novos entrantes no segmento de empréstimo consignado, o qual é visto como muito atraente por grandes *players*, quanto dos bancos já bem posicionados nesse mercado. Apesar disso, o Paraná Banco deverá continuar se beneficiando de seu histórico positivo em seu nicho e da potencial expansão desse segmento no mercado, registrando margens ainda satisfatórias no curto prazo; porém, as margens e, conseqüentemente, a rentabilidade, tendem a diminuir já que outros *players* lutam por participação de mercado. Embora o banco tenha conseguido apresentar aumento em sua carteira na ordem de 67% em 2005 (ante 2004), ele ainda enfrenta o desafio de elevar o volume de suas operações (considerando-se seu porte pequeno), além de ter de encontrar alternativas para compensar o declínio gradual esperado no *spread* bancário a médio e longo prazo. O ritmo de expansão do Paraná Banco será, no entanto, determinado principalmente por sua capacidade de distribuição e de *funding*.

Um dos principais desafios para o banco no médio prazo é diversificar mais sua base de *funding* e tornar-se menos dependente dos recursos do grupo – depósitos advindos das empresas do grupo representaram um alto patamar de 37% do volume total em dezembro de 2005. Um outro desafio é manter níveis adequados de liquidez. Os ativos líquidos responderam por 21% de sua base de depósitos totais nesse mesmo período em comparação à média de 30% registrada nos anos anteriores. A liquidez é reforçada pela capacidade do banco de gerar carteiras de empréstimos atraentes que podem ser vendidas a outros bancos para gerar mais caixa. Em 2005, o banco gerou e cedeu R\$ 107 milhões referentes às suas operações com aposentados e pensionistas do INSS por intermédio de uma parceria firmada com o Bradesco. Para amparar seu crescimento, o banco vem expandindo suas fontes de *funding*, utilizando-se dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), de pequenas emissões no mercado internacional (US\$19 milhões em 2005).

O Paraná Banco tem apresentado bons indicadores de rentabilidade, amparados por sua capacidade de gerar empréstimos consignados que são de baixo risco e que ainda geram margens elevadas. Seu índice de retorno sobre ativos (ROA) alcançou um bom patamar de 3,0% em 2005, ajustado para refletir os resultados pró-rata provenientes dos empréstimos cedidos e dos resultados não recorrentes (principalmente advindos da venda da seguradora). Espera-se que esse índice de retorno seja mantido no curto prazo e se reduza no futuro, considerando-se o acirramento da competição. O banco também se beneficia de uma estrutura eficiente e enxuta pela qual divide certos custos no nível da *holding* do grupo. Embora esteja crescendo principalmente em função de comissões pagas aos correspondentes bancários – já refletindo a maior competição – seu índice de eficiência é adequado, com as despesas não relacionadas a juros sobre receitas alcançado 57,4% em 2005.

O índice de qualidade dos ativos do Paraná Banco é adequado e vem apresentando melhoras. Seu índice de empréstimos problemáticos (créditos classificados entre as categorias 'E' e 'H' de acordo com a regulamentação local) sobre empréstimos totais melhorou para 2,5% em 2005 contra 5% em 2004 – com os empréstimos ajustados para a parcela concedida a outros bancos. Esta melhora foi conduzida pelo aumento da participação dos empréstimos com descontos em folha para aposentados e pensionistas nos empréstimos totais e pelo controle apropriado no atraso no pagamento dos salários dos funcionários pelos empregadores, o que em nossa opinião será mantido futuramente. Além disso, o banco tem registrado um índice administrável de créditos baixados contra provisão sobre empréstimos totais (incluindo a carteira cedida), o qual atingiu 1,2% em 2005 contra 1,4% em 2004. O Paraná Banco se beneficia de um baixo risco de concentração por parte do tomador final, considerando-se que suas operações de crédito têm como alvo pessoas físicas. Há certo risco, no entanto, de concentração referente aos empregadores e potencial atraso por parte deles no pagamento de salário dos funcionários. Em dezembro de 2005, os cinco maiores empregadores que compunham a carteira do banco representavam significativos 46% de seus acordos totais.

Para obter mais informações sobre o Paraná Banco por favor contate Beatriz Degani em São Paulo, (55) 11-5501-8933 ou via e-mail, [beatriz\\_degani@standardandpoors.com](mailto:beatriz_degani@standardandpoors.com) ou visite nosso site global [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) ou nosso site regional [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br).

#### **Anexo – Análise do Perfil dos Empréstimos a Servidores Públicos Concedidos pelo Paraná Banco**

Esta análise se foca nos empréstimos com consignação em folha concedidos pelo Paraná Banco entre janeiro de 2002 e fevereiro de 2006. Conforme demonstram os gráficos 1, 2, 3 e 4, a produção dos empréstimos consignados pelo banco, que será o ativo subjacente FIDC Paraná Banco I, apresentou um contínuo crescimento durante o período analisado.

Conforme exposição do gráfico 5 e 6, a maior parte dos empréstimos concedidos possuem entre 25 (vinte e cinco) e 36 (trinta e seis) parcelas, sendo que nos últimos meses observou-se um aumento da participação de contratos mais longos, que possuem entre 37 (trinta e sete) e 48 (quarenta e oito) parcelas, chegando a atingir 20% do valor das parcelas geradas em fevereiro de 2006.

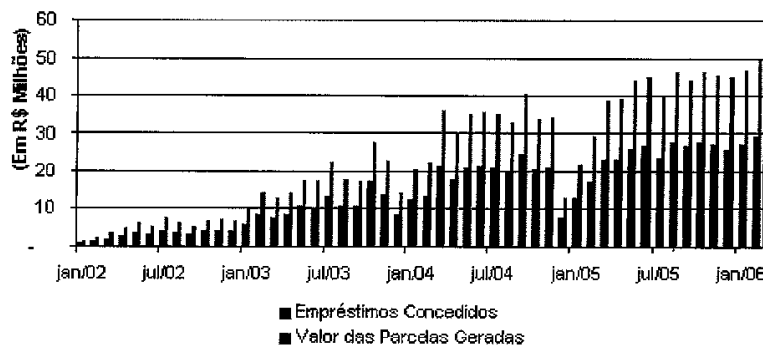
Os vencimentos diários estão distribuídos durante alguns dias do mês, porém os dias 2 (dois), 15 (quinze) e 26 (vinte e seis) concentram a maior parte dos vencimentos, com participação de 21,90%, 15,15% e 12,47%, respectivamente, o que pode ser observado no gráfico 8.

Os Estados do Paraná e do Rio de Janeiro são os maiores focos na concessão de empréstimos consignados. Em conjunto, os dois Estados representaram 70,85% do montante emprestado durante o período analisado. Além destes, Minas Gerais e São Paulo demonstrarão expressão considerável.

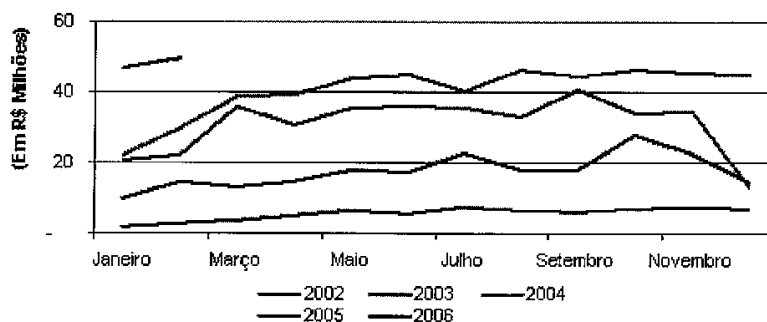
A análise da inadimplência foi efetuada por duas óticas: por safra ou data de geração e por fluxo de vencimentos. Os resultados destas análises estão expostos nas tabelas 2 e 3 e nos gráficos 10 a 15 abaixo. A avaliação da performance por safra possibilita o acompanhamento dos indicadores de inadimplência de uma amostra de empréstimos originados em determinado período, durante toda sua vida. Os números demonstram uma inadimplência acima de 180 (cento e oitenta dias) somados ao montante ainda não liquidado até 13 de março de 2006, que é igual a 6,18% durante todo o período analisado. No entanto, este número pode estar superestimado, uma vez que, no momento da análise, ainda não haviam sido transcorridos 180 (cento e oitenta dias) entre o vencimento da primeira parcela e a data de corte da base de dados avaliada para os meses entre julho de 2005 e fevereiro de 2006. Excluindo estes meses, a média de inadimplência acima de 180 (cento e oitenta) dias é de 5,61%.

A análise da performance por fluxo de vencimentos demonstra um índice de inadimplência acima de 180 (cento e oitenta) dias de 3,10%, quando excluído o período transcorrido entre julho de 2005 e fevereiro de 2006. A maior inadimplência por esta mesma faixa de atraso foi equivalente a 4,15% e ocorreu em abril de 2003. Além disso, o fato de os índices de inadimplência durante o período transcorrido a partir de julho de 2005 serem maiores que a média, permite concluir que os altos índices de não liquidadas sob a ótica por safra não podem ser interpretados como uma tendência, uma vez que as não liquidadas se concentram nos últimos meses sob a ótica de fluxo de vencimento.

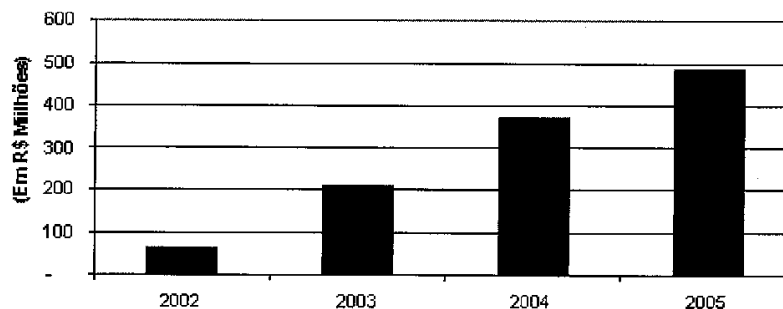
**Gráfico 1**  
**Evolução Mensal da Concessão de Empréstimos**



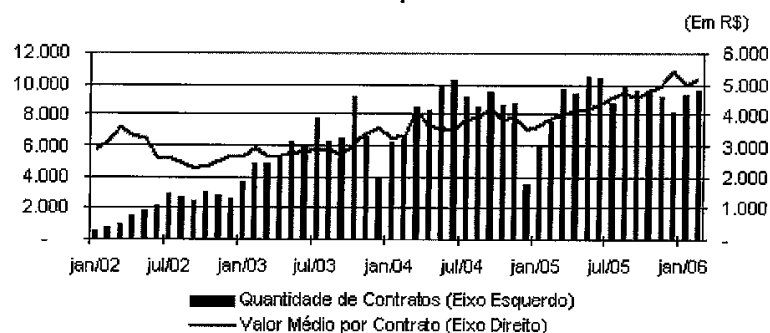
**Gráfico 2**  
**Comparação Anual do Valor Gerado pela Concessão de Empréstimos**



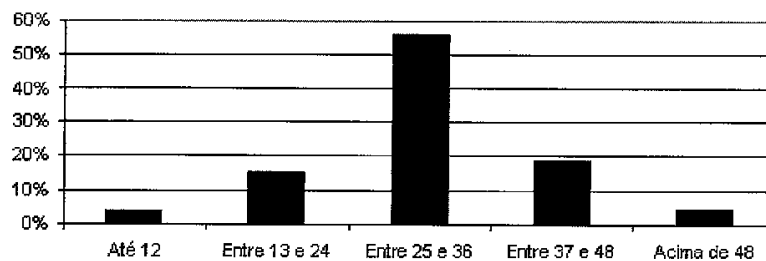
**Gráfico 3**  
**Evolução Anual do Valor Gerado pela Concessão de Empréstimos**



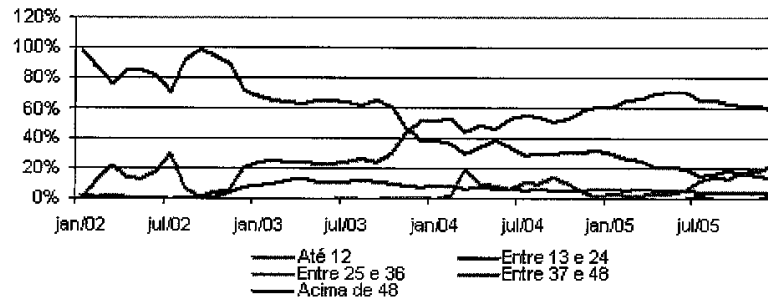
**Gráfico 4**  
**Evolução Mensal da Quantidade de Contratos Gerados e do Valor Médio Gerado por Contrato**



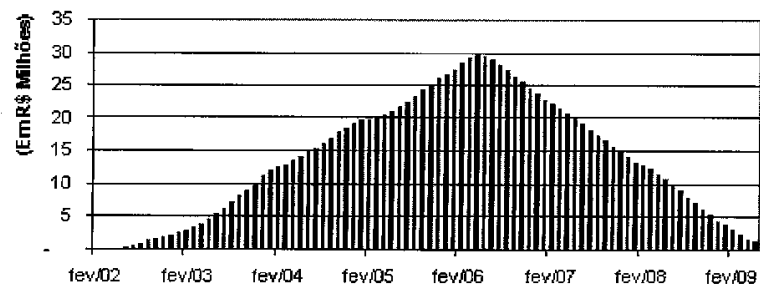
**Gráfico 5**  
**Distribuição do Valor gerado pelos Empréstimos Concedidos por Quantidade de Parcelas**



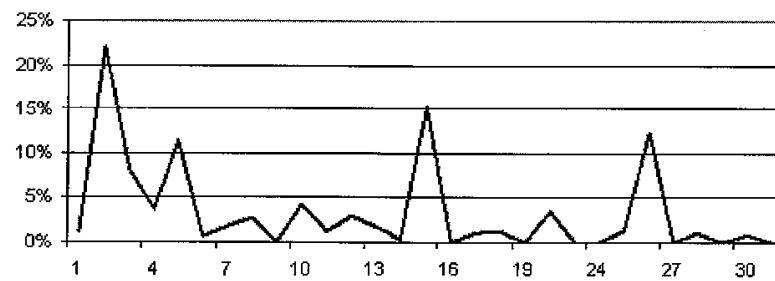
**Gráfico 6**  
**Evolução da Distribuição do Valor Gerado pelos Empréstimo**  
**Concedidos por Quantidade de Parcelas**



**Gráfico 7**  
**Fluxo de Vencimentos do Valor Gerado pelos Empréstimos**  
**Concedidos**



**Gráfico 8**  
**Concentração dos Vencimentos dos Empréstimos Concedidos por**  
**Dia**





**Gráfico 9**  
**Concentração Geográfica dos Valor Gerado pelos Empréstimos Concedidos**

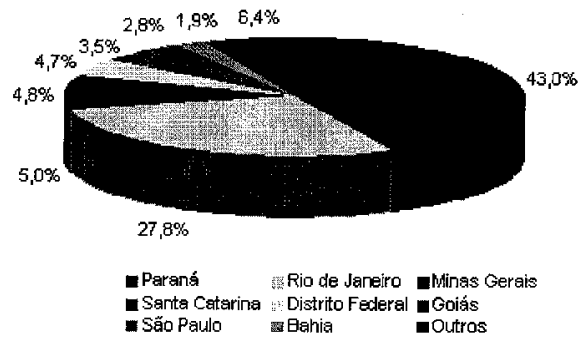
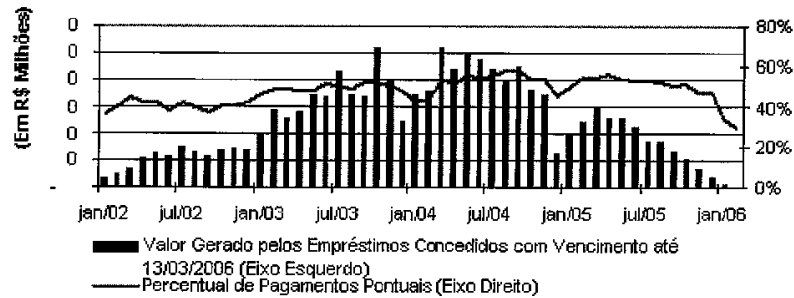


Tabela 1 - Os Maiores Entes Consignantes		
Ente Consignante	Geração (Em R\$ Milhões)	Participação
Estado do Paraná	256,74	20,91%
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	151,56	12,34%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	98,05	7,98%
Prefeitura Municipal de Curitiba	59,03	4,81%
Estado de Minas Gerais	52,24	4,25%
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	51,12	4,16%
Estado de Santa Catarina	43,63	3,55%
Ministério Público da União	30,01	2,44%
Estado de Goiás	25,96	2,11%
Tribunal da Justiça do Distrito Federal	24,14	1,97%
Marinha do Brasil	20,55	1,67%
Tribunal de Contas do Rio de Janeiro	18,82	1,53%
Estado da Bahia	16,62	1,35%
Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro	16,53	1,35%
Empresa de Vigilância do Estado do Rio de Janeiro	16,44	1,34%
Senado Federal	16,16	1,32%
Assoc. Servidores Municipais da Pref. De São José dos Pinhais	15,97	1,30%
Prefeitura Municipal de Ponta grossa	14,04	1,14%
Estado do Mato Grosso do Sul	13,71	1,12%
Universidade Estadual de Maringá	11,37	0,93%
Tribunal de Contas do Estado do Paraná	10,40	0,85%
Prefeitura Municipal de São Paulo	9,47	0,77%
Estado do Maranhão	9,35	0,76%
Universidade Estadual de Ponta Grossa	8,47	0,69%
Camara Municipal de Curitiba	7,90	0,64%
Prefeitura de Foz do Iguaçu	7,86	0,64%
Tribunal de Contas da União	7,67	0,62%
Superior Tribunal Militar	7,57	0,62%
Comando da Aeronáutica	7,41	0,60%
Outros	188,00	16,22%

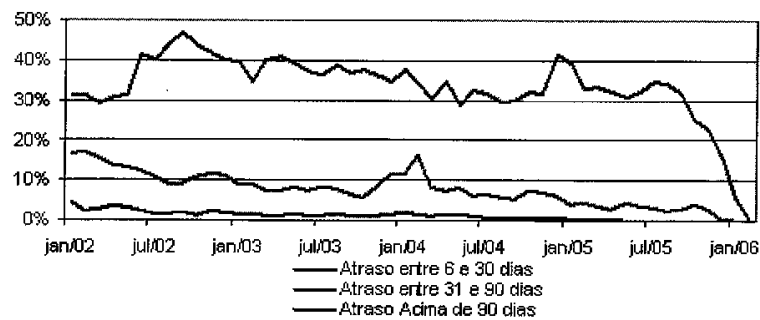
Tabela 2 - Performance por Data de Geração								
Mês	Valor Gerado pelos Empréstimos Concedidos com Vencimento até 13/03/2006 (Em R\$ Milhões)	Parcelas Liquidadas				Parcelas Não liquidadas	Parcelas Não Liquidadas até 13/03/2006 (b)	(a) + (b)
		Pagamentos Pontuais*	Atraso entre 6 e 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso Acima de 180 dias (a)		
jan/02	1,78	36,28%	31,33%	16,61%	4,66%	3,67%	7,46%	11,13%
fev/02	2,68	40,67%	31,21%	17,13%	2,70%	2,54%	5,75%	8,28%
mar/02	3,81	44,52%	29,12%	15,23%	2,89%	2,64%	5,59%	8,23%
abr/02	5,43	42,00%	30,72%	13,85%	3,72%	2,56%	7,14%	9,70%
mai/02	6,45	42,45%	31,45%	13,46%	3,47%	2,68%	6,47%	9,15%
jun/02	5,81	38,33%	41,21%	12,34%	2,33%	1,88%	3,92%	5,80%
jul/02	7,75	41,96%	39,80%	10,99%	1,80%	1,64%	3,81%	5,45%
ago/02	6,82	39,64%	44,07%	9,19%	1,80%	1,84%	3,46%	5,30%
set/02	5,91	37,18%	46,87%	9,34%	2,00%	1,93%	2,68%	4,61%
out/02	7,15	40,81%	43,62%	10,76%	1,19%	1,48%	2,12%	3,61%
nov/02	7,36	40,64%	41,48%	11,76%	2,31%	1,14%	2,66%	3,81%
dez/02	7,24	42,44%	39,86%	11,25%	2,21%	1,11%	3,14%	4,25%
jan/03	10,08	45,91%	39,50%	9,36%	1,62%	1,05%	2,56%	3,61%
fev/03	14,39	48,92%	34,79%	9,37%	1,53%	1,13%	4,26%	5,39%
mar/03	13,06	48,64%	39,85%	7,42%	1,36%	0,90%	1,84%	2,73%
abr/03	14,22	47,69%	41,03%	7,31%	1,42%	0,86%	1,69%	2,56%
mai/03	17,36	47,58%	39,28%	8,35%	1,63%	0,84%	2,33%	3,16%
jun/03	16,97	51,29%	37,21%	7,44%	1,23%	0,77%	2,05%	2,82%
jul/03	21,78	50,26%	36,29%	8,36%	1,38%	0,87%	2,84%	3,71%
ago/03	17,35	48,76%	38,59%	7,94%	1,52%	0,70%	2,50%	3,20%
set/03	16,96	51,83%	36,72%	6,50%	1,40%	0,85%	2,71%	3,56%
out/03	26,00	51,98%	37,44%	5,80%	1,41%	0,86%	2,50%	3,36%
nov/03	20,26	50,39%	36,32%	8,18%	1,40%	0,76%	2,96%	3,72%
dez/03	12,27	47,77%	34,68%	11,67%	1,58%	0,68%	3,62%	4,30%
jan/04	17,36	42,96%	37,68%	11,82%	2,01%	0,81%	4,72%	5,53%
fev/04	17,96	42,50%	34,20%	16,09%	1,60%	0,75%	4,85%	5,60%
mar/04	25,95	53,71%	30,29%	8,17%	1,41%	0,77%	5,65%	6,42%
abr/04	21,99	50,99%	34,41%	7,46%	1,53%	0,58%	5,04%	5,82%
mai/04	24,76	54,86%	28,86%	8,42%	1,77%	0,45%	5,64%	6,09%
jun/04	23,95	54,59%	32,48%	6,21%	1,25%	0,36%	5,12%	5,48%
jul/04	21,82	55,37%	31,76%	6,65%	0,89%	0,30%	5,02%	5,32%
ago/04	19,76	57,67%	29,49%	5,98%	0,80%	0,27%	5,80%	6,06%
set/04	22,53	57,63%	29,89%	5,58%	0,76%	0,29%	5,85%	6,14%
out/04	18,18	53,48%	32,12%	7,46%	0,74%	0,24%	5,96%	6,20%
nov/04	17,47	53,97%	31,51%	6,92%	0,73%	0,18%	6,68%	6,86%
dez/04	6,65	45,52%	41,11%	6,06%	0,78%	0,11%	6,41%	6,53%
jan/05	10,21	49,89%	39,03%	4,20%	0,40%	0,08%	6,40%	6,48%
fev/05	12,27	54,54%	32,91%	4,52%	0,33%	0,07%	7,63%	7,70%
mar/05	14,72	54,17%	33,52%	3,80%	0,29%	0,03%	8,18%	8,22%
abr/05	12,85	55,94%	32,15%	2,98%	0,23%	0,04%	8,67%	8,71%
mai/05	12,87	53,50%	30,78%	4,39%	0,15%	0,02%	11,16%	11,18%
jun/05	11,51	52,74%	32,16%	3,87%	0,13%	N.D.	11,09%	11,10%
jul/05	8,72	52,40%	34,40%	3,16%	0,08%	N.D.	9,96%	9,96%
ago/05	8,60	52,06%	34,22%	2,65%	0,07%	N.D.	10,99%	10,99%
set/05	6,77	50,24%	31,80%	2,84%	0,03%	N.D.	15,09%	15,09%
out/05	5,45	51,48%	25,00%	4,02%	N.D.	N.D.	19,49%	19,49%
nov/05	3,78	46,72%	23,09%	2,87%	N.D.	N.D.	27,32%	27,32%
dez/05	2,06	47,04%	16,23%	0,47%	N.D.	N.D.	36,27%	36,27%
jan/06	0,90	33,68%	5,62%	N.D.	N.D.	N.D.	60,70%	60,70%
fev/06	0,08	29,56%	0,28%	N.D.	N.D.	N.D.	70,16%	70,16%
Total	618,05	50,34%	34,61%	7,63%	1,24%	0,66%	5,52%	6,18%

\* Pagamentos Pontuais; N.D.: Não disponível, no momento da análise, o período de tempo transcorrido após a safra em questão não era suficiente para o cálculo destes índices.

**Gráfico 10**  
**Valor Gerado pelos Empréstimos Concedidos e Percentual de Pagamentos Pontuais por Data de Geração**



**Gráfico 11**  
**Percentuais de Atraso por Data de Geração**



**Gráfico 12**  
**Percentuais de Atraso por Data de Geração**

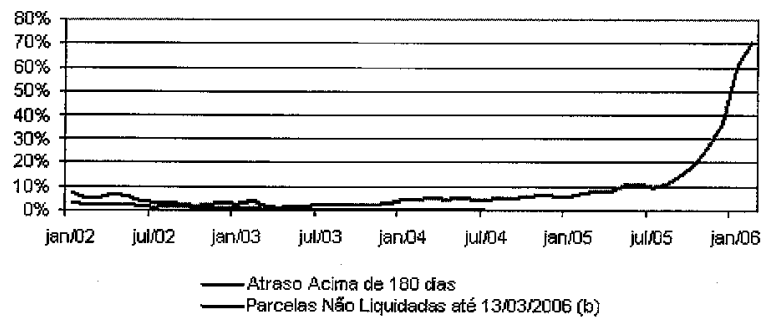
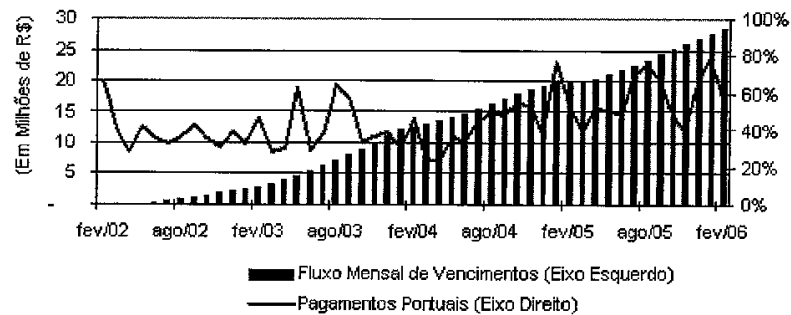


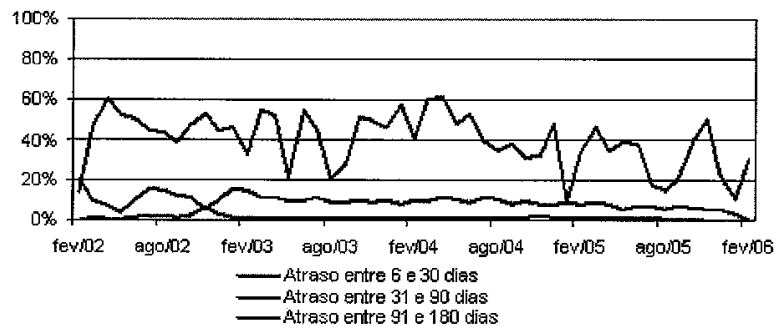
Tabela 3 - Performance por Data de Vencimento								
Mês	Fluxo Mensal de Vencimentos (Em R\$ Milhões)	Pagamentos Pontuais*	Atraso entre 6 e 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso Acima de 180 dias (a)	Parcelas Não Liquidadas até 13/03/2006 (b)	(a) + (b)
fev/02	0,01	65,85%	13,64%	20,51%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mar/02	0,09	40,42%	46,85%	9,66%	1,97%	1,03%	0,08%	1,10%
abr/02	0,21	28,77%	60,66%	7,73%	1,21%	1,08%	0,56%	1,64%
mai/02	0,35	41,53%	51,81%	3,95%	1,01%	1,00%	0,70%	1,70%
jun/02	0,55	36,06%	50,01%	9,61%	1,79%	1,67%	0,86%	2,53%
jul/02	0,77	33,31%	45,01%	16,02%	2,43%	2,11%	1,13%	3,24%
ago/02	1,13	36,42%	43,50%	14,62%	2,25%	1,96%	1,24%	3,20%
set/02	1,43	42,82%	39,08%	12,74%	2,03%	1,87%	1,45%	3,32%
out/02	1,72	35,75%	46,98%	11,60%	2,18%	1,90%	1,59%	3,49%
nov/02	2,06	30,95%	53,11%	5,40%	6,86%	1,83%	1,84%	3,67%
dez/02	2,38	39,03%	44,56%	9,63%	3,06%	1,72%	2,00%	3,72%
jan/03	2,70	32,63%	46,23%	15,44%	1,93%	1,64%	2,13%	3,77%
fev/03	3,06	46,49%	32,86%	14,76%	1,80%	1,73%	2,36%	4,09%
mar/03	3,55	28,24%	54,30%	11,55%	1,90%	1,76%	2,25%	4,01%
abr/03	4,18	30,45%	51,88%	11,67%	1,85%	1,67%	2,49%	4,15%
mai/03	4,88	62,69%	21,09%	10,25%	1,95%	1,62%	2,40%	4,02%
jun/03	5,58	29,46%	54,94%	9,92%	1,85%	1,44%	2,39%	3,83%
jul/03	6,42	38,68%	44,25%	11,60%	1,94%	1,31%	2,23%	3,54%
ago/03	7,30	64,64%	20,71%	9,39%	1,95%	1,15%	2,15%	3,30%
set/03	8,30	57,51%	28,12%	9,48%	1,81%	1,05%	2,03%	3,08%
out/03	9,24	34,23%	51,27%	10,03%	1,50%	1,03%	1,95%	2,98%
nov/03	10,13	37,04%	49,33%	9,47%	1,28%	0,97%	1,82%	2,88%
dez/03	11,30	39,66%	46,29%	9,99%	1,28%	0,95%	1,84%	2,78%
jan/04	12,25	30,33%	57,07%	8,44%	1,37%	0,98%	1,83%	2,80%
fev/04	12,62	46,07%	40,12%	9,53%	1,43%	0,95%	1,90%	2,85%
mar/04	13,04	24,78%	60,45%	10,29%	1,49%	0,99%	2,01%	3,00%
abr/04	13,73	23,31%	60,95%	11,23%	1,43%	1,03%	2,06%	3,08%
mai/04	14,30	36,70%	47,75%	10,97%	1,43%	1,02%	2,13%	3,15%
jun/04	14,85	33,70%	52,87%	8,80%	1,49%	1,11%	2,01%	3,13%
jul/04	15,57	44,81%	39,57%	11,16%	1,46%	1,08%	1,92%	3,00%
ago/04	16,25	49,61%	34,79%	11,07%	1,54%	1,15%	1,85%	2,99%
set/04	17,04	48,35%	38,38%	8,55%	1,73%	1,02%	1,96%	2,99%
out/04	17,92	54,45%	31,28%	9,56%	1,73%	1,03%	1,95%	2,99%
nov/04	18,63	53,89%	32,18%	8,21%	2,73%	0,96%	2,03%	3,00%
dez/04	19,19	38,63%	48,21%	8,56%	1,49%	1,03%	2,08%	3,11%
jan/05	19,75	76,48%	9,32%	9,40%	1,62%	0,93%	2,24%	3,17%
fev/05	19,78	52,42%	34,06%	8,57%	1,59%	0,90%	2,47%	3,37%
mar/05	20,13	39,61%	46,17%	8,98%	1,72%	0,83%	2,69%	3,52%
abr/05	20,47	52,36%	34,71%	7,91%	1,44%	0,75%	2,84%	3,59%
mai/05	21,05	50,34%	38,68%	6,04%	1,39%	0,65%	2,91%	3,55%
jun/05	21,75	49,47%	38,22%	7,34%	1,39%	0,51%	3,09%	3,59%
jul/05	22,46	69,62%	18,20%	7,12%	1,49%	0,33%	3,24%	3,57%
ago/05	23,31	74,65%	14,73%	5,83%	1,19%	0,17%	3,43%	3,60%
set/05	24,27	67,04%	21,38%	7,08%	0,91%	N.D.	3,59%	3,59%
out/05	25,14	48,84%	39,66%	6,86%	0,68%	N.D.	3,96%	3,96%
nov/05	26,02	39,29%	50,41%	5,60%	0,41%	N.D.	4,29%	4,29%
dez/05	26,70	67,29%	22,14%	5,72%	N.D.	N.D.	4,85%	4,85%
jan/06	27,51	78,42%	10,36%	3,26%	N.D.	N.D.	7,97%	7,97%
fev/06	28,30	55,89%	30,59%	0,02%	N.D.	N.D.	13,50%	13,50%
<b>Total</b>	<b>618,05</b>	<b>50,34%</b>	<b>34,61%</b>	<b>7,63%</b>	<b>1,24%</b>	<b>0,66%</b>	<b>5,52%</b>	<b>6,18%</b>

\* Pagamentos Pontuais; N.D.: Não disponível, no momento da análise, o período de tempo transcorrido após a safra em questão não era suficiente para o cálculo destes índices.

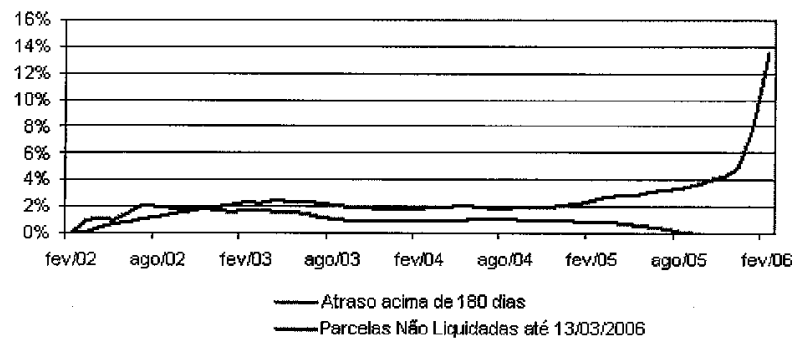
**Gráfico 13**  
**Fluxo Mensal de Vencimentos e Percentual de Pagamentos Pontuais**  
**por Data de Vencimento**



**Gráfico 14**  
**Percentuais de Atraso por Data de Vencimento**



**Gráfico 15**  
**Performance por Data de Vencimento**



Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2005 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

*The McGraw-Hill Companies*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO C**

---

Relatório da Deloitte relativo à Carteira de Direitos Creditórios do Paraná Banco



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ***Paraná Banco S.A.***

*Fundo de Investimento em Direitos  
Creditórios Resultado do Escopo Inicial*

*Junho de 2006*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ao  
Paraná Banco S.A.  
Curitiba - PR

Atenção do Sr. Cristiano Malucelli

Prezado Senhor,

Em atendimento à solicitação de V.Sas. e em conformidade com nossa carta-proposta de 29 de junho de 2006, executamos os procedimentos previamente acordados com V.Sas., constantes daquela carta-proposta e descritos no Anexo deste relatório, sobre as operações envolvendo a cessão de crédito de titularidade do Paraná Banco S.A (Paraná Banco).

A execução desses procedimentos não pode ser tomada como garantia da inexistência de erros (incorrekções não intencionais) ou irregularidades ou fraudes (incorrekções intencionais).

Pelo fato de os procedimentos acordados não se constituírem em um exame efetuado de acordo com as normas brasileiras de auditoria, não expressamos opinião sobre os dados financeiros ou outras informações contidas neste relatório.

Se tivéssemos efetuado procedimentos adicionais, outros fatos poderiam ter chegado à nossa atenção, os quais seriam reportados a V.Sas.

Nossos procedimentos foram executados com o propósito de auxiliar V.Sas. na avaliação dos procedimentos operacionais adotados pelo Paraná Banco S.A. na concessão de empréstimos aos seus clientes, da modalidade Crédito Pessoal com Consignação em Folha de Pagamento (Crédito Consignado), relativos aos órgãos públicos conveniados que poderão ter suas operações cedidas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), os quais foram definidos pela Administração do Paraná Banco. Nosso relatório não deverá ser utilizado para nenhuma outra finalidade ou distribuído para terceiros que não figurem como parte da transação.


Deloitte Touche Tohmatsu

A seguir estão detalhadas as observações resultantes da aplicação dos procedimentos previamente acordados relativos à operação envolvendo a cessão de crédito de titularidade do Paraná Banco S.A.

Teremos satisfação de discutir com V.Sas. o resultado da aplicação dos procedimentos constantes deste relatório.

Curitiba, 28 de julho de 2006

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR

  
Cosme dos Santos  
Sócio  
CRC RJ-078.160/O-8 T-PR

PARANÁ BANCO S.A.  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -  
RESULTADO DO ESCOPO INICIAL  
ÍNDICE

<b>1. SUMÁRIO EXECUTIVO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. OBJETIVO DO TRABALHO.....</b>	<b>4</b>
<b>3. ESCOPO DOS NOSSOS TRABALHOS .....</b>	<b>4</b>
<b>4. BREVE HISTÓRICO DO PARANÁ BANCO .....</b>	<b>5</b>
<b>5. PERFIL DA CARTEIRA DE RECEBÍVEIS .....</b>	<b>6</b>
5.1 Saldo devedor (valor presente) e número de contratos ativos por órgão público conveniado em 30 de junho de 2006 – em R\$.....	6
5.2 Evolução de contratos e montantes liberados – julho/2003 a junho/2006 – em R\$.....	10
5.3 Valor de recebíveis (saldo devedor) por órgão público conveniado – julho/2003 a junho/ 2006 – em R\$.....	11
5.4 Valor de recebíveis gerado por período – contratos gerados entre julho/2003 a junho/2006 – em R\$.....	15
<b>6. INDICADORES DE DESEMPENHO .....</b>	<b>18</b>
<b>7. DESCRITIVOS DO FLUXO OPERACIONAL DO PARANÁ BANCO .....</b>	<b>30</b>
7.3. Recebimento e cobrança .....	39
7.3.1. Acompanhamento dos recebimentos e conciliação com os bancos responsáveis pela cobrança .....	39
7.3.2. Processo existente para a cobrança e renegociação de crédito (administrativo e judicial).....	40
7.3.3. Assessoria de cobrança terceirizada .....	41
7.4. Reconciliação dos saldos contábeis da carteira de crédito com as bases operacionais	42
7.5. Revisão do ambiente de tecnologia da informação e sistemas aplicativos .....	44
<b>ANEXO I - FLUXOGRAMAS DAS ÁREAS .....</b>	<b>47</b>
<b>ANEXO II – CONVÊNIOS PARTICIPANTES DO FIDC .....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO III – CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE CONTRATOS.....</b>	<b>49</b>

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Paraná Banco S.A. e seus parceiros estratégicos, Banco ABC Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A. ("Grupo Estruturador") estão desenvolvendo um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, através da cessão de direitos creditórios, gerados pelo Paraná Banco. Essa carteira de recebíveis será composta essencialmente por operações de Crédito Consignado.

Nesse contexto, fomos contratados para assessorar o Grupo Estruturador, com o objetivo de obter um conhecimento mais aprofundado das características da carteira de recebíveis e do processo de concessão de crédito e cobrança do Paraná Banco.

As constatações relativas aos procedimentos previamente acordados anteriormente mencionados encontram-se apresentadas neste relatório.

## 2. OBJETIVO DO TRABALHO

Conforme nossa proposta de prestação de serviços, o objetivo dos nossos trabalhos foi o de fornecer-lhes um relatório com a descrição do fluxo operacional das contas a receber e a análise da carteira de recebíveis de créditos consignados do Paraná Banco S.A..

Dessa forma, direcionamos nossos procedimentos para a revisão e análise das informações disponibilizadas pelo Paraná Banco, executando certos procedimentos pré-acordados aprovados por V.Sas. para nos auxiliar em nossa análise.

Adicionalmente, a fim de atingir os objetivos propostos, procedemos ainda à análise e ao teste do processo de originação das operações e da aprovação de limites, bem como da efetiva liberação dos financiamentos em conformidade com a política de crédito do Paraná Banco.

Não revisamos todos os clientes que compõem a carteira de recebíveis do Paraná Banco. Nosso trabalho foi baseado em amostragens e procedimentos que foram discutidos previamente com os representantes do Grupo Estruturador e seus parceiros estratégicos nessa operação.

Nossos trabalhos foram executados no período de 10 a 22 de julho de 2006 e tomaram por base as operações geradas no período de 1º de julho de 2003 a 30 de junho de 2006 (data-base dos trabalhos de avaliação). Não estendemos nosso trabalho entre 22 de julho de 2006 e a data de emissão de nosso relatório, nem temos a obrigação de atualizar este relatório por eventos subsequentes à sua emissão.

## 3. ESCOPO DOS NOSSOS TRABALHOS

O escopo do trabalho, definido de comum acordo entre o Paraná Banco e seus parceiros estratégicos e constante da nossa carta-proposta datada de 29 de junho de 2006, consistiu na análise da base de dados que compõe a carteira de créditos originados pelo Paraná Banco para o período de 1º de julho de 2003 a 30 de junho de 2006 (data-base dos trabalhos de avaliação), como parte do processo desenvolvido por V.Sas. no tocante à:

- Descrição do fluxo operacional das operações de crédito consignado, oriundo de entidades do Setor Público, do Paraná Banco S.A..
- Verificação, com base em testes dos contratos e demais documentações relacionadas às operações selecionadas definida por V.Sas., dos seus aspectos formais (contratos assinados e registrados nos órgãos requeridos, se aplicável; formalização das garantias e seguros de crédito, se requerido; e registros dessas operações na contabilidade do Paraná Banco S.A.).
- Análise da carteira de recebíveis de créditos consignados (cobrança, recebimento, inadimplência, etc.), no período de 36 meses anteriores à data-base elegida por V.Sas., para a assunção dos créditos a serem cedidos pelo Paraná Banco S.A., de todos os clientes com saldo devedor nessa data-base, que estejam vinculados aos órgãos conveniados que terão a carteira cedida ao FIDC.

Os nossos trabalhos não representam uma auditoria das demonstrações financeiras ou seus elementos e, portanto, não expressamos opinião sobre estes. Embora nossos trabalhos tenham sido planejados para verificar as informações contidas neste relatório, identificando eventuais erros ou irregularidades, os referidos trabalhos não podem ser tomados como garantia da inexistência de tais erros ou irregularidades.

#### 4. BREVE HISTÓRICO DO PARANÁ BANCO

O Paraná Banco, braço financeiro do Grupo J. Malucelli, foi fundado em 1979 como Paraná Financeira. Após 10 anos, obteve a aprovação do Banco Central do Brasil para atuar como banco múltiplo, nas carteiras de crédito, financiamento, investimento e carteira comercial. O objeto social do Paraná Banco é a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, crédito, financiamento e investimento) e a Administração de cartões de crédito nacional e internacional, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Pioneiro no Brasil na modalidade de crédito consignado em folha de pagamento, formalizado por meio de convênios firmados com a União, Estados, Municípios, Tribunais, empresas privadas e com o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, o Paraná Banco atua em todo território nacional, contando com uma rede de seis Regionais, situadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e aproximadamente 450 Correspondentes Bancários. Atualmente mantém aproximadamente 250.000 contratos ativos, distribuídos em 380 convênios, com um crescimento constante de aproximadamente 30% ao ano na carteira.

O Paraná Banco utiliza modernas ferramentas para compor o seu funding, além da tradicional captação de recursos via Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, tais como: emissão de notes no mercado internacional; estruturação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios; e operações coordenadas, estruturadas e custodiadas por parceiros de renome internacional.



## 5. PERFIL DA CARTEIRA DE RECEBÍVEIS

Com o objetivo de se dimensionar a capacidade de geração de recebíveis do Paraná Banco, compilamos as informações por órgão conveniado e por período, entre 1º de julho de 2003 e 30 de junho de 2006.

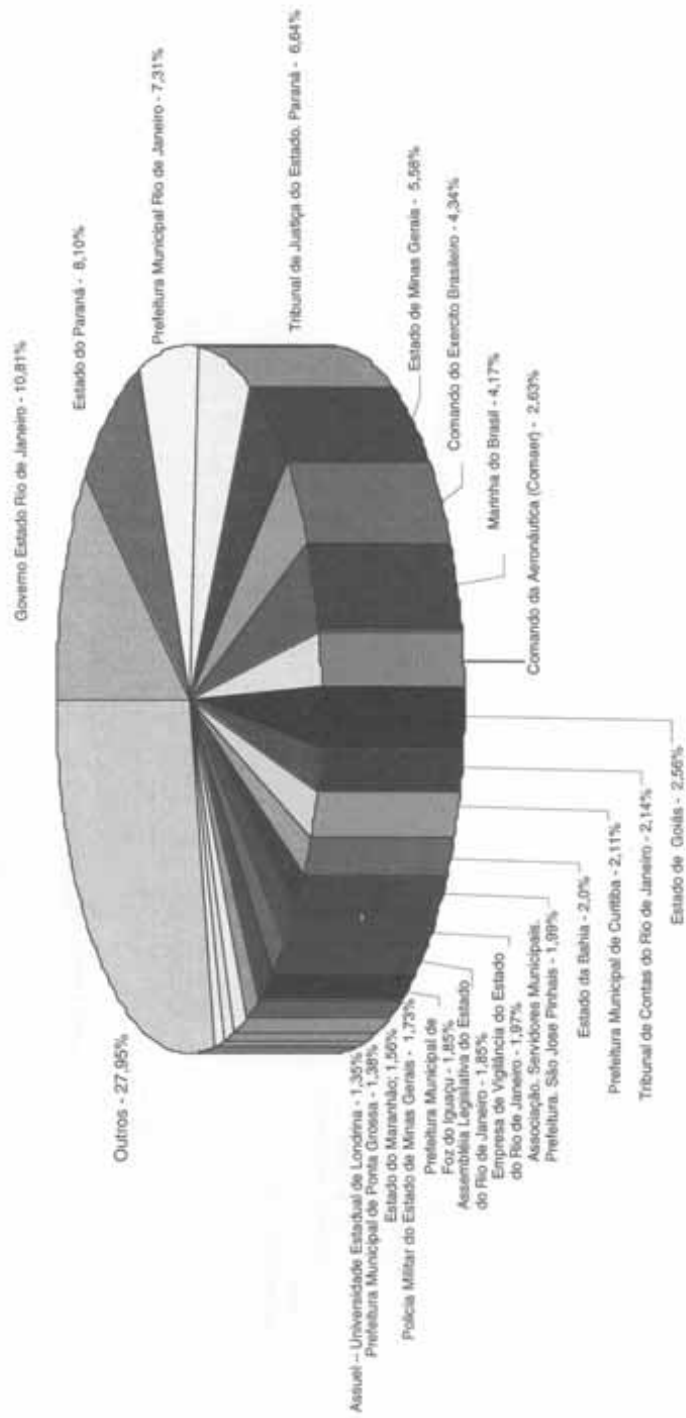
### 5.1 Saldo devedor (valor presente) e número de contratos ativos por órgão público conveniado em 30 de junho de 2006 – em R\$

Órgão público conveniado (1)	Contratos ativos em junho de 2006	Saldo em Junho de 2006	Participação (2)
Governo Estado Rio de Janeiro	18.434	31.402.877	10,81%
Estado Do Parana	17.986	23.533.162	8,10%
Prefeitura Municipal RJ	19.817	21.255.214	7,31%
Tribunal De Justica Do Est. Parana	3.347	19.297.535	6,64%
Estado De Minas Gerais	7.472	16.210.793	5,58%
Comando Do Exército Brasileiro	2.563	12.622.335	4,34%
Marinha Do Brasil	3.470	12.109.037	4,17%
Comando Da Aeronautica (Comaer)	1.554	7.633.996	2,63%
Estado De Goias	3.129	7.445.088	2,56%
Tribunal de Contas do Rio de Janeiro	854	6.223.666	2,14%
Prefeitura Municipal De Curitiba	7.752	6.136.273	2,11%
Estado Da Bahia	4.225	5.814.785	2,00%
Assoc. Serv. M. Pref. Sao Jose Pinhais	3.244	5.775.546	1,99%
Emp. De Vigilancia Do Estado Do RJ	4.331	5.730.942	1,97%
Assembleia Legislativa Do Estado RJ	416	5.370.115	1,85%
Prefeitura Municipal De Foz do Iguaçu	1.020	5.366.397	1,85%
Polícia Militar Do Est. De Minas Gerais	1.476	5.022.515	1,73%
Estado Do Maranhao	2.427	4.534.130	1,56%
Prefeitura Municipal De Ponta Grossa	2.637	3.997.677	1,38%
E.Assuel	1.635	3.919.242	1,35%
Estado Do Mato Grosso Do Sul	2.130	3.907.774	1,34%
Prefeitura Municipal De Paranaguá	2.359	3.884.999	1,34%
Astra- Assoc Dos Serv do TRT13 Paraíba	464	3.537.141	1,22%
Assoc.Da Prefeitura Munc.De Maringa	1.088	3.345.982	1,15%
Universidade Est. De Ponta Grossa	877	3.156.442	1,09%
Camara Municipal De Curitiba	323	2.966.496	1,02%
Soc. De Abast.E Saneamento Campinas	448	2.822.732	0,97%
Prefeitura Municipal De Sao Paulo	486	2.595.494	0,89%
Adm. Portos De Paranaguá E Antonina	474	2.362.037	0,81%
Tribunal De Justica Da Paraíba	317	2.308.385	0,79%
Prefeitura Municipal De Londrina	919	2.295.631	0,79%
Tribunal De Contas Do Est. Do Parana	229	2.200.196	0,76%
Prefeitura Municipal De Campo Grande	903	2.024.975	0,70%
Prefeitura Municipal De Goiania	913	1.918.624	0,66%
Estado De Santa Catarina	951	1.778.208	0,61%
Prefeitura Municipal De Matinhos	815	1.758.101	0,60%
Camara Municipal Do RJ - Ativos	201	1.669.386	0,57%
Prefeitura Municipal De Guarapuava	853	1.536.963	0,53%
Prefeitura Municipal De Patos	862	1.532.338	0,53%
Prefeitura Municipal De Joao Pessoa PB	286	1.520.867	0,52%
Prefeitura Municipal De Colombo PR	841	1.496.960	0,52%
Prefeitura Municipal De Cascavel	1.017	1.484.223	0,51%

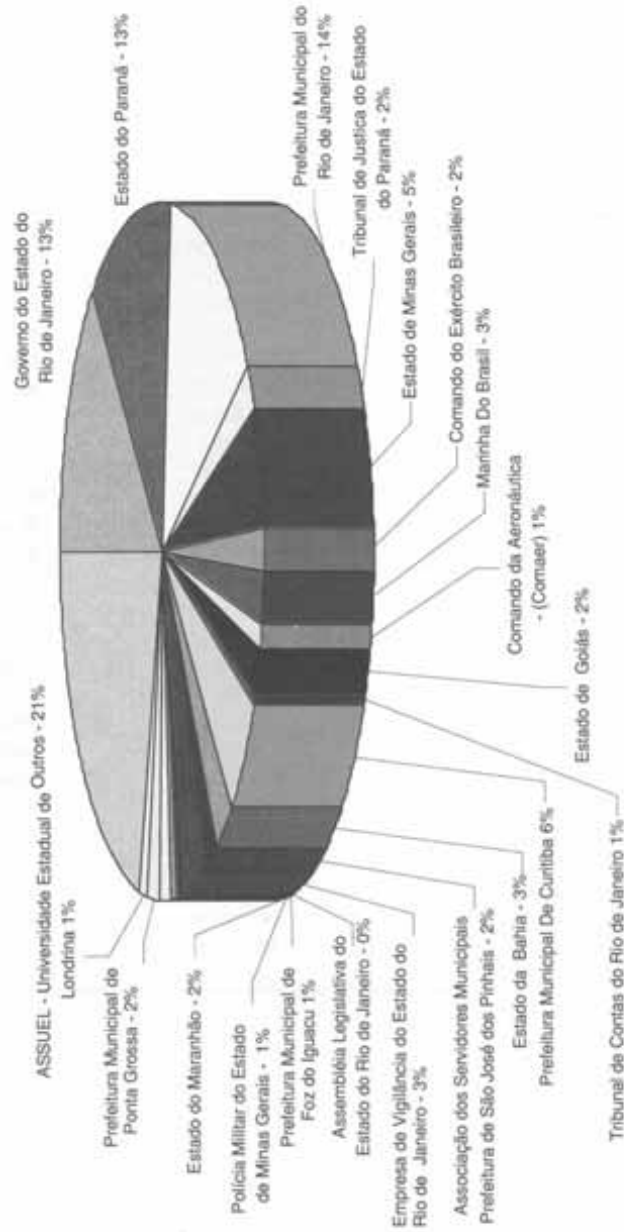
Órgão público conveniado (1)	Contratos ativos em junho de 2006	Saldo em Junho de 2006	Participação (2)
Estado Do Mato Grosso	335	1.445.895	0,50%
Camara Municipal Do RJ Inativos	182	1.386.199	0,48%
Der-Dep. De Estrada E Rodagem Da Paraiba	144	1.274.472	0,44%
Universidade De Sao Paulo	129	1.119.416	0,39%
Prefeitura Municipal De Antonina	552	1.099.110	0,38%
Prefeitura Municipal De Campinas	624	1.042.322	0,36%
Prefeitura Municipal De Londrina Saude	481	1.040.982	0,36%
Tribunal Regional Do Trabalho 12 SC	163	1.026.076	0,35%
Prefeitura Municipal De Palmeira	551	1.012.071	0,35%
Prefeitura Municipal De Itati	479	989.779	0,34%
Assoc. Dos Serv. Publ. Mun. Indaiatuba	556	983.604	0,34%
Assembleia Legislativa De Goias	279	907.350	0,31%
Assembleia Legislativa Da Paraiba	89	906.438	0,31%
Emp. Bras. De Correios E Telegrafos	493	888.832	0,31%
Prefeitura Municipal De Ararangua	566	860.609	0,30%
Prefeitura Municipal De Urai	334	849.966	0,29%
Inst. De Prev. Munic. Ribeirao Preto	228	837.045	0,29%
Prefeitura Municipal De S M Do Iguaçu	378	747.213	0,26%
Prefeitura Municipal De Colorado	304	664.567	0,23%
Prefeitura Municipal De Maringa	661	648.228	0,22%
Prefeitura Municipal De Sarandi	543	633.989	0,22%
Caapem-PI	266	633.791	0,22%
Prefeitura Municipal Nova Esperanca PR	320	630.907	0,22%
Prefeitura Municipal De Itu	386	617.731	0,21%
Inst. De Previd. Dos Servidores de MG	187	614.610	0,21%
Prefeitura Municipal De Imbituva PR	320	612.179	0,21%
Prefeitura Municipal De Piraquara PR	208	584.069	0,20%
Prefeitura Municipal Da Lapa PR	209	579.914	0,20%
Prefeitura Municipal De Porto Alegre RS	164	527.799	0,18%
Tribunal De Justica De Santa Catarina	187	526.972	0,18%
Prefeitura Municipal De Jaguaraiava	207	523.960	0,18%
Tribunal Reginal Do Trabalho - PR	74	509.148	0,18%
Prefeitura Municipal De Cambe	239	467.998	0,16%
Prefeitura Municipal De Florianopolis	369	446.538	0,15%
	137.122	290.623.341	100,00%

(1) Compilamos somente os órgãos públicos conveniados que fazem parte da proposta FIDC- Anexo II.

## Saldo devedor por órgão público conveniado – julho/2003 a junho/2006



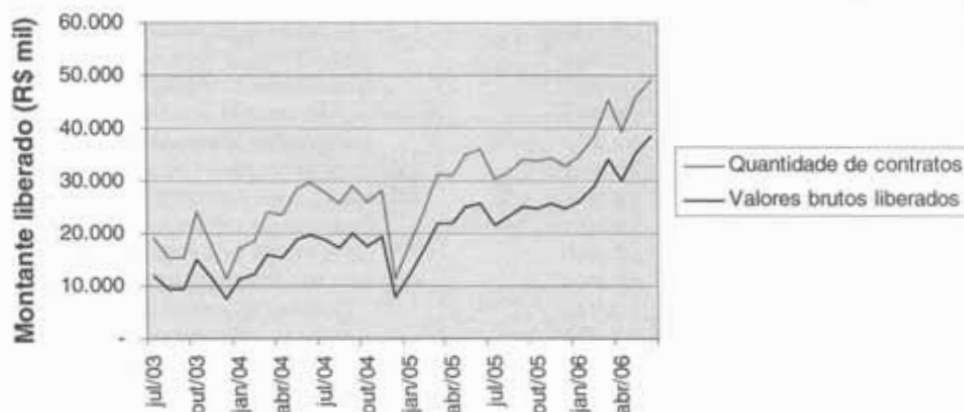
## Número de contratos ativos por órgão público conveniado - 30/06/2006



## 5.2 Evolução de contratos e montantes liberados – julho/2003 a junho/2006 – em R\$

Data base	Valores brutos liberados	Quantidade de contratos
jul/03	11.816.020	7.339
ago/03	9.455.934	5.909
set/03	9.261.720	6.118
out/03	15.136.958	8.813
nov/03	11.530.889	6.312
dez/03	7.460.863	3.892
jan/04	11.233.706	6.077
fev/04	12.092.184	6.417
mar/04	15.930.523	8.178
abr/04	15.438.434	7.996
mai/04	18.861.433	9.539
jun/04	19.668.191	10.119
jul/04	18.679.531	8.997
ago/04	17.287.778	8.236
set/04	19.879.968	9.252
out/04	17.654.683	8.428
nov/04	19.413.774	8.612
dez/04	7.669.836	3.606
jan/05	12.220.282	5.819
fev/05	16.510.594	7.266
mar/05	21.918.797	9.370
abr/05	21.987.705	9.031
mai/05	24.861.820	10.238
jun/05	25.617.065	10.179
jul/05	21.714.330	8.530
ago/05	23.072.438	8.510
set/05	24.885.755	9.193
out/05	24.648.049	8.956
nov/05	25.633.437	8.675
dez/05	24.822.423	7.978
jan/06	25.789.438	8.964
fev/06	28.626.241	9.414
mar/06	34.211.313	11.060
abr/06	30.032.537	9.323
mai/06	35.326.196	10.694
jun/06	38.346.424	10.705
	718.697.286	297.745

### Evolução de contratos e montantes liberados



O gráfico demonstra a evolução e crescimento do volume de negócios nos últimos 36 meses. O volume de crédito liberado no 1º semestre de 2006 foi 56% maior do que o 1º semestre de 2005 e 106% maior que o 1º semestre de 2004.

### 5.3 Valor de recebíveis (saldo devedor) por órgão público conveniado – julho/2003 a junho/ 2006 – em R\$

Órgão público conveniado (1)	Valor gerado	Participação (2)
ESTADO DO PARANA	300.466.003	23,07%
PREFEITURA MUNICIPAL RJ	168.015.837	12,90%
GOVERNO ESTADO RIO DE JANEIRO	109.941.756	8,44%
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA	64.762.120	4,97%
TRIBUNAL DE JUSTICA DO EST. PARANA	63.093.150	4,84%
ESTADO DE MINAS GERAIS	61.536.784	4,72%
ESTADO DE SANTA CATARINA	54.424.033	4,18%
MARINHA DO BRASIL	28.761.749	2,21%
ESTADO DE GOIAS	28.267.542	2,17%
TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO DE JANEIRO	22.939.201	1,76%
COMANDO DO EXERCITO BRASILEIRO	21.081.718	1,62%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO RJ	19.292.807	1,48%
ESTADO DA BAHIA	18.796.810	1,44%
EMP. DE VIGILANCIA DO ESTADO DO RJ	18.506.835	1,42%
ASSOC. SERV. M. PREF. SAO JOSE PINHAIS	17.603.650	1,35%
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	15.063.097	1,16%
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA	15.060.265	1,16%
COMANDO DA AERONAUTICA (COMAER)	14.799.351	1,14%
E ASSUEL	13.530.942	1,04%
ESTADO DO MARANHÃO	11.397.364	0,88%
TRIBUNAL DE CONTAS DO EST. DO PARANA	10.813.707	0,83%

Órgão público conveniado (1)	Valor gerado	Participação (2)
POLICIA MILITAR DO EST. DE MINAS GERAIS	10.646.684	0,82%
UNIVERSIDADE EST. DE PONTA GROSSA	10.234.424	0,79%
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU PR	9.976.972	0,77%
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	9.914.333	0,76%
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PAULO	9.289.399	0,71%
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUA	7.999.567	0,61%
ASTRA- ASSOC DOS SERV DO TRT13 PARAIBA	7.956.951	0,61%
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA	7.550.125	0,58%
ADM. PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA	7.320.809	0,56%
ASSOC. DA PREFEITURA MUNC.DE MARINGA	7.157.393	0,55%
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANIA	7.125.467	0,55%
CAMARA MUNICIPAL DO RJ - ATIVOS	6.892.207	0,53%
SOC. DE ABAST.E SANEAMENTO CAMPINAS	5.903.053	0,45%
TRIBUNAL DE JUSTICA DA PARAIBA	5.815.519	0,45%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIAS	5.150.145	0,40%
ESTADO DO MATO GROSSO	5.044.636	0,39%
CAMARA MUNICIPAL DO RJ INATIVOS	4.762.445	0,37%
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITU	4.596.753	0,35%
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE	4.241.595	0,33%
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	4.125.123	0,32%
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGA	4.040.496	0,31%
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA	4.025.137	0,31%
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL	3.826.061	0,29%
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA SAUDE	3.716.050	0,29%
UNIVERSIDADE EST. DO OESTE DO PR	3.504.085	0,27%
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS	3.493.862	0,27%
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 12 -SC	3.440.977	0,26%
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA PB	3.049.464	0,23%
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI	3.035.317	0,23%
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUA	2.963.001	0,23%
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS	2.924.042	0,22%
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS	2.623.472	0,20%
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA	2.586.077	0,20%
INST. DE PREV. MUNIC. RIBEIRAO PRETO	2.540.009	0,20%
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO PR	2.468.336	0,19%
TRIBUNAL DE JUSTICA DE SANTA CATARINA	2.456.847	0,19%
ASSOC. DOS SERV. PUBL.MUN.INDAIATUBA	2.303.387	0,18%
DER-DEP. DE ESTRADA E RODAGEM DA PARAIBA	2.279.266	0,18%
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA	2.093.000	0,16%
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - PR	2.056.306	0,16%
UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	2.043.583	0,16%
CAAPSM-PF	1.932.895	0,15%
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI	1.930.457	0,15%
EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS	1.914.892	0,15%
PREFEITURA MUNICIPAL DE URAI	1.908.529	0,15%
PREFEITURA MUNICIPAL DE S M DO IGUAÇU	1.852.334	0,14%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAIBA	1.728.949	0,13%
INST. DE PREVID. DOS SERVIDORES DE MG	1.336.610	0,10%
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO	1.316.188	0,10%
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA ESPERANCA PR	1.139.590	0,09%
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA PR	1.127.816	0,09%
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA PR	1.050.702	0,08%
PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA PR	1.022.562	0,08%

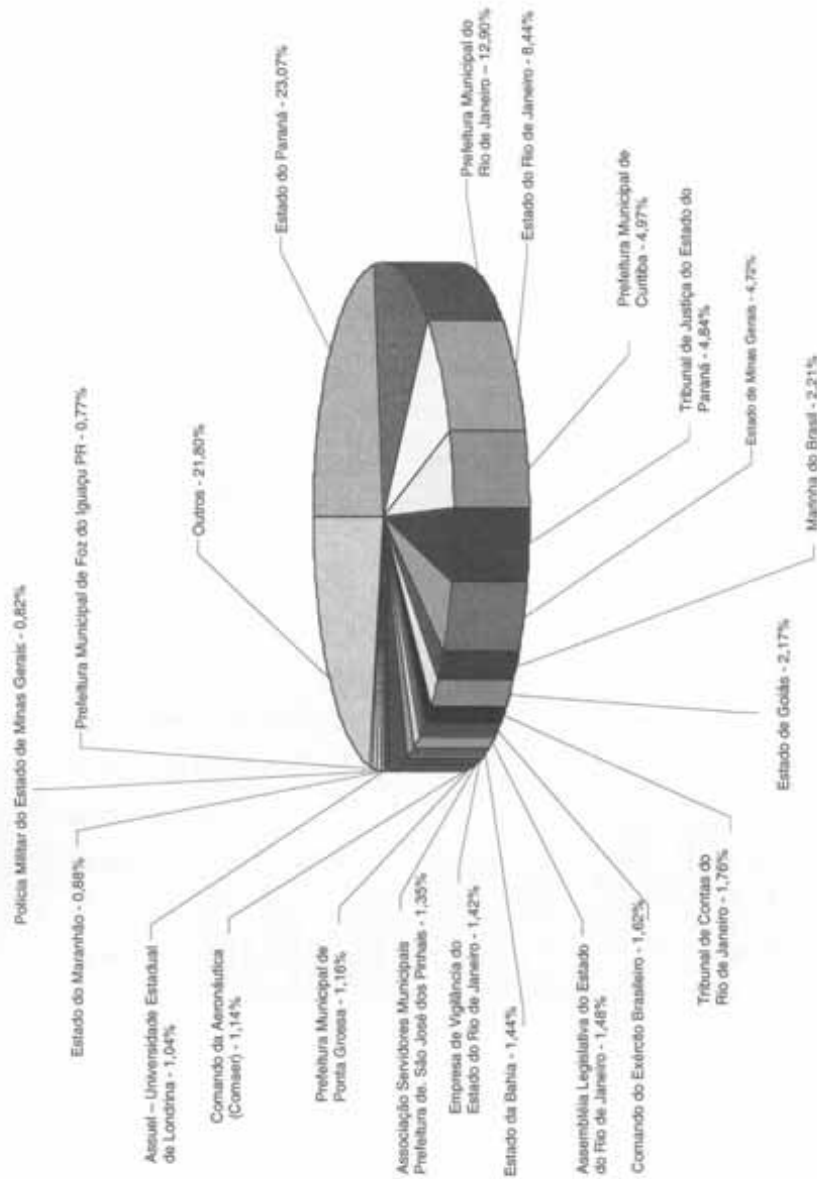
Paraná Banco S.A.

Órgão público conveniado (1)	Valor gerado	Participação (2)
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAIVA	989.451	0,08%
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE RS	899.722	0,07%
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBE	894.709	0,07%
	1.302.372.503	100,00%

(1) Compilamos somente os órgãos públicos conveniados que fazem parte da proposta FIDC- Anexo II.

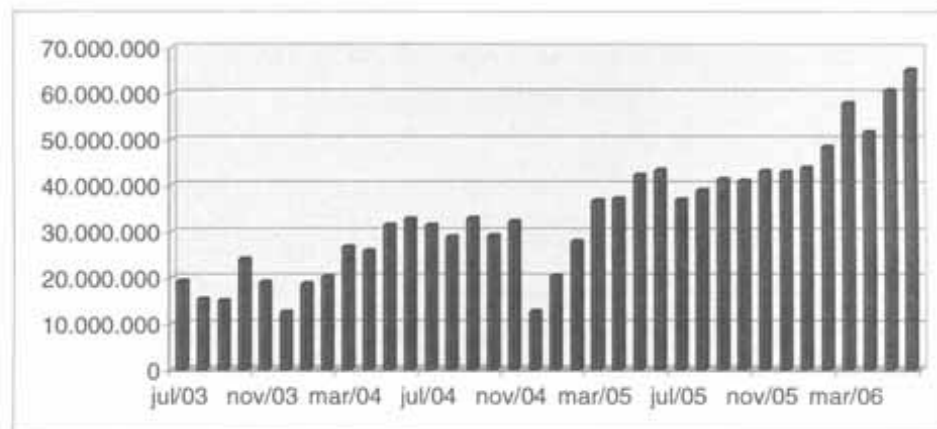


## Valores recebíveis – saldo devedor por órgão público conveniado – jul/2003 a jun/2006



**5.4 Valor de recebíveis gerado por período – contratos gerados entre julho/2003 a junho/2006 – em R\$**

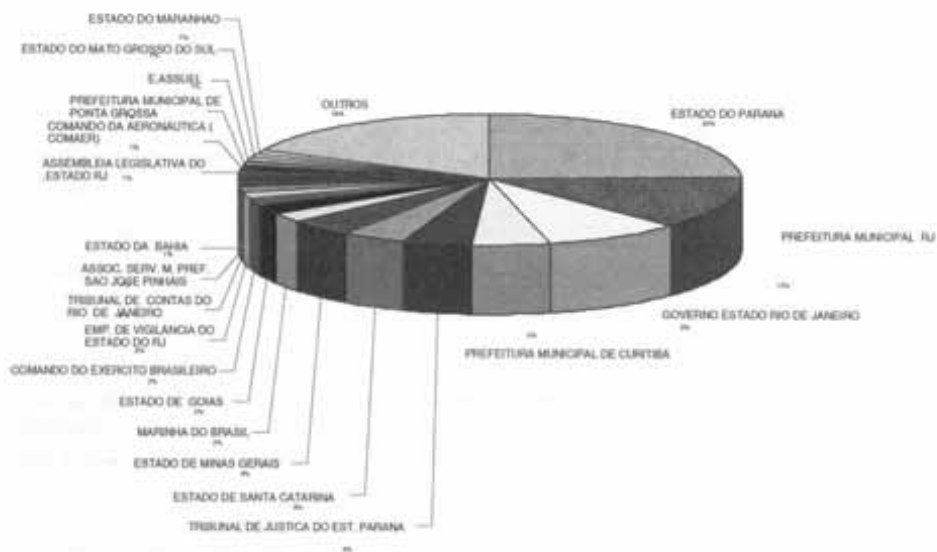
Data base	Recebíveis	Data base	Recebíveis
jul/03	19.120.708	jan/05	20.307.452
ago/03	15.250.016	fev/05	27.739.308
set/03	14.863.241	mar/05	36.513.189
out/03	23.912.754	abr/05	36.935.789
nov/03	18.843.227	mai/05	42.111.379
dez/03	12.411.471	jun/05	43.160.076
jan/04	18.489.434	jul/05	36.742.478
fev/04	20.044.926	ago/05	38.725.326
mar/04	26.527.149	set/05	41.160.383
abr/04	25.635.278	out/05	40.829.605
mai/04	31.245.210	nov/05	42.838.219
jun/04	32.586.687	dez/05	42.739.712
jul/04	31.217.099	jan/06	43.635.633
ago/04	28.667.297	fev/06	48.191.311
set/04	32.762.575	mar/06	57.780.123
out/04	28.925.819	abr/06	51.466.648
nov/04	31.975.573	mai/06	60.531.997
dez/04	12.507.284	jun/06	64.997.128
<b>TOTAL</b>			<b>1.201.391.503</b>



Na tabela abaixo, demonstramos o montante liberado, para os 20 maiores convênios, entre julho/2003 a junho/2006 – em R\$:

Órgão público conveniado	Montante liberado	Participação (%)
ESTADO DO PARANA	176.219.672	25%
TRIBUNAL DE CONTAS DO EST. DO PARANA	128.146.396	18%
PREFEITURA MUNICIPAL RJ	91.749.854	13%
GOVERNO ESTADO RIO DE JANEIRO	62.981.522	9%
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA	37.256.543	5%
TRIBUNAL DE JUSTICA DO EST. PARANA	32.043.549	4%
ESTADO DE SANTA CATARINA	29.936.525	4%
ESTADO DE MINAS GERAIS	28.695.792	4%
MARINHA DO BRASIL	16.403.564	2%
ESTADO DE GOIAS	15.489.117	2%
COMANDO DO EXERCITO BRASILEIRO	12.399.570	2%
EMP. DE VIGILANCIA DO ESTADO DO RJ	10.924.945	2%
TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO DE JANEIRO	10.857.497	2%
ASSOC. SERV. M. PREF. SAO JOSE PINHAIS	10.598.495	1%
ESTADO DA BAHIA	10.450.749	1%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO RJ	8.914.572	1%
COMANDO DA AERONAUTICA (COMAER)	7.644.212	1%
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA	7.577.206	1%
E ASSUEL	7.369.137	1%
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	6.958.861	1%
TOTAL	718.697.286	100%

### Montante liberado por órgão público- entre jul/2003 e jun/2006



## 6. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho da carteira objetivam fornecer informações sobre o perfil e o desempenho da carteira de recebíveis. Os pagamentos ocorridos no período de 1º de julho de 2003 a 30 de junho de 2006, demonstrados a seguir, apresentaram o seguinte desempenho:

<u>Faixa de pagamento</u>	<u>Valor em R\$</u>	<u>Percentual - %</u>
Parcelas a vencer	651.157.185	50%
Recebido com atraso em até 29 dias (1)	344.655.314	26%
Recebido com atraso de 30 a 89 dias	49.118.683	4%
Recebido com acima de 90 dias	10.777.387	1%
Recebido antecipadamente	184.288.750	14%
Em aberto (2)	41.642.069	3%
Recebido em dia	<u>20.733.115</u>	<u>2%</u>
Valor total	<u>1.302.372.503</u>	<u>100%</u>

(1) Conforme informado pela Administração este atraso, na maioria dos casos, ocorre porque o desconto na folha é feito numa data e tal data não coincide com o vencimento previsto no contrato e a data de repasse dos recursos pelos órgãos conveniados. Adicionalmente existe um tempo médio de quatro dias para o processamento dos recebimentos.

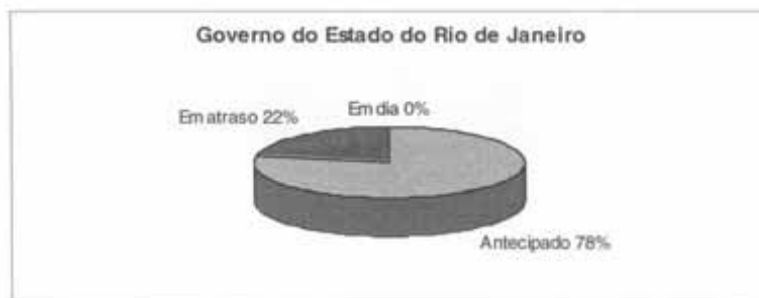
(2) Os valores em aberto referem-se a parcelas vencidas e não pagas. Não incluem os valores ainda não vencidos.

## 6.1 Desempenho dos recebíveis em R\$ - julho/2003 a junho/2006 – em R\$

<u>Data base</u>	<u>Parcelas a vencer em 30 de junho de 2006</u>	<u>Total recebido</u>	<u>Parcelas em aberto (atraso)</u>	<u>TOTAL</u>
jul/03	5.911.386	5.910.575	812	11.822.773
ago/03	5.830.583	5.829.744	839	11.661.166
set/03	6.858.043	6.856.458	1.585	13.716.086
out/03	7.346.986	7.345.127	1.859	14.693.972
nov/03	9.171.493	9.167.058	4.437	18.342.986
dez/03	11.051.970	10.920.962	131.009	22.103.941
jan/04	12.821.184	11.614.920	1.206.264	25.642.368
fev/04	9.970.699	9.368.106	602.593	19.941.398
mar/04	13.119.753	12.385.216	812.671	26.297.640
abr/04	12.250.866	11.445.200	805.666	24.501.732
mai/04	13.355.390	12.645.535	709.855	26.710.780
jun/04	13.301.613	12.571.709	729.905	26.603.227
jul/04	13.912.047	13.090.040	822.007	27.824.094
ago/04	14.498.173	13.650.674	847.499	28.996.346
set/04	15.468.492	14.576.509	891.983	30.936.984
out/04	16.183.742	15.276.567	907.175	32.367.484
nov/04	15.716.937	14.800.670	916.267	31.433.874
dez/04	21.739.189	20.833.310	905.879	43.478.378
jan/05	10.675.304	10.059.500	615.803	21.350.607
fev/05	17.331.839	16.535.984	795.855	34.663.678
mar/05	18.744.481	17.787.091	957.389	37.488.961
abr/05	18.059.815	17.187.769	872.046	36.119.630
mai/05	19.570.192	18.495.652	1.074.540	39.140.384
jun/05	20.860.491	19.576.923	1.283.568	41.720.982
jul/05	22.273.606	20.595.875	1.677.731	44.547.212
ago/05	23.424.742	21.697.940	1.726.802	46.849.484
set/05	23.841.291	22.343.619	1.497.673	47.682.583
out/05	24.434.344	22.833.912	1.600.433	48.868.689
nov/05	25.097.473	23.475.269	1.622.205	50.194.947
dez/05	33.373.870	30.746.406	2.627.464	66.747.740
jan/06	18.897.652	17.206.480	1.691.172	37.795.304
fev/06	25.738.699	23.887.268	1.851.431	51.477.398
mar/06	31.167.730	28.509.830	2.657.901	62.335.461
abr/06	29.745.369	27.607.913	2.137.455	59.490.737
mai/06	35.000.390	31.261.959	3.738.431	70.000.780
jun/06	34.411.346	31.495.485	2.915.866	68.822.697
<b>TOTAL</b>	<b>651.157.180</b>	<b>50% 609.573.253</b>	<b>47% 41.642.070</b>	<b>3% 1.302.372.503</b>

## 6.2 Desempenho dos recebíveis – 20 maiores órgão públicos conveniados

Governo do Estado do Rio de Janeiro	
Recebido antecipado	39.361.210,60
Recebido em atraso	11.084.259,76
Recebido em dia	3.709,11



Estado do Paraná	
Recebido antecipado	32.985.260,98
Recebido em atraso	128.666.843,90
Recebido em dia	183.872,20



Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	
Recebido antecipado	19.381.538,62
Recebido em atraso	64.099.114,34
Recebido em dia	11.002.408,94



Tribunal de Justiça do Paraná	
Recebido antecipado	22.388.315,19
Recebido em atraso	9.487.341,85
Recebido em dia	2.772.111,44



Estado de Minas Gerais	
Recebido antecipado	15.287.097,37
Recebido em atraso	18.871.601,10
Recebido em dia	1.971.623,70



Comando do Exército Brasileiro	
Recebido antecipado	2.180.344,77
Recebido em atraso	243.792,67
Recebido em dia	435,33





<b>Marinha do Brasil</b>	
Recebido antecipado	4.285.911,76
Recebido em atraso	4.593.580,04
Recebido em dia	723.548,77



<b>Comando da Aeronáutica (Comaer)</b>	
Recebido antecipado	1.149.449,51
Recebido em atraso	818.560,18



<b>Estado de Goiás</b>	
Recebido antecipado	11.067.456,01
Recebido em atraso	7.657.052,95
Recebido em dia	2.654,98



Tribunal de Contas do Paraná	
Recebido antecipado	4.135.272,67
Recebido em atraso	4.295.611,71



Prefeitura Municipal de Curitiba	
Recebido antecipado	2.933.013,73
Recebido em atraso	39.203.059,29
Recebido em dia	1.220,87



Estado da Bahia	
Recebido antecipado	1.779.385,23
Recebido em atraso	7.471.030,72
Recebido em dia	673.693,33



Associação dos Funcionários da Prefeitura de São José dos Pinhais	
Recebido antecipado	1.612.316,03
Recebido em atraso	8.582.651,13
Recebido em dia	601,38



Empresa Municipal de Vigilância do Rio de Janeiro	
Recebido antecipado	4.549.503,47
Recebido em atraso	4.005.408,76
Recebido em dia	1.875.368,62



Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro	
Recebido antecipado	3.666.243,18
Recebido em atraso	7.719.734,42



Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	
Recebido antecipado	739.737,88
Recebido em atraso	1.322.544,05



Polícia Militar de Minas Gerais	
Recebido antecipado	1.877.624,37
Recebido em atraso	271.220,37



Estado do Maranhão	
Recebido antecipado	1.226.664,06
Recebido em atraso	3.223.764,48



Prefeitura Municipal de Ponta Grossa	
Recebido antecipado	1.449.181,97
Recebido em atraso	8.343.491,30
Recebido em dia	771,30



ASSUEL - Universidade Estadual de Londrina	
Recebido antecipado	2.112.880,08
Recebido em atraso	6.000.736,50
Recebido em dia	2.442,26



## 6.3 Recebimentos de cliente por faixa de vencimento

## RECEBIMENTOS DE CLIENTES POR FAIXA DE VENCIMENTO

Data base	Total recebido	Recebido antecipado										Recebido em atraso				
		entre 10 e 119 dias	entre 120 e 179 dias	entre 180 e 239 dias	entre 240 e 299 dias	entre 300 e 359 dias	entre 360 e 419 dias	entre 420 e 479 dias	entre 480 e 539 dias	entre 540 e 599 dias	entre 600 e 659 dias	entre 660 e 719 dias	entre 720 e 779 dias	entre 780 e 839 dias	entre 840 e 899 dias	entre 900 e 959 dias
Jun/2003	5.910.574	14.717	11.496	1.033	4.132	3.445	550.941	4.691.229	541.331,96	35.726,25	34.548,93	21.308,70				
ago/2003	5.829.743	351	10.364	2.426	4.513	4.233	370.228	4.606.883	735.940,02	40.425,99	32.376,56	22.000,05				
set/2003	6.856.457	104	26.536	8.043	14.131	14.765	595.156	5.442.992	643.084,75	42.975,30	39.436,35	29.227,93				
out/2003	7.345.126	38.184	28.175	5.752	10.782	11.413	209.188	6.465.094	452.434,51	55.691,35	42.049,49	26.409,52				
nov/2003	9.167.056	374.434	56.291	18.165	30.285	29.612	954.773	6.555.831	999.239,72	59.809,95	53.340,04	35.271,86				
dez/2003	10.920.961	541.763	250.066	63.410	107.237	117.161	1.758.764	7.032.603	873.672,83	69.728,37	61.280,03	45.234,52				
jan/2004	11.614.919	3.785	654.304	184.829	276.916	686.015	1.402.505	8.603.521	1.381.029,53	55.382,20	57.448,55	49.289,92				
fev/2004	9.368.105	50.862	696.799	154.102	264.226	344.195	270.678	8.616.738	894.821,48	38.226,01	41.499,74	45.935,15				
mar/2004	12.365.216	35.823	990.289	223.727	367.820	467.236	188.027	8.769.866	1.170.511,04	52.922,69	58.524,92	60.463,77				
abr/2004	11.445.199	13.191	866.972	191.107	315.803	451.144	232.929	8.799.248	1.062.527,50	74.188,62	65.225,16	71.862,23				
mai/2004	12.645.534	1.980	781.772	165.202	283.126	404.963	282.381	8.797.919,79	69.180,79	70.524,08	69.254,31	74.853,90				
jun/2004	12.571.708	11.157	757.313	180.746	268.625	373.218	1.028.367	8.297.205	1.438.765,68	88.340,14	73.095,23	64.883,31				
jul/2004	13.090.039	1.557.139	880.788	176.232	300.760	430.334	603.468	7.474.340	1.442.601,63	90.186,26	69.323,18	67.352,99				
ago/2004	13.650.673	129.582	822.087	160.479	255.636	377.225	1.284.651	6.726.621	1.657.904,56	82.077,94	77.056,35	86.993,59				
set/2004	14.576.509	1.987.517	955.772	181.596	283.900	419.026	1.230.113	7.600.602	1.705.618,92	83.500,73	71.866,15	70.471,34				
out/2004	15.276.567	2.394.530	911.313	211.406	355.595	584.409	1.530.942	7.528.080	1.509.946,37	83.374,67	78.060,24	64.883,31				
nov/2004	14.800.669	41.033	897.397	186.489	289.130	417.787	1.701.104	9.614.923	1.409.946,37	89.787,74	108.007,69	116.433,10				
dez/2004	20.833.309	606.705	575.025	102.450	163.682	369.561	6.590.686	10.674.475	1.413.628,75	114.653,26	86.539,50	72.294,33				
jan/2005	10.059.500	56.805	699.530	129.080	212.173	301.803	1.649.004	5.328.048	1.443.419,29	81.501,24	150.046,36	120.246,94				
fev/2005	16.535.984	281.663	797.675	143.983	239.848	334.531	2.995.681	9.642.070	1.545.668,54	284.438,39	132.991,80	126.452,22				
mar/2005	17.787.091	314.988	1.127.670	214.549	343.851	498.013	2.077.425	10.971.582	1.860.687,21	116.876,02	127.573,34	122.330,33				
abr/2005	17.187.768	68.991	1.077.604	175.435	295.181	428.895	1.282.555	11.755.010	1.739.173,49	114.016,67	125.524,82	141.811,46				
mai/2005	18.495.851	19.544	1.335.378	202.130	346.669	450.537	2.650.794	11.560.751	1.552.994,45	119.515,42	121.934,89	164.919,95				
jun/2005	19.576.922	80.491	1.784.515	250.218	420.987	560.368	4.628.758	9.900.053	1.511.611,46	153.062,36	138.391,12	167.044,06				
jul/2005	20.595.875	728.168	2.241.412	359.824	457.624	598.190	2.500.860	12.003.097	1.385.484,88	115.756,37	101.814,52	137.847,13				
ago/2005	21.697.939	3.310.806	2.314.344	500.909	505.149	640.636	3.476.186	10.223.139	1.431.598,29	114.403,85	137.296,35	174.423,72				
set/2005	22.343.618	573.580	2.366.027	284.427	536.043	638.585	5.864.081	13.672.801	1.878.000,62	123.550,81	144.183,14	163.453,14				
out/2005	22.833.911	670.694	2.094.549	267.044	522.682	590.736	2.706.234	13.077.801	1.878.000,62	89.547,30	138.437,31	190.506,31				
nov/2005	23.475.268	2.688	2.600.341	350.680	600.902	711.438	3.647.856	13.617.385	1.519.863,12	105.961,00	140.803,62	167.118,93				
dez/2005	30.746.405	208.615	2.572.403	321.324	580.335	723.557	12.419.569	12.059.022	1.427.694,89							

© 2006 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

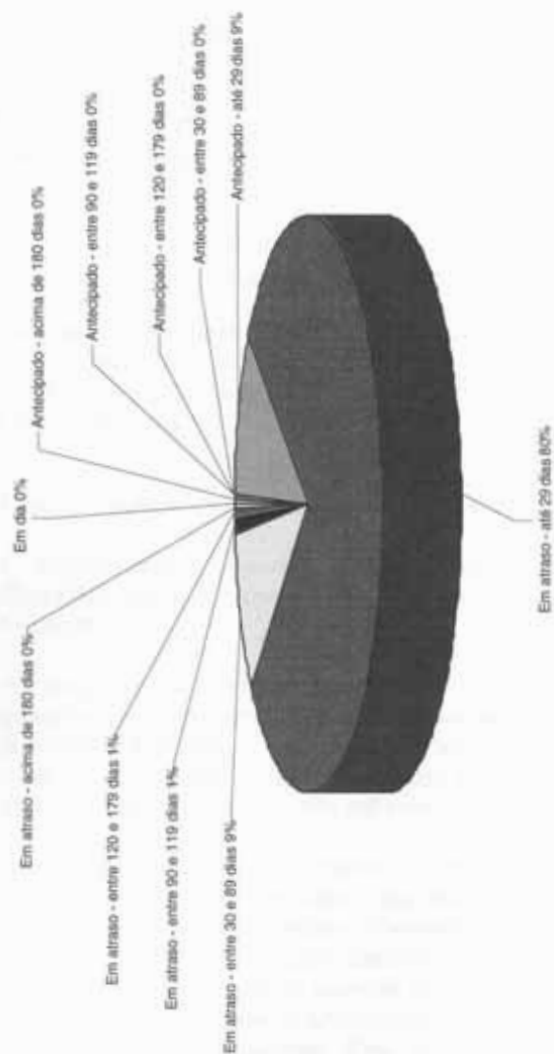
Paraná Banco S.A.

RECEBIMENTOS DE CLIENTES POR FAIXA DE VENCIMENTO

Recebido antecipado Recebido em atraso

Data base	Total recebido	Recebido em dia	acima de 180 dias	entre 90 e 119 dias	entre 120 e 179 dias	entre 30 e 89 dias	até 29 dias	até 29 dias	30 e 89 dias	90 a 119 dias	120 e 179 dias	acima de 180 dias
jan/2006	17.206.480	52.389	2.368.040	337.048	590.451	661.887	3.289.026	8.386.051	1.202.129	87.231	97.068	145.128
fev/2006	23.887.268	3.126.258	2.973.234	374.248	725.676	733.112	2.545.434	11.859.539	1.188.193	91.776	106.540	183.254
mar/2006	26.509.829	42.838	3.366.813	433.882	771.184	867.275	4.413.119	15.992.807	2.125.145	110.770	149.099	208.891
abr/2006	27.607.913	959.062	3.366.154	359.448	700.068	748.092	3.040.300	16.289.855	1.704.127	106.592	128.270	205.940
mai/2006	31.261.959	1.167.618	4.827.909	502.808	966.101	1.011.680	4.408.598	16.215.870	1.669.415	124.019	143.205	224.731
jun/2006	31.495.484	1.253.983	5.246.197	569.475	1.038.484	1.088.467	8.378.778	11.828.698	1.619.269	142.501	107.528	222.289
Total	609.573.249	20.733.115	53.325.071	7.654.322	13.446.794	17.093.368	92.769.194	344.655.313	49.118.062	3.414.839	3.411.578	3.950.969

## Recebimentos de clientes por faixa de vencimento



- Em dia
- Antecipado - acima de 180 dias
- Antecipado - entre 90 e 119 dias
- Antecipado - entre 120 e 179 dias
- Antecipado - entre 30 e 89 dias
- Antecipado - até 29 dias
- Em atraso - até 29 dias
- Em atraso - entre 30 e 89 dias
- Em atraso - entre 90 e 119 dias
- Em atraso - entre 120 e 179 dias
- Em atraso - acima de 180 dias



## 7. DESCRITIVOS DO FLUXO OPERACIONAL DO PARANÁ BANCO

O entendimento dos fluxos operacionais do Paraná Banco ajuda na compreensão dos saldos a receber. Assim, apuramos os procedimentos utilizados nos departamentos que estão relacionados com a formação desses saldos.

Os seguintes principais procedimentos pré-acordados foram parte do escopo de nossos trabalhos em relação aos procedimentos de descrição do Fluxo Operacional e testes por amostragem da sua aderência:

- Entendimento, documentação e testes dos controles internos relacionados a: a) credenciamento e cadastramento de convênios; b) análise e concessão de crédito, aprovação e atribuição de limites de operação; c) recebimento e cobrança e; d) reconciliação dos saldos contábeis da carteira de crédito com as bases extraídas do aplicativo de crédito.
- Entendimento e testes do Ambiente de Tecnologia da Informação - atividades de controle empregadas no ambiente de produção que suporta o processamento dos sistemas.
- Entendimento e testes dos Sistemas Aplicativos – revisão dos controles empregados no processamento dos principais sistemas envolvidos.

Os levantamentos dos procedimentos foram realizados através de entrevistas com os gerentes e funcionários dos Departamentos Comercial, Financeiro, Faturamento e Contábil. Todos os nossos testes de controles foram realizados através de amostragens e entrevistas na matriz do Paraná Banco em Curitiba – PR.

### 7.1 Credenciamento e cadastramento de convênios

O Departamento Comercial, através das Regionais e Correspondentes Bancários Bancários, entra em contato com órgãos públicos para ofertar o produto Crédito Consignado.

As Regionais ou Correspondentes Bancários Bancários encaminham os dados do potencial convênio para a Área de Credenciamento de Convênios e Correspondentes Bancários Bancários. A Área de Crédito e Cadastro examina e analisa os dados, verificando a situação cadastral do órgão público junto ao SPC, SERASA e Receita Federal, obtendo também outras informações necessárias, conforme cada caso.

Cada processo de potencial convênio é encaminhado para análise dos membros da Reunião Semanal de Empréstimo, que analisa gerencialmente as situações cadastrais levantadas pela Área de Crédito e Cadastro, os riscos do negócio, volume de negócios a serem gerados e condições contratuais que podem ser oferecidas para o órgão público. Em muitos casos as taxas de juros mínimas e máximas e outras condições do Crédito Consignado são definidas pelo próprio órgão público, não sendo possível negociação destas condições. Caso não seja definido pelo órgão, as condições contratuais são definidas pelos membros da Reunião Semanal de Empréstimo em conjunto com o Departamento Comercial.

Sendo aprovado na Reunião Semanal de Empréstimo e pelo Departamento Jurídico & Compliance, o processo é encaminhado ao Comitê Sênior que se reúne semanalmente para análise e aprovação individual dos processos. Os processos aprovados são encaminhados para a Área de Credenciamento de Convênios e Correspondentes Bancários Bancários que aciona as Regionais ou os Correspondentes Bancários Bancários para recolhimento das documentações necessárias e início do processo de formalização do contrato de prestação de serviço com o órgão público. Na maioria dos casos, deve ser expedida legislação específica como decreto, lei, resolução, instrução normativa, portaria ou ofício, de acordo com a legislação interna do órgão e regulamentação aplicável.

A Área de Credenciamento de Convênios e Correspondentes Bancários é responsável pela solicitação de parametrização no sistema das condições contratuais e pela solicitação de código nos sistemas Função e Autbank para a área de Crédito Pessoal e Financiamento – Logística. Depois de cadastrados os termos com o órgão público conveniado é efetuada uma verificação no sistema de acordo com os termos firmados, como taxas de juros mínimas e máximas, prazos e limites de consignação pela Área de Credenciamento de Convênios e Correspondentes Bancários, que aprova a liberação de cadastro de operações de crédito para aquele convênio.

#### **Testes realizados e seus resultados**

Através de amostragens selecionadas aleatoriamente, efetuamos os seguintes procedimentos, alcançando os respectivos resultados:

- a) Verificação da existência dos contratos ou legislação específica celebrados entre o Paraná Banco e o órgão público conveniado

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.

- b) Verificação da vigência dos contratos ou legislação específica celebrados entre o Paraná Banco e o órgão público conveniado;

Dos 25 contratos selecionados, identificamos 1 convênio com a vigência vencida:

- Estado do Mato Grosso do Sul.

Fomos informados pela Administração do Paraná Banco que o referido convênio estava em fase de renovação na data de emissão deste relatório.

- c) Verificação se as condições contratuais de cada contrato selecionado estão de acordo com as condições firmadas com os órgãos públicos conveniados ao qual pertencem;

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.

- d) Simulação de cadastro de operações de crédito no sistema Função fora das condições contratuais do órgão público conveniado, parametrizadas no sistema.

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.

## 7.2 Análise e concessão de crédito, aprovação e atribuição de limites de operação

O processo de crédito é iniciado quando o cliente, munido de documentos e/ou informações específicas, requisita um empréstimo em um dos agentes credenciados (Regionais ou Correspondentes Bancários) do Paraná Banco. Os Correspondentes Bancários consultam os respectivos Departamentos de Recursos Humanos dos órgãos públicos conveniados ou, quando for existente, o sistema eletrônico do órgão público conveniado via internet, para confirmar os dados fornecidos e a existência de margem consignável.

O sistema utilizado pelas Regionais e Correspondentes Bancários é o Função (módulo WEB), um aplicativo executado via Internet que permite o cadastro das solicitações das propostas e suas consultas em tempo real. Todos os dados incluídos ou alterados são direcionados a um único banco de dados localizado na Matriz. Efetuado o cadastro no sistema Função (módulo WEB), define-se o valor, o plano, a carência e a forma de pagamento do crédito a realizar. Para os convênios da cidade de Curitiba ou de cidades em que o Correspondentes Bancários não possui o sistema Função (módulo WEB) disponível, a documentação é encaminhada para o setor de digitação, que insere a proposta no sistema Função. O sistema está parametrizado para que no ato da digitação não seja permitido cadastro de taxas e prazos que não atendam aos termos do convênio. Depois de cadastrada a proposta no sistema não há possibilidade de alteração de seus dados. Somente a Área de Crédito e Cadastro possui permissão no sistema para alterar dados da proposta, restrito apenas aos dados pessoais.

Após o cadastro inicial, a proposta estará automaticamente disponível aos analistas de crédito na Matriz. Todas as solicitações são direcionadas à Matriz, pois não há analistas de crédito alocados nos agentes credenciados.

Toda documentação é recolhida pelo Correspondentes Bancários e encaminhada à área de Área de Crédito e Cadastro na Matriz. A documentação do cliente é recebida e conferida e no caso da falta de algum documento o funcionário responsável pela conferência entra em contato com o Correspondentes Bancários para que seja regularizada a documentação. Há exceção para os clientes que já tiveram outras operações com o Paraná Banco e possuem cadastro no sistema, nesse caso, o Correspondentes Bancários efetua a atualização do cadastro. A solicitação de atualização cadastral pode partir automaticamente do sistema Função, no caso de dados desatualizados há mais tempo que o permitido pelo sistema, ficando a liberação do crédito pendente até a atualização dos dados.

A documentação necessária para obtenção de crédito consignado é a listada abaixo, podendo mudar dependendo do valor a ser liberado.

- Contrato de Empréstimo;
- Cadastro de Pessoa Física – Convênios;
- SCAF - Solicitação de Certidão de Reserva em Margem Consignável e Autorização para Desconto em Folha – observar exigências de cada órgão público conveniado quanto ao reconhecimento de firma;
- CRMC – Certidão de Reserva de Margem Consignável, em duas vias (original e fotocópia);

- Recibo;
- Duas fotocópias dos seguintes documentos:
- Contracheque;
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Comprovante de residência.
- Extrato de consignação em folha (via Internet);
- Outros documentos conforme exigências do órgão público conveniado.

Após a digitação da proposta é realizada a conferência da documentação com o os dados cadastrados no sistema Função por outro funcionário. Caso haja alguma divergência a proposta é devolvida para a Área de Crédito e Cadastro para que regularize a situação. Se houver divergência em dados pessoais, a Área de Crédito e Cadastro efetuará as alterações necessárias. No caso de divergência nos valores da proposta, como valor da parcela ou valor do empréstimo deve haver o cancelamento daquela proposta e cadastramento de uma nova.

A proposta conferida é encaminhada para o setor de aprovação de crédito. Este setor é denominado pela empresa como "Esteira". A proposta e o dossiê com as documentações do cliente são recebidos pelos funcionários da "Esteira" e é efetuada uma nova conferência da documentação e dados do sistema, antes da aprovação da operação. Neste momento, são analisadas a existência de outras operações, margem de consignação e restrições em órgãos de proteção de crédito.

Aprovada a operação, confirma-se o valor, o plano, a carência, a forma de pagamento do crédito a realizar e são feitos alguns ajustes de carência ou taxa para respeitar o valor da parcela e o valor liberado acordado com o cliente, se necessário.

O Paraná Banco possui uma política de concessão e aprovação de crédito que utiliza cerca de 80% a 95% da margem consignada definida pelo órgão público conveniado. Os limites de endividamento de cada cliente seguem o critério de margem consignada do órgão público conveniado.

A Administração julga que a operação de Crédito Consignado não necessita de exigência de garantia, na maior parte dos casos. Ao longo dos anos atuando neste mercado, a Administração verificou que a utilização de garantias, como nota promissória possui um custo muito elevado, considerando o baixo índice de inadimplência para este tipo de produto. A Administração julga que, a análise de margem consignável e limite de endividamento, proporcionam uma boa segurança para manutenção do baixo índice de inadimplência.

O processo existente para implantação e atualização dos limites de crédito do cliente é a emissão da Certidão de reserva de margem consignável - CRMC pelo próprio órgão público conveniado, juntamente com os parâmetros cadastrados no sistema Função para cada um dos órgãos públicos conveniados. De modo geral, os órgãos públicos conveniados utilizam aplicativos terceirizados de cálculo de margem consignável aprovados pelas instituições financeiras.

A CRMC é um documento que valida a margem consignável do cliente, ou seja, é através do CRMC que o órgão público conveniado autoriza o Paraná Banco a

descontar mensalmente na folha do funcionário o valor da parcela, sendo sempre revisado, evitando descontos acima da margem.

Cada convênio possui um percentual de margem consignada diferenciado, sendo analisados os casos conforme o cadastro do convênio. Além disso, os termos acordados com cada órgão público conveniado são parametrizados no sistema, como, prazos e taxas de juros mínima e máxima que poderão ser acordados na concessão de crédito. O sistema Função possui travas sistêmicas para impedir a concessão de crédito fora dos parâmetros de cada órgão conveniado.

Cada analista de crédito possui alçada própria para limite de aprovação, a qual é parametrizada no sistema Função, controlado por senhas de acesso. Os valores de alçada e seus aprovadores são:

- **Até R\$ 5.000,00**
  - **Aprovação:**  
Automática, conforme parâmetros sistematizados estabelecidos para o produto pela Diretoria, sob supervisão do Gerente Geral da área de Crédito Pessoal e Financiamentos em conjunto com o Gerente Administrativo da Agência Central e/ou com o Coordenador da área de Controle de Operações de Convênios.
  - **Documentos necessários:**  
Certidão da Margem consignável;  
Cadastro simplificado (CPF e RG, sem comprovante de residência).
- **De R\$ 5.001,00 até R\$ 25.000,00**
  - **Aprovação:**  
Gerente Geral da área de Crédito Pessoal e Financiamentos em conjunto e/ou com o Coordenador da área de Controle de Operações de Convênios, sob supervisão do Gerente Administrativo da Agência Central, conforme parâmetros sistematizados estabelecidos para o produto.
  - **Documentos necessários:**  
Certidão da Margem consignável;  
Cadastro simplificado;  
Consulta ao SERASA e SPC;  
Comprovante de residência;  
Proposta de Operação Específica.
- **Acima de R\$ 25.000,00**
  - **Aprovação:**  
Gerente da área de Crédito Pessoal e Financiamentos com Gerente Administrativo da Agência Central e/ou com o Coordenador da área de Controle de Operações de Convênios, sob supervisão da Diretoria de Operações.
  - **Documentos necessários:**  
Certidão da Margem consignável;  
Cadastro simplificado;  
Consulta ao SERASA e SPC;  
Comprovante de residência;  
Proposta de Operação Específica.

Todo o empréstimo proposto deverá ser antecipadamente autorizado pelo órgão público conveniado a que o servidor público está lotado, através de emissão da Certidão de Reserva de Margem Consignável, de acordo com os procedimentos operacionais estabelecidos em cada convênio. Periodicamente, o Paraná Banco envia um arquivo eletrônico com as operações do período, solicitando autorização da operação e a retenção da margem para a consignação. O arquivo é destinado ao órgão público conveniado ou ao órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido órgão conveniado, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Servidores Públicos. O órgão público conveniado ou órgão contratado para processamento dos pagamentos de referido órgão conveniado retorna um arquivo com as operações autorizadas, ratificando as margens.

Todas as etapas de cadastro e aprovações de crédito e margem consignável são efetuadas no sistema Função (módulo WEB). No momento em que a proposta é aprovada no módulo WEB ocorre a integração com módulo CDC, também do sistema Função. Somente a partir desta integração que o módulo CDC consolida as informações e passa computar as propostas digitadas e autorizadas no módulo WEB.

Após aprovação da operação, a documentação é encaminhada para a área de consignação. No setor de consignação os contratos são separados por convênio e é efetuada uma nova conferência para validar o processo. Os funcionários elaboram as planilhas com os termos de cada contrato, por cliente, com os valores a serem descontados em folha e o total de parcelas. Qualquer divergência encontrada é esclarecida junto ao convênio. A documentação original junto com a planilha é encaminhada para os órgãos públicos conveniados e as cópias para o arquivo do banco.

Simultaneamente é enviado um extrato do contrato (retirado do sistema) junto com o recibo (comando de pagamento) que é encaminhado para a tesouraria, que efetuará a transferência dos recursos para o cliente. Esse recibo (comando de pagamento) deve estar assinado pelo revisor da área de concessão de crédito e carimbado pelo Setor de Atendimento ao Cliente.

O contrato é impresso e é solicitada a assinatura do cliente. O contrato rege que o cliente se compromete a honrar os pagamentos conforme descrito e aceita as condições estabelecidas no "Contrato Mãe", que fica registrado em um Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Após a liberação do recurso o Correspondentes Bancários entrega ao cliente um recibo com os dados do contrato, valor liberado, CPMF, taxa de Administração e valor líquido que deve ser assinado e é arquivado junto ao movimento financeiro do dia.

O Paraná Banco transfere os recursos do empréstimo para os clientes, via de regra, por meio de Documento de Ordem de Crédito - DOC ou Transferência Eletrônica Disponível - TED para a conta corrente indicada pelo cliente. A liberação de recursos pode ser feita também por meio de ordens de pagamento através de bancos conveniados, situação em que o cliente deve se dirigir a uma agência bancária para receber em espécie a quantia mutuada, após a sua devida identificação.

No setor de indexação (arquivo) dos processos é novamente efetuada uma conferência e os contratos são arquivados por convênio e por ordem alfabética. O arquivo físico é administrado por uma empresa terceirizada.

### Testes realizados e seus resultados

Através de amostragens selecionadas aleatoriamente, efetuamos os seguintes procedimentos, alcançando os respectivos resultados:

- a) Verificação da documentação pessoal do cliente, referente à análise de crédito e garantia da operação;

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.

- b) Confronto dos dados cadastrais do cliente inseridos no sistema Função com a documentação arquivada nos dossiês;

Dos 25 contratos selecionados, identificamos 06 contratos com a renda cadastrada no sistema Função divergente do comprovante de renda do dossiê. Os desvios foram apresentados para a Administração que justificou como segue:

Nro. operação	Contra-cheque	Salário Sistema	Justificativa da Administração
800758160-9	2.006,94	20.006,94	Erro de digitação
003845741	451,99	-	Problema na migração de sistemas
998119262-9	2.050,43	1.500,00	"Input" de dados incorreto devido a necessidade de agilidade na liberação do crédito
800474855-7	797,28	1.500,00	"Input" de dados incorreto devido a necessidade de agilidade na liberação do crédito
998203113-1	1.165,46	2.500,00	"Input" de dados incorreto devido a necessidade de agilidade na liberação do crédito
800617366-3	1.251,51	1.539,09	"Input" de dados incorreto devido a necessidade de agilidade na liberação do crédito

- c) Verificação da averbação da consignação em folha de pagamento dos clientes, autorização expressa e por escrito para o desconto em folha, documentos probatórios da condição de servidor público vinculado ao respectivo órgão público conveniado;

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.

- d) Verificação da existência de margem consignável, através de autorização impressa pelo órgão público conveniado;

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.



- e) Verificação da evidência de consulta da situação dos clientes junto aos órgãos de restrição de crédito, quando aplicável;

Dos 25 contratos selecionados, identificamos 03 contratos em que a consulta era exigida, porém não há evidência formal da consulta efetuada nos dossiês documentais. Até a data de emissão deste relatório, não recebemos a documentação justificando esses desvios.

Verificamos que a principal propaganda do Paraná Banco para este tipo de produto é a ausência de consulta aos órgãos de restrição de crédito, porém apesar de a existência de restritivos no SERASA e SPC não ser fator que impeça a liberação da operação, os manuais de procedimentos internos do banco regem que operações acima de R\$ 5.000,00 devem ter consulta ao SERASA e SPC. Conforme informação da Administração esta política será alterada tendo em vista tratar-se de crédito consignado e ser uma prática de mercado.

- f) Verificação das devidas segregações de função entre os funcionários que efetuaram o cadastro do cliente, aprovação da concessão de crédito e aprovação do pagamento da operação;

Dos 25 contratos selecionados, não pudemos concluir sobre a segregação de função de cadastro e concessão de crédito em 09 contratos, devido a um problema sistêmico que copiou o último usuário para todas as outras etapas do processo, conforme informação da Administração. Alternativamente, efetuamos testes de simulação no sistema Função para segregação de usuários de cadastro, concessão de crédito e pagamento e não encontramos desvios.

- g) Verificação dos contratos de empréstimos celebrados entre o cliente e o Paraná Banco e se os mesmos estão com os campos destinados às assinaturas preenchidos e os campos de data da operação, valor do empréstimo, taxa de juros, prazo de pagamento, vencimentos das parcelas, valores das parcelas de com a operação cadastrada no sistema Função e Autbank;

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.

No contrato são apresentadas duas taxas de juros, sendo uma mensal e uma anual. Verificamos em nossa amostra de 25 operações, 16 operações em que a taxa anual informada no contrato não corresponde a taxa efetiva usada pelo sistema Função conforme segue:

Contrato	Taxa efetiva da operação	Taxa informada no contrato
998203113-1	60,5889	59,6793
998087403-7	68,1849	67,0500
800855191-6	47,3830	46,6176
800482212-1	42,5979	41,9950
800823689-8	42,0521	41,5769
998119262-9	44,0105	44,4528
800617366-3	45,6863	45,0813
800708784-7	30,4480	29,9788
998097166-8	46,4474	45,8500
998287186-6	45,9340	45,2272
998104321-0	31,2657	30,8351
998091099-7	50,8348	50,1673



Contrato	Taxa efetiva da operação	Taxa informada no contrato
800758160-9	48,8490	48,0523
800703503-6	31,3159	30,8118
800474855-7	45,9340	45,7135
800848264-1	41,1081	40,3857

Não identificamos erros nos cálculos de juros e saldo devedor dos contratos, tendo em vista que o sistema Função utiliza a taxa mensal apresentada no contrato, para o cálculo de juros. Desta forma, entendemos que o risco está na formalização dos contratos e possível questionamento pelos devedores.

- h) Confronto das condições contratuais com as tabelas vigentes na época, cadastradas no sistema Função para os órgãos públicos conveniados;

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.

- i) Verificação dos recibos da liberação do montante do empréstimo, e se os mesmos estão com os campos destinados às assinaturas do aprovador do crédito e do cliente preenchidos e com os campos de valor do empréstimo e valor líquido liberado de acordo com a operação;

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.

- j) Verificação da existência de margem consignável, através de autorização impressa pelo órgão público conveniado;

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.

- k) Levantamento de outras operações liquidadas e em aberto celebradas com os clientes selecionados e verificação da margem consignável com a soma das parcelas de todas as operações em aberto do cliente;

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.

- l) Recálculo das operações, com as condições descritas no contrato e confronto dos saldos devedores recalculados com o saldo devedor registrado no sistema Função.

Dos 25 contratos selecionados, identificamos divergências entre o saldo devedor recalculado a valor presente e o saldo devedor do sistema Função, como segue:

- 9 contratos com divergências entre 0,12% e 0,66% a menor que nosso recálculo;
- 1 contrato com divergência de 3,03% a menor que nosso recálculo.

As divergências foram apresentadas para a Administração. Até a data de emissão deste relatório a divergências não haviam sido justificadas.

### 7.3. Recebimento e cobrança

#### 7.3.1. *Acompanhamento dos recebimentos e conciliação com os bancos responsáveis pela cobrança*

O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos é viabilizado pelos órgãos públicos conveniados, sendo o valor repassado ao Paraná Banco, juntamente com relação analítica dos descontos efetuados.

Diariamente são efetuadas conciliações dos recebimentos. Os órgãos públicos conveniados ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento processam e enviam mensalmente para o Paraná Banco um arquivo, via email, contendo os valores descontados dos funcionários, referentes às parcelas dos empréstimos vencidas em cada período/mês que serão repassados para o Banco. Os funcionários responsáveis pela conciliação editam o arquivo, deixando-o com uma apresentação padrão, e salvam num formato próprio para ser importado pelo sistema Autbank. Após a importação deste arquivo é emitido um relatório de inconsistências analítico por contrato.

Na data previamente informada pelo órgão público conveniado, que, em geral, ocorre num dia do mês subsequente ao da competência da consignação em folha de pagamento, o órgão público conveniado repassa o montante dos valores descontados dos servidores públicos para uma conta bancária de titularidade do Paraná Banco.

Havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Paraná Banco questiona o respectivo órgão público conveniado ou órgão por ele contratado para processamento das consignações em folha de pagamento. Apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente.

Entre os valores não recebidos são comumente consideradas inadimplentes, as situações descritas a seguir:

- casos de óbito;
- ordem judicial que impossibilite o desconto, parcial ou integral;
- ausência de margem consignável decorrente de descontos prioritários para pagamento de pensão judicial ou redução salarial ou perda de proventos;
- exoneração ou demissão do servidor público;
- pedido de licença ou afastamento temporário pelo servidor público;

Os contratos destes casos são identificados e encaminhados para o setor "Análise Crítica", que verifica novamente o montante a receber e recebido.

### Testes realizados e seus resultados

Através de amostragens selecionadas aleatoriamente, efetuamos os seguintes procedimentos, alcançando os respectivos resultados:

- a) Confronto dos pagamentos efetuados pelos clientes, por amostragem, com os extratos bancários e conciliações da Tesouraria;

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.

- b) Verificamos por amostragem a existência de conciliação entre as parcelas recebidas e as parcelas baixadas.

Não encontramos desvios no teste efetuado.

#### 7.3.2. *Processo existente para a cobrança e renegociação de crédito (administrativo e judicial)*

O setor de cobrança trabalha com o sistema Função (módulo CDC Cobrança). Todas as etapas de cobrança são formalizadas neste sistema.

O motivo mais freqüente de atraso nas parcelas é a falta de margem consignável, normalmente devido ao funcionário ter outros descontos prioritários na folha de pagamento do mês e a margem permitida pelo órgão público conveniado para desconto com operações de crédito consignado se torna menor que a parcela contratada pelo cliente. Há órgãos públicos conveniados que repassam o valor limitado à margem e há órgãos que não repassam nenhum valor se houve falta de margem.

O procedimento adotado pelo Paraná Banco para cobrança dos inadimplentes segue algumas etapas, como descrito abaixo:

- a) A primeira etapa da cobrança é entrar em contato com o cliente para tentar negociar, nos casos de servidores ativos. Como os contratos não podem ser alterados no sistema, pode-se negociar um refinanciamento com o cliente. É de responsabilidade do recuperador formalizar e inserir o descritivo do contato com o cliente no sistema Função (módulo CDC Cobrança). Se a causa da inadimplência é óbito do cliente, busca-se cobrar diretamente do espólio;
- b) Caso o contato não seja estabelecido e em casos de demissão, exoneração, licença sem vencimentos, um boleto bancário é emitido e enviado para o endereço do cliente;
- c) Após de 10 dias da emissão do boleto de cobrança sem confirmação do pagamento por parte do cliente, é enviada uma carta com AR "convidando" o cliente a efetuar o pagamento em 5 dias úteis ou então o banco estará tomando as providências necessárias inclusive a inclusão do nome do cliente nos órgãos de restrição de crédito (SERASA e SPC);

- d) Expirado o prazo estipulado na carta, o processo de cobrança é encaminhado para empresa terceirizada de assessoria de cobrança e o cliente é incluso no SERASA e SPC;
- e) Não havendo resposta do cliente, o mesmo é incluso no SERASA e SPC e o processo de cobrança é terceirizado para uma empresa terceirizada de assessoria de cobrança (hoje o Paraná banco trabalha com quatro assessorias terceirizadas).
- f) No caso de parcelas superiores a R\$500,00 que compreendem saldos devedores acima de R\$ 8.000,00, há uma terceira notificação em que é encaminhada uma outra carta com AR (aviso de recebimento), sem o envio às assessorias terceirizadas;
- g) Não havendo retorno do cliente o processo é encaminhado ao departamento jurídico do interno.

Os funcionários do setor de cobrança são instruídos para tentar efetuar um refinanciamento com o cliente no caso de servidores ativos, e caso não seja possível encaminhar o processo para a empresa terceirizada de assessoria de cobrança.

Caso seja aceito um refinanciamento por parte do cliente, o contrato é encaminhado para o setor de cadastro que iniciará o processo de cadastramento de uma nova proposta. A liberação desta nova operação será líquida do valor que já foi quitado.

Quando o Paraná Banco consegue uma renegociação com o cliente e o mesmo já foi incluso nos órgãos de restrição do crédito, um funcionário do setor de cobrança efetua uma solicitação por email para que seja efetuada a exclusão deste cliente do SERASA e SPC. A exclusão é feita no mesmo dia em que foi solicitada. Confirmada a exclusão, a documentação é arquivada, contendo os e-mails de solicitação e confirmação da baixa e os extratos do SERASA e SPC.

### 7.3.3. *Assessoria de cobrança terceirizada*

O Paraná Banco trabalha com quatro empresas terceirizadas especializadas em operações de crédito, todas com contratos firmados e devidamente assinados. O Paraná Banco limita contratualmente as negociações com algumas condições. Todas as propostas que estiverem fora das condições definidas pelo Paraná Banco são enviadas por e-mail a um funcionário do setor de cobrança com autonomia para aprová-las ou reprová-las fazendo, neste último caso, uma contraproposta.

Diariamente as empresas terceirizadas enviam, por e-mail para o setor de cobrança, uma planilha padronizada pelo Paraná Banco contendo as negociações efetuadas no dia. Há um controle em planilha eletrônica mensurando a eficácia destas empresas.

Segundo as planilhas de controle interno, o Paraná Banco tem como meta de recuperação de crédito (cobrança) R\$1 milhão/mês ou R\$12 milhões/ano. Em junho de 2006 a meta foi ultrapassada somando um total de pouco mais de R\$6 milhões.

#### **Testes realizados e seus resultados**

Através de amostragens selecionadas aleatoriamente, efetuamos os seguintes procedimentos, alcançando os respectivos resultados:

- a) Verificamos a existência de registros de acompanhamento para todos os contratos, verificando o efetivo acompanhamento pelo setor de cobrança, dos contratos em atraso e a inexistência de procedimentos de cobrança para contratos em dia;

Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas. Todos os contratos em cobrança estavam com os acompanhamentos formalizados, conforme o regulamento interno do Paraná Banco e nenhum contrato em dia possuía procedimento de cobrança.

#### **7.4. Reconciliação dos saldos contábeis da carteira de crédito com as bases operacionais**

A Contabilidade faz uso de um sistema Autbank. A inserção de dados nesse sistema ocorre através de importação de dados do sistema Função ou lançamentos diretamente no sistema Autbank. Na importação de reconciliação dos saldos contábeis da carteira de crédito com as bases operacionais dados, a contabilização é feita automaticamente. Todos os lançamentos manuais ficam registrados no sistema, indicando que o lançamento foi manual e qual usuário que efetuou o mesmo.

As integrações entre os sistemas Função e Autbank são efetuadas através de rotinas periódicas automatizadas, a eficácia deste procedimento é monitorada pelas áreas usuárias responsáveis pela informação.

As integrações entre os sistemas envolvem principalmente as seguintes informações:

- Cadastro de clientes;
- Registro de contratos consignados; e
- Registro de crédito e cobrança de títulos.

Os sistemas contábeis e de crédito não são integrados, sendo necessária a importação dos dados referentes às operações de crédito para o sistema da Contabilidade. Devido a isso, mensalmente é feita a conciliação da carteira de operações de crédito através do confronto de relatórios de ambos os departamentos. Nessa conciliação são utilizados os relatórios de classificação de risco da carteira de créditos, provisão de créditos em liquidação duvidosa, projeção da carteira e contratos emitidos através do sistema da Contabilidade. Os relatórios de prestações recebidas, contratos emitidos no mês e tabela de classificação de risco da carteira são extraídos do sistema de crédito (Função). Fechado o saldo consolidado, os relatórios são enviados ao Banco Central do Brasil.

A classificação dos ratings é feita automaticamente pelo sistema Autbank, considerando os dias em atraso parametrizados, conforme a Resolução 2682 do Banco Central. Para as operações de Crédito Consignado não há classificação de nenhuma operação no rating AA, todas iniciam no mínimo no rating A, sendo provisionado 0,5% da operação.

O sistema efetua crítica do cliente, considerando todas as operações em aberto. O cliente é classificado pelo pior rating apurado nas suas operações ativas. As classificações e registro contábil são feitos automaticamente e depois são reconciliados com os relatórios auxiliares de operações de crédito.

Há classificação manual de rating, pelo setor de Análise de Rating, onde são analisadas todas as operações com liberação acima de R\$ 50.000,00. O setor de Análise de Rating é encarregado de revisar estas operações pelo menos uma vez a cada semestre, efetuando consulta sobre outras operações ativas do cliente e consulta em órgãos de proteção de crédito.

As classificações manuais efetuadas por este setor são normalmente efetuadas por identificação de alguma restrição de crédito do cliente. Mesmo não sendo restritivo, a restrição de crédito pode levar a uma baixa de classificação para o rating B ou C. Os critérios de redução de rating é julgamental pelos dois analistas do setor, porém alguns parâmetros básicos são seguidos, como:

- Pendência em crédito em algum órgão de restrição de crédito, com valor superior a R\$ 1.000,00, a operação é classificada como C;
- Existência de cheque sem fundo, a operação é classificada como C.

A classificação manual só é feita até o rating C, a partir deste rating o sistema efetua a classificação automática pelos dias de atraso.

#### Testes realizados e seus resultados

- a) Efetuamos teste de conciliação da base analítica de operações de crédito com os saldos contábeis, nas seguintes datas-base: junho de 2003; dezembro de 2003; junho de 2004; dezembro de 2004; junho de 2005; dezembro de 2005 e; junho de 2006;

Não encontramos divergências entre as bases extraídas do aplicativo de crédito e os saldos contábeis.

- b) Teste de classificação de rating para as 25 operações selecionadas.  
Não encontramos desvios em nenhuma das operações selecionadas.

#### **7.5. Revisão do ambiente de tecnologia da informação e sistemas aplicativos**

O Paraná Banco utiliza o sistema Função para efetuar a análise de crédito e o controle das propostas de financiamento.

Para as operações internas como contábil, financeira e cobrança o banco utiliza o sistema Autbank.

As integrações entre os sistemas Função e Autbank são efetuadas através de rotinas periódicas automatizadas, a eficácia deste procedimento é monitorada pelas áreas usuárias responsáveis pela informação.

As integrações entre os sistemas envolvem principalmente as seguintes informações:

- Cadastro de clientes;
- Registro de contratos consignados; e
- Registro de crédito e cobrança de títulos.

A Administração destes sistemas é feita pela área de Tecnologia da Informação do Paraná Banco em Curitiba, onde estão os seus servidores de aplicação.

Quando há necessidade de implementação ou manutenção dos sistemas, a demanda é submetida ao comitê de TI, composto pela diretoria e por funcionários chave do banco, que define os prazos para desenvolvimento e homologação, os responsáveis e a aplicação das deliberações do comitê.

A área de TI é responsável por administrar e manter os controles que garantem a segurança do ambiente informatizado do banco.

#### **Testes realizados e seus resultados**

- a) Selecionamos aleatoriamente dois processos de implementação e manutenção de sistemas aplicativos efetivados em 2006, avaliando:
- Formalização da solicitação de implementação e manutenção pelo usuário-chave;
  - Formalização da análise da solicitação de implementação e manutenção pela área de TI;
  - Evidência das deliberações do comitê diretor de TI;
  - Planejamento da implementação;
  - Evidência da homologação das implementações e manutenções em ambiente de testes; e
  - Aplicação da implementação em ambiente de produção.

Não foram identificados desvios para o processo de implementação e manutenção de sistemas aplicativos.

b) Avaliamos a gestão da segurança física e lógica das informações do banco considerando:

- Análise de políticas de acesso físico aos recursos de informática;
- Análise de políticas de acesso aos sistemas aplicativos;
- Pertinência da concessão de acesso lógico aos sistemas aplicativos, sendo solicitados dois formulários de concessão de acesso de funcionários admitidos em 2006 e um formulário de revogação de acesso de funcionário desligado em 2006 selecionados aleatoriamente; Adicionalmente, solicitamos a relação de funcionários desligados em junho de 2006 e a relação de funcionários com acesso ativo aos sistemas corporativos, satélites e ao domínio, confrontando as informações;
- Tempestividade do atendimento das solicitações de concessão e revogação de acesso lógico aos sistemas dos funcionários acima citados;
- Parametrização das senhas de acesso aos sistemas, considerando número mínimo de caracteres, bloqueio de senhas e prazo de expiração em concordância com as melhores práticas de segurança das informações;
- Atualização tempestiva das definições dos softwares antivírus, e monitoramento de ocorrência de contaminação das estações de trabalho;
- Inventário de softwares e gestão de aquisição de licenças;
- Análise das técnicas e ferramentas de controle para mitigar a exposição dos riscos ambientais que o sistema e os servidores estão expostos.

Não foram identificados desvios para o processo de gestão da segurança física e lógica das informações do banco.

c) Avaliamos a política e os procedimentos de backup do banco, considerando:

- Verificação de execução de backup diário dos dados;
- Existência de inventário de mídias de backup;
- Armazenamento de mídias de backup em local segregado do ambiente em que os dados são gerados; e
- Restauração de uma mídia de backup selecionada aleatoriamente.

Não foram identificados desvios para o processo de backup do banco.

4) Avaliamos 25 interfaces de dados gerados entre os dias 09 de junho e 14 de julho de 2006, entre os sistemas Função e Autbank considerando:

- Análise dos sistemas utilizados para configuração, agendamento e execução das interfaces;
- Existência de conciliação automatizada, gerando relatório de exceções;
- Análise independente do relatório de exceções dos meses de junho e julho de 2006;



- Registro e comunicação das exceções identificadas nos meses de junho e julho de 2006;
- Resolução dos problemas para mitigar a ocorrência de erros futuros.

Não foram identificados desvios para o processo de interfaces entre os sistemas aplicativos.

5) Avaliamos a parametrização dos sistemas aplicativos (Função e Autbank) em relação às políticas internas vigentes, considerando:

- Bloqueio sistêmico de operações para clientes com renda comprometida, conciliando as parcelas mensais dos créditos consignados concedidos em 2006 e o limite de crédito concedido aos clientes, calculando-se 30% sobre a renda bruta mensal do cliente referenciada na base de cadastro de clientes;
- Dados cadastrais de clientes: inválidos, duplicados ou em branco, verificados por meio de validação de CPF e análise da base de cadastro de clientes;
- Análise da base de perfis de acesso sistêmico, visando à segregação de funções de operações críticas, como:
  - Cadastro de operações de créditos consignados;
  - Aprovação da operação de crédito;
  - Efetivação de baixa de parcelas de financiamento;

Exceções identificadas:

De um total de 86.803 clientes cadastrados em 2006, identificamos:

- 4 clientes com o CPF inválido,
- 12 clientes com nome inválido,
- 6 clientes com endereço inválido.

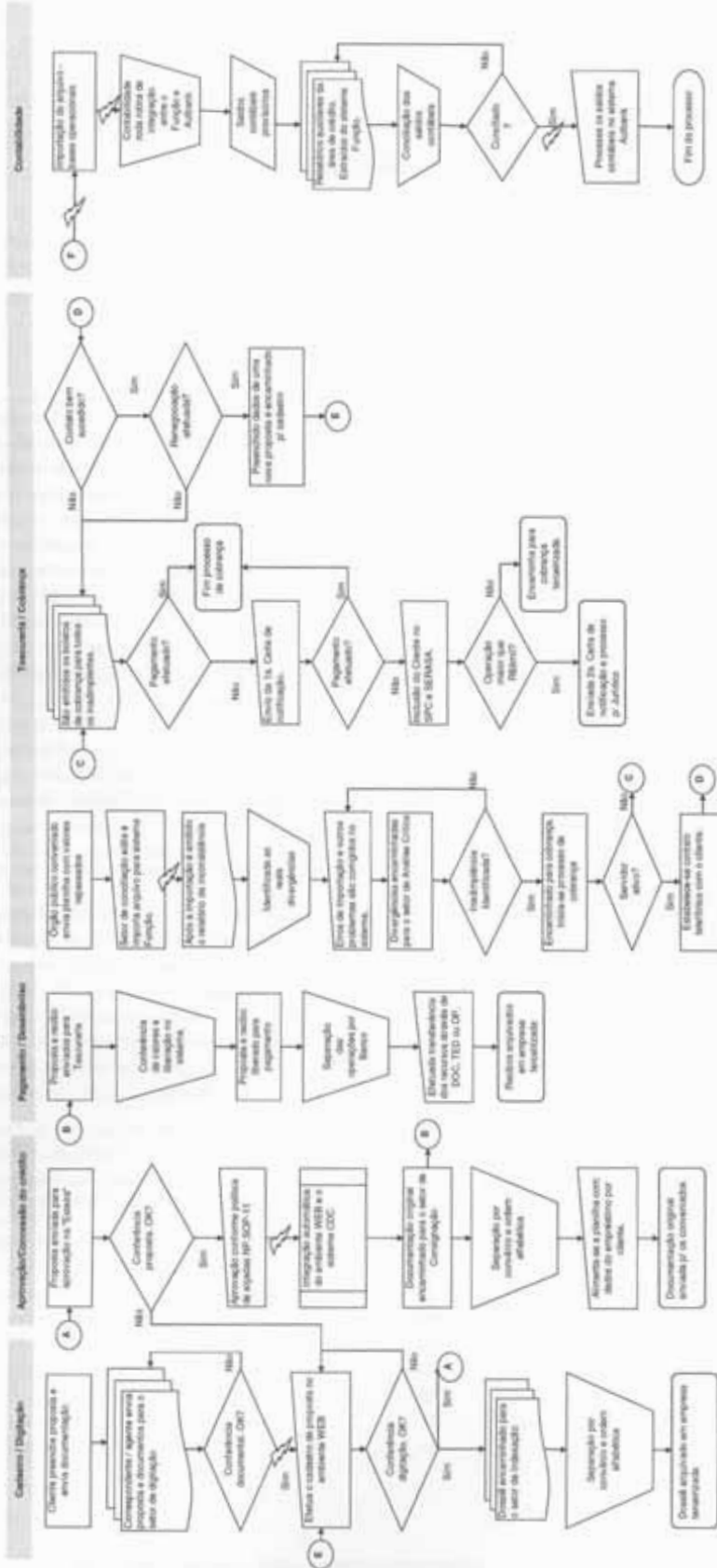
Ressaltamos que não identificamos contratos para os clientes acima. Fomos informados pela Administração que a partir do segundo semestre de 2006 serão tomadas medidas corretivas para crítica automática no "input" de dados no sistema Função.

Dos 128.843 contratos de créditos consignados de todos os órgãos públicos conveniados, emitidos no sistema Função a partir de janeiro de 2006, identificamos 79 contratos cujos valores das parcelas estavam acima de 30% da renda dos clientes, em desacordo com as políticas estabelecidas pelo banco.

Para os demais testes não foram identificados desvios.

\* \* \* \* \*

# ANEXO I - FLUXOGRAMAS DAS ÁREAS



**ANEXO II – CONVÊNIOS PARTICIPANTES DO FIDC**

A Administração em conjunto com o Grupo Estruturador, definiu os órgãos públicos conveniados listados abaixo, para cessão ao FIDC. Nossos procedimentos de verificação de aderência ao fluxo foram baseados nesta listagem para seleção de amostras e testes específicos.

Convênio	UF	Convênio	UF
Estado do Paraná	PR	Câmara Municipal do Rio de Janeiro - Ativos	RJ
Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro	RJ	Universidade Estadual de Maringá - Docente	PR
Estado de Minas Gerais	MG	Prefeitura Municipal de Maringá	PR
Prefeitura Municipal de Florianópolis	SC	Prefeitura Municipal de Indaiatuba - ASPMI	SP
ASSUEL - Universidade Estadual de Londrina	PR	Governo do Estado do Rio de Janeiro	RJ
Tribunal Regional do Trabalho - SC	SC	Prefeitura Municipal de Sarandi	PR
Prefeitura Municipal de Londrina II	PR	Estado da Bahia	BA
Prefeitura Municipal de Londrina - Saúde II	PR	Prefeitura Municipal de Campinas	SP
Estado do Mato Grosso do Sul	MS	I.P.M. Ribeirão Preto	SP
Tribunal de Contas do Rio de Janeiro	RJ	Prefeitura Municipal de Ural	PR
Prefeitura Municipal de Campo Grande	MS	Prefeitura Municipal de Antonina	PR
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	RJ	Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu	PR
Estado de Goiás	GO	Marinha do Brasil	RJ
Prefeitura Municipal de Goiânia	GO	SANASA S/A	SP
Empresa Municipal de Vigilância do Rio de Janeiro	RJ	Correios	DF
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás	GO	Tribunal de Justiça da Paraíba	PB
Tribunal de Contas do Paraná	PR	ASTRA - Associação dos Servidores TRT Paraíba	PB
Prefeitura Municipal de São Paulo	SP	Prefeitura Municipal de Palmeira	PR
Associação dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Maringá	PR	Prefeitura Municipal de Colorado	PR
Câmara Municipal do Rio de Janeiro - Inativos	RJ	Prefeitura de Matinhos	PR
Associação dos Funcionários do Porto de Paranaguá	PR	Comando da Aeronáutica	DF
Tribunal de Justiça do Paraná	PR	Prefeitura Municipal de Patos	PB
Prefeitura Municipal de Ponta Grossa	PR	Prefeitura Municipal de Sertaneja	PR
Prefeitura Municipal de Curitiba	PR	Prefeitura Municipal de Paranaguá	PR
Prefeitura Municipal de Guarapuava	PR	Prefeitura Municipal de Jaguariá	PR
Câmara Municipal de Curitiba	PR	Polícia Militar de Minas Gerais	MG
Prefeitura Municipal de Cascavel	PR	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	PR
Prefeitura Municipal de Londrina - CAAPSML	PR	Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais	MG
Prefeitura Municipal de Itati	PR	Prefeitura Municipal de Imbituva	PR
Universidade de Ponta Grossa - SINTESPO	PR	Prefeitura Municipal de João Pessoa	PB
Associação dos Funcionários da Prefeitura de São José dos Pinhais	PR	Prefeitura Municipal de Nova Esperança	PR
Estado de Santa Catarina	SC	Prefeitura Municipal de Piraquara	PR
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	SC	Prefeitura Municipal da Lapa	PR
Universidade Estadual do Centro Oeste de Cascavel	PR	Prefeitura Municipal de Colombo	PR
Tribunal Regional do Trabalho	PR	Comando do Exército Brasileiro	DF
Estado do Maranhão	MA	Assembleia Legislativa da Paraíba	PB
Prefeitura Municipal de Itu	SP	USP - Universidade de São Paulo	SP
Estado do Mato Grosso	MT	Prefeitura Municipal de Porto Alegre	RS
Universidade Estadual de Maringá - UEM	PR	Departamento de Estrada e Rodagem da Paraíba	PB
Prefeitura Municipal de Araranguá	SC		

### **ANEXO III – CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE CONTRATOS**

Selecionamos aleatoriamente 25 contratos para nossos testes de aderência, seguindo os seguintes critérios:

- Contratos que estivessem ativos em 30 de junho de 2006;
- Contratos que fossem participantes dos órgãos ativos conveniados, listados no Anexo II.

A partir deste critério, selecionamos na base analítica de operações de crédito de 30 de junho de 2006, dividindo a amostra, como segue:

- 20 contratos – 01 contrato para cada um dos 20 órgãos públicos conveniados com maiores saldos devedores na data base de 30 de junho de 2006;
- 04 contratos – contratos com parcelas em atraso na data base de 30 de junho de 2006;
- 01 contrato – contrato de funcionário desligado do órgão público conveniado.

Os 25 contratos selecionados foram os descritos a seguir:

Número do contrato	Data da operação	Nome do cliente	Órgão público conveniado
998203113-1	17/02/2005	Aliton Jose Perreira	Estado de Minas Gerais
998087403-7	05/07/2004	Alcina Maria Carvalho Cavalcante	Tribunal de Contas do Rio de Janeiro
800855191-6	20/06/2006	Carlos Roberto Vieira Rodrigues	Comando do Exército Brasileiro
800482212-1	30/09/2005	Francisco Inacio Da Silva	Estado do Paraná
800447533-4	31/08/2005	Jussidia Guimaraes Palmerim	Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro
800823689-8	02/06/2006	Marta Silva De Almeida Salvador	ASSUEL – Universidade Estadual de Londrina
800502934-6	19/10/2005	Luiz Guilherme Santana Da Costa	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
998119262-9	10/09/2004	Geralda Correa De Azevedo	Estado de Goiás
800617366-3	01/02/2006	Marcelo Rabello Soares	Empresa Municipal de Vigilância do Rio de Janeiro
800708784-7	30/03/2006	Marcos Aurelio Superchinski	Tribunal de Justiça do Paraná
998097166-8	23/07/2004	Silvana Do Rocio Foltran	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
998287186-6	26/04/2005	Dalci Dos Anjos	Prefeitura Municipal de Curitiba
998104321-0	09/08/2004	Sandra Do Carmo Oliveira Santos	Associação dos Funcionários da Prefeitura de São José dos Pinhais
800403574-0	22/07/2005	Lucilene Mendonca Aguiar	Estado do Maranhão
998091099-7	12/07/2004	Lea Lapage Coelho	Governo do Estado do Rio de Janeiro
998318406-1	19/05/2005	Marta Maria Oliveira Pinheiro	Estado Da Bahia
800592651-7	12/01/2006	Anelita Ferreira Belo	Marinha do Brasil
800482390-5	30/09/2005	Alexander De Souza Brum	Comando da Aeronáutica
800758160-9	28/04/2006	Lucielene Camargos De Carvalho	Polícia Militar de Minas Gerais
800703503-6	27/03/2006	Rosangela Pinheiro Da Silva	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
003845741	06/08/2003	Marcelo De Matos	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
800474855-7	26/09/2005	Anadir De Souza Cesar	Governo do Estado do Rio de Janeiro
998109430-4	18/06/2004	Marta Kister Ferreira Goncalves	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
800440921-8	25/08/2005	Ana Bernardina Mevrer De Lima	Prefeitura Municipal de Cascavel
800848264-1	14/06/2006	Eronilde Do Carmo Coelho	Estado do Mato Grosso do Sul

[www.deloitte.com.br](http://www.deloitte.com.br)

## **ANEXO D**

---

Demonstrações Financeiras do Paraná Banco Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em  
31 de Dezembro de 2003, 2004 e 2005 e ao Trimestre Encerrado em 31 de março de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Paraná Banco S.A.**

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2005 e 2004



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Paraná Banco S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

Ativo	2005	2004	Passivo	2005	2004
<b>Circulante</b>	<b>310.567</b>	<b>219.572</b>	<b>Circulante</b>	<b>271.966</b>	<b>181.570</b>
Disponibilidades	1.842	1.302	Depósitos	206.404	142.612
Aplicações interfinanceiras de liquidez	47.823	50.040	Depósitos à vista	1.657	2.277
Aplicações no mercado aberto	43.808	48.016	Depósitos interfinanceiros	17.817	9.909
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.015	2.024	Depósitos a prazo	186.925	130.426
Títulos e valores mobiliários	34.080	15.366	Outros depósitos	5	-
Carteira própria	14.583	15.366	Captações no mercado aberto	19.402	-
Vinculados a compromisso de recompra	19.497	-	Carteira própria	19.402	-
Relações interfinanceiras	-	2	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.141	24.036
Pagamentos e recebimentos a liquidar	-	2	Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior	16.141	24.036
Operações de crédito	224.955	150.101	Relações interfinanceiras	2	-
Operações de crédito - setor privado	237.891	160.205	Recebimentos e pagamentos a liquidar	2	-
Provisão para perdas com operações de crédito	(12.936)	(10.104)	Instrumentos financeiros e derivativos	2.848	-
Outros créditos	1.708	2.675	Outras obrigações	27.169	14.922
Receitas a receber	2	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assencilhados	71	13
Diversos	1.706	2.769	Sociais e estatutárias	6.221	2.829
Provisão para perdas com outros créditos	-	(94)	Fiscais e previdenciárias	4.502	5.200
Outros valores e bens	159	86	Diversos	16.275	6.880
Outros valores e bens	156	90	Exigível a longo prazo	137.743	96.725
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(24)	(24)	Depósitos	98.359	85.779
Despesas antecipadas	27	20	Depósitos a prazo	98.359	85.779
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>162.122</b>	<b>99.083</b>	Recursos de aceites e emissão de títulos	36.543	8.046
Títulos e valores mobiliários	70	18.717	Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior	36.543	8.046
Carteira própria	-	18.717	Outras obrigações	2.841	2.900
Instrumentos financeiros derivativos	70	-	Fiscais e previdenciárias	33	225
Operações de crédito	157.114	76.982	Diversas	2.808	2.675
Operações de crédito - setor privado	158.333	77.638	Patrimônio líquido	125.376	74.598
Provisão para perdas com operações de crédito	(1.219)	(656)	Capital social	-	-
Outros créditos	4.938	3.384	De domiciliados no País	50.000	30.000
Diversos	4.938	3.384	Aumento de capital em aprovação	-	1.800
<b>Permanente</b>	<b>62.396</b>	<b>34.238</b>	Reserva de capital	87	68
Investimentos	59.869	33.667	Reservas de lucros	75.339	42.669
Participação em controladas no País	59.614	33.431	Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	(50)	61
Outros investimentos	272	254			
Provisão para perdas	(17)	(18)			
Imobilizado de uso	2.401	445			
Imóveis de uso	1.867	-			
Outras imobilizações de uso	2.276	2.144			
Depreciação acumulada	(1.742)	(1.699)			
Diferido	126	126			
Gastos de organização e expansão	443	406			
Amortização acumulada	(317)	(280)			
<b>Total</b>	<b>535.085</b>	<b>352.893</b>	<b>Total</b>	<b>535.085</b>	<b>352.893</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Paraná Banco S.A.

## Demonstrações de resultados

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004**

*(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)*

	<b>Segundo semestre</b>	<b>Exercício</b>	
	<b>2005</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<u>76.467</u>	<u>160.240</u>	<u>98.042</u>
Operações de crédito	69.753	148.540	91.589
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.714	11.700	6.453
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<u>(36.817)</u>	<u>(65.904)</u>	<u>(42.233)</u>
Operações de captação no mercado	(29.238)	(51.606)	(33.773)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.350)	(2.779)	-
Provisão para perdas com créditos	(6.229)	(11.519)	(8.460)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	39.650	94.336	55.809
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<u>(29.374)</u>	<u>(49.869)</u>	<u>(23.540)</u>
Receitas de prestação de serviços	7.003	12.470	3.324
Despesas de pessoal	(3.297)	(5.988)	(4.515)
Outras despesas administrativas	(33.740)	(59.648)	(26.110)
Despesas tributárias	(3.969)	(8.230)	(4.566)
Resultado de participação em controladas	4.986	8.175	8.031
Outras receitas operacionais	148	4.163	2.101
Outras despesas operacionais	(505)	(811)	(1.805)
<b>Resultado operacional</b>	10.276	44.467	32.269
<b>Resultado não operacional</b>	<u>45.289</u>	<u>45.288</u>	<u>(1)</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	55.565	89.755	32.268
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<u>743</u>	<u>(9.868)</u>	<u>(6.492)</u>
Imposto de renda - corrente	571	(7.491)	(4.848)
Contribuição social - corrente	135	(2.773)	(1.777)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37	396	133
<b>Participações no lucro</b>	<u>(221)</u>	<u>(367)</u>	<u>(268)</u>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<u>56.087</u>	<u>79.520</u>	<u>25.508</u>
<b>Quantidade de ações</b>	<u>50.000.000</u>	<u>50.000.000</u>	<u>31.800.000</u>
<b>Lucro líquido por ação - em Reais</b>	<u>1,12</u>	<u>1,59</u>	<u>0,80</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	Reserva de capital							
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Atualização de títulos patrimoniais	Reservas de lucros		Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
				Legal	Estatutárias			
Saldo em 1 de julho de 2005	31.800	18.200	87	4.805	37.597	(9)	-	92.480
Homologação do aumento de capital	18.200	(18.200)	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(41)	-	(41)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	56.087	56.087
Destinações propostas pela diretoria:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	2.804	-	-	(2.804)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(16.000)	(16.000)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(7.150)	(7.150)
Reserva estatutária para pagamento de dividendos	-	-	-	-	11.533	-	(11.533)	-
Reserva estatutária para aumento de capital	-	-	-	-	18.600	-	(18.600)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2005	50.000	-	87	7.609	67.730	(50)	-	125.376
Mutações do semestre	18.200	(18.200)	-	2.804	30.133	(41)	-	32.896
Saldo em 1 de janeiro de 2005	30.000	1.800	68	3.633	39.036	61	-	74.598
Aumento de capital	-	18.200	-	-	(18.200)	-	-	-
Homologação do aumento de capital	20.000	(20.000)	-	-	-	-	-	-
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	19	-	-	-	-	19
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(111)	-	(111)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	79.520	79.520
Destinações propostas pela diretoria	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	3.976	-	-	(3.976)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(21.500)	(21.500)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(7.150)	(7.150)
Reserva estatutária para pagamento de dividendos	-	-	-	-	17.098	-	(17.098)	-
Reserva estatutária para aumento de capital	-	-	-	-	29.796	-	(29.796)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2005	50.000	-	87	7.609	67.730	(50)	-	125.376
Mutações do exercício	20.000	(1.800)	19	3.976	28.694	(111)	-	50.778
Saldo em 1 de janeiro de 2004	30.000	-	44	2.357	22.648	(41)	-	55.008
Ajustes de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-	285	285
Aumento de capital	-	1.800	-	-	-	-	-	1.800
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	24	-	-	-	-	24
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	102	-	102
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	25.508	25.508
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	1.276	-	-	(1.276)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.854)	(2.854)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(5.275)	(5.275)
Reserva estatutária para aumento de capital	-	-	-	-	16.388	-	(16.388)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2004	30.000	1.800	68	3.633	39.036	61	-	74.598
Mutações do exercício	-	1.800	24	1.276	16.388	102	-	19.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre	Exercício	
	2005	2005	2004
<b>Origens dos recursos</b>	<b>144.691</b>	<b>187.136</b>	<b>124.247</b>
<b>Lucro líquido ajustado do semestre/exercício</b>	<b>5.911</b>	<b>26.228</b>	<b>17.904</b>
Lucro líquido do semestre/exercício	56.087	79.520	25.508
Depreciações e amortizações	93	166	142
Resultado de equivalência patrimonial - operacional	(4.986)	(8.175)	(8.031)
Resultado de equivalência patrimonial - não operacional	(2.257)	(2.257)	-
Ganho de capital	(43.026)	(43.026)	-
Ajuste de períodos anteriores	-	-	285
<b>Recursos de acionistas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.800</b>
Integralização de capital	-	-	1.800
<b>Recursos de terceiros originários de</b>	<b>138.780</b>	<b>160.908</b>	<b>104.543</b>
<b>Aumento dos subgrupos do passivo</b>	<b>97.106</b>	<b>131.414</b>	<b>103.351</b>
Depósitos	62.259	76.372	67.270
Obrigações por operações compromissadas	7.278	19.402	-
Recursos de acóites e emissão de títulos	21.163	20.602	32.082
Relações interfinanceiras	-	2	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.420	2.848	-
Outras obrigações	4.986	12.188	3.999
<b>Diminuição dos subgrupos do ativo</b>	<b>14.399</b>	<b>2.219</b>	<b>1.192</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.418	2.217	3
Relações interfinanceiras	333	2	-
Outros créditos	3.648	-	1.189
<b>Alienação de bens e investimentos</b>	<b>27.275</b>	<b>27.275</b>	<b>-</b>
Participações societárias - redução de capital	16.000	16.000	-
Dividendos recebidos de controladas	11.275	11.275	-
<b>Aplicação dos recursos</b>	<b>144.232</b>	<b>186.596</b>	<b>123.354</b>
<b>Dividendos pagos antecipadamente</b>	<b>16.000</b>	<b>21.500</b>	<b>2.854</b>
<b>Juros sobre o capital próprio pagos</b>	<b>7.150</b>	<b>7.150</b>	<b>5.275</b>
<b>Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários</b>	<b>41</b>	<b>111</b>	<b>(102)</b>
<b>Inversões em</b>	<b>1.986</b>	<b>2.083</b>	<b>111</b>
Imobilizado de uso	1.986	2.083	111
<b>Aplicações no diferido</b>	<b>20</b>	<b>39</b>	<b>12</b>
<b>Aumento dos subgrupos do ativo</b>	<b>118.360</b>	<b>155.713</b>	<b>115.202</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	32.177
Títulos e valores mobiliários	2.147	67	14.718
Operações de crédito	116.145	154.986	68.290
Outros créditos	-	587	-
Outros valores e bens	68	73	17
<b>Redução dos subgrupos do passivo</b>	<b>675</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
Relações interfinanceiras	675	-	2
<b>Aumento das disponibilidades</b>	<b>459</b>	<b>540</b>	<b>893</b>
<b>Modificações na posição financeira</b>			
Início do semestre/exercício	1.383	1.302	409
Fim do semestre/exercício	1.842	1.842	1.302
<b>Aumento das disponibilidades</b>	<b>459</b>	<b>540</b>	<b>893</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Paraná Banco S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

**Exercícios findos em 31 de dezembro 2005 e 2004**

*(Em milhares de reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Paraná Banco S.A. é um banco múltiplo e tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento e administração de cartão de crédito.

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas e instruções do Banco Central do Brasil ("BACEN").

### **3 Resumos das principais práticas contábeis**

#### ***a. Apuração do resultado***

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

#### ***b. Estimativas contábeis***

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com créditos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

**c. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado.

**d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “disponíveis para venda” foram avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários.

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização foi contabilizada no resultado do exercício.

**e. Operações de crédito, depósitos a prazo, interfinanceiros e outras operações ativas e passivas**

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

**f. Provisão para perdas com créditos**

A provisão para perdas com créditos foi constituída em montante compatível com a avaliação geral de risco de crédito, conforme análise da Administração e normas emanadas do Banco Central do Brasil, que estabelece a criação de faixas de riscos (“ratings”) e percentuais mínimos de provisionamento para cada faixa.

# Paraná Banco S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de reais)*

### **g. Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo, acrescido de correção monetária calculada até 31 de dezembro de 1995, deduzidos de provisão para perdas.

### **h. Imobilizado**

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 4% para imóveis de uso; 10% para móveis e equipamentos de uso; sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

### **i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A provisão para imposto de renda foi calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10 %. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados na rubrica “Outros créditos - Diversos” e refletidos no resultado do exercício ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

### **j. Saldos de operações em moeda estrangeira**

Demonstrados com base nas cotações vigentes na data do balanço.

### **k. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



# Paraná Banco S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

### 4 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

#### a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria disponíveis para venda e encontram-se apresentados como segue:

31 de dezembro de 2005							
Papel	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Valor de mercado	Valor de custo	Ajuste no patrimônio líquido		
LFT (*)	20.040	-	20.040	20.033	7		
NBC-E (*)	-	<u>14.040</u>	<u>14.040</u>	<u>14.123</u>	( 83)		
Total	<u>20.040</u>	<u>14.040</u>	<u>34.080</u>	<u>34.156</u>	(76)		
Efeitos tributários					<u>26</u>		
Ajuste líquido no patrimônio líquido					( <u>50</u> )		
31 de dezembro de 2004							
Papel	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado	Valor de custo	Ajuste no patrimônio líquido
LFT (*)	3.397	3.932	10.350	3.348	21.027	21.058	(31)
LTN (*)	-	7.008	-	-	7.008	7.016	(8)
LFT-B (*)	<u>515</u>	<u>514</u>	<u>2.044</u>	<u>2.975</u>	<u>6.048</u>	<u>5.916</u>	<u>132</u>
Total	<u>3.912</u>	<u>11.454</u>	<u>12.394</u>	<u>6.323</u>	<u>34.083</u>	<u>33.990</u>	93
Efeitos tributários							(32)
Ajuste líquido no patrimônio líquido							<u>61</u>

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

(\*) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.

#### **b. Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2005 a carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swaps” como demonstrado a seguir:

	Conta de compensação	Conta patrimonial - Valor a receber (a pagar)				
	Valor de referência	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Valor de mercado	Valor de custo	Ajuste a valor de mercado
<b>Posição ativa</b>						
Moeda estrangeira	14.059	-	70	70	(47)	117
<b>Posição passiva</b>						
CDI	17.218	(2.848)	-	(2.848)	(2.611)	(237)

O Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2004.

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### 5 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

##### a. Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento, tipo de cliente e atividade econômica

	2005						
	Carteira a vencer						
	Carteira vencida a partir de 15 dias	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	2004
Indústria	213	319	201	-	-	733	23
Comércio	-	81	-	-	-	81	45
Serviços	-	5.252	-	-	-	5.252	1.403
Pessoa física	<u>48.841</u>	<u>54.770</u>	<u>128.214</u>	<u>152.834</u>	<u>5.499</u>	<u>390.158</u>	<u>236.372</u>
Total - 2005	<u>49.054</u>	<u>60.422</u>	<u>128.415</u>	<u>152.834</u>	<u>5.499</u>	<u>396.224</u>	<u>237.843</u>
Total - 2004	<u>41.815</u>	<u>37.175</u>	<u>81.215</u>	<u>76.062</u>	<u>1.576</u>	<u>237.843</u>	

# Paraná Banco S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

### b. Composição da carteira de crédito por nível de risco

2005										2004	
Nível	Situação	Atraso em dias	% de provisão	Pessoa jurídica indústria	Pessoa jurídica serviços	Pessoa jurídica comércio	Pessoa física	Total geral	Valor da provisão	Total geral	Valor da provisão
AA	Normal		0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
A	Normal		0,50%	-	221	30	325.177	325.428	1.627	185.850	929
B	Normal		1,00%	-	2	-	7.889	7.891	79	4.302	43
	Vencido	De 15 a 30	1,00%	-	-	-	20.481	20.481	205	13.040	130
C	Normal		3,00%	520	5.029	51	6.633	12.233	367	4.577	137
	Vencido	De 31 a 60	3,00%	-	-	-	11.327	11.327	340	13.156	395
D	Normal		10,00%	-	-	-	365	365	36	395	40
	Vencido	De 61 a 90	10,00%	-	-	-	3.587	3.587	359	4.542	454
E	Normal		30,00%	-	-	-	329	329	99	342	103
	Vencido	De 91 a 120	30,00%	213	-	-	2.856	3.069	920	2.495	748
F	Normal		50,00%	-	-	-	98	98	49	122	61
	Vencido	De 121 a 150	50,00%	-	-	-	1.835	1.835	917	1.698	849
G	Normal		70,00%	-	-	-	179	179	126	189	133
	Vencido	De 151 a 180	70,00%	-	-	-	1.237	1.237	866	1.322	925
H	Normal		100,00%	-	-	-	647	647	647	251	251
	Vencido	Acima de 180	100,00%	-	-	-	7.518	7.518	7.518	5.562	5.562
Total geral				<u>733</u>	<u>5.252</u>	<u>81</u>	<u>390.158</u>	<u>396.224</u>	<u>14.155</u>	<u>237.843</u>	<u>10.760</u>

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### *c. Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito*

	2005	2004
<b>Saldo inicial</b>	10.760	7.526
Constituição	11.519	8.460
Baixas	( 8.124)	(5.226)
<b>Saldo final</b>	<u>14.155</u>	<u>10.760</u>
Recuperação de créditos baixados	<u>1.554</u>	<u>1.093</u>

#### *d. Concentração de créditos e risco de crédito*

	2005	2004
Dez maiores devedores	6.692	1.502
Percentual do total da carteira de operações de crédito	1,69%	0,63%
Cinquenta maiores devedores seguintes	3.986	3.718
Percentual do total da carteira de operações de crédito	1,01%	1,56%

#### *e. Créditos renegociados*

Não haviam créditos renegociados em 31 de dezembro de 2005 e 2004.

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### *f. Cessão de créditos*

O Banco cedeu à outras instituições financeiras, por meio de Contrato de Cessão de Crédito, valores a receber decorrentes de financiamentos concedidos sob a modalidade de crédito pessoal, conforme demonstrado a seguir.

	2005			2004		
	Valor cedido no exercício	Resultado na cessão	Saldo em aberto	Valor cedido no exercício	Resultado na cessão	Saldo em aberto
Cessões com coobrigação	73.090	7.247	46.116	36.768	2.405	21.841
Cessões sem coobrigação	131.500	20.113	-	-	-	-

#### **6 Outros créditos - diversos**

<b>Circulante</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	589	1.325
INSS a compensar	37	69
Faturados a vencer - Mastercard	573	670
Outros créditos	<u>507</u>	<u>705</u>
Total	<u>1.706</u>	<u>2.769</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.253	1.095
Depósitos judiciais	2.542	2.013
INSS a compensar	<u>143</u>	<u>276</u>
Total	<u>4.938</u>	<u>3.384</u>

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de reais)*

#### 7 Outras obrigações - diversas

	2005	2004
<b>Circulante</b>		
Provisão para pagamentos a efetuar - despesas de pessoal	394	364
Provisão para pagamentos a efetuar - outras despesas administrativas	1.241	104
Recebimento de operações de crédito a regularizar	10.169	4.783
Valores a pagar - cartão de crédito	684	396
Credores diversos - País	3.499	1.068
Outros	<u>288</u>	<u>165</u>
Total	<u>16.275</u>	<u>6.880</u>
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Provisão para contingências trabalhistas	2.294	2.171
Provisão para contingências cíveis	<u>514</u>	<u>504</u>
Total	<u>2.808</u>	<u>2.675</u>

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### 8 Participação em controladas

Os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial são os a seguir apresentados:

	2005		
	J. Malucelli Corretora de Valores Ltda.	Tresor Holdings S.A.	Total
Informações sobre as controladas:			
Número de quotas/ações de capital	23.000.000	55.000	
Patrimônio líquido	4.229	55.386	
Lucro líquido do exercício	384	14.518	
Informações sobre os investimentos nas controladas:			
Número de quotas/ações possuídas	22.997.700	55.000	
Percentuais de participação	99,99%	100,00%	
Valores da movimentação das contas:			
Saldos iniciais	3.826	29.605	33.431
Resultado de equivalência patrimonial - operacional	402	7.773	8.175
Resultado de equivalência patrimonial - não operacional	-	2.257	2.257
Ganho de capital	-	43.026	43.026
Dividendos	-	(11.275)	(11.275)
Redução de capital	-	(16.000)	(16.000)
Saldos finais	<u>4.228</u>	<u>55.386</u>	<u>59.614</u>



## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	2004			
	J. Malucelli Corretora de Valores Ltda.	Tresor Holdings S.A.	J Malucelli Seguradora S.A.	Total
Informações sobre as controladas:				
Número de quotas/ações de capital	14.000.000	8.427.600	8.427.600	
Patrimônio líquido	3.827	29.605	30.361	
Lucro líquido do exercício	296	6.472	7.571	
Informações sobre os investimentos nas controladas:				
Número de quotas possuídas	13.998.600	8.427.600	-	
Percentuais de participação	99,99%	100,00%	-	
Valores da movimentação das contas:				
Saldos iniciais	2.955	-	22.444	25.399
Baixa	-	-	(23.132)	(23.132)
Adição	-	23.133	-	23.133
Resultado de equivalência patrimonial	<u>871</u>	<u>6.472</u>	<u>688</u>	<u>8.031</u>
Saldos finais	<u>3.826</u>	<u>29.605</u>	<u>-</u>	<u>33.431</u>

Em 26 de fevereiro de 2004, o Banco constituiu a subsidiária integral Tresor Holdings S.A. por meio do aporte das ações da J Malucelli Seguradora S.A. de sua propriedade, passando a seguradora a ser uma controlada indireta do Banco.

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de reais)*

Em 25 de março de 2004, o capital social da Tresor Holding S.A. foi aumentado por terceiros em R\$ 62.735, incluindo o valor de ágio no montante de R\$ 43.808. O Banco renunciou ao direito de preferência à subscrição das novas ações e, dessa forma, teve a sua participação diluída passando a deter 55% do capital total e 15% do capital votante, e teve as suas ações transformadas em preferenciais. Em 1 de setembro de 2005 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria n.º 2.240, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP que homologou, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da J Malucelli Seguradora S.A., que na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2004, aprovaram, a transferência do controle acionário daquela seguradora, passando do Paraná Banco S.A. para a Tresor Holdings S.A. e de forma indireta para Advent International Corporation. Esta transação proporcionou ao Banco um ganho na variação da participação do capital social de R\$ 24.095, registrado na rubrica Resultado não operacional.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2005, os acionistas da Tresor Holdings S.A., aprovaram o resgate e o cancelamento da totalidade das ações ordinárias classe “B”. Em contrapartida ao resgate, o acionista detentor destas ações, recebeu ações ordinárias da J Malucelli Seguradora S.A. detidas pela Tresor Holdings S.A., representativas de 85% do capital social daquela seguradora, avaliadas ao valor contábil. Após esta transação, o Paraná Banco S.A. passou a deter a totalidade das ações do capital social da Tresor Holdings S.A. e, indiretamente, 15% do capital social da J Malucelli Seguradora S.A. Esta transação proporcionou ao Banco um ganho na variação da participação no capital social da Tresor Holdings S.A. no montante de R\$ 18.932, registrado na rubrica Resultado não operacional.

Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o cálculo da equivalência patrimonial da coligada indireta J Malucelli Seguradora S.A., cujo investimento é feito por intermédio da Tresor Holdings S.A., foi efetuado com base nas demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2005 e 2004, respectivamente.

#### **9 Recursos de aceites e emissão de títulos**

Refere-se a obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior captados por intermédio da emissão de “fixed rate notes”, no montante de US\$ 22.000.000, sobre os quais incidem juros de 7% a 8% ao ano, cujo vencimento ocorrerá até junho de 2007.

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### 10 Imposto de renda e contribuição social

##### *a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do exercício*

	2005	2004
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social (após participações no lucro)	<u>89.388</u>	<u>32.000</u>
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(30.392)	(10.880)
Exclusões (adições) permanentes	<u>20.524</u>	<u>4.388</u>
Participações em controladas	2.780	2.731
Ganho de capital	15.396	-
Juros sobre o capital próprio	2.431	1.794
Outras	<u>(83)</u>	<u>(137)</u>
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício	<u>(9.868)</u>	<u>(6.492)</u>

##### *b. Composição das contas de despesas com imposto de renda e contribuição social*

	2005	2004
Impostos diferidos - Constituição no exercício, sobre adições temporárias	396	133
Impostos correntes - Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(10.264)</u>	<u>(6.625)</u>
Total	<u>(9.868)</u>	<u>(6.492)</u>

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2005			
Descrição	Saldos em 1 de janeiro	Constituição	Realização	Saldos em 31 de dezembro
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo</i>				
Sobre a provisão para perdas com créditos	1.682	611	(257)	2.036
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	738	42	-	780
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>26</u>
	<u>2.420</u>	<u>679</u>	<u>(257)</u>	<u>2.842</u>
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo</i>				
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	( 31)	-	<u>31</u>	-
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - líquidos</i>	<u>2.389</u>	<u>679</u>	<u>(226)</u>	<u>2.842</u>

# Paraná Banco S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

### c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (continuação)

Descrição	2004			Saldos em 31 de dezembro
	Saldos em 1 de janeiro	Constituição	Realização	
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo</i>				
Sobre a provisão para perdas com créditos	1.739	1.167	(1.224)	1.682
Sobre a provisão para contingências trabalhistas	549	266	(77)	738
Sobre o ajuste a mercado dos títulos para negociação	<u>21</u>	<u>-</u>	<u>( 21)</u>	<u>-</u>
	<u>2.309</u>	<u>1.433</u>	<u>(1.322)</u>	<u>2.420</u>
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo</i>				
Imposto de renda diferido passivo	( 294)	-	294	-
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	<u>-</u>	<u>( 130)</u>	<u>99</u>	<u>( 31)</u>
	<u>( 294)</u>	<u>( 130)</u>	<u>393</u>	<u>( 31)</u>
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - líquido</i>	<u>2.015</u>	<u>1.303</u>	<u>(929)</u>	<u>2.389</u>

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

**d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social**

	2005			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	2004
2005	-	-	-	1.325
2006	433	156	589	653
2007	414	149	563	146
2008	414	149	563	148
2009	414	149	563	148
2010	<u>415</u>	<u>149</u>	<u>564</u>	-
Total	<u>2.090</u>	<u>752</u>	<u>2.842</u>	<u>2.420</u>

O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$1.659 (R\$1.828 em 2004).

**e. Créditos tributários não registrados**

O Banco não possui créditos tributários não registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 2004.

## 11 Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 50.000.000 (31.800.000 em 2004) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada uma, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

Conforme disposições estatutárias, o Diretor Presidente efetua a proposta de destinação do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da reserva para pagamento de dividendos, cuja proposta é levada à aprovação pela Assembleia Geral. Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de reais)*

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece as diretrizes contábeis do Banco Central, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da demonstração do resultado para a rubrica de Lucros acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras consoante o artigo 3º da circular 2739 de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil.

#### 12 Transações com partes relacionadas

Descrição	2005		
	Obrigações	Receitas	Despesas
Depósitos à vista	89	-	-
Depósitos à prazo	99.458	-	11.585
Depósitos interfinanceiros	3.039	-	217
Ressarcimento de despesas	-	103	103
Aluguel	-	-	165
Descrição	2004		
	Obrigações	Receitas	Despesas
Depósitos à vista	409	-	-
Depósitos à prazo	74.931	-	6.646
Depósitos interfinanceiros	1.687	-	249
Ressarcimento de despesas	-	135	119
Aluguel	-	-	198

Os depósitos a prazo e demais transações com partes relacionadas são efetuadas em condições de prazo e taxas de mercado.

## Paraná Banco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

#### 13 Outras receitas e despesas operacionais

	2005	2004
<b>Outras receitas</b>		
Recuperação de despesas	187	175
Atualização de depósitos judiciais	5	174
Variação cambial	3.829	1.250
Outras	<u>142</u>	<u>502</u>
<b>Total</b>	<u>4.163</u>	<u>2.101</u>
<b>Outras despesas</b>		
Atualização de provisão	( 21)	( 94)
Contingências cíveis e trabalhistas	( 248)	(1.182)
Incentivo cultural	( 135)	( 60)
Outros	<u>( 407)</u>	<u>( 469)</u>
<b>Total</b>	<u>( 811)</u>	<u>(1.805)</u>

#### 14 Outras informações

- a. O Banco mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, calculado de forma consolidada com a J. Malucelli Corretora de Valores Ltda., que constituem o Conglomerado Financeiro nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e normas posteriores.
- b. O Banco possui contrato de leasing de equipamentos de informática e processamento de dados com prazo remanescente de 15 meses. As despesas com leasing no exercício totalizaram R\$313 (R\$172 mil em 2004).
- c. Os avais e fianças concedidos pelo Banco totalizavam R\$ 317 (R\$ 611 em 2004).
- d. A controlada J. Malucelli Corretora de Valores Ltda. administra fundos de investimentos, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2005 totalizam R\$ 162.957 (R\$100.942 em 2004).



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# **Paraná Banco S.A.**

*Demonstrações Financeiras  
Referentes aos Exercícios  
Findos em 31 de Dezembro de 2004 e de  
2003 e ao segundo semestre de 2004  
e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PARANÁ BANCO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

	2004 R\$ mil	2003 R\$ mil		2004 R\$ mil	2003 R\$ mil
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	219.572	124.264	<b>CIRCULANTE</b>	181.570	160.073
DISPONIBILIDADES	1.302	409	DÉPOSITOS	142.612	148.141
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	50.040	17.863	Depósitos à Vista	2.277	4.919
Aplicações no Mercado Aberto	48.016	1.357	Depósitos Interfinanceiros	9.909	5.558
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.024	16.506	Depósitos a Prazo	130.426	137.664
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15.366	2.883	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	24.036	-
Carteira Própria	15.366	-	Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior	24.036	-
Vinculados ao Banco Central	-	2.883	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	2
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2	5	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	2
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2	5	OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.922	11.930
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	150.101	98.375	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemeilhados	13	41
Operações de Crédito	-	-	Sociais e Estatutárias	2.829	1.959
Setor Privado	160.205	105.597	Fiscais e Previdenciárias	5.200	4.916
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(10.104)	(7.222)	Contingências trabalhistas	-	327
OUTROS CRÉDITOS	2.675	4.660	Diversos	6.880	4.687
Diversos	2.769	4.660	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	96.725	14.874
(Provisão p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(94)	-	DEPÓSITOS	85.779	12.980
OUTROS VALORES E BENS	85	69	Depósitos a prazo	85.779	12.980
Outros Valores e Bens	90	71	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	8.046	-
(Provisão para Desvalorização)	(24)	(24)	Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior	8.046	-
Despesas Antecipadas	20	22	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.900	1.894
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	99.083	79.488	Fiscais e Previdenciárias	225	564
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18.717	16.482	Contingências Trabalhistas	2.675	1.308
Carteira Própria	18.717	1.519	Diversas	-	22
Vinculados ao Banco Central	-	14.963	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74.598	55.008
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	76.982	60.418	Capital	-	-
Operações de Crédito	-	-	De Domiciliados no País	30.000	30.000
Setor Privado	77.638	60.722	Aumento de Capital	1.800	-
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(656)	(304)	Reservas de Capital	68	44
OUTROS CRÉDITOS	3.384	2.588	Reservas de Lucros	42.669	25.005
Diversos	3.384	2.588	Ajuste ao Valor de Mercado - TVM	61	(41)
PERMANENTE	34.238	26.203			
INVESTIMENTOS	33.667	25.611			
Participação em Controladas no País	33.431	25.399			
Outros Investimentos	254	230			
(Provisão para Perdas)	(18)	(18)			
IMOBILIZADO DE USO	445	441			
Outras Imobilizações de Uso	2.144	2.042			
(Depreciação Acumulada)	(1.699)	(1.601)			
DIFERIDO	126	151			
Gastos de Organização e Expansão	406	394			
(Amortização Acumulados)	(280)	(243)			
<b>TOTAL</b>	<b>352.893</b>	<b>229.955</b>	<b>TOTAL</b>	<b>352.893</b>	<b>229.955</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARANÁ BANCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003 E AO SEGUNDO SEMESTRE DE 2004

	Segundo Semestre de 2004 R\$ mil	Exercício 2004 R\$ mil	2003 R\$ mil
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	52.747	98.042	71.656
Operações de Crédito	49.061	91.589	66.460
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.686	6.453	5.196
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(23.831)	(42.233)	(37.081)
Operações de Captação no Mercado	(18.862)	(33.773)	(30.445)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.969)	(8.460)	(6.636)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.916	55.809	34.575
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(12.602)	(23.540)	(12.565)
Receitas de Prestação de Serviços	1.738	3.324	1.351
Despesas de Pessoal	(2.522)	(4.515)	(3.890)
Outras Despesas Administrativas	(14.119)	(26.110)	(17.416)
Despesas tributárias	(2.523)	(4.566)	(2.694)
Resultado de Participação em Controladas	3.482	8.031	9.967
Outras Receitas Operacionais	1.606	2.101	926
Outras Despesas Operacionais	(264)	(1.805)	(809)
RESULTADO OPERACIONAL	16.314	32.269	22.010
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1)	(1)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	16.313	32.268	22.010
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.674)	(6.492)	(2.622)
Provisão para Imposto de Renda	(1.943)	(4.750)	(1.910)
Provisão para Contribuição Social	(731)	(1.742)	(712)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(146)	(268)	(234)
LUCRO LÍQUIDO	13.493	25.508	19.154
Número de Ações:	31.800.000	31.800.000	30.000.000
Lucro por Lote de Mil Ações em Reais	424,31	802,14	638,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARANÁ BANCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 E PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2004

	Capital Social R\$ mil	Aumento de Capital R\$ mil	Reserva de Capital Atualização de Títulos Patrimoniais R\$ mil	Reserva de Lucros		Ajuste ao Valor do Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ mil	Lucros Acumulados R\$ mil	Total R\$ mil
				Legal R\$ mil	Estatutárias R\$ mil			
Eventos:								
Saldo em 30 de junho de 2004	30.000	-	68	2.958	34.062	79	-	67.167
Ajustes de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-	285	285
Aumento de Capital	-	1.800	-	-	-	-	-	1.800
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM	-	-	-	-	-	(18)	-	(18)
Outros Eventos:	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	13.493	13.493
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	675	-	-	(675)	-
Pagamento de Dividendos (R\$ 89,75 p/ lote mil ações)	-	-	-	-	-	-	(2.854)	(2.854)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
(R\$ 165,88 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(5.275)	(5.275)
Reserva Estatutária para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
(R\$ 156,41 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	4.974	-	(4.974)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2004	30.000	1.800	68	3.633	39.036	61	-	74.598
Mutações do Período	-	1.800	-	675	4.974	(18)	-	7.431
Saldo em 31 de dezembro de 2003	30.000	-	44	2.357	22.648	(41)	-	55.008
Ajustes de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-	285	285
Aumento de Capital	-	1.800	-	-	-	-	-	1.800
Atualização Título Patrimonial	-	-	24	-	-	-	-	24
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM	-	-	-	-	-	102	-	102
Outros Eventos:	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	25.508	25.508
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	1.276	-	-	(1.276)	-
Pagamento de Dividendos (R\$ 89,75 p/ lote mil ações)	-	-	-	-	-	-	(2.854)	(2.854)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
(R\$ 165,88 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(5.275)	(5.275)
Reserva Estatutária para aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
(R\$ 515,35 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	16.388	-	(16.388)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2004	30.000	1.800	68	3.633	39.036	61	-	74.598
Mutações do Período	-	1.800	24	1.276	16.388	102	-	19.590
Saldo em 31 de dezembro de 2002	30.000	-	34	1.400	9.448	(375)	-	40.507
Avaliação Título Patrimonial	-	-	10	-	-	-	-	10
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM	-	-	-	-	-	334	-	334
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	19.154	19.154
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	957	-	-	(957)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
(R\$ 147,17 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(4.415)	(4.415)
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
(R\$ 19,40 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(582)	(582)
Reserva Estatutária para aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
(R\$ 344,53 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	10.336	-	(10.336)	-
Reserva Estatutária para Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
(R\$ 95,47 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	2.864	-	(2.864)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2003	30.000	-	44	2.357	22.648	(41)	-	55.008
Mutações do Período	-	-	10	957	13.200	334	-	14.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARANÁ BANCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 E AO SEGUNDO SEMESTRE DE 2004

	Segundo Semestre 2004 R\$ mil	Exercício 2004 R\$ mil	Exercício 2003 R\$ mil
ORIGENS DOS RECURSOS	77.532	124.247	66.167
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO PERÍODO	10.364	17.904	9.329
Lucro líquido	13.493	25.508	19.154
Depreciações e amortizações	68	143	143
Provisão para desvalorização de investimentos	-	-	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.482)	(8.032)	(9.967)
Ajuste de períodos anteriores	285	285	-
RECURSOS DE ACIONISTAS	1.800	1.800	-
Integralização de Capital	1.800	1.800	-
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:	65.368	104.543	52.838
Aumento dos Subgrupos do Passivo:	63.530	103.351	52.777
Depósitos	27.118	67.270	48.361
Recursos de Aceites Cambiais	32.082	32.082	-
Outras Obrigações	4.330	3.999	4.414
Relações interfinanceiras e interdependências	-	-	2
Diminuição dos Subgrupos do Ativo:	1.838	1.192	58
Relações Interfinanceiras e Interdependências	290	3	-
Outros Créditos	1.548	1.189	-
Outros valores e bens	-	-	58
Alienação de Bens e Investimentos	-	-	3
Imobilizado de Uso	-	-	3
Investimentos	-	-	-
DIVIDENDOS RECEBIDOS DE COLIGADAS	0	0	4.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(Continua)

PARANÁ BANCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 E AO SEGUNDO SEMESTRE DE 2004

	Segundo Semestre 2004 R\$ mil	Exercícios 2004 R\$ mil	2003 R\$ mil
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	77.094	123.354	66.313
DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS PAGOS	2.854	2.854	582
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO PAGOS	5.275	5.275	4.415
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TVM	18	(102)	(334)
INVERSÕES EM:	36	111	226
Imobilizado de Uso	36	111	226
Investimentos	-	-	-
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	9	12	13
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO			
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	68.629	115.202	61.411
Títulos e valores mobiliários	9.285	14.718	6.967
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31.439	32.177	7.305
Relações interfinanceiras e interdependências	-	-	2
Operações de crédito	27.876	68.290	46.052
Outros créditos	-	-	1.085
Outros valores e bens	29	17	-
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO			
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	273	2	-
Relações interfinanceiras e interdependências	273	2	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	438	893	(146)
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:			
Disponibilidades			
Início do período	864	409	555
Fim do período	1.302	1.302	409
Aumento (redução) das disponibilidades	438	893	(146)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do  
PARANÁ BANCO S.A.  
Curitiba, PR

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Paraná Banco S.A., levantados em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2004, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Paraná Banco S.A. em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2004, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 11 de fevereiro de 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC SP-011.609/O-8 "S" PR

Cosme dos Santos  
Contador  
CRC RJ-078.160/O-8 T-PR

PARANÁ BANCO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003 E PARA O  
SEGUNDO SEMESTRE DE 2004

---

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Paraná Banco S/A. tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento e administração de cartão de crédito.

2. APRESENTAÇÃO E BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são elaboradas com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações e nas normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre as principais práticas contábeis adotados para a elaboração das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são escrituradas pelo regime de competência, observando-se o critério “pró-rata dia”.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registrados pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria “disponíveis para venda” e foram avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários, conforme determinado na Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil.

d) Provisão para Perdas em Operações de Créditos e Outros Créditos

É constituída por valor suficiente para cobrir eventuais perdas, tendo sido computada de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

e) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo, acrescido de correção monetária calculada até 31 de dezembro de 1995, menos provisão para perdas.

f) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária calculada até 31 de dezembro de 1995, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 10% para móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

g) Diferido

Demonstrado pelo valor despendido, acrescido de correção monetária calculada até 31 de dezembro de 1995, menos amortização acumulada. Os gastos com aquisição e desenvolvimento logísticos são amortizados em 5 anos. Os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência dos contratos de locação.

h) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos “pro-rata dia”.

i) Provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% (quinze por cento) sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% (dez por cento) sobre a parte desse lucro anual que excedeu a R\$ 240 mil (duzentos e quarenta mil reais), e a contribuição social calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, à alíquota de 9% (nove por cento) de acordo com a Instrução Normativa nº 81 de 30 de junho de 1999 da SRF - Secretaria da Receita Federal.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representado por operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais e depósitos interfinanceiros de liquidez.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda

A carteira de títulos e valores mobiliários do banco estava apresentada como segue:

31 de dezembro de 2004

<u>Valor de mercado</u>						<u>Valor de Custo</u> (R\$ mil)	<u>Ajuste em Contrapartida do PL</u> (R\$ mil)
<u>Papel</u>	<u>Até 6 meses</u> (R\$ mil)	<u>De 6 a 12 meses</u> (R\$ mil)	<u>De 1 a 3 anos</u> (R\$ mil)	<u>De 3 a 5 anos</u> (R\$ mil)	<u>Total</u> (R\$ mil) (*)		
LFT	3.397	3.932	10.350	3.348	21.027	21.058	(21)
LTN	-	7.008	-	-	7.008	7.016	(6)
LFT-B	515	514	2.044	2.975	6.048	5.916	88
<b>TOTAL</b>	<b>3.912</b>	<b>11.454</b>	<b>12.394</b>	<b>6.323</b>	<b>34.083</b>	<b>33.990</b>	<b>61</b>

31 de dezembro de 2003

<u>Valor de mercado</u>						<u>Valor de Custo</u> (R\$ mil)	<u>Ajuste em Contrapartida do PL</u> (R\$ mil)
<u>Papel</u>	<u>Até 6 meses</u> (R\$ mil)	<u>De 6 a 12 meses</u> (R\$ mil)	<u>De 1 a 3 anos</u> (R\$ mil)	<u>De 3 a 5 anos</u> (R\$ mil)	<u>Total</u> (R\$ mil) (*)		
LFT	2.417	-	11.533	-	13.950	13.927	15
LFT-B	-	466	2.533	2.416	5.415	5.499	(56)
<b>TOTAL</b>	<b>2.417</b>	<b>466</b>	<b>14.066</b>	<b>2.416</b>	<b>19.365</b>	<b>19.436</b>	<b>(41)</b>

(\*) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido através da utilização de preços divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto – ANDIMA.

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco não realizou operações com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e os demais instrumentos financeiros encontram-se registrados aos seus respectivos valores de mercado.

## 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2004, estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

2004											2003
Tipo de Pessoa/Setor											
Nível	Situação	Atraso em Dias	% de Provisão	PJ Indústria (R\$ mil)	PJ Serviço (R\$ mil)	PJ Comércio (R\$ mil)	Pessoa Física (R\$ mil)	Total Geral (R\$ mil)	Valor da Provisão (R\$ mil)	Total Geral (R\$ mil)	Valor da Provisão (R\$ mil)
AA	NORMAL		0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
A	NORMAL		0,50%	-	-	40	185.810	185.850	929	136.362	682
B	NORMAL		1,00%	-	-	3	4.299	4.302	43	2899	29
	VENCIDO	De 15 a 30	1,00%	-	-	17	13.023	13.040	130	5.520	55
C	NORMAL		3,00%	-	45	890	3.642	4.577	137	2.679	80
	VENCIDO	De 31 a 60	3,00%	-	-	-	13.156	13.156	395	8.456	254
D	NORMAL		10,00%	-	-	-	395	395	40	239	24
	VENCIDO	De 61 a 90	10,00%	-	-	-	4.542	4.542	454	1.853	185
E	NORMAL		30,00%	-	-	-	342	342	103	143	43
	VENCIDO	De 91 a 120	30,00%	-	-	-	2.495	2.495	748	1.460	438
F	NORMAL		50,00%	-	-	-	122	122	61	63	32
	VENCIDO	De 121 a 150	50,00%	-	-	-	1.698	1.698	849	1.292	646
G	NORMAL		70,00%	-	-	-	189	189	133	58	41
	VENCIDO	De 151 a 180	70,00%	-	-	-	1.322	1.322	925	926	648
H	NORMAL		100,00%	-	-	-	251	251	251	597	597
	VENCIDO	Acima de 180	100,00%	23	-	454	5.085	5.562	5.562	3.772	3.772
TOTAL GERAL				23	45	1.404	236.371	237.843	10.760	166.319	7.526

Tipo de pessoa/setor	2004					Total Geral
	Carteira vencida a partir de 15 dias	Carteira a vencer				
		até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	
Indústria	23	-	-	-	-	23
Comércio	-	7	19	20	-	46
Serviços	471	928	4	-	-	1.403
Pessoa Física	41.321	36.240	81.192	76.042	1.576	236.371
TOTAL GERAL	41.815	37.175	81.215	76.062	1.576	237.843

Foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 8.460 mil no exercício e R\$ 4.969 mil no segundo semestre de 2004 (R\$ 6.636 mil no exercício em 2003), tendo sido compensado a débito da provisão o valor de R\$ 5.226 mil (R\$ 1.897 mil em 2003), e recuperados R\$ 1.093 mil no exercício e R\$ 462 mil no segundo semestre de 2004 (R\$ 997 mil no exercício em 2003).

O Banco cedeu com coobrigação a outras instituições financeiras, através de Contrato de Cessão de Crédito, valores a receber decorrentes de financiamentos concedidos sob a modalidade de crédito pessoal no montante total de R\$ 36.768 mil no exercício e R\$ 20.346 mil no segundo semestre de 2004 (R\$ 16.245 mil no exercício em 2003), apurando uma receita de R\$ 2.405 mil no exercício e R\$ 1.041 mil no segundo semestre de 2004 (R\$ 1.182 mil no exercício em 2003). A referida cessão foi recebida à vista.

#### 6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	<u>2004</u> (R\$ mil)	<u>2003</u> (R\$ mil)
CIRCULANTE		
Adiantamentos ( férias, viagens e advogados)	41	33
IRPJ e Contribuição Social recolhidos por Estimativa	-	2.365
Créditos tributários	1.400	1.424
Outros Valores	<u>1.328</u>	<u>838</u>
TOTAL	<u>2.769</u>	<u>4.660</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Créditos Tributários	1.371	1.357
Depósitos Judiciais	2.013	1.231
TOTAL	<u>3.384</u>	<u>2.588</u>

## 7. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

### CIRCULANTE

	<u>2004</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>2003</u> <u>(R\$ mil)</u>
Cheques Administrativos	165	-
Provisão para pagamento a efetuar – despesas de pessoal	364	334
Provisão para pagamento a efetuar – Outras despesas Administrativas	104	567
Recebimento de operações de crédito a baixar	4.783	3.141
Credores Diversos – País	<u>1.464</u>	<u>645</u>
TOTAL	<u>6.880</u>	<u>4.687</u>

### EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Provisão s/ processos judiciais cíveis	-	22
TOTAL	<u>-</u>	<u>22</u>

## 8. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS

Os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial são os a seguir apresentados:

	<u>2004</u>			
	<u>Sociedades Controladas</u>			
	<u>J. Malucelli</u> <u>Corretora de</u> <u>Valores Ltda.</u> R\$ mil	<u>Tresor Holdings</u> <u>S/A</u> R\$ mil	<u>J. Malucelli</u> <u>Seguradora S/A</u> R\$ mil	<u>Total</u> R\$ mil
Informações sobre as Empresas:				
Número de Quotas/Ações de Capital	14.000.000	8.427.600	8.427.600	
Patrimônio Líquido	3.827	29.605	30.361	
Lucro Líquido do Exercício	296	6.472	7.571	
Informações sobre os Investimentos nas Empresas:				
Número de Quotas Possuídas	13.998.600	8.427.600		
Percentuais de Participação	99,99%	100,00%		
Valores da movimentação do saldo de investimento:				
Saldos Iniciais	2.955	-	22.444	25.399
Baixa	-	-	(23.132)	(23.132)
Adição	-	23.133	-	23.133
Resultado de equivalência patrimonial	<u>871</u>	<u>6.472</u>	<u>688</u>	<u>8.031</u>
Saldos Finais	<u>3.826</u>	<u>29.605</u>	<u>-</u>	<u>33.431</u>



	2003		
	Sociedades Controladas		
	J. Malucelli Corretora de Valores Ltda. R\$ mil	J. Malucelli Seguradora S/A R\$ mil	Total R\$ mil
Informações sobre as Empresas:			
Número de Quotas/Ações de Capital	14.000.000	8.427.600	
Patrimônio Líquido	2.955	22.557	
Lucro do exercício	372	8.451	
Atualização de títulos patrimoniais	53	-	
Informações sobre os Investimentos nas Empresas:			
Número de Quotas Possuídas	13.998.600	8.427.597	
Percentuais de Participação	99,99%	99,99%	
Valores da movimentação do saldo de investimento			
Saldos Iniciais	3.031	16.401	19.432
Juros sobre o capital próprio recebidos	(500)	(3.500)	(4.000)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>424</u>	<u>9.543</u>	<u>9.967</u>
Saldos Finais	<u>2.955</u>	<u>22.444</u>	<u>25.399</u>

Em 26 de fevereiro de 2004, o Banco constituiu a subsidiária integral Tresor Holding S.A. através do aporte das ações da J. Malucelli Seguradora S.A. de sua propriedade, passando a Seguradora a ser uma controlada indireta do Banco. Em 25 de março de 2004, o capital social da Tresor Holding S.A. foi aumentado por terceiros em R\$ 62.736 mil, incluindo o valor de ágio no montante de R\$ 43.809 mil. O Banco renunciou ao direito de preferência à subscrição das novas ações e, dessa forma, teve a sua participação diluída passando a deter 15% do capital social, e teve as suas ações transformadas em preferenciais.

O ato societário referente à entrada do novo acionista e transformação das ações ordinárias em preferenciais, devido a cláusula contratual suspensiva, somente terá eficácia após a obtenção da aprovação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP quanto a alienação do controle acionário da Seguradora. O ganho decorrente da redução na participação do capital social da controlada, no montante de R\$ 43.809 mil, será reconhecido nas demonstrações financeiras somente após a aprovação da mudança do controle acionário pela SUSEP.

## 9. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Estão basicamente assim representadas:

	Segundo Semestre 2004 (R\$ mil)	Exercício	
		2004	2003
		(R\$ mil)	(R\$ mil)
Recuperação de Despesas	88	175	241
Atualização de Créditos Tributários	11	24	45
Atualização de Depósitos Judiciais Trabalhistas	56	186	474
Reversão de Provisão Salário Educação	-	130	-
Reversão de Provisão Depósito Judicial INSS/PIS	3	97	125
Reversão de Provisão sobre Passivos Trabalhistas	175	205	474
Variação Cambial sobre obrigações	1.250	1.260	14
Outras	23	24	27
<b>TOTAL</b>	<b><u>1.606</u></b>	<b><u>2.101</u></b>	<b><u>926</u></b>

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Segue-se a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre o lucro do semestre e exercícios:

	Segundo semestre de 2004 (R\$ mil)	Exercício	
		2004	2003
		(R\$ mil)	(R\$ mil)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição Social (após participações)	16.167	32.000	21.776
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9% respectivamente	(5.497)	(10.880)	(7.404)
Exclusões (adições) permanentes	<u>2.823</u>	<u>4.388</u>	<u>4.782</u>
Participações em controladas	1.184	2.731	3.389
Juros sobre o capital próprio	1.794	1.794	1.501
Outras despesas e provisões não dedutíveis	<u>(155)</u>	<u>(137)</u>	<u>(108)</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>(2.674)</u></b>	<b><u>(6.492)</u></b>	<b><u>(2.622)</u></b>

b) Créditos Tributários

	<u>2004</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>2003</u> <u>(R\$ mil)</u>
b.1) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre as seguintes bases:		
Provisão para perdas em operações de crédito	1.682	1.739
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e Cíveis	738	549
Crédito tributário – MTM - Circular 3082/3068 – BACEN	<u>-</u>	<u>21</u>
	<u>2.420</u>	<u>2.309</u>

b.2) Outros Créditos Tributários

INSS a compensar	346	472
IRRF a compensar	<u>5</u>	<u>-</u>
	<u>351</u>	<u>472</u>
Total	<u>2.771</u>	<u>2.781</u>

c) Obrigações Fiscais Diferidas

	<u>2004</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>2003</u> <u>(R\$ mil)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Reserva de reavaliação	-	294
Imposto Diferido – MTM – Circular 3082/3068 – BACEN	31	-

d) Composição da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social

	Segundo Semestre <u>2004</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>Exercício</u>	
		<u>2004</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>2003</u> <u>(R\$ mil)</u>
<u>Impostos diferidos</u> - Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(474)	133	493
<u>Impostos correntes</u> - Imposto de renda e contribuição social devidos	<u>(2.200)</u>	<u>(6.625)</u>	<u>(3.115)</u>
Total	<u>(2.674)</u>	<u>(6.492)</u>	<u>(2.622)</u>

e) Movimentação do saldo dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

<u>Descrição</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/03</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>Constituição</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>Realização</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/04</u> <u>(R\$ mil)</u>
Provisão para perdas em créditos	1.739	1.167	(1.224)	1.682
Provisão trabalhista	549	266	(77)	738
Ajuste a mercado dos títulos para negociação	<u>21</u>	<u>-</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.309	1.433	(1.322)	2.420
Imposto de renda diferido passivo	(294)	-	294	-
Imposto de renda diferido – títulos e valores Mobiliários	-	(130)	99	(31)
Créditos tributários líquidos	<u>2.015</u>	<u>1.303</u>	<u>(929)</u>	<u>2.359</u>

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social e outros créditos tributários:

	<u>Diferença temporária</u>		<u>Outros Créditos</u>		<u>Total</u> <u>(R\$ mil)</u>
	<u>Imposto de</u> <u>Renda</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>Contribuição</u> <u>Social</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>INSS</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>IRRF</u> <u>(R\$ mil)</u>	
2005	974	351	70	5	1.400
2006	480	173	69	-	722
2007	108	38	69	-	215
2008	109	39	69	-	217
2009	<u>109</u>	<u>39</u>	<u>69</u>	<u>-</u>	<u>217</u>
Total	<u>1.780</u>	<u>640</u>	<u>346</u>	<u>5</u>	<u>2.771</u>

O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$ 2.045 (R\$ 1.933 em 2003), sendo R\$ 1.828 de diferenças temporárias (R\$ 1.858 em 2003) e R\$ 217 de outros créditos (R\$ 305 em 2003).

g) Créditos tributários não ativados

O Banco não possui créditos tributários não registrados nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social subscrito e integralizado está dividido em 31.800.000 (30.000.000 em 31 de dezembro de 2003) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes a acionistas domiciliados no País.

Encontra-se no Banco Central do Brasil para homologação, a Ata da 58ª AGE realizada em 30/12/2004 que deliberou sobre o aumento do Capital Social em 1.800.000 novas ações ordinárias nominativas, no valor de R\$1,00 cada uma, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos, no mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. Em 2004, foi deliberado em Assembleia Extraordinária a distribuição de dividendos no montante de R\$ 2.854 mil relativo ao exercício de 2004 (R\$ 582 mil em 2003).

A reserva estatutária registra os lucros para futura destinação.

## 13. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Referem-se, à reversão de imposto de renda sobre reserva de reavaliação de competência de períodos anteriores.

## 14. REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece as diretrizes contábeis do Banco Central, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da demonstração do resultado para a rubrica de Lucros Acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras consoante o artigo 3º da circular 2739 de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil. A referida remuneração reduziu os encargos tributários registrados no resultado em R\$ 1.794 em 2003 (R\$ 1.501 em 2003).

## 15. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Síntese das principais operações:

<u>Descrição</u>	2004		
	<u>Obrigações</u> <u>R\$ (mil)</u>	<u>Receitas</u> <u>R\$ (mil)</u>	<u>Despesas</u> <u>R\$ (mil)</u>
Depósitos à Vista	409	-	-
Depósitos a Prazo	7.421	-	2.145
Depósitos Interfinanceiros	1.687	-	249
Ressarcimento de Despesas	-	135	119
Aluguel	-	-	198
TOTAIS	<u>9.517</u>	<u>135</u>	<u>2.711</u>

<u>Descrição</u>	2003		
	<u>Obrigações</u> <u>R\$ (mil)</u>	<u>Receitas</u> <u>R\$ (mil)</u>	<u>Despesas</u> <u>R\$ (mil)</u>
Depósitos à Vista	9	-	-
Depósitos a Prazo	16.532	-	3.413
Depósitos Interfinanceiros	1.449	-	282
Ressarcimento de Despesas	-	112	59
Aluguel	-	-	198
TOTAIS	<u>17.900</u>	<u>112</u>	<u>3.952</u>

Os depósitos a prazo e demais transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas de mercado.

## 16. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR

Recursos em moeda estrangeira captados através da emissão de “*fixed rate notes*”, no montante de US\$ 12.000.000 de principal com encargos 5% à 8%, com vencimento até março de 2006.

## 17. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Refere-se à reversão de imposto de renda sobre reserva de reavaliação de competência de períodos anteriores.

## 18. OUTRAS INFORMAÇÕES

- O patrimônio líquido do Banco está compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil e normativos posteriores.
- O Banco possui contrato de leasing de equipamentos de informática e processamento de dados com prazo remanescente de 27 meses. As despesas com leasing no exercício totalizaram R\$ 172 (R\$0 em 2003).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# **Paraná Banco S.A.**

*Demonstrações Financeiras  
Referentes aos Exercícios  
Findos em 31 de Dezembro de 2003 e de  
2002 e para o segundo semestre de 2003 e  
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PARANÁ BANCO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

	2003	2002		2003	2002
	R\$ mil	R\$ mil		R\$ mil	R\$ mil
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>124.264</b>	<b>101.242</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>160.073</b>	<b>114.641</b>
DISPONIBILIDADES	409	555	DÉPOSITOS	148.141	108.042
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	17.863	10.558	Depósitos à Vista	4.919	1.117
Aplicações no Mercado Aberto	1.357	358	Depósitos Interfinanceiros	5.558	1.682
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.506	10.200	Depósitos a Prazo	137.664	105.243
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2.883	6.471	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2	-
Carteira Própria	0	16	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2	-
Vinculados ao Banco Central	2.883	6.455	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.930	6.599
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	3	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemealhados	41	30
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	5	3	Sociais e Estatutárias	1.959	112
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	98.375	80.420	Fiscais e Previdenciárias	4.916	3.500
Operações de Crédito			Negociação e Intermediação de Valores	-	-
Setor Privado	105.597	83.937	Contingências trabalhistas	327	387
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(7.222)	(3.517)	Diversos	4.687	2.570
OUTROS CRÉDITOS	4.660	3.108	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	14.874	7.528
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	DEPÓSITOS	12.980	4.718
Diversos	4.660	3.108	Depósitos a prazo	12.980	4.718
(Provisão p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.894	2.810
OUTROS VALORES E BENS	69	127	Fiscais e Previdenciárias	564	1.091
Outros Valores e Bens	71	69	Contingências Trabalhistas	1.308	1.546
(Provisão para Desvalorização)	(24)	(24)	Diversas	22	173
Despesas Antecipadas	22	82	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55.008	40.507
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	79.488	41.303	Capital		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	16.482	5.927	De Domiciliados no País	30.000	30.000
Carteira Própria	1.519	1.039	Reservas de Capital	44	34
Vinculados ao Banco Central	14.963	4.888	Reservas de Lucros	25.005	10.848
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	60.418	32.321	Ajuste ao Valor de Mercado - TVM	(41)	(375)
Operações de Crédito					
Setor Privado	60.722	32.483			
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(304)	(162)			
OUTROS CRÉDITOS	2.588	3.055			
Diversos	2.588	3.055			
PERMANENTE	26.203	20.131			
INVESTIMENTOS	25.611	19.634			
Participação em Controladas no País	25.399	19.432			
Outros Investimentos	230	220			
(Provisão para Perdas)	(18)	(18)			
IMOBILIZADO DE USO	441	327			
Outras Imobilizações de Uso	2.042	1.903			
(Depreciação Acumulada)	(1.601)	(1.576)			
DIFERIDO	151	170			
Gastos de Organização e Expansão	394	378			
(Amortização Acumulados)	(243)	(208)			
<b>TOTAL</b>	<b>229.955</b>	<b>162.676</b>	<b>TOTAL</b>	<b>229.955</b>	<b>162.676</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARANÁ BANCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002 E PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2002

	Segundo	Exercício	
	Semestre de	2003	2002
	2003	2003	2002
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	39.718	71.656	49.320
Operações de Crédito	36.987	66.460	46.320
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.731	5.196	3.005
Resultado com Investimentos Financeiros Derivativos	-	-	(5)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(20.378)	(37.081)	(21.362)
Operações de Captação no Mercado	(16.088)	(30.445)	(18.311)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.290)	(6.636)	(3.051)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.340	34.575	27.958
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(9.142)	(12.565)	(11.621)
Receitas de Prestação de Serviços	730	1.351	1.047
Despesas de Pessoal	(2.120)	(3.890)	(3.028)
Outras Despesas Administrativas	(9.262)	(17.416)	(12.512)
Despesas tributárias	(1.690)	(2.694)	(1.901)
Resultado de Participação em Controladas	3.456	9.967	4.495
Outras Receitas Operacionais	340	926	593
Outras Despesas Operacionais	(596)	(809)	(315)
RESULTADO OPERACIONAL	10.198	22.010	16.337
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	(166)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	10.198	22.010	16.171
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.567)	(2.622)	(3.088)
Provisão para Imposto de Renda	(1.136)	(1.910)	(2.228)
Provisão para Contribuição Social	(431)	(712)	(860)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(125)	(234)	(205)
LUCRO LÍQUIDO	8.506	19.154	12.878
Número de Ações:	30.000.000	30.000.000	30.000.000
Lucro por Lote de Mil Ações	283,53	638,47	429,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARANÁ BANCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002 E PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2003

	Capital Social R\$ mil	Aumento de Capital R\$ mil	Reserva de Capital Atualização de Títulos Patrimoniais R\$ mil	Reserva de Lucros		Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ mil	Lucros ou Acumulados R\$ mil	Total R\$ mil
				Legal	Estatutárias			
				R\$ mil	R\$ mil			
Eventos:								
Saldo em 30 de junho de 2003	30.000	-	44	1.932	17.307	(210)	-	49.073
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM	-	-	-	-	-	169	-	169
Outros Eventos:	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	8.506	8.506
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	425	-	-	(425)	-
Pagamento de Dividendos (R\$ 19,40 p/ lote mil ações)	-	-	-	-	-	-	(582)	(582)
Juros sobre Capital Próprio (R\$ 71,93 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(2.158)	(2.158)
Reserva Estatutária para Pagamento de Dividendos (R\$ 29,63 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	899	-	(899)	-
Reserva Estatutária para Aumento de Capital (R\$ 148,07 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	4.442	-	(4.442)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2003	30.000	-	44	2.357	22.648	(41)	-	55.008
Mutações do Período	-	-	-	425	5.341	169	-	5.935
Saldo em 31 de dezembro de 2002	30.000	-	34	1.400	9.448	(375)	-	40.507
Atualização Título Patrimonial	-	-	10	-	-	-	-	10
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM	-	-	-	-	-	334	-	334
Outros Eventos:	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	19.154	19.154
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	957	-	-	(957)	-
Pagamento de Dividendos (R\$ 19,40 p/ lote mil ações)	-	-	-	-	-	-	(582)	(582)
Juros sobre Capital Próprio (R\$ 147,17 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(4.415)	(4.415)
Reserva Estatutária para aumento de Capital (R\$ 344,53 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	10.336	-	(10.336)	-
Reserva Estatutária para Pagamento de Dividendos (R\$ 95,47 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	2.864	-	(2.864)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2002	30.000	-	44	2.357	22.648	(41)	-	55.008
Mutações do Período	-	-	10	957	13.200	334	-	14.501
Saldo em 31 de dezembro de 2001	22.000	882	24	655	7.978	-	-	31.539
Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	168	168
Reversão de Reserva Estatutária para Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	(725)	-	725	-
Integralização de capital	7.118	-	-	-	(7.118)	-	-	-
Aumento de Capital	882	(882)	-	-	-	-	-	-
Avaliação Título Patrimonial	-	-	10	-	-	-	-	10
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM	-	-	-	-	-	(375)	-	(375)
Outros Eventos:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos referente 2001 (R\$24,17 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(725)	(725)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	12.878	12.878
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	745	-	-	(745)	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$ 99,60 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(2.988)	(2.988)
Pagamento de Dividendos (R\$ 40,57 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	1.217	-	(1.217)	-
Reserva Estatutária para aumento de Capital (R\$ 269,87 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	8.096	-	(8.096)	-
Reserva Estatutária para Pagamento de Dividendos (R\$ 40,57 p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2002	30.000	-	34	1.400	9.448	(375)	-	40.507
Mutações do Período	8.000	(882)	10	745	1.470	(375)	-	8.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARANÁ BANCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002 E PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2003

	Segundo Semestre 2003 R\$ mil	Exercício 2003 R\$ mil	Exercício 2002 R\$ mil
A ORIGENS DOS RECURSOS	38.707	66.167	44.043
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO PERÍODO	5.123	9.329	8.711
Lucro líquido	8.506	19.154	12.878
Depreciações e amortizações	73	143	159
Provisão para desvalorização de investimentos	-	(1)	1
Resultado de equivalência patrimonial	(3.456)	(9.967)	(4.495)
Ajuste de períodos anteriores	-	-	168
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:	33.584	52.838	34.332
Aumento dos Subgrupos do Passivo:	31.545	52.777	34.144
Depósitos	26.685	48.361	34.144
Outras Obrigações	4.860	4.414	-
Relações interfinanceiras e interdependências	-	2	-
Diminuição dos Subgrupos do Ativo:	2.038	58	22
Relações Interfinanceiras e Interdependências	200	-	22
Outros Créditos	1.838	-	-
Outros valores e bens	-	58	-
Alienação de Bens e Investimentos	1	3	166
Imobilizado de Uso	1	3	166
Investimentos	-	-	-
DIVIDENDOS RECEBIDOS DE COLIGADAS	0	4.000	1.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(Continua)

PARANÁ BANCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002 E PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2003

	Segundo Semestre 2003 R\$ mil	Exercícios 2003 R\$ mil	2002 R\$ mil
B. APLICAÇÃO DOS RECURSOS	39.251	66.313	43.885
DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS PAGOS	582	582	725
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO PAGOS	2.158	4.415	2.988
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TVM	(169)	(334)	375
INVERSÕES EM:	128	227	63
Imobilizado de Uso	128	227	55
Investimentos	-	-	8
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	13	13	3
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	36.145	61.410	39.075
Títulos e valores mobiliários	4.520	6.967	2.421
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.706	7.304	6.600
Relações interfinanceiras e interdependências	-	2	-
Operações de crédito	21.907	46.052	29.630
Outros créditos	-	1.085	360
Outros valores e bens	12	-	64
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	394	-	656
Outras obrigações	-	-	655
Relações interfinanceiras e interdependências	394	-	1
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES ( A-B)	(544)	(146)	158
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:			
Disponibilidades			
Início do período	953	555	397
Fim do período	409	409	555
Aumento (redução) das disponibilidades	(544)	(146)	158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do  
PARANÁ BANCO S.A.  
Curitiba, PR

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Paraná Banco S.A., levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2003, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Paraná Banco S.A. em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2003, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2004.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC SP-011.609/O-8 "S" PR

Cosme dos Santos  
Contador  
CRC RJ-078.160/O-8 T-PR

PARANÁ BANCO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002 E PARA O  
SEGUNDO SEMESTRE DE 2003

---

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Paraná Banco S/A. tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento e administração de cartão de crédito.

2. APRESENTAÇÃO E BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são elaboradas com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações e nas normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

As receitas, despesas e provisões são escrituradas pelo regime de competência, observando-se o critério “pró-rata dia”.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.



c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Conforme determinado na Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

- I) Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida ao resultado do semestre;
- II) Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que não enquadrem nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos”, líquido dos efeitos tributários; e
- III) Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do semestre.

d) Provisão para Perdas em Operações de Créditos e Outros Créditos

É constituída por valor suficiente para cobrir eventuais perdas, tendo sido computada de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

e) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo, acrescido de correção monetária calculada até 31 de dezembro de 1995, menos provisão para perdas.

f) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária calculada até 31 de dezembro de 1995, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 10% para móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

g) Diferido

Demonstrado pelo valor despendido, acrescido de correção monetária calculada até 31 de dezembro de 1995, menos amortização acumulada. Os gastos com aquisição e desenvolvimento lógicos são amortizados em 5 anos. Os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência dos contratos de locação.

#### h) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos “pro-rata-temporis”.

#### i) Provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% (quinze por cento) sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% (dez por cento) sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 mil (duzentos e quarenta mil reais), e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 9% (nove por cento), de acordo com a Instrução Normativa nº 81 de 30 de junho de 1999 da SRF - Secretaria da Receita Federal.

### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### a) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários do banco estava apresentada como segue:

31 de dezembro de 2003								
Papel	Até 6 meses (R\$ mil)	De 6 a 12 meses (R\$ mil)	De 1 a 3 anos (R\$ mil)	De 3 a 5 anos (R\$ mil)	De 5 a 15 anos (R\$ mil)	Valor de Mercado (R\$ mil) (*)	Valor de Custo (R\$ mil)	Ajuste em Contrapartida do PL (R\$ mil)
LFT	2.417	-	11.533	-	-	13.950	13.927	15
LFT-B	-	466	2.533	2.416	-	5.414	5.499	(56)
TOTAL	2.417	466	14.066	2.416	-	19.364	19.436	(41)

31 de dezembro de 2002								
Papel	Até 6 meses (R\$ mil)	De 6 a 12 meses (R\$ mil)	De 1 a 3 anos (R\$ mil)	De 3 a 5 anos (R\$ mil)	De 5 a 15 anos (R\$ mil)	Valor de Mercado (R\$ mil) (*)	Valor de Custo (R\$ mil)	Ajuste em Contrapartida do PL (R\$ mil)
LFT	16	5.745	1.929	-	-	7.690	7.915	(149)
LFT-B	358	352	1.675	620	1.703	4.708	5.050	(226)
TOTAL	374	6.097	3.604	620	1.703	12.398	12.965	(375)

(\*) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido através da utilização de preços divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto – ANDIMA.

## 5. PROVISÃO PARA PERDAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante o exercício, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 6.635 mil (R\$ 3.051 mil em 2002), tendo sido compensado a débito da provisão o valor de R\$ 2.789 mil (R\$ 1.233 mil em 2002) e recuperados R\$ 656 mil (R\$ 377 mil em 2002).

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, alterou os procedimentos para constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa a partir de 01 de março de 2000, que estão sendo efetuadas com base na classificação de risco do cliente.

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2003, estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

NÍVEL	SITUAÇÃO	ATRASO EM DIAS	% DE PROVISÃO	TIPO DE PESSOA/SETOR			TOTAL GERAL (R\$ mil)	VALOR DA PROVISÃO (R\$ mil)
				PJ INDÚSTRIA (R\$ mil)	PJ SERVIÇO (R\$ mil)	P. FÍSICA (R\$ mil)		
AA	NORMAL		0,00%	-	-	-	-	-
A	NORMAL		0,50%	-	307	119.271	119.578	598
	VENCIDO		0,50%	-	-	16.784	16.784	84
B	NORMAL		1,00%	-	939	1.960	2.899	29
	VENCIDO	De 15 a 30	1,00%	-	-	5.520	5.520	55
C	NORMAL		3,00%	94	1.230	1.355	2.679	80
	VENCIDO	De 31 a 60	3,00%	-	169	8.287	8.456	254
D	NORMAL		10,00%	-	30	209	239	24
	VENCIDO	De 61 a 90	10,00%	-	-	1.853	1.853	185
E	NORMAL		30,00%	-	19	124	143	43
	VENCIDO	De 91 a 120	30,00%	-	-	1.460	1.460	438
F	NORMAL		50,00%	-	-	63	63	32
	VENCIDO	De 121 a 150	50,00%	-	4	1.288	1.292	646
G	NORMAL		70,00%	-	-	58	58	41
	VENCIDO	De 151 a 180	70,00%	-	-	926	926	648
H	NORMAL		100,00%	-	464	133	597	597
	VENCIDO	Acima de 180	100,00%	-	94	3.678	3.772	3.772
TOTAL GERAL				94	3.256	162.968	166.319	7.526

No exercício de 2003, o Banco cedeu com coobrigação a outras instituições financeiras, através de Contrato de Cessão de Crédito, valores a receber decorrentes de financiamentos concedidos sob a modalidade de crédito pessoal no montante total de R\$ 16.245 mil apurando uma receita de R\$ 1.172 mil. A referida cessão foi paga à vista.

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	<u>2003</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>2002</u> <u>(R\$ mil)</u>
CIRCULANTE		
Adiantamentos ( férias, viagens e advogados)	33	18
IRPJ e Contribuição Social recolhidos por Estimativa	2.365	1.770
Créditos tributários	1.424	976
Outros Valores	<u>838</u>	<u>344</u>
TOTAL	<u>4.660</u>	<u>3.108</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Créditos Tributários	1.357	1.711
Depósitos Judiciais	1.231	1.344
TOTAL	<u>2.588</u>	<u>3.055</u>

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

CIRCULANTE

	<u>2003</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>2002</u> <u>(R\$ mil)</u>
Provisão para pagamento a efetuar – despesas de pessoal	335	262
Provisão para pagamento a efetuar – Outras despesas Administrativas	567	556
Recebimento de operações de crédito a baixar	3.141	1.412
Credores Diversos – País	<u>644</u>	<u>340</u>
TOTAL	<u>4.687</u>	<u>2.570</u>

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Provisão s/ processos judiciais cíveis	22	19
Provisão sobre PIS processo judicial – com depósito judicial	<u>-</u>	<u>154</u>
TOTAL	<u>22</u>	<u>173</u>

## 8. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS

Os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial são como seguem:

<u>Informações</u>	<u>J. Malucelli Corretora de</u>		<u>J. Malucelli Seguradora</u>		<u>Total</u>	
	<u>Valores Ltda.</u>		<u>S/A</u>			
	<u>2003</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Informações sobre as Empresas:						
Número de Quotas/Ações de Capital	14.000.000	14.000.000	8.427.600	8.427.600		
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	2.955	3.032	22.558	17.334		
Lucro líquido do exercício (R\$ mil)	239	239	8.451	5.059		
Informações sobre os Investimentos nas Empresas:						
Número de Quotas Possuídas	13.998.600	13.998.600	8.427.597	8.427.597		
Percentuais de Participação	99,99	99,99	99,99	99,99		
Movimentação dos investimentos no Exercício						
Saldo Iniciais	3.031	2.729	16.401	13.208	19.432	15.937
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Realização do (ágio)/deságio	-	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência	424	302	9.543	4.193	9.967	4.495
Juros sobre Capital Próprio	(500)	-	(3.500)	(1.000)	(4.000)	(1.000)
Saldo Finais	<u>2.955</u>	<u>3.031</u>	<u>22.444</u>	<u>16.401</u>	<u>25.399</u>	<u>19.432</u>

## 9. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Estão basicamente assim representadas:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
	<u>(R\$ mil)</u>	<u>(R\$ mil)</u>
Recuperação de Despesas	241	196
Atualização de Valores a Receber	-	53
Atualização de Créditos Tributários	45	74
Atualização de Depósitos Judiciais Trabalhistas	474	11
Reversão de Provisão Depósito Judicial INSS	125	-
Reversão de Provisão sobre Passivos Trabalhistas	-	89
Variação Cambial	14	62
Outras	<u>27</u>	<u>108</u>
TOTAL	<u>926</u>	<u>593</u>

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Segue-se a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício:

	Segundo semestre de 2003 (R\$ mil)	Exercício	
		2003 (R\$ mil)	2002 (R\$ mil)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações)	10.073	21.776	15.966
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9% respectivamente	(3.425)	(7.404)	(5.428)
Exclusões (adições) permanentes	<u>1.858</u>	<u>4.998</u>	<u>2.425</u>
Participações em controladas	1.175	3.389	1.528
Juros sobre o capital próprio	734	1.501	1.016
Outras despesas e provisões não dedutíveis	(51)	108	(119)
Outros ajustes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(85)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.567)</u>	<u>(2.622)</u>	<u>(3.088)</u>

### b) Créditos Tributários

	2003 (R\$ mil)	2002 (R\$ mil)
b.1) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		
Provisão para perdas em créditos	1.739	976
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e Cíveis	549	657
Crédito tributário – MTM - Circular 3082/3068 – BACEN	<u>21</u>	<u>193</u>
	<u>2.309</u>	<u>1.826</u>

### b.2) Outros Créditos Tributários

INSS a compensar	472	549
PIS a compensar	<u>-</u>	<u>312</u>
	<u>472</u>	<u>861</u>
Total	<u>2.781</u>	<u>2.687</u>

### c) Obrigações Fiscais Diferidas

	2003 (R\$ mil)	2002 (R\$ mil)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Reserva de reavaliação	294	304

d) Composição da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social

	<u>2002</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>2001</u> <u>(R\$ mil)</u>
<u>Impostos diferidos</u> - Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	1.010	333
<u>Impostos correntes</u> - Imposto de renda e contribuição social devidos	<u>(3.277)</u>	<u>(3.421)</u>
Total	<u>(1.567)</u>	<u>(3.088)</u>

e) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

<u>Descrição</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/02</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>Constituição</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>Realização</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/03</u> <u>(R\$ mil)</u>
Provisão para perdas em créditos	976	763	-	1.739
Provisão trabalhista	657	-	(108)	549
Ajuste a mercado dos títulos para negociação	<u>193</u>	<u>-</u>	<u>(172)</u>	<u>21</u>
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.826	763	(280)	2.309
Imposto de renda diferido passivo	(304)	-	10	(294)
Créditos tributários líquidos	<u>1.522</u>	<u>763</u>	<u>(270)</u>	<u>2.015</u>

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social e outros créditos tributários:

	<u>Diferença temporária</u>		<u>Outros</u> <u>Créditos</u>	
	<u>Imposto de</u> <u>Renda</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>Contribuição</u> <u>Social</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>INSS</u> <u>(R\$ mil)</u>	<u>Total</u> <u>(R\$ mil)</u>
2003	978	352	94	1.424
2004	463	167	94	724
2005	84	30	94	208
2006	84	30	95	209
2007	89	32	95	216
Total	<u>1.698</u>	<u>611</u>	<u>472</u>	<u>2.781</u>

O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$ 1.933, sendo R\$ 1.858 de diferenças temporárias e R\$ 76 de outros créditos.

g) Créditos tributários não ativados

O Banco não possui créditos tributários não registrados nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social subscrito e integralizado está dividido em 30.000.000 (30.000.000 em 31 de dezembro de 2002) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes a acionistas domiciliados no País.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos, no mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. Em 2003, foi deliberado em Assembléia Extraordinária a distribuição de dividendos no montante de R\$ 582 mil relativo ao exercício de 2003 (R\$ 725 mil em 2002).

A reserva estatutária registra os lucros para futura destinação.

13. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Referem-se, principalmente, à reversão e constituição de créditos tributários de competência de períodos anteriores.

14. REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece as diretrizes contábeis do Banco Central, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado, para efeito de elaboração e publicação da demonstração do resultado, para a rubrica de Lucros Acumulados, consoante o artigo 3º da circular 2739 de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil. A referida remuneração reduziu os encargos tributários registrados no resultado em R\$ 1.500 em 2003 (R\$ 1.016 em 2002).



## 15. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Síntese das principais operações:

<u>Descrição</u>	2003		
	<u>Obrigações</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
	<u>R\$ (mil)</u>	<u>R\$ (mil)</u>	<u>R\$ (mil)</u>
Depósitos à Vista	9	-	-
Depósitos a Prazo	16.532	-	3.413
Depósitos Interfinanceiros	1.449	-	282
Ressarcimento de Despesas	-	112	59
Aluguel	-	-	198
TOTAIS	<u>17.900</u>	<u>112</u>	<u>3.952</u>

Os depósitos a prazo e demais transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas de mercado.

## 16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) O patrimônio líquido do Banco está compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil e normativos posteriores.

PARANÁ BANCO S.A.  
GRUPO J. MALUCELLI  
Rua Visconde de Nacar, 1.441 - Curitiba - PR CNPJ: 14.388.334/0001-99  
Banco Múltiplo conforme Certificado de Autorização de 21.06.89  
Companhia de Capital Fechado

BALANCETE PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2006

(Em reais mil)			
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	513.264	CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	444.303
DISPONIBILIDADES	1.435	DEPÓSITOS	338.952
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	45.786	Depósitos a Vista	2.563
Aplicações no Mercado Aberto	41.200	Depósitos a Prazo	311.644
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.586	Depósitos Interfinanceiros	24.744
		Outros Depósitos	1
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	34.477	OBRIGAÇÕES P/ OPER. COMPROMISSADAS	17.059
Carteira Própria	17.114	Carteira Própria	17.059
Vinculados ao Compromisso de Recompra	17.061		
Instrumentos Financeiros Derivativos	302	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	50.344
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	271	Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior	50.344
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	271	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.007
Créditos Vinculados	0	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.007
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	422.069	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5.696
Operações de Crédito	437.938	Operações de Swap	5.696
- Setor Privado	435.790	- Diferencial a Pagar	5.696
- Financiamentos	2.148		
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(15.869)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	31.245
OUTROS CRÉDITOS	9.055	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assementados	238
Rendas a Receber	2	Sociais e Estatutárias	41
Diversos	9.053	Fiscais e Previdenciárias	7.136
		Diversas	23.830
OUTROS VALORES E BENS	171	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	110.040
Outros Valores e Bens	126	Capital	50.000
(Provisão para Desvalorização)	(24)	Ações Ordinárias - País	50.000
Despesas Antecipadas	69	Aumento de Capital	0
PERMANENTE	41.079	Reservas de Capital	86
INVESTIMENTOS	38.539	Reservas de Lucros	75.340
Participação em Coligadas e Controladas no País	38.284	Ajuste Valor Mercado TVM	1
Outros Investimentos	272	Dividendos Antecipados	(25.300)
(Provisão para Perdas)	(17)	Resultado do Período	9.913
IMOBILIZADO DE USO	2.414		
Imóveis de Uso	1.867		
Outras Imobilizações de Uso	2.332		
(Depreciação Acumulada)	(1.785)		
DIFERIDO	126		
Gastos de Organização e Expansão	450		
(Amortização Acumulada)	(324)		
TOTAL DO ATIVO	554.343	TOTAL DO PASSIVO	554.343
NOTAS EXPLICATIVAS			
O balanço foi elaborado com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações, e nas normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.			
DIRETORIA			
Joel Malucelli - Diretor Presidente			
André Luiz Malucelli - Diretor			
Cristiano Malucelli - Diretor			
Luis Cesar Miara - Diretor			
Waldemar Malucelli - Diretor			
Contador			
Hilário Mário Walesko			
CRC/PR. 29.585/O-9			

**Paraná Banco S.A.**  
**Demonstração de resultado**

	<b>Primeiro Trimestre</b>
	<b>2006</b>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>46.513</b>
Operações de crédito	47.612
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.516
Resultado com Instrumento Financeiros Derivativos	(2.615)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(19.746)</b>
Operações de captação no mercado	(14.941)
Provisão para perdas com créditos	(4.805)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>26.767</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(13.034)</b>
Receitas de prestação de serviços	3.731
Despesas de pessoal	(1.559)
Outras despesas administrativas	(16.192)
Despesas tributárias	(2.351)
Resultado de participação em controladas	1.170
Outras receitas operacionais	2.490
Outras despesas operacionais	(323)
<b>Resultado operacional</b>	<b>13.733</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>4</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>13.737</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(3.823)</b>
Imposto de renda - corrente	(3.388)
Contribuição social - corrente	(1.267)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	832
<b>Lucro líquido do trimestre</b>	<b>9.914</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>100.000.000</b>

## **ANEXO E**

---

Estatuto Social do Paraná Banco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ATA DA VIGÉSIMA NONA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E SEXAGÉSIMA  
SEGUNDA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2006, às 15:00 horas, na sede social da companhia, sito à rua Visconde de Nacar, n.º 1441, 5º andar, Curitiba-PR, reuniram-se os acionistas desta sociedade representando 100% (cem por cento) do capital social, todo ele com direito a voto, conforme assinaturas apostas no livro de presença de acionistas. De conformidade com o Estatuto Social, foram eleitos para compor a Mesa, como Presidente o Sr. Joel Malucelli e como Secretário o Sr. Waldemar Malucelli. Com a palavra o Presidente declarou aberta a Assembléia Geral, comunicando aos presentes que fora dispensada a publicação dos editais de convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6.404 de 15/12/1976 e que os mesmos deveriam deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA a)** Exame, discussão e aprovação do relatório da administração, demonstrações financeiras, notas explicativas e parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005; **b)** Eleição da Diretoria; **c)** Destinação do Lucro Líquido; **d)** Distribuição de Dividendos do Exercício, e Juros sobre o Capital Próprio; **EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a)** Deliberar sobre Aumento do Capital Social; **b)** Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; **c)** Deliberar sobre a Consolidação do Estatuto Social. **DELIBERAÇÕES UNANIMES: EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA a)** Aprovadas, sem reservas ou ressalvas, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as notas explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, publicados juntamente com o parecer dos Auditores Independentes no jornal O Estado do Paraná, edição do dia 23 de fevereiro de 2006, nas páginas 30 e 31, e no Diário Oficial do Estado do Paraná, no dia 24 de fevereiro de 2006, nas páginas 41 e 42; **b)** São eleitos para compor a Diretoria o Sr. **JOEL MALUCELLI**, brasileiro, casado com regime de completa separação de bens, Banqueiro, residente e domiciliado em Curitiba/PR., à Rua Bento Viana, n.º 780, portador da Carteira de Identidade n.º 439.047-4/PR e CPF n.º 003.054.569-20, para exercer o cargo de Diretor Presidente, os Srs. **WALDEMAR MALUCELLI**, brasileiro, casado com regime de comunhão universal de bens, Bacharel em Ciências Contábeis, residente e domiciliado em Curitiba/PR., à Rua Deputado Mário de Barros, n.º 752, apto 41, portador da Carteira de Identidade n.º 308.841/PR e CPF n.º 002.945.359-34; **ANDRÉ LUIZ MALUCELLI**, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, Administrador de Empresas, residente e domiciliado em Curitiba/PR., à Rua dos Funcionários, n.º 1193 apto 02, portador da Carteira de Identidade n.º 3.144.415-2/PR e CPF n.º 606.028.489-20; **CRISTIANO MALUCELLI**, brasileiro, solteiro, Analista Financeiro, residente e domiciliado em Curitiba/PR., na Rua Dr. Manoel Pedro, n.º 430, apto. 106, portador da Carteira de Identidade n.º 3.682.253-8/PR e CPF n.º 872.486.979-15; **LUIS CESAR MIARA**, brasileiro, casado com regime de comunhão universal de bens, Engenheiro Eletricista, residente e domiciliado em Curitiba/PR, na Rua Luiz Tramontin, 1.220 casa 20, portador da Carteira de Identidade n.º 867.981/PR e CPF n.º 184.600.979-00 para exercerem os cargos de Diretores sem designação. Os eleitos declaram que preenchem as condições de que trata o artigo 2º da resolução 3041, de 28 de novembro de 2002. Os mandatos dos diretores terão o prazo previsto até a Assembléia Geral Ordinária de

2008: c) Tendo total aprovação da mesa, o lucro líquido do exercício foi distribuído da seguinte forma: R\$ 3.976.008,82 (três milhões, novecentos e setenta e seis mil, oito reais e oitenta e dois centavos), destinados a constituição de Reserva Legal, R\$ 17.098.541,91 (dezoito milhões, noventa e oito mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e um centavos), destinados a constituição de Reserva para Pagamento de Dividendos, R\$ 29.795.625,73 (vinte e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), destinados a constituição de Reserva Estatutária para Futuro Aumento de Capital. d) Aprovado por unanimidade a distribuição de dividendos no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) pagos em 12/01/2006 e dividendos antecipados no montante de R\$ 15.500.000,00 (quinze milhões e quinhentos mil reais) pagos da seguinte forma: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em 31/03/2005, R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em 31/05/2005 e R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em 14/11/2005 e o valor de R\$ 7.150.000,00 (sete milhões, cento e cinquenta mil reais), pagos como juros sobre Capital Próprio. **EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** Aprovado o Aumento do Capital Social com utilização da Reserva Estatutária para Aumento de Capital no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), disponibilizado pelos acionistas conforme quadro abaixo. O Capital Social passa de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) com emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões) de novas ações ordinárias nominativas passando de 50.000.000 (cinquenta milhões) para 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma; b) As aprovações feitas nesta assembleia alteram consequentemente o Artigo 5º do Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 5º - O Capital Social é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), dividido em 100.000.000 (cem milhões) de Ações Ordinárias Nominativas, ao valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma.

Participação antes do Aumento de Capital				Aumento de Capital		Participação após o Aumento de Capital	
Subscritores	%	Qtde de Ações	R\$	Qtde de Ações	R\$	Qtde de Ações	R\$
Forn de Cons. Adm. Particip. Serv. S/A	25,6388	12.819.400	12.819.400,00	12.819.400	12.819.400,00	25.638.800	25.638.800,00
Joel Malucelli	45,1084	22.554.200	22.554.200,00	22.554.200	22.554.200,00	45.108.400	45.108.400,00
Waldemar Malucelli	0,9206	460.000	460.000,00	460.000	460.000,00	920.000	920.000,00
Alexandre Malucelli	4,1008	2.050.400	2.050.400,00	2.050.400	2.050.400,00	4.100.800	4.100.800,00
Marcia Mello Malucelli	1,8127	906.250	906.250,00	906.250	906.250,00	1.812.700	1.812.700,00
Celso Inacome	1,8167	908.100	908.100,00	908.100	908.100,00	1.816.200	1.816.200,00
Ernesto Scaramita Sobrinho	0,9040	452.000	452.000,00	452.000	452.000,00	904.000	904.000,00
Juanza José Malucelli	0,9048	452.000	452.000,00	452.000	452.000,00	904.000	904.000,00
Mariana Mello Malucelli	0,6042	302.100	302.100,00	302.100	302.100,00	604.200	604.200,00
Ricardo Mello Malucelli	0,6042	302.100	302.100,00	302.100	302.100,00	604.200	604.200,00
Marcelo Mello Malucelli	0,6042	302.100	302.100,00	302.100	302.100,00	604.200	604.200,00
JHSI Participações S/A	9,9800	4.990.000	4.990.000,00	4.990.000	4.990.000,00	9.980.000	9.980.000,00
R. & S. Malucelli Adm. Particip. Ltda	7,0017	3.500.650	3.500.650,00	3.500.650	3.500.650,00	7.001.300	7.001.300,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>50.000.000</b>	<b>50.000.000,00</b>	<b>10.000.000</b>	<b>10.000.000,00</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100.000.000,00</b>

# Paraná Banco

Empresa do Grupo I. Malucelli

e) Aprovado pela Assembleia a consolidação do Estatuto Social, na forma do Anexo I da presente ata, que devidamente rubricada pelos acionistas, dela passa a fazer parte integrante e indistacável. Devidamente atendidas e aprovadas as matérias que compunham, a ordem do dia, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, a presente ata foi lida e achada conforme, aprovada pelos acionistas, que a assinam em 03 (três) vias de igual teor e forma, Curitiba, 28 de abril de 2006. Estiveram presentes os acionistas: Porto de Cima Administração, Participação e Serviços S/A, representada pelo seu Diretor Sr. Joel Malucelli, Joel Malucelli, Sr. Waldemar Malucelli, Alexandre Malucelli, R&S Malucelli Administração e Participação Ltda, representada pelo seu diretor Sr. Rosaldo Malucelli, Márcia Mello Malucelli, Celso Jacomet, Ernesto Scarante Sobrinho, Juarez José Malucelli, Mariana Mello Malucelli, Ricardo Mello Malucelli, Marco Mello Malucelli e JNP Participações S/A., representada pelo seu Diretor Sr. Jorge Nacli Neto.

Porto de Cima Administração, Participação e Serviços S/A  
Representada por Joel Malucelli

Joel Malucelli

Waldemar Malucelli

Alexandre Malucelli

Márcia Mello Malucelli

Celso Jacomet

Ernesto Scarante Sobrinho

Juarez José Malucelli

Mariana Mello Malucelli

Ricardo Mello Malucelli

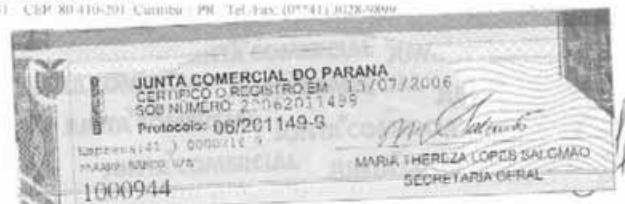
Marco Mello Malucelli

JNP Participações S/A  
Representada por Jorge Nacli Neto

R&S Malucelli Adm Partic Ltda  
Representada por Rosaldo Malucelli

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.388.334/0001-99

R. Visconde de Nacar, n.º 1441 - CEP: 80.410-201 - Curitiba - PR - Tel./Fax: (011) 3028-9899





**CNPJ/MF 14.388.334/0001-99 – Certificado de Autorização de 21-06-89**

Boletim de subscrição do aumento de Capital Social da empresa PARANÁ BANCO S/A, de 50.000.000,00 ( cinquenta milhões de reais) para 100.000.000,00 ( cem milhões de reais), mediante a emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões ) de novas ações, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O Aumento será integralizado mediante incorporação de reservas.

Participação antes do Aumento de Capital		Aumento de Capital		Participação após o Aumento de Capital	
Subscritores	%	Qtde de Ações	R\$	Qtde de Ações	R\$
Porto de Cima Adm. Particip. Serv. S/A	25,6388	12.819.400	12.819.400,00	12.819.400	12.819.400,00
Joel Malucelli	45,1084	22.554.200	22.554.200,00	22.554.200	22.554.200,00
Waldemar Malucelli	0,9200	460.000	460.000,00	460.000	460.000,00
Alexandre Malucelli	4,1008	2.050.400	2.050.400,00	2.050.400	2.050.400,00
Marcia Mello Malucelli	1,8127	906.350	906.350,00	906.350	906.350,00
Celso Jacomet	1,8162	908.100	908.100,00	908.100	908.100,00
Ernesto Scarante Sobrinho	0,9046	452.300	452.300,00	452.300	452.300,00
Ignacio José Malucelli	0,9046	452.300	452.300,00	452.300	452.300,00
Mariana Mello Malucelli	0,6042	302.100	302.100,00	302.100	302.100,00
Ricardo Mello Malucelli	0,6042	302.100	302.100,00	302.100	302.100,00
Marcos Mello Malucelli	0,6042	302.100	302.100,00	302.100	302.100,00
JNP Participações S/A	9,9800	4.990.000	4.990.000,00	4.990.000	4.990.000,00
R & S Malucelli Adm. Particip. Ltda	7,0013	3.500.650	3.500.650,00	3.500.650	3.500.650,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>50.000.000</b>	<b>50.000.000,00</b>	<b>50.000.000</b>	<b>50.000.000,00</b>

Curitiba, 28 de abril de 2006.

Porto de Cima Administração, Participação e Serviços S/A  
Representada por: Joel Malucelli

Joel Malucelli

Alexandre Malucelli

Celso Jacomet

Ignacio José Malucelli

Ricardo Mello Malucelli

JNP Participações S/A  
Representada por Jorge Nacli Neto

Waldemar Malucelli

Marcia Mello Malucelli

Ernesto Scarante Sobrinho

Mariana Mello Malucelli

Marcelo Mello Malucelli

R&S. Malucelli Adm. Particip. Ltda  
Representada por: Rosaldo Malucelli

## **ESTATUTO SOCIAL ANEXO I**

### **CAPÍTULO I**

#### **DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

ARTIGO 1º - PARANÁ BANCO S/A., é uma companhia que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares em vigor.

ARTIGO 2º - A companhia tem sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, manter e fechar escritórios, dependências, agências ou filiais, em qualquer parte do território nacional ou exterior, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

ARTIGO 3º - A companhia tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes as respectivas carteiras autorizadas, (comercial e de Crédito, Financiamento e Investimento) e a administração de cartões de crédito nacional e internacional, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da companhia é indeterminado.

### **CAPÍTULO II**

#### **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

ARTIGO 5º - O Capital Social é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), divididos em 100.000.000 (cem milhões) de Ações Ordinárias Nominativas, ao valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os certificados de ações, bem como os certificados múltiplos, ou as cautelas provisórias da companhia, se emitidos, serão assinados por dois diretores.



## **ESTATUTO SOCIAL ANEXO I**

### **CAPÍTULO III**

#### **ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

##### **SEÇÃO I**

##### **DA DIRETORIA**

ARTIGO 6ª - A companhia será administrada por uma Diretoria composta de 02 (dois) a 10 (dez) membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo 01(um) Diretor Presidente e de 01 (um) a 09 (nove) Diretores sem designação.

ARTIGO 7ª - Os membros da Diretoria serão eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Cada Diretor caucionará para sua gestão, 100 (cem) ações da companhia, só podendo a caução ser levantada depois de deixar o cargo e após a aprovação dos seus atos e contas pela Assembléia Geral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, a investidura no cargo de Diretor se fará mediante termo de posse lavrada e assinado no Livro de Atas da Diretoria,

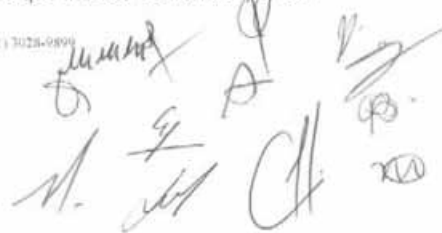
ARTIGO 8º - No caso de impedimentos ou ausência temporária dos Diretores, estes substituem-se reciprocamente, competindo ao Diretor Presidente indicar o substituto de cada qual, que acumulará seu cargo com aquele substituído.

ARTIGO 9º - Em caso de vacância da Diretoria, será convocada Assembléia Geral Extraordinária, na qual será eleito o Diretor substituto. Ocorrendo vacância da maioria ou de todos os cargos da Diretoria, será convocada uma Assembléia Geral Extraordinária para proceder a nova eleição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Diretor substituto, eleito em Assembléia Geral, completará o prazo de gestão do substituído, tomando posse somente após homologação do Banco Central.

ARTIGO 10º - Compete a Diretoria, além das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J. 14.308.334/0001-99  
R. Visconde de Nacari, n.º 1111 - CEP: 80.110-701, Curitiba - PR - Tel./Fax: (0\*\*41) 3026-9899



**ESTATUTO SOCIAL  
ANEXO I**

- a) Fixar a orientação geral da política estratégica, administrativa, organizacional e operacional do Banco;
- b) Fixar os critérios básicos de administração de pessoal;
- c) Escolher e destituir os auditores independentes;
- d) Fazer elaborar dentro de 03 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, o relatório da administração sobre os negócios e os principais gastos administrativos e da Diretoria, do exercício findo, juntamente com o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, acompanhadas das manifestações correlatas;
- e) Declarar dividendo intermediário à conta de lucro líquido, lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes;
- f) Autorizar a nomeação e demissão dos responsáveis pelos departamentos administrativos da companhia, determinando suas atribuições e designações próprias, observadas as limitações constantes da Lei e deste Estatuto;
- g) Autorizar transações, impugnações, confissões e renúncia de direitos;
- h) Distribuir entre seus membros, para desempenho individual, atribuições não previstas neste Estatuto;
- i) Deliberar sobre os aceites da companhia;
- j) Decidir sobre planos de operações, captação e aplicação de recursos próprios ou de terceiro, fixando normas e limites cadastrais ou orçamentários a serem observados;
- l) Estabelecer normas e critérios para a nomeação ou contratação de representantes, agentes, assessores, consultores e prepostos, assim como a constituição de procuradores;
- m) Resolver os casos omissos observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- n) Aquisição e alienação de bens imóveis a qualquer título;
- o) Aquisição e alienação de bens móveis a qualquer título.

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.388.334/0001-99  
R. Visconde de Nazar, nº 1441 - CEP: 80.410-701 Curitiba - PR - Tel./Fax: (0\*\*41) 3026-9999

*[Handwritten signatures and initials]*

**ESTATUTO SOCIAL**  
**ANEXO I**

ARTIGO 11º - A Diretoria se reunirá por convocação de qualquer de seus membros e decidirá pelo voto da maioria dos presentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Além do voto pessoal o Diretor Presidente terá o voto de qualidade, para formação das deliberações da Diretoria.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ao Diretor Presidente é assegurado o poder de veto em relação a qualquer deliberação de que venha a discordar, podendo, a seu exclusivo critério, remeter a matéria para apreciação da Assembléia Geral.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As deliberações da Diretoria serão reduzidas a termo em Atas lavradas e assinadas em livro próprio.

ARTIGO 12º - Ao Diretor Presidente, privativamente, compete:

- a) Representar a companhia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, a se realizarem na sede social, na sede de agências, ou em qualquer outro local previamente designado, bem como convocar Assembléia Geral, na qual exercerá a função de Presidente;
- c) Supervisionar as operações da companhia e zelar pelo cumprimento das deliberações da Assembléia Geral;

ARTIGO 13º - Aos Diretores sem designação, em conjunto ou isoladamente, compete:

- a) Elaborar com o Diretor Presidente a proposta do orçamento e dos planos de administração e de operações;
- b) Supervisionar a elaboração do relatório anual da administração;
- c) Substituir o Diretor Presidente ou outro Diretor nas suas faltas ou impedimentos;
- d) Colaborar na direção dos negócios sociais;
- e) Ter sob sua guarda a responsabilidade dos valores da companhia;



**ESTATUTO SOCIAL**  
**ANEXO I**

f) Fazer cumprir o orçamento e os planos da administração e de operações coordenando a sua execução;

g) dirigir os negócios sociais dentro dos critérios e normas estabelecidas pela Assembleia Geral, praticando todos os atos necessários à sua execução, com assistência do Diretor Presidente e/ou outro Diretor;

h) Admitir e demitir empregados, fixando-lhes salários e contribuições;

ARTIGO 14º - A emissão, aceite e endosso de títulos de crédito, assim como, acordos, compromissos, ou contratos que direta ou indiretamente constituam obrigações da companhia, e quaisquer operações da companhia, poderão ser assinados:

a) Por 2 (dois) Diretores em conjunto;

b) Por 2 (dois) procuradores em conjunto, ambos com poderes especiais;

c) Por 1 (um) Diretor, juntamente com 1 (um) procurador com poderes especiais;

PARÁGRAFO ÚNICO: Compete ao Diretor Presidente, sempre em conjunto com qualquer dos demais Diretores sem titulação, a nomeação e a destituição de procuradores.

**SEÇÃO II**

**DAS NORMAS COMUNS A ADMINISTRAÇÃO**

ARTIGO 15º - Os mandatos dos Conselheiros e Diretores, iniciam-se como o termo de posse de seus titulares e findam-se com a investidura dos novos administradores.

PARÁGRAFO ÚNICO: Cada administrador, ao firmar o termo de posse, deve fazer a declaração exigida no Artigo 157 da Lei 6.404 de 15.12.76.

ARTIGO 16º - Os Diretores receberão uma remuneração fixa mensal, a título de honorários, estabelecida pela Assembleia Geral, com obediência aos critérios específicos estabelecidos em Lei, ser distribuído pela forma prevista neste Estatuto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Assembleia Geral Ordinária fixará a participação dos Administradores nos lucros apurados no exercício anterior.

## **ESTATUTO SOCIAL ANEXO I**

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os honorários e participação nos lucros serão globalmente fixado pela Assembléia Geral, competindo ao Diretor Presidente estabelecer a forma de sua distribuição entre os administradores.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A eventual acumulação de cargos entre os Diretores não implica acumulação de honorários.

ARTIGO 17º - É vedado aos membros da Diretoria exercerem funções administrativas em outras sociedades, sem expressa autorização da Assembléia Geral, ressalvadas a empresas do Grupo J. Malucelli.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO CONSELHO FISCAL**

ARTIGO 18º - A companhia terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral, que lhes fixará remuneração, sendo permitida a reeleição.

ARTIGO 19º - O Conselho Fiscal da companhia não funcionará de forma permanente. Somente será instalado pela Assembléia Geral nos exercícios em que houver solicitação feita por acionistas com os requisitos previstos em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os membros do Conselho Fiscal tem suas atribuições conferidas pela Lei. Nos casos de impedimentos, ausências ou vacância, serão substituídos pelos respectivos suplentes, obedecida a ordem de nomeação.

### **CAPÍTULO V**

#### **DA ASSEMBLÉIA GERAL**

ARTIGO 20º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social. Sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, será convocada Assembléia Geral Extraordinária, observadas as disposições legais e as deste Estatuto.

Paraná Banco S.A. - C.N.P.J.: 14.388.334/0001-99  
R. Visconde de Nacar, n.º 1441 - CEP: 80.410-201 Curitiba - PR Tel./Fax: (01141) 3028-9899

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **ANEXO I**

ARTIGO 21º - A Assembléia Geral será convocada na forma da Lei e os seus trabalhos serão dirigidos por uma mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pelos acionistas presentes.

ARTIGO 22º - Compete privativamente à Assembléia Geral, além de suas atribuições legais, deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) deliberar sobre aquisição e alienação direta ou indireta de participações societárias, sempre que esta participação representar mais de 10% (dez por cento) do capital social da respectiva sociedade;
- b) atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação e extinção de sociedades das quais a companhia possua participação societária;
- c) delegar e destituir os diretores, fixando-lhes as atribuições e fiscalizando a gestão de cada um;
- d) conceder licença aos membros da Diretoria;
- e) aprovar o Regimento Interno;
- f) autorizar a aquisição e posterior alienação de ações de emissão do Banco, para efeito de cancelamento, permanência em tesouraria, ou alienação;
- g) vetar as deliberações da Diretoria, determinando novo exame do assunto;

## **CAPÍTULO VI**

### **DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

ARTIGO 23º - O exercício social coincide com o ano civil, encerrando, portanto, em 31 de dezembro.

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão levantados balanços gerais, semestrais, no último dia dos meses junho e dezembro, com observância das regras contábeis estabelecidas pelas autoridades competentes.





## ESTATUTO SOCIAL ANEXO I

ARTIGO 24º - Levantado o balanço semestral e deduzidas as correções, amortizações e depreciações cabíveis, bem como as provisões legais e técnicas, o lucro líquido, terá a destinação que lhe for dada pela Assembléia Geral, mediante a proposta de destinação de lucros, apresentadas pelo Diretor Presidente, atendido o seguinte:

- a) 5% (cinco por cento) dos lucros serão destinados ao Fundo de Reserva legal, destinados a assegurar a integridade do capital social, nos limites da lei;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos serão pagos aos acionistas, na proporção de seu número de ações, como dividendo obrigatório mínimo.

## CAPÍTULO VII

### DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 25º - A companhia será liquidada nos casos e forma prevista em Lei.

## CAPÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 26º - É expressamente proibido aos administradores comprometer o nome da companhia em operações ou obrigações estranhas ao objeto social.

ARTIGO 27º - Os administradores devem guardar sigilo sobre todas as operações da companhia, seja durante sua investidura, seja após seu término. A infração a esta obrigação ensejará a reparação de perdas e danos.

ARTIGO 28º - Os casos omissos deste Estatuto serão decididos com base nos princípios gerais de direito, e normas legais e regulamentares que regem as sociedades por ações e o sistema financeiro nacional.

Curitiba, 28 de Abril de 2006



*Handwritten signatures and initials:*  
M.M.M.  
D.F.  
A.  
C.F.



## BANCO CENTRAL DO BRASIL

Deort/GTCUR-2006/ \*\*\*6651

Curitiba, 07 JUL 2006

**INSTITUIÇÃO**  
**PARANÁ BANCO S.A.**

**ENDEREÇO**  
Rua Visconde de Nacar, 1441 - 1. Andar - Centro - 80410-201 - Curitiba / PR

ATO(S)	PROCESSO	DATA DO DESPACHO	DATA DO D.O.
A.G.O./E. de 28/04/2006	0601335190	30 JUN 2006	05 JUL 2006

### ASSUNTOS APROVADOS POR ESTE ÓRGÃO :

01. Eleição dos membros abaixo discriminados para a Diretoria, com mandato até a posse dos que forem eleitos na A.G.O. de 2008:

Nome:	Cargo:	CPF:
Joel Malucelli	Diretor Presidente	003.054.569-20
André Luiz Malucelli	Diretor	606.028.489-20
Cristiano Malucelli	Diretor	872.486.979-15
Luis Cesar Miara	Diretor	184.600.979-00
Waldemar Malucelli	Diretor	002.945.359-34

02. Aumento do capital social de R\$ 50.000.000,00 para R\$ 100.000.000,00.

03. Reforma estatutária.

### OBSERVAÇÕES :

01. Deverá essa sociedade atentar para o artigo 3º da Circular 3.172, de 30.12.2002, referente às informações dos ocupantes de cargos estatutários que devem ser objeto de comunicação ao Banco Central do Brasil

### ESTAMOS DEVOLVENDO :

- Documento relativo ao ato societário para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro  
Gerência Técnica em Curitiba

  
1.656.828-8 Odair Túlio  
GERENTE TÉCNICO

  
2.844.398-5 Elizabeth Zetzel Bastos  
COORDENADORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO F**

---

Declarações da Administradora

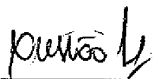
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### DECLARAÇÃO

J. MALUCELLI CORRETORA DE VALORES LTDA., sociedade com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde de Nacar, nº 1441, centro, 1º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 76.621.457/0001-85, administradora do fundo de investimentos em direitos creditórios denominado "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I" ("Fundo"), declara, nos termos do Artigo 56, *caput*, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários, que é a responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das cotas do Fundo.

Curitiba, 31 de julho de 2006.

J. MALUCELLI CORRETORA DE VALORES LTDA.



Cristiano Malucelli  
Diretor



André Tadeu Paes de Souza  
Diretor

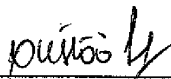
### DECLARAÇÃO

Declaramos, sob pena de prática de crime de falsidade ideológica, que o regulamento do fundo de investimento em direitos creditórios denominado "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I" está em conformidade com a legislação vigente.

Declaramos, também, que assumimos o compromisso de seguir as normas da Instrução CVM n.º 356/01 e adotar as providências necessárias para o atendimento das exigências que venham a ser formuladas pela CVM.

Curitiba, 31 de julho de 2006.

J. MALUCELLI CORRETORA DE VALORES LTDA.



Cristiano Malucelli  
Diretor



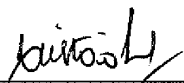
André Tadeu Paes de Souza  
Diretor

## DECLARAÇÃO

J. MALUCELLI CORRETORA DE VALORES LTDA., sociedade com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde de Nacar 1441, centro, 1º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 76.621.457/0001-85, administradora do fundo de investimentos em direitos creditórios denominado "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I" ("Fundo"), declara, nos termos do inciso II do parágrafo 1º do Artigo 20 da Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários, que contratou, por meio do "Contrato de Distribuição Pública de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I", o BANCO VOTORANTIM S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, n.º 999, 16º andar, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 59.588.111/0001-03 e o BANCO ABC BRASIL S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 1400, 3º, 4º e 5º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 28.195.667/0001-06, instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (conforme artigo 17 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976), devidamente autorizadas a promover a distribuição pública de valores mobiliários, para atuarem como instituições intermediárias da colocação pública de cotas seniores de emissão do Fundo.

Curitiba, 31 de julho de 2006.

J. MALUCELLI CORRETORA DE VALORES LTDA.



Cristiano Malucelli  
Diretor



André Tadéu Paes de Souza  
Diretor



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO G**

---

### **Declaração da Instituição Líder**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DECLARAÇÃO

BANCO VOTORANTIM S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior 999, 16º andar, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 59.588.111/0001-03, neste ato representado na forma do seu estatuto social, na qualidade de instituição líder, responsável por coordenar e colocar a distribuição pública de até 101.250.000 (cento e um milhões, duzentos e cinquenta mil) cotas seniores, incluindo lote suplementar e lote adicional, do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paraná Banco I" ("Fundo"), todas escriturais, com valor inicial de R\$1,00 (um real) cada, perfazendo o total de até R\$101.250.000,00 (cento e um milhões, duzentos e cinquenta mil reais) ("Oferta"), declara e garante, nos termos do parágrafo 1º, Artigo 56, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários, que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:

- (i) as informações prestadas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

São Paulo, 1º de agosto de 2006.

BANCO VOTORANTIM S.A.

Nome: Silvio Frugoli  
Cargo: Diretor

Nome: Pedro Paulo Mello Neto  
Cargo: Diretor



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



# Paraná Banco

Este Prospecto está disponível no Website:  
[www.mercadosdecapitais.com.br](http://www.mercadosdecapitais.com.br)



(11) 3121-5555